



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE
E GESTÃO PÚBLICA - FACE
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS - PPGCont

(DES)CONSTRUÇÃO DO VALOR PÚBLICO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: uma
análise abrangente de indicadores, austeridade fiscal e bem-estar social

NILTON OLIVEIRA DA SILVA

BRASÍLIA - DF

2024

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura
Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Enrique Huelva Unternbäumen
Vice-Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Lúcio Remuzat Rennó Junior
Decano de Pós-graduação

Professor Doutor José Márcio Carvalho
**Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas
Públicas**

Professor Doutor Sérgio Ricardo Miranda Nazaré
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Doutor Jomar Miranda Rodrigues
Coordenador do Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis da UnB

NILTON OLIVEIRA DA SILVA

**(DES)CONSTRUÇÃO DO VALOR PÚBLICO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: uma
análise abrangente de indicadores, austeridade fiscal e bem-estar social**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (PPGCont) da Universidade de Brasília (UnB), como requisito à obtenção do título de Doutor em Ciências Contábeis.

Mês/ano de ingresso: 01/2020

Área de concentração: Mensuração Contábil

Linha de pesquisa: Impactos da Contabilidade no Setor Público, nas Organizações e na Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Fátima de Souza Freire

BRASÍLIA - DF

2024

Ficha catalográfica

SILVA, NILTON OLIVEIRA
SS586((DES)CONSTRUÇÃO DO VALOR PÚBLICO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA:
uma análise abrangente de indicadores, austeridade fiscal e bem-estar
social / NILTON OLIVEIRA SILVA; orientador Fátima de Souza Freire. --
Brasília, 2024.
162 p.

Tese(Doutorado em Ciências Contábeis) -- Universidade de Brasília,
2024.

1. Valor público. 2. Bem-estar Social. 3. Austeridade Fiscal. 4.
Contabilidade. 5. Educação. I. Freire, Fátima de Souza, orient. II. Título.

NILTON OLIVEIRA DA SILVA

Tese apresentada para obtenção do título de Doutor em Ciências Contábeis pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais, da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas, da Universidade de Brasília.

Aprovado em 16 de fevereiro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dr.^a Fátima de Souza Freire
Universidade de Brasília
Orientadora

Profa. Dr.^a Daiane Pias Machado
Universidade Federal do Rio Grande
Examinadora Externa

Prof. Dr. Olavo Venturim Caldas
Fucape Business School
Examinador Externo

Prof. Dr. Carlos Rosano Peña
Universidade de Brasília
Examinador Interno

Prof. Dr. Abimael de Jesus Barros Costa
Universidade de Brasília
Examinador Suplente

Dedico essa pesquisa a Deus que é fonte de
toda sabedoria e entendimento.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me concedeu todas as bênçãos necessárias para trilhar o meu caminho acadêmico. Que foi esperança e sustento para todos os desafios enfrentados.

A minha família, que sempre com amor e dedicação está ao meu lado me auxiliando a trilhar todos os caminhos que quero seguir.

A minha noiva, Sarah, que com carinho e amor dedicou momentos de atenção e cuidado para que esse trabalho fosse concluído. Saiba que cada copo de água, comidinha feita na hora e paciência comigo demonstram ainda mais o quanto o nosso amor é real. Saiba que eu te amo.

A minha orientadora, professora Dr^a Fátima Freire, que em todos esses anos de convivência, muito me ensinou, me orientou, contribuindo para o meu crescimento, não só acadêmico como também pessoal. Tive o privilégio, nessa construção acadêmica, contar com todo o seu apoio e incentivo, especialmente por se dedicar sempre, explorando o máximo de mim.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, na pessoa de seu atual coordenador Prof. Dr. Jomar Mirando Rodrigues, pela oportunidade da realização do meu mestrado e desse doutorado. Estendo, ainda, meu agradecimento à Universidade de Brasília pela crucial dedicação e compromisso com a educação.

Aos meus amigos de sempre, que com paciência e atenção entendiam as minhas recusas para saídas enquanto construía essa pesquisa. Aos amigos de ontem e de hoje, em especial, os meus companheiros de doutorado e àqueles a quem dedico especial atenção, Dr.^a Lavousiene e Msc. Régis pela proximidade e ajuda.

A minha amiga Adriana, que com máxima presteza se dedicou a revisar esse trabalho.

Aos professores Dr. Eduardo Mangini do Instituto Federal de São Roque - SP e Dr. Cícero Bezerra da Universidade Federal do Paraná pelos momentos dedicados a me auxiliarem na construção das etapas metodológicas.

Aos membros da banca de qualificação que forneceram relevantes contribuições para a robustez da minha pesquisa.

*“O estudioso é aquele que leva aos demais o
que ele compreendeu: a Verdade”
(Santo Tomás de Aquino).*

RESUMO

O objetivo principal dessa pesquisa é identificar os fatores econômicos, sociais, intangíveis e políticos que revelam valor público educacional e podem afetar o bem-estar-social num ambiente de políticas de austeridade fiscal. Mark Moore (1995) introduziu o paradigma do valor público, a partir de um arcabouço teórico que buscava convergências do setor privado na gestão pública. Moore argumentava que a construção do valor público vai além das retóricas, conferindo sentido aos esforços dos gestores públicos para encontrar soluções criativas e adequadas. Desde então, o conceito de valor público tem sido abordado por diversos teóricos, destacando a sua complexidade e evolução. No entanto, a mensuração do valor público, especialmente na educação, enfrenta desafios devido à sua complexidade, exigindo abordagens multifacetadas e consideração de indicadores de diferentes dimensões. Nesse sentido, a contabilidade tem emergido como uma ciência com base sólida para fundamentar a mensuração do valor público a partir de suas informações. A Administração Pública tem assumido novas abordagens, como o Novo Serviço Público (NPS) e a governança pública, com o intuito de aprimorar a gestão do valor público e se ajustar às constantes transformações, focando a criação de valor em variados cenários. A pesquisa foi conduzida em duas partes distintas: na primeira, buscou-se explorar, por meio de uma análise de componentes confirmatória e elaboração de um modelo de mensuração, os indicadores econômicos, sociais, intangíveis e políticos que refletem o valor público da educação, no período de 2015 a 2022, para os 27 estados brasileiros. Na segunda etapa, por meio de um modelo de equação estrutural de mínimos quadrados parciais (PLS-SEM), com o auxílio do software SMARTPLS, foi realizada a análise da relação entre as políticas de austeridade fiscal, o valor público educacional e o bem-estar social. Os resultados da pesquisa permitiram uma compreensão aprofundada dos indicadores que moldam o valor público na educação brasileira, bem como uma análise crítica dos impactos das políticas de austeridade fiscal nesse contexto. Além disso, os resultados contribuíram para a discussão sobre como a promoção do valor público educacional está diretamente relacionada ao bem-estar social. A pesquisa visou preencher uma lacuna na compreensão da relação entre o valor público na educação, as políticas de austeridade fiscal e seus impactos no bem-estar social. A relevância desse estudo está intrinsecamente ligada à importância da educação como um serviço público fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade justa e equitativa. Além disso, a análise das políticas de austeridade fiscal e seu impacto no valor público educacional permite uma compreensão mais profunda dos desafios enfrentados pelos gestores públicos na busca por equilibrar as restrições orçamentárias com a necessidade de promover uma educação acessível e eficaz. Isso é particularmente relevante em cenários de mudanças, como os desafios ocorridos na pandemia de COVID-19, por exemplo. A conexão entre valor público educacional e bem-estar social adiciona uma dimensão prática à pesquisa, destacando a importância de uma educação de qualidade para o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida da sociedade como um todo. Compreender como as políticas educacionais podem impactar o bem-estar social permite uma análise mais completa das implicações socioeconômicas das decisões governamentais. Ademais, destaca-se o papel relevante da informação contábil ao oferecer uma visão abrangente de fatores que influenciam a eficácia do sistema educacional, contribuindo para orientar gestores públicos na alocação eficiente de recursos e na promoção de uma educação de qualidade para todos os cidadãos.

Palavras-chave: Valor público. Bem-estar social. Austeridade Fiscal. Contabilidade. Educação.

ABSTRACT

The main objective of this research is to identify the economic, social, intangible, and political factors that reveal educational public value and may affect social well-being in an environment of fiscal austerity policies. Mark Moore (1995) introduced the paradigm of public value, based on a theoretical framework that sought convergences from the private sector in public management. Moore argued that the construction of public value goes beyond rhetoric, giving meaning to the efforts of public managers to find creative and appropriate solutions. Since then, the concept of public value has been addressed by various theorists, highlighting its complexity and evolution. However, measuring public value, especially in education, faces challenges due to its complexity, requiring multifaceted approaches and consideration of indicators from different dimensions. In this sense, accounting has emerged as a science with a solid foundation to support the measurement of public value based on its information. Public administration has adopted new approaches, such as the New Public Service (NPS) and public governance, aiming to improve the management of public value and adapt to constant transformations, focusing on creating value in various scenarios. The research was conducted in two distinct parts: in the first, an exploratory analysis and the development of a measurement model were sought to explore the economic, social, intangible, and political indicators reflecting the public value of education from 2015 to 2022 for the 27 Brazilian states. In the second stage, through a partial least squares structural equation modeling (PLS-SEM) with the assistance of SMARTPLS software, an analysis of the relationship between fiscal austerity policies, educational public value, and social well-being was conducted. The research results provided a deep understanding of the indicators shaping public value in Brazilian education, as well as a critical analysis of the impacts of fiscal austerity policies in this context. Additionally, the results contributed to the discussion on how the promotion of educational public value is directly related to social well-being. The research aimed to fill a gap in understanding the relationship between public value in education, fiscal austerity policies, and their impacts on social well-being. The relevance of this study is intrinsically linked to the importance of education as a fundamental public service for the development of a just and equitable society. Furthermore, analyzing fiscal austerity policies and their impact on educational public value allows a deeper understanding of the challenges faced by public managers in balancing budget constraints with the need to promote accessible and effective education. This is particularly relevant in changing scenarios, such as the challenges posed by the COVID-19 pandemic, for example. The connection between educational public value and social well-being adds a practical dimension to the research, emphasizing the importance of quality education for sustainable development and the improvement of the overall quality of life of society. Understanding how educational policies can impact social well-being allows for a more comprehensive analysis of the socioeconomic implications of government decisions. Moreover, the relevant role of accounting information in providing a comprehensive view of factors influencing the effectiveness of the educational system is highlighted, contributing to guiding public managers in the efficient allocation of resources and the promotion of quality education for all citizens.

Keywords: *Public value. Social welfare. Fiscal Austerity. Accounting. Education.*

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura 1 - O Triângulo Estratégico do Valor Público | 34 |
| Figura 2 - Cenário do Valor Público a partir das relações indivíduo-entidade | 38 |
| Figura 3 - Pirâmide de Valor | 46 |
| Figura 4 - Construção do pensamento empírico para a pesquisa | 68 |
| Figura 5 - Ilustração dos efeitos mediadores e moderados..... | 75 |
| Figura 6 - Árvore de decisão dos tipos de medição | 77 |
| Figura 7 - Tipos de construtos de segunda ordem..... | 78 |
| Figura 8 - Planificação holística do valor público..... | 80 |
| Figura 9 - Modelo de mensuração das variáveis latentes de 1ª ordem e seu indicadores | 96 |
| Figura 10 - Modelo de equação estrutural de 2ª ordem..... | 97 |
| Figura 11 - Modelos de mensuração de 1ª ordem | 105 |
| Figura 12 - Modelo de mensuração após a análise de componentes confirmatória | 111 |
| Figura 13 - Modelo estrutural ajustado | 117 |
| Figura 14 - Modelo estrutural com valores t | 118 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|-----|
| Tabela 1 - Estatísticas univariadas para as variáveis preliminares da pesquisa | 101 |
| Tabela 2 - Matriz inicial de correlações entre as variáveis latentes (n=208)..... | 106 |
| Tabela 3 - Matriz inicial das cargas fatoriais (n=208)..... | 107 |
| Tabela 4 - Matriz de correlações entre as variáveis latentes do modelo de mensuração (n=208) | 108 |
| Tabela 5 - Matriz das cargas fatoriais dos indicadores do modelo (n=208)..... | 109 |
| Tabela 6 - Validação dos modelo de medição do Valor Público..... | 110 |
| Tabela 7 - Matriz inicial de correlações entre as variáveis latentes (n=208)..... | 112 |
| Tabela 8 - Matriz das cargas fatoriais do modelo de mensuração | 113 |
| Tabela 9 - Resultados Consistência de Dados, Validade Convergente e Discriminante para modelo estrutural | 114 |
| Tabela 10 - Valores VIF, f ² , R ² e R ² ajustado para modelo estrutural | 116 |
| Tabela 11 - Teste e valores do modelo estrutural de hipótese | 118 |
| Tabela 12 - Efeito Total, Direto e Indireto na relação valor público e bem-estar social..... | 119 |
| Tabela 13 - Mediação da relação valor público e bem-estar social | 120 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----|
| Quadro 1 - Categorias, conceitos e exemplos de valores públicos | 36 |
| Quadro 2 - Comparando as Perspectivas da Administração Pública | 41 |
| Quadro 3 - Variáveis de composição do bem-estar social | 82 |
| Quadro 4 - Variáveis de composição da austeridade fiscal..... | 84 |
| Quadro 5 - Variáveis de composição do valor social na política educacional..... | 87 |
| Quadro 6 - Variáveis de composição do valor econômico na política educacional..... | 89 |
| Quadro 7 - Variáveis de composição do valor intangível na política educacional | 92 |
| Quadro 8 - Variáveis de composição do valor político na política educacional | 94 |
| Quadro 9 - Matriz de Amarração Metodológica | 99 |
| Quadro 10 - Resumo das hipóteses de relações entre os construtos | 112 |

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

| | |
|----------|--|
| ACC | Análise de Componentes Confirmatória |
| AVE | Variância Média Extraída |
| CB-SEM | Modelo de equação estrutural baseada em covariância |
| CC | Confiabilidade Composta |
| DLP | Desregulamentação da economia, liberação do comércio e da indústria e a privatização |
| GINI | Coefficiente de Gini (indicador de desigualdade) |
| HTMT | <i>Heterotrait-monotrait ratio</i> |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IDH | Índice de Desenvolvimento Humano |
| IDHM | Índice de Desenvolvimento Humano Municipal |
| ILC | Indicador de liquidez corrente |
| INEP | Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira |
| Ipeadata | Base de Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada' |
| IR | <i>Indicator Reliability</i> |
| MEE | Modelagem de equações estruturais |
| NPM | <i>New Public Management</i> |
| NPS | <i>New Public Service</i> |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PLS-SEM | Modelo de equação estrutural de mínimos quadrados parciais |
| PPP | Parceria público-privada |
| SEM | <i>Structural Equation Models</i> |
| SICONFI | Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiros |
| SIDRA | Sistema IBGE de Recuperação Automática |
| TCU | Tribunal de Contas da União |
| TIC | Tecnologia da Informação e Comunicação |
| TSE | Tribunal Superior Eleitoral |
| VD | Variável dependente |
| VE | Valor Econômico |
| VI | Valor Intangível |
| VIF | Valores de Inflação da Variância |

| | |
|----|------------------|
| VL | Variável latente |
| VP | Valor público |
| VP | Valor Político |
| VS | Valor Social |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| 1. INTRODUÇÃO | 18 |
| 1.1. Contextualização do tema | 22 |
| 1.2. Problematização da pesquisa | 25 |
| 1.3. Objetivos | 28 |
| 1.3.1. <i>Objetivo Geral</i> | 28 |
| 1.3.2. <i>Objetivos Específicos</i> | 28 |
| 1.4. Justificativa do tema | 29 |
| 2. REFERENCIAL TEÓRICO | 32 |
| 2.1 Teoria do Valor Público | 32 |
| 2.1.1 <i>Abordagem Teórica</i> | 32 |
| 2.1.2 <i>Perspectiva do valor público na administração pública</i> | 40 |
| 2.1.3 <i>Estudos anteriores sobre valor público</i> | 43 |
| 2.2 Teoria do bem-estar social | 47 |
| 2.2.1 <i>Abordagens teóricas e estudos anteriores</i> | 47 |
| 2.2.2 <i>Modelos políticos</i> | 52 |
| 2.2.3 <i>Políticas de Austeridade Fiscal e Bem-estar Social</i> | 57 |
| 2.3 Desenvolvimento das Hipóteses | 64 |
| 3. METODOLOGIA | 69 |
| 3.1. Classificação Paradigmática | 69 |
| 3.2. Método Científico e Teorias de Suporte | 70 |
| 3.3. Delimitação do campo de análise | 71 |
| 3.4. Abordagem Metodológica e método da pesquisa | 71 |
| 3.4.1 <i>Dos tipos de efeito na SEM</i> | 75 |
| 3.4.2 <i>Do Construto Valor Público</i> | 77 |
| 3.4.3 <i>Das variáveis latentes bem-estar social e austeridade fiscal</i> | 81 |
| 3.4.4 <i>Das variáveis das dimensões do Valor Público</i> | 84 |
| 3.5 Da especificação e estimação do modelo | 94 |
| 3.6 Matriz de Amarração da pesquisa | 98 |
| 4. ANÁLISE DOS RESULTADOS | 101 |
| 4.1 Tratamento Exploratório das Variáveis | 101 |
| 4.2 Análise de Componentes Confirmatória (ACC) | 105 |
| 4.3 Do modelo de equação estrutural | 112 |
| 4.4 Análise do efeito de mediação | 119 |
| 5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS | 121 |

| | | |
|-----|---|-----|
| 5.1 | Da mensuração multidimensional do valor público | 121 |
| 5.2 | A relação entre os construtos da pesquisa | 125 |
| 6. | CONSIDERAÇÕES | 130 |
| | REFERÊNCIAS | 134 |

1. INTRODUÇÃO

As ações de um Estado devem refletir seu objetivo pétreo: a prestação de serviços para o atendimento à sociedade. Tais ações são expressas pelas políticas públicas adotadas. Essas políticas demonstram o olhar do governante e não o isenta de autointeresse, em especial, ao atendimento das necessidades básicas, sejam educação, transporte, saúde, saneamento e outras atividades (Silva et al., 2020). Nessa perspectiva, o desafio passa a ser de que maneira a ação governamental pode se manter equilibrada entre o atendimento e a satisfação do cidadão. Dessa maneira, há uma busca pela eficiência e entrega de resultados, serviços e produtos (Fernandez & Pedrosa, 2021).

Numa inserção de estudos argumentativos, a retórica narrativa dos fatos se fundamenta na concepção de transmitir credibilidade e contribuir na relação de confiança do que está sendo tratado. Para Amossy (2005), é a partir desta realidade narrativa que se pode persuadir na tentativa de reduzir as ambiguidades que surgem e impossibilitam o consenso. A esse respeito, a ciência, como no caso da contabilidade, assume uma maior discussão no campo acadêmico e científico para demonstrar embasamentos teóricos e empíricos em relação aos avanços e obstáculos no processo da gestão pública. Isso se dá pelo fato de que os resultados de suas informações contábeis permitem uma efetiva tomada de decisão, servem como incremento para indicadores de desempenho, além de servir como ferramenta de transparência para avaliar a eficiência e a eficácia dos serviços públicos (Jorge de Jesus & Eirado, 2012).

Já no campo da administração pública, a preocupação está em entender a forma pela qual o governo pode se organizar e fazer a entrega desses bens e serviços de forma equilibrada na alocação equitativa e com resultados eficientes (Barclay & Everingham, 2020). Portanto, o Estado rompia com uma visão de provedor para ter um olhar de gestor. Dessa maneira, especialmente na década de 80, se via o surgimento de uma nova gestão pública com perspectivas de boa governança com modelos semelhantes ao do mercado, focando principalmente na melhora do desempenho (Moore, 2014). Essa nova visão passava a ser conhecida como *New Public Management* - NPM (Osborne, 2006).

A inserção desse novo paradigma foi objeto de crítica, especialmente pela sua proximidade com modelos de setor privado (Kettl, 2000; Marchand & Brunet, 2019). Assim, surgiram novas alternativas que buscassem fundamentar modelos “híbridos” para atuação pública, como é o caso do Novo Serviço Público (Denhardt & Denhardt, 2000), Gestão da Publicidade - *publicness* (Bouchard & Charbonneau, 2014; Bozeman & Moulton, 2011),

Nova Governança (Osborne, 2006) e estado dos agentes ou serviço público multissetorial (Park & Perry, 2013).

Como um desafio contemporâneo, se apresentava a necessidade de a gestão pública expressar mais efetivamente a visão democrática e colaborativa. Em vista disso, surgia uma visão pautada pela gestão do valor público (Bozeman, 2007; Moore, 1995; O’Flynn, 2007; Spano, 2009; Stoker, 2006). A visão do valor público se apresenta como uma evolução da visão do NPM. Segundo Meynhardt (2009), a inserção de uma abordagem voltada ao valor público se alinha melhor às novas perspectivas e desafios do setor público, mesmo de forma um pouco evasiva. Esse alinhamento se dá pela compreensão mais efetiva das ações de reforma do setor, tais como contratação por desempenho, orientação voltada ao resultado, orçamento ou pagamento relacionado ao desempenho. Ademais, o valor público pode ser retratado pelo atendimento das necessidades da sociedade a partir dos benefícios gerados pelas ações governamentais (Benington, 2011; Papi et al., 2018).

Moore (1995), considerado como o precursor no debate do valor público, aponta, por meio de uma visão prática e ilustrativa, que o valor público pode ser encontrado, por exemplo, numa biblioteca pública municipal que passou a receber a visita de muitas crianças que permaneciam no local até o final do dia. Ao perceber que isso se tornava uma rotina, a bibliotecária identificou que sua instituição estava sendo utilizada como uma creche por pais que não tinham condições de manter os cuidados para com suas crianças. Em um primeiro momento, a bibliotecária lembrou de seus estudos e de toda estrutura normativa que o local possuía e iniciou um processo de retomar a normalidade da instituição. Porém, no ímpeto gerencial, sua atitude foi a de criar uma alternativa para que o espaço, antes dedicado ao silêncio e à leitura, recebesse um atrativo a mais para essas crianças. Daí, entende-se a criação de um valor público.

O construto do valor público tem se firmado em diversas áreas do saber, especialmente pela sua capacidade de evolução, pois o que é valorizado pela sociedade é um fenômeno que muda à medida que se aumenta o conhecimento, por exemplo (Bracci et al., 2015; Bryson et al., 2017; Meynhardt, 2009). Ademais, a construção do entendimento do valor público não apresenta consenso. Desde Moore (1995), pesquisas, como a de Benington (2011); Bozeman (2007); Meynhardt (2009); O’Flynn (2007), têm buscado apresentar as perspectivas teóricas e empíricas para temas, como a definição e a mensuração de quem cria ou quem legitima tais valores.

A perspectiva do valor público no governo brasileiro foi estabelecida com a promulgação do Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, que trata da política de governança para a administração pública (Brasil, 2017). O decreto define o valor público como sendo produtos e resultados gerados por atividades organizacionais, que atendem efetivamente às necessidades públicas, com potencial para impactar diversos aspectos da sociedade ou grupos específicos reconhecidos como destinatários legítimos de serviços públicos. O Tribunal de Contas da União (TCU) também abordou o tema, por meio da Instrução Normativa nº 84 de 2020, orientando princípios para a prestação de contas e tomada de decisões pelos gestores da administração pública, visando a preservação e a entrega do valor público (Brasil, 2020).

Nesse contexto, o valor público, conceituado por Moore (1995), como resultado de esforços dos gestores públicos em encontrar saídas criativas e adequadas na aplicação das políticas públicas, tem sido inserido em outro debate: a relação com o modelo político-econômico adotado e seus impactos. Dentre essas contradições, se encontram as diferentes formas que o Estado pode expressar suas políticas, como no caso da evolução do Estado liberal, passando pelo Estado do bem-estar social, no qual o Estado está envolvido na garantia de arcar com as necessidades básicas do indivíduo pautadas na ampliação de gastos sociais e ótica do Estado neoliberal, pelo qual a busca por soluções ágeis e eficientes refletem a construção de valor público (Draibe, 1995; Mazetto, 2015).

Nesse ínterim, o conflito que envolve tais modelos está na forma da adoção das políticas públicas e seus impactos para a sociedade, especialmente em relação ao contingenciamento de gastos com a qualidade de vida. Dentre as ações mais questionadas pelos críticos ao neoliberalismo está o fato de que os governos que adotam políticas de austeridade fiscal (redução de gastos), por exemplo, prejudicam o atendimento das necessidades sociais da população e podem provocar um detrimento à qualidade de vida das pessoas, especialmente das mais pobres (Bentzen et al., 2020; Labonté & Stuckler, 2016; Rossi et al., 2019; Vieira, 2016; Vieira et al., 2018).

A esse exemplo, cita-se a política econômica adotada pelo governo brasileiro de contenção dos gastos públicos, com a adoção da Emenda Constitucional nº 95/2016. Esse dispositivo atribui um teto para todos os gastos públicos em 20 anos. Estudos se apresentaram preocupados com o impacto disso nas políticas sociais, especialmente na educação e saúde (Draibe, 1995; Henrique, 2018; Rossi et al., 2019; Vieira, 2016). Porém, essa política fiscal foi substituída em agosto de 2023, com a promulgação de uma lei que

instituiu um novo arcabouço fiscal, intitulado Regime Fiscal Sustentável, que foca os gastos no governo com o cumprimento de metas de resultado primário (Brasil, 2023).

Inclusive, outro conflito que surgiu desde a eclosão desses novos sistemas econômicos relaciona-se com o processo produtivo do setor privado e o bem-estar social. Shumway (2017) apresentou críticas tanto às políticas de promoção social quanto às de redução de gastos nos EUA. Para exemplificar, o autor enfatizou que em momentos de políticas governamentais de bem-estar social e quando os lucros dessas organizações são satisfatórios, seus líderes estão mais dispostos com o processo de bem-estar social de seus trabalhadores. No entanto, quando estão em momentos desfavoráveis, como de uma crise ou de redução de lucratividade, é comum que esses mesmos líderes relacionem seus fracassos com os programas sociais adotados.

De fato, esse debate em torno de qual sistema econômico é o mais adequado tem se alicerçado no viés político-ideológico ao qual ele pertence (Castro & Martins, 2018; Correia & Neduziak, 2017; Potrafke, 2011; Savage, 2019). Nesse sentido, é possível considerar como uma alternativa a adoção pela qual tem se fundamentado os defensores do valor público alinhada a sistemas políticos híbridos, ou como tem sido conhecida, a “terceira via” (Benington, 2011; Fernández-Santillán, 2018; Giddens, 2000; Peroni, 2013). Essa abordagem, elaborada por Giddens (2000), sinaliza que as atividades do serviço público devem permanecer em interconexão com os demais setores, visando unir perspectivas de abordagens diferentes a partir de resultados eficientes (ideia defendida por neoliberais) e políticas de bem-estar social (defendidas pelo Estado do bem-estar social).

Por sua vez, em alguns casos, a construção de valor público passa a ser comprometida, visto que valor público está relacionado à ação governamental no atendimento das necessidades. Sendo assim, os governos devem se esforçar para apresentar aos seus cidadãos que essa relação não é proporcional, ou seja, em momentos de austeridade, os governos devem mostrar que os benefícios de suas atividades superam os sacrifícios (Papi et al., 2018; Spano, 2014).

Em suma, a interseção entre a austeridade fiscal, o bem-estar social e a busca pelo valor público revela um desafio complexo para os gestores públicos contemporâneos. O papel do Estado na prestação de serviços à sociedade é inegável, e as políticas adotadas refletem a visão do governante, permeando o equilíbrio delicado entre atender às necessidades básicas dos cidadãos e promover a satisfação da sociedade.

No entanto, a aplicação de políticas de austeridade fiscal, como a observada na Emenda Constitucional nº 95/2016 no Brasil, suscita preocupações quanto ao impacto negativo sobre as políticas sociais e a qualidade de vida, especialmente para os segmentos mais vulneráveis da população. O debate sobre modelos econômicos, ora neoliberal, ora voltado ao bem-estar social, encontra eco nas divergências políticas e ideológicas. A proposta da "terceira via" busca conciliar perspectivas distintas, mas a construção do valor público se torna um desafio em momentos de austeridade, exigindo transparência dos governos na comunicação e evidências claras de que os benefícios superam os sacrifícios.

A esse respeito, as pesquisas tendem a contribuir nos diversos debates a fim de apresentar soluções eficientes. Bracci et al. (2019) apontaram, também, que a contabilidade possui ferramentas úteis para refletir como o valor público está sendo criado ou destruído, como pode ser mensurado e de que forma essa mensuração afeta a prestação de contas e a transparência. Nesse contexto, a contabilidade surge como uma ferramenta essencial, fornecendo bases compreensíveis para avaliar como o valor público é criado ou destruído, permitindo uma análise crítica e embasada nas tomadas de decisão em diversos níveis. Assim, a gestão pública, ao abraçar uma visão democrática e colaborativa, pode trilhar o caminho para um equilíbrio sustentável entre a austeridade fiscal, o bem-estar social e a entrega efetiva de valor público à sociedade.

1.1. Contextualização do tema

A sociedade tem como característica um intenso processo de transformação relacionado à evolução de algo existente, à consolidação de matéria própria ou à inovação para o preenchimento de lacunas ainda encontradas. Tal processo não é exclusividade de relações sociais, mas também é conhecido e aplicado no contexto institucional. O discurso aplicado a uma nova realidade administrativa, em especial no contexto público, impulsionou os diversos governos a adotarem novas concepções para a gestão de seus recursos, na tentativa de alinhar suas realizações às narrativas globalizadas de instituições eficientes e transparentes no que tange ao uso do dinheiro público.

Não obstante a isso, as pressões políticas tendem a incentivar que os governos devem aumentar a prestação de serviços. Isso tem conduzido a uma ótica da administração pública, a qual defende que forças de mercado podem fornecer tais serviços de maneira mais econômica e eficiente (Barclay & Everingham, 2020). Sendo assim, num processo de debates e

convergência, tem-se intensificado a emergência de uma escola de pensamento, conhecida como Novo Serviço Público (NPS), que enfatiza o conceito de democracia alicerçado na eficiência pela valorização de uma maior participação pública, governança pública e maior transparência (Denhardt & Denhardt, 2015). Dessa forma, o debate muda de direção para as tratativas da forma como o governo serve ao proposto de interesse público e responde à construção de valores públicos (Brunet & Aubrey, 2016).

O valor público tem surgido como um construto complexo e multifacetado (Li & Wang, 2020; Papi et al., 2018; Spano, 2014). Esse construto tem sido tratado como um conceito dinâmico, que envolve a criação de benefícios para a sociedade, considerando as necessidades e interesses coletivos (Benington & Moore, 2011; Bozeman, 2007; Meynhardt, 2009). Além disso, ele tem sido operacionalizado através de uma variedade de abordagens teóricas e práticas, e sua compreensão é essencial para orientar a gestão pública em direção à eficácia e eficiência na busca do bem-estar social (Alford et al., 2017; Hartley et al., 2017).

O valor público nem sempre é evidente e sua conceituação carece de uma unificação (Cabral et al., 2019). O termo valor público tem sido encontrado nas pesquisas como a definição ou justificativa de que “algo” deve ser apresentado no sentido coletivo ou de forma “mais ampla”, como o caso da religião (Portulhak & Pacheco, 2020), ou comportamento (Jørgensen & Sørensen, 2012), por exemplo. Porém, o debate sobre quais valores devem ser associados ao serviço público tem sido cada vez mais observado para determinar a relevância de um novo produto para o interesse público e legitimar as ações dos gestores públicos (Jørgensen & Bozeman, 2007; Meynhardt, 2009; Moore, 2021).

Um dos conceitos difundidos do valor público é de que ele se destaca como o resultado das organizações públicas, ou melhor, como produto dessas organizações no atendimento das necessidades de seus cidadãos (Spano, 2009). Por outro lado, o debate sobre o valor público ainda é incipiente na forma pela qual ele é construído e, muitas vezes, por sua definição ainda ser difusa e vaga. No entanto, entende-se que sua construção é uma evolução contínua, adaptando-se às mudanças nas condições sociais e contextos específicos.

A operacionalização do valor público envolve a aplicação prática de pressupostos multifacetados. Dessa forma, diversos estudos exploram diferentes formas de medir, entender e aplicar o valor público, indicando a complexidade e a diversidade associadas ao conceito. Ringeling (2015) ressalta a função do Estado na alocação de valores na sociedade. Pesquisas, como a de Roman e McWeeney (2017), exploram a relação entre o comportamento administrativo e a criação de valor público, destacando a importância da liderança na

inspiração de valores públicos. A complexidade das relações entre ética e valor público é evidenciada em estudos sobre ética militar (Fourie, 2017) e análises do entendimento do valor público nas visões de burocracia e liberdade de Weber e Hegel (Tijsterman & Overeem, 2008). Quanto à criação de valor, especialmente na perspectiva da nova visão de Gestão Pública e da Gestão do Valor Público, autores como Meynhardt & Bartholomes (2011); Moore (2014); Santos et al. (2022) e Zimmermann et al., (2018) buscaram compreender e medir o valor público na administração pública, enfrentando desafios de subjetividade.

Jørgensen e Sørensen (2012) argumentaram que a boa governança está intrinsecamente ligada à noção de valores públicos, mesmo com o desafio da definição ideal desses valores. Iniciativas inteligentes e inovação colaborativa entre governo, setor privado e organizações sem fins lucrativos são destacadas como impulsionadoras da criação de valor público (Neumann et al., 2019).

A literatura tem enfatizado a complexidade e os desafios para as organizações públicas que buscam uma gestão pública orientada para resultados, eficiência e interesse público (Chatfield & Reddick, 2019; Hofmann et al., 2019; Ranchordás & Goanta, 2020; van der Graaf, 2018). Dessa forma, reflete-se cada vez mais a necessidade de que a sociedade perceba a criação de valor em suas atividades (Papi et al., 2018), principalmente quando esse resultado tem relação com políticas sociais e atendimento das necessidades.

Com isso, o valor público tem se apresentado como um paradigma emergente que vai muito além de interpretações do fracasso do governo ou de sua forma de pensar (O'Flynn, 2007). Ele se apresenta na esfera da compreensão dos novos desafios para o governo, sociedade e formuladores de políticas públicas, especialmente quanto ao debate da total relação das mudanças de políticas econômicas na efetivação das políticas sociais.

Ademais, o valor público tem se consolidado na orientação da gestão pública em direção à eficácia e eficiência das políticas públicas adotadas (Bryson et al., 2017). No contexto educacional, por exemplo, essa importância se destaca com uma dimensão crucial na promoção do bem-estar social e no desenvolvimento de uma sociedade mais justa e equitativa. Decerto, a concepção do valor público na educação transcende a mera entrega de serviços educacionais, abrangendo o compromisso com a formação de cidadãos conscientes, participativos e éticos (Benington, 2011; Fernández-Santillán, 2018; Jørgensen & Bozeman, 2007). A criação de valor público no setor educacional envolve não apenas a eficiência administrativa e alocação efetiva de recursos, mas também a construção de uma base sólida de

princípios e valores que norteiam a formação dos indivíduos (Meynhardt, 2009; Rutgers, 2015; Sano & Sumiya, 2021; Talbot, 2011).

Além disso, a transparência na gestão educacional, a participação pública nas decisões relacionadas à educação e a ênfase na governança democrática contribuem para fortalecer a confiança da sociedade no sistema educacional (Bozeman, 2007; Dahlum & Knutsen, 2017; Li & Shang, 2020; O'Flynn, 2007). A compreensão do valor público na educação vai além das métricas de desempenho acadêmico, incorporando aspectos, como a formação integral dos indivíduos, o estímulo à criatividade e a preparação para enfrentar os desafios.

Nesse sentido, a articulação entre o valor público e o contexto educacional não apenas molda a qualidade do sistema educacional, mas também influencia diretamente a construção de uma sociedade mais justa e coesa. Portanto, a atenção dedicada ao valor público no âmbito educacional é essencial para garantir que a educação cumpra sua função transformadora, capacitando os indivíduos a contribuir de maneira significativa para o progresso social e o bem-estar comum (Corrado et al., 2021; Diebolt et al., 2022; Rowe, 2019; Song, 2012).

1.2. Problematização da pesquisa

A educação, enquanto serviço público, desempenha um papel fundamental na construção do capital humano de uma nação (Corrado et al., 2021). A promoção de valores, como inclusão, igualdade de oportunidades, diversidade e responsabilidade social, contribui não apenas para o desenvolvimento individual dos estudantes, mas também para a coesão social e a prosperidade coletiva. A ênfase no valor público no contexto educacional implica o reconhecimento de que a educação é um investimento social de longo prazo, com impactos significativos na qualidade de vida, na empregabilidade e na participação cívica dos cidadãos (Amaral & Simões, 2019; Rossi et al., 2019). Logo, seus efeitos no bem-estar social também só podem ser percebidos no longo prazo, especialmente na dimensão da Saúde e Renda.

Na atualidade, a política educacional brasileira tem sido marcada por desafios e mudanças nas diversas etapas de ensino como, por exemplo, a implementação de reformas no Ensino Médio, visando uma maior flexibilização do currículo, que tem gerado debates sobre a eficácia e os impactos na qualidade do ensino (Süssekind, 2019). Ademais, citam-se as desafiadoras estratégias para o aumento da qualidade de ensino da Educação Básica, já que o país não tem alcançado desempenho satisfatório nas avaliações internacionais (Gomes et al., 2020), além das ações de contenção aos impactos negativos gerados ao sistema educacional em decorrência da COVID-19 (Carvalho & Rossi, 2020).

A qualidade da Educação Básica também tem sido observada, especialmente em áreas mais vulneráveis socioeconômica e geograficamente, o que direciona para os diversos programas sociais, como o Programa Bolsa Família e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que têm influência direta na educação, buscando garantir condições adequadas para o desenvolvimento dos estudantes (Paiva et al., 2016; Sordi & Gonçalves Neto, 2021).

Por certo que a oferta do valor público está relacionada aos benefícios produzidos para a sociedade (Papi et al., 2018; Spano, 2014). Sendo assim, uma educação centrada no valor público contribui para a formação de cidadãos conscientes e participativos, assegura que todos os cidadãos tenham acesso igualitário a oportunidades educacionais, combate desigualdades sociais e econômicas, proporcionando a todos os indivíduos, independentemente de sua origem socioeconômica, um desenvolvimento holístico.

Nessa perspectiva, a questão dos investimentos em educação torna-se um ponto de destaque crucial para a implementação de políticas eficazes e que garantam condições adequadas nas escolas (Begnini & Tosta, 2017; Cruz & Silva, 2020). Dessa maneira, a gestão pública tem sido chamada a compreender a dimensão do valor público nas diversas áreas. No contexto educacional, o valor público permite a otimização da alocação de recursos financeiros, garantindo que os investimentos sejam direcionados para áreas que impactam positivamente o aprendizado dos estudantes e o aprimoramento do sistema educacional como um todo (López-pérez & Spiegelman, 2019; Sahnoun & Abdennadher, 2022).

Nesse sentido, a multidimensionalidade do valor público permite considerar os fatores objetivos e subjetivos da construção desse valor. Dentre essas multifacialidades do valor público, os autores Li & Wang (2020) e Papi et al. (2018) destacaram a abordagem dos valores sociais, econômicos, políticos e intangíveis na construção desse valor. Na ótica social, o valor público é representado pela satisfação do serviço público e o olhar na produção do coletivo. O valor econômico vai muito além dos resultados monetários, pois está relacionado ao resultado das preferências adotadas com desempenho eficiente. Nessa mesma perspectiva, o valor público está representado pela qualidade de um sistema democrático, o que elucidada o valor político inserido nele. Por fim, a dimensão intangível do valor pode ser entendida, por exemplo, pelos seus resultados subjetivos, porém, causadores de impacto.

Sendo assim, a complexa tarefa de mensurar o valor público na educação brasileira exige uma análise cuidadosa de diversos indicadores que abrangem diferentes dimensões, incluindo aspectos econômicos, sociais, intangíveis e políticos. Neste contexto, surge a

primeira questão de pesquisa: **quais os indicadores (econômico, social, intangível e político) refletem o valor público da educação brasileira?** Esta questão não apenas reconhece a necessidade de uma avaliação abrangente, mas também destaca a importância de incorporar diferentes dimensões, sejam econômicas, sociais ou outras, para obter uma compreensão holística do impacto e da eficácia dos serviços educacionais.

No entanto, os gestores públicos enfrentam vários desafios ao tentar construir valor público na educação, especialmente considerando as pressões orçamentárias, as expectativas da sociedade e a necessidade de garantir um sistema educacional eficaz (Jorge de Jesus & Eirado, 2012; Machado & Quiraque, 2023; Salemans & Budding, 2022; Sano & Sumiya, 2021). É nesse contexto que as políticas de austeridade fiscal se relacionam na construção eficaz do valor público. A necessidade de lidar com restrições orçamentárias e políticas de austeridade pode limitar os recursos disponíveis para investir na educação (Carvalho & Rossi, 2020; Rossi et al., 2019). Isso pode afetar, por exemplo, a qualidade dos materiais didáticos, a infraestrutura escolar, a formação de professores e outros aspectos fundamentais do sistema educacional. Além disso, a adoção ineficiente de tais políticas públicas de austeridade pode produzir efeitos negativos do bem-estar dos cidadãos (Vieira et al., 2018).

Esse cenário levanta uma segunda questão para a pesquisa: **como as políticas de austeridade fiscal impactam o valor público educacional e, por sua vez, qual é o efeito dessa dinâmica no bem-estar social brasileiro?** A questão permite explorar a complexidade da relação entre as políticas de austeridade fiscal, o valor público educacional e seus efeitos no bem-estar social. Esta pergunta sugere, ainda, uma análise abrangente das interações entre diferentes elementos, permitindo uma investigação aprofundada sobre os desafios enfrentados pelos gestores públicos na busca por equilibrar restrições orçamentárias com a necessidade premente de promover uma educação eficaz e acessível para todos.

Busca-se uma coerência entre as duas perguntas, em consideração da abordagem metodológica que será utilizada (análise de componentes confirmatória e geração de modelo de mensuração de valor público na primeira parte, e um modelo de equação estrutural PLS na segunda parte). A primeira pergunta concentra-se na identificação e compreensão dos indicadores que refletem o valor público da educação brasileira. Esta abordagem alinha-se à primeira parte do estudo, que envolverá uma análise de componentes confirmatória e a criação de um modelo de mensuração de valor público. Nesse caso, exploram-se os elementos específicos que contribuem para a formação do valor público na educação.

A segunda pergunta, por outro lado, está voltada para as implicações práticas e socioeconômicas do valor público educacional, especialmente no contexto de políticas de austeridade fiscal. A ênfase na relação entre austeridade fiscal, valor público educacional e bem-estar social alinha-se ao uso de um modelo de equação estrutural de mínimos quadrados parciais (PLS-SEM) na segunda parte do estudo. Nesse contexto, busca-se ir além da identificação de indicadores, pois pretende-se entender como as dinâmicas entre esses elementos influenciam o bem-estar social.

Ademais, considera-se a coerência entre as duas perguntas em consideração à apresentação de uma convergência em duas teorias consideradas diferentes, mas que possuem construtos convergentes: a teoria do valor público e do bem-estar social. A primeira, como uma nova perspectiva que se refere à criação e entrega de valor para a sociedade como um todo, por meio das ações e políticas do setor público e a segunda, que está relacionada à avaliação do nível de satisfação e qualidade de vida da sociedade como um todo.

Em resumo, a construção do valor público na educação brasileira está intrinsecamente ligada às teorias do valor público e do bem-estar social, pois visa criar um sistema educacional que não apenas atenda às demandas individuais, mas também contribua para o progresso coletivo e o aprimoramento da qualidade de vida da sociedade como um todo. Essas teorias fornecem um arcabouço conceitual para compreender e avaliar os impactos das políticas educacionais na sociedade e no bem-estar dos cidadãos.

1.3. Objetivos

1.3.1. Objetivo Geral

O objetivo principal é identificar os fatores econômicos, sociais, intangíveis e políticos que revelam valor público educacional e podem afetar o bem-estar-social num ambiente de políticas de austeridade fiscal.

1.3.2. Objetivos Específicos

Os objetivos específicos da pesquisa são:

- Estabelecer elementos que revelam valor público no contexto educacional;
- Investigar a relação entre o valor público e as políticas de austeridade, identificando fatores específicos para a sociedade brasileira;
- Avaliar a contribuição do valor público educacional no alcance de níveis mais elevados de bem-estar social;
- Explorar a relação entre a adoção de políticas de austeridade e o bem-estar social;
- Investigar a mediação exercida pela austeridade na relação entre o valor público educacional e o bem-estar social;

1.4. Justificativa do tema

A presente pesquisa se justifica pela potencial contribuição para o campo teórico e empírico no âmbito do valor público, especialmente no contexto das ações públicas e seu impacto na sociedade. Dessa maneira, ao explorar a construção do valor público na educação, a pesquisa busca preencher lacunas críticas na compreensão atual dessas interações complexas.

No âmbito teórico, a pesquisa pode enriquecer a base conceitual da teoria do valor público, fornecendo *insights* específicos sobre como a análise de indicadores de valor podem refletir as ações públicas no domínio educacional (Jacobs, 2014; Meynhardt, 2009). Ao aprofundar a compreensão dos mecanismos subjacentes, a pesquisa contribui para o desenvolvimento de modelos teóricos mais refinados, capazes de capturar nuances significativas nas relações entre políticas públicas e valor público (Benington, 2011; Henrique, 2018; Moore, 1995; Ott, 2011).

Além disso, a pesquisa adota uma abordagem empiricamente fundamentada, buscando evidências tangíveis das dinâmicas identificadas na prática. A implementação de métodos empíricos robustos oferece uma validação tangível às teorias desenvolvidas, permitindo uma aplicação mais eficaz das descobertas no contexto do debate sobre as ações públicas. Dessa forma, a pesquisa não apenas teoriza sobre o valor público, mas também o valida por meio de observações concretas e análises baseadas em dados reais.

Ao focar na educação, um setor central para o desenvolvimento social, a pesquisa posiciona-se como uma peça-chave no debate sobre como as ações públicas podem impactar positivamente a sociedade (Corrado et al., 2021; Diebolt et al., 2022; Kart & Kart, 2021; Rowe, 2019; Thornton et al., 2015; Wang & Liu, 2016). Com uma base teórica sólida e evidências empíricas substanciais, a pesquisa oferece ferramentas valiosas para orientar a

formulação de políticas mais eficazes e, conseqüentemente, para melhorar a qualidade das ações públicas no contexto educacional.

A pesquisa ainda inova ao propor um estudo que verifica a complexa interseção entre as políticas de austeridade fiscal, o valor público educacional e seus efeitos no bem-estar social. Ao abordar a construção do valor público na educação brasileira, a pesquisa visa lançar luz sobre duas lacunas no campo: a primeira lacuna está relacionada às diversas dimensões (econômicas, sociais, intangíveis e políticas) que compõem esse construto multifacetado, reconhecendo uma análise abrangente e fornecendo uma visão holística do impacto e eficácia dos serviços educacionais, indo além das métricas tradicionais de desempenho acadêmico.

A segunda lacuna está no fato de que, ao se considerar as pressões orçamentárias e as expectativas da sociedade, a pesquisa explora como as políticas de austeridade fiscal podem influenciar o valor público entregue pela educação, ou seja, a qualidade dos materiais didáticos, a infraestrutura escolar, a formação de professores. Além disso, a pesquisa busca compreender os impactos dessas interações na qualidade de vida da sociedade como um todo. Portanto, o presente trabalho não apenas avança em relação ao entendimento acadêmico do valor público, mas também fornece insumos práticos e aplicáveis para os formuladores de políticas, promovendo um diálogo mais informado e uma implementação mais eficaz das ações públicas em benefício da sociedade.

Ao abordar essas questões, a pesquisa não apenas contribui para a compreensão teórica do valor público na educação, mas também oferece *insights* práticos e empiricamente embasados para os gestores públicos. A convergência entre as teorias do valor público e do bem-estar social proporciona um arcabouço conceitual robusto para analisar as implicações das políticas educacionais e de austeridade fiscal no contexto brasileiro. Dessa forma, a pesquisa propõe uma abordagem abrangente e interdisciplinar que visa contribuir significativamente para o avanço do conhecimento no campo da gestão pública e educação, fornecendo subsídios valiosos para a formulação de políticas mais eficazes e socialmente responsáveis.

Além do mais, a pesquisa permite uma criação sólida de interdisciplinaridade, fortalecendo o conhecimento relacionado à gestão pública e à educação, com contribuições relevantes em diversos campos, como no campo contábil. Diante da diversidade de interpretações sobre o que constitui valor público, a contabilidade emerge como uma disciplina científica crucial para auxiliar na compreensão, reconhecimento e mensuração desse fenômeno complexo, a partir do fornecimento de informações tempestivas e fidedignas.

A base conceitual da contabilidade, especialmente o termo "ativo", serviu como fundamento para o avanço dos estudos sobre valor público. A criação de um ativo intangível, percebido pela sociedade quando os benefícios superam os sacrifícios, destaca a contabilidade como uma ferramenta essencial na análise do valor público das ações governamentais. No entanto, apesar dessa fundação contábil nos princípios do valor público, há uma lacuna evidente na literatura contábil que aborda especificamente a construção teórica para a contabilidade de valor público, conforme apresentada por Moore (2014) e Bracci et al. (2019). A analogia apresentada por Moore, que propõe que gestores públicos devem ganhar seu sustento criando valor público da mesma forma que gestores privados, cria valor privado para acionistas e destaca a importância da contabilidade nesse contexto (Moore, 2014).

Os estudos contábeis que se propõem a explorar a interseção entre a teoria do valor público e a contabilidade são escassos, e a literatura acadêmica carece de uma construção teórica sólida nesse sentido. Enquanto algumas pesquisas contábeis têm oferecido *insights* valiosos sobre o sistema de controle gerencial como ferramenta para a gestão pública, práticas de orçamento, planejamento e análise de custos, a contabilidade de valor público ainda não possui um *corpus* bem estabelecido (Kearney & Meynhardt, 2016; Spano, 2014).

Nessa perspectiva, a contabilidade de valor público pode enriquecer a compreensão dos temas relacionados à *accountability*, prestação de contas e estratégias para gerar valor público, promovendo maior transparência e responsabilidade governamental (Chohan & Jacobs, 2017; Santos et al., 2022). Portanto, esta pesquisa ainda se propõe a preencher a lacuna existente na literatura contábil ao explorar a construção teórica de valor público a partir de informações contábeis, contribuindo para um entendimento mais profundo do papel da contabilidade na criação e mensuração do valor público em sociedades democráticas. Essa investigação pode fornecer percepções valiosas para a teoria e prática contábil, influenciando o desenvolvimento de novas abordagens para avaliar o impacto das ações governamentais na sociedade e no bem-estar social.

Em suma, num contexto das transformações significativas e desafios para a sociedade contemporânea, compreender o valor público na educação torna-se imperativo. A pesquisa busca não apenas dar luz às necessidades atuais, mas também fomentar contribuições significativas para gestores públicos, academia e sociedade sobre a instituição de políticas educacionais e práticas mais eficazes, orientando para quaisquer desafios futuros.

Estruturalmente, essa tese está organizada em outros cinco capítulos, além desta introdução. O capítulo 2 apresenta a revisão da literatura das teorias do valor público e bem-

estar social. O capítulo 3 traz o procedimento metodológico para análise dos construtos valor público, austeridade fiscal e bem-estar social. No capítulo 4, apresentam-se os resultados das análises estáticas para o modelo proposto, conseqüentemente, a relação dos construtos com a literatura estudada. O capítulo 5 apresenta discussão e inferência desses resultados. O capítulo 6 traz as considerações da pesquisa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Teoria do Valor Público

2.1.1 Abordagem Teórica

A ausência de um campo teórico abrangente que permita o entendimento da criação de valor, especialmente para as organizações públicas, dificulta a compreensão dos objetivos a serem perseguidos e a condução de um bem-estar social no sentido mais amplo (Sun & Anderson, 2012). A ideia analítica de valor público pode ser relacionada a bem público, quando esse valor é resultante de um bem não excludente e de uma não rivalidade (Ostrom, 2008). No entanto, para as recentes concepções de gestão pública, tais conceituações podem apresentar dificuldade de entendimento (Cabral et al., 2019).

A esse exemplo, os autores apresentam os serviços de saúde, que são verificados como provedores de valor público (Street et al., 2020). Porém, ao se analisar mais profundamente a saúde como bem público, é possível que as definições estritas de bens públicos, em termos de consumo não excludente e de rivalidade, não sejam claras, pois a condição social pode servir como critério de recebimento de serviços de assistência pública em alguns países. Logo, a criação de um valor público sugere a ideia de um valor flexível, mutável e discernido pelos processos endógenos que lhe dão origem, expressando uma construção em evolução (Cabral et al., 2019).

Dessa maneira, o construto do valor público tem sido guiado por pressupostos multifacetados e com uma ampla operacionalização (Faulkner & Kaufman, 2018; Wang & Christensen, 2017). No sentido bem amplo e clássico, o valor público é uma forma abrangente que permite à gestão pública abordar seus objetivos e buscar a melhoria dos seus serviços de forma inerente, oferecendo implicações coletivas orientadas para a nova gestão pública (Li & Wang, 2020). A abordagem do valor público tem sido postulada por diversos estudos e proliferações de definições (Bracci et al., 2019). Entretanto, um dos consensos é que a base do

construto de valor público está relacionada à pesquisa seminal realizada pelo professor Mark H. Moore, no ano de 1995, como resultado de cinco anos de pesquisas anteriores.

Na pesquisa, o professor Moore enfatizou que uma das funções fundamentais do gestor público está em satisfazer os indivíduos a partir da criação de valores públicos. Assim, o conceito de valor público transcende as vantagens retóricas e dá sentido aos esforços dos gestores públicos em encontrar saídas criativas e adequadas. Ao definir a criação de valor público, a partir de uma visão estratégica, o gestor entende os propósitos adequados, os registros e as melhores realizações (Moore, 1995). O autor ressalta, ainda, que a definição de valor público reflete quatro ideias principais de um gestor público, a saber: i) o valor público como uma conquista política do mandato a partir de realizações eficientes e eficazes; ii) o valor público como a conquista de padrões profissionais baseado no conhecimento e experiência de especialistas; iii) a captura de valor público por meio de técnicas analíticas, permitindo uma análise do custo-efetividade; e, por fim, iv) o valor público como medição da satisfação das partes interessadas dos programas governamentais.

Segundo Demir (2009), a definição de valor público, apresentada por Moore, endossa o administrador público na função de técnico e estrategista. Outrossim, as definições teóricas visavam orientar os gestores, tomadores de decisões e responsáveis institucionais em como desenvolver ações inovadoras e empreendedoras para o setor público. Dessa maneira, Moore apresentou um arcabouço teórico chamado de triângulo estratégico. Para Benington e Moore (2011, p. 4), o “triângulo estratégico é uma estrutura para alinhar três processos distintos, mas interdependentes, que são considerados necessários para a criação de valor público”. Tais processos, ou dimensões, foram idealizados para criar e operacionalizar o valor público.

Essas dimensões estão classificadas como: i) definição do valor público; ii) autorização; iii) construção da capacidade operacional. Na primeira dimensão, destaca-se o que se pretende alcançar em determinada situação, assim, o esclarecimento e a especificação dos objetivos estratégicos e dos resultados de valor público devem ser claros. É nesta dimensão que são mensurados os benefícios para o ambiente público e quais prioridades serão declaradas para a população (Williams & Shearer, 2011).

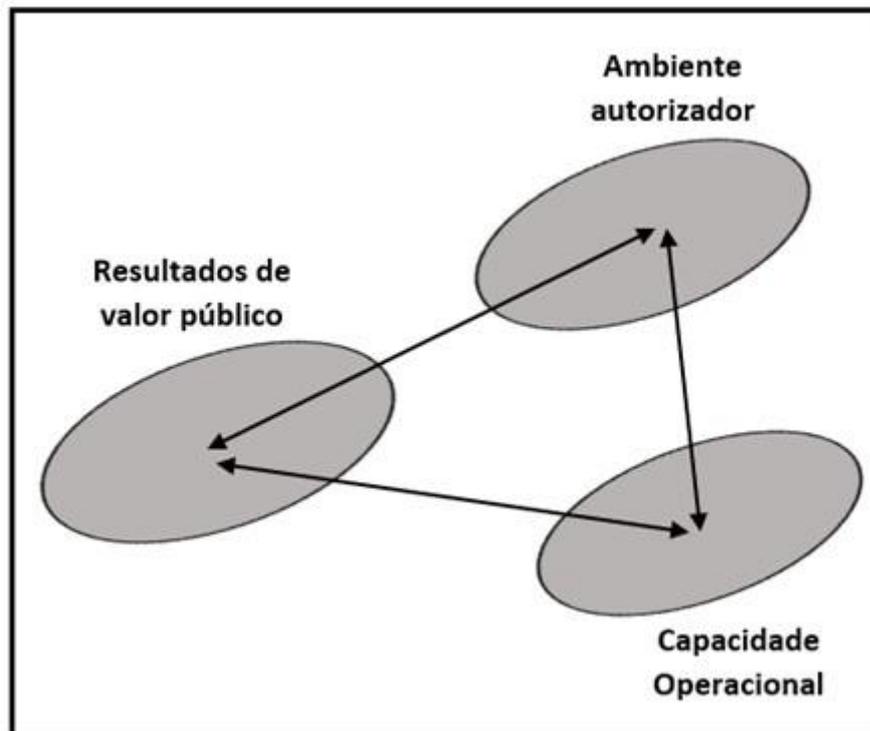
Na segunda dimensão, Moore traz à discussão o ambiente como um fator importante, pois é a partir dele que os indivíduos e as organizações operam. Na construção do valor público, emerge uma certa “autorização” das partes interessadas, sejam dos setores público, privado ou terceiro, além dos representantes eleitos. Dessa maneira, os tomadores de decisões devem prezar por uma coalizão, visando a sustentação das ações estratégicas necessárias e o

envolvimento contínuo nos meios e fins organizacionais. Ademais, admite-se que há uma necessidade de uma concreta base de legitimidade social e pública para a produção do resultado desejado (Moore, 2021).

Já na terceira dimensão, o valor público está relacionado à capacidade operacional, ou seja, aos recursos pelos quais o tomador de decisão deverá dispor para alcançar seus objetivos e construir o valor público almejado. Esses recursos podem ser encontrados tanto dentro quanto fora da organização, tais como: as finanças, o pessoal, as habilidades e as tecnologias. Sobre a visão estratégica, ressalta-se que a capacidade operacional representa os meios práticos pelos quais o gestor criará o valor público a fim de evitar que a atividade seja inútil. Moore (2021) enfatiza que nessa dimensão se apresentam os riscos e os custos, que podem ser baixos, caso a organização já possua capacidade operacional. No entanto, havendo a necessidade de novos custos de investimentos, é provável que a organização recorra a outras no mesmo nível do governo ou na fronteira público-privada. A Figura 1 apresenta a abordagem do triângulo estratégico.

Figura 1

O Triângulo Estratégico do Valor Público



Fonte: Adaptado de (Benington & Moore, 2011).

Benington e Moore (2011) destacam a importância estratégica de cada fator na construção do valor público, mas enfatizam que o processo de alinhamento entre eles é raro

de acontecer. Sendo assim, os gestores públicos empreendem um esforço constante para poder alinhá-los ou criar compensações viáveis entre eles. Nesse contexto, Hartley et al. (2017) classificam a abordagem do triângulo estratégico como uma ferramenta pragmática e heurística pela qual os gestores públicos podem “fazer as coisas” de maneira mais estratégica e praticável, resultando numa gestão eficaz.

Desde a concepção e o debate do conceito de valor público, a literatura a respeito da temática tem se destacado por diversas perspectivas teóricas e empíricas. No âmbito teórico, o construto apresentado por Moore (1995) foi complementado pelos estudos de Barry Bozeman (2007). Enquanto Moore identifica o valor público como resultado da gestão pública (assim como na gestão privada para os acionistas), Bozeman apresenta o valor público a partir de uma esfera social e política.

Bozeman (2007) considera o fortalecimento da proteção de ideias do bem comum e interesse público a partir de um suporte teórico e empírico, no entendimento da abordagem dimensional que determina a natureza pública das organizações. Para o autor, os valores públicos são considerados baseados em um consenso normativo dos direitos, benefícios e prerrogativas dos cidadãos, ou quando o foco está em características de um sistema democrático na sociedade, tais como: transparência, segurança, ética, sustentabilidade e participação cidadã (Bracci et al., 2019).

A partir de um mapeamento de valores advindos de conceitos filosóficos, Bozeman (2007) elucida que os valores públicos são operacionalizados por um conjunto de critérios capazes de assegurar a comunicação entre os cidadãos para que façam seus julgamentos. Dessa maneira, os valores públicos são gerados à medida que são atendidos os critérios de entrada, processo, saída e resultado do fornecimento de bens e serviços necessários (Bryson et al., 2014). Além disso, a abordagem de Bozeman (2007) se identifica numa dialética entre analistas, cidadãos e formuladores de políticas na qual se concentra a busca de uma maneira para se alcançar os valores públicos na prática.

Bozeman (2007) complementa a sua abordagem ao introduzir, em parceria com Torbem Beck Jørgensen, um novo estudo que parte de uma construção dedutiva de 230 outros estudos sobre valores públicos. Como resultado, foi apresentada uma classificação de 72 valores relacionados aos aspectos da administração pública ou da organização que esse valor possa afetar (Jørgensen & Bozeman, 2007). Tais valores foram diferenciados em sete categorias embasadas na relação do sujeito-objeto no setor público, as quais os autores intitularam sete constelações ou categorias distintas. O Quadro 1 apresenta o resumo das

categorias, os conceitos e exemplos de valores públicos captados por Jørgensen e Bozeman (2007).

Quadro 1

Categorias, conceitos e exemplos de valores públicos

| Constelação | Categoria de Valor | Conceito | Valores públicos captados |
|-------------|---|---|---|
| 1 | Contribuição do setor público para a sociedade | Representa os valores que devem convergir para o bem comum, servindo a sociedade como um todo. | Interesse público; coesão social; dignidade humana; estado de direito e outros. |
| 2 | Transformação de interesses em decisões | Representa os que estão majoritariamente vinculados à maneira pela qual as opiniões devem ser direcionadas da sociedade para a esfera pública. | Democracia; governança; envolvimento dos cidadãos; proteção dos direitos individuais e outros. |
| 3 | Relacionamento entre a administração pública e os políticos | Representa a ideia de que são os políticos que tomam as decisões finais e provêm o financiamento, ao passo que os administradores públicos atuam de maneira responsável. | Responsabilidade, capacidade de resposta e lealdade política. |
| 4 | Relacionamento entre a administração pública e o ambiente | Representa a ideia da forma de abertura e de relacionamento da administração pública com o meio. | Transparência, abertura x sigilo; capacidade de resposta; defesa de direitos x neutralidade; compromisso e outros. |
| 5 | Aspectos intraorganizacionais da administração pública | Representam os valores que garantem estabilidade e adaptabilidade à administração pública em relação às influências externas. | Robustez, adaptabilidade, estabilidade, confiabilidade, inovação, eficácia e outros. |
| 6 | Comportamento dos funcionários do setor público | Representa os valores importantes para os funcionários públicos no exercício de seu serviço. | <i>Accountability</i> ; profissionalismo; honestidade; padrões morais; consciência ética; integridade e outros. |
| 7 | Relacionamento entre a administração pública e os cidadãos | Representa as ideias da situação jurídica do cidadão, do tratamento justo e de que os valores públicos devem ser orientados de acordo com as necessidades do usuário/cliente. | Legalidade; tratamento igual; justiça; equidade; diálogo; autodesenvolvimento do cidadão; orientação ao usuário; oportunidade e outros. |

Fonte: Adaptado de Jørgensen e Bozeman (2007).

Jørgensen e Vrangbaek (2011) enfatizam que o conceito defendido por Bozeman apresenta os princípios pelos quais os atores públicos devem se basear. Sendo assim, a abordagem do valor público deve se abster de como “criar ou construir esse valor”, conceito defendido por Moore, e analisar teórica e empiricamente as manifestações normativas do setor. Para Jacobs (2014), a contribuição de Bozeman às pesquisas está no fato da identificação das origens dos valores públicos até o consenso da sociedade a partir do

levantamento de dados, de percepções e de opiniões. No entanto, Jacobs (2014) acredita que tal abordagem falha ao não considerar as influências de cidadãos afluentes ou organizações de interesse, como o caso do contexto norte-americano.

Para Alford et al. (2017), os constructos de Moore (1995) e Bozeman (2007) projetam o seu propósito para lugares diferentes, de forma que se sobrepõem em certos pontos e divergem em outros. De fato, Moore (1995) apresenta o valor público em atribuição ao indivíduo, mais especificamente aos gestores, que agem em processos de desenvolvimento de políticas públicas em parceria com outros atores e interessados. Sua concepção evita a construção de uma maneira pragmática para a sistemática, lidando com a multidimensionalidade do conceito de valor. Por outro lado, Bozeman (2007) atribui o pragmatismo às propostas de valor sustentadas nas ações dos cidadãos e atores políticos contidos nas constituições, leis e instituições.

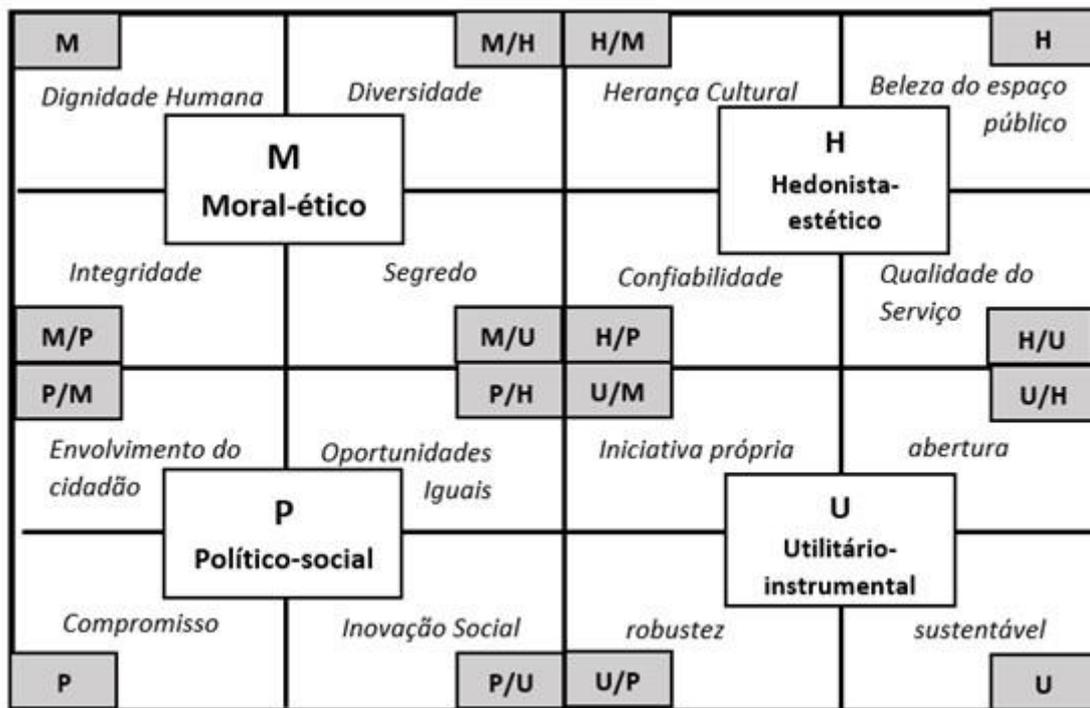
Ademais, Meynhardt (2009) também contribui para a construção teórica do valor público ao apresentar uma abordagem teórica não normativa. O autor visou uma teoria mais geral, afastada da administração pública e alicerçada na ideia de que a criação de valor público está relacionada com “o impacto sobre como as pessoas pensam e se sentem em relação à sociedade” (Meynhardt, 2009, p. 193). Meynhardt (2009) baseou sua teoria em pressupostos psicológicos e econômicos, complementando os filosóficos, como explorado por Bozeman (2007), e fundamentando explicitamente o seu trabalho.

Meynhardt (2009) propôs uma estrutura fotovoltáica adicional como esquema de classificação e identificou quatro dimensões básicas (moral-ético; hedonista-estético; político-social; utilitário-instrumental) de valor público ligadas à teoria psicológica das necessidades básicas (Epstein, 1993) e das categorias da economia do bem-estar tradicional. Para o autor, a partir do desenvolvimento das quatro dimensões fundamentais de valores, é possível integrar um método não empírico, dedutivo a um método empírico e indutivo ao abordar a construção de um diálogo sobre valores públicos.

Na Figura 2, Meynhardt (2009) ilustra a estrutura de valores públicos considerando uma sociedade democrática. É possível verificar que, da combinação das quatro dimensões básicas entre si, emergiram 16 células. Nessas células, o autor utilizou oito valores (*destacado em itálico*), identificados por Jørgensen e Bozeman (2007), em seu inventário de valores públicos e os outros oito foram complementados em consideração à teoria psicológica das necessidades básicas.

Figura 2

Cenário do Valor Público a partir das relações indivíduo-entidade



Fonte: Adaptado de Meynhardt (2009).

Para Meynhardt (2009), as dimensões básicas servem como medidas num cenário do valor público de uma relação percebida entre o indivíduo e a entidade pública, uma vez que cada ação, política e até mesmo o valor podem ser avaliados a partir de diferentes perspectivas. Portanto, para a ação legitimadora não há uma solução única que se aplique universalmente, pois Meynhardt (2009, p. 208) enfatiza que “existe um caso de valor público composto por um argumento utilitário-instrumental, um argumento moral-ético, um argumento político-social e um argumento hedonista-estético”.

Dessa maneira, Meynhardt (2009) reformulou a definição para o impacto nos valores sobre o público, sendo esse impacto não necessariamente positivo. Essa apreciação, positiva ou negativa, representa algo que importa para os valores das pessoas sobre a relação com o público, não se restringindo a determinados sistemas de valores, como religião, direitos humanos etc. Em resumo, para Meynhardt (2009), os valores públicos são definidos pela qualidade da relação entre o indivíduo e o público, seja por consideração ou desconfiança.

Alford et al. (2017) relatam que a abordagem de Meynhardt não é prescritiva, como as de Moore e Bozeman, e dá pouca atenção às instituições e processos supraindividuais. No entanto, Rutgers (2015) afirma que seu estudo trouxe uma base sólida à literatura ao

introduzir a ideia básica de que o valor público tem seu começo e fim dentro do indivíduo. Por esse motivo, refere-se à ideia do coletivo e interesse geral. Corrobora a esse entedimento Talbot (2011), ao observar que o discurso eminente do valor público se perde em não considerar as suposições que ele implica sobre a natureza humana e que seu conceito está relacionado ao que o público valoriza.

Similarmente, o valor público também foi apresentado sob um novo olhar, o da esfera pública. Benington (2011) conceitua o valor público a partir de duas perspectivas em constante tensão e conflito: i) o que o público valoriza; ii) o que agrega valor à esfera pública. Portanto, o gestor público que almeja criar valor deve estar atento a equilibrar as duas dimensões. A primeira dimensão é atribuída, ainda, ao formato tradicional, sendo aquele em que o governo é o “produtor”. Por outro lado, tal definição entra em contradição com os novos conceitos da gestão pública, nos quais o público está, também, como “consumidor”.

A esse respeito, Benington (2011) levanta algumas questões, tais como: quem define as diferenças, em termo de julgamento de valor, para produtos e serviços? ou existe diferenças entre a prestação de serviços públicos para os prestados pelo privado? Ou mais, como se difere o que o público valoriza do que o público precisa? Assim, não se torna uma tarefa fácil falar de valor público para atividade do tipo regulatória, como no caso de serviços de polícia e de fiscalização de saúde pública, por exemplo.

Dessa forma, o valor público é o resultado da segunda dimensão contrabalanceada à primeira, na qual o valor não se concentra no interesse individual, mas no interesse público mais amplo. Assim sendo, o valor público passa de uma necessidade atual para uma concepção de benefício mais duradouro (Benington, 2011). Para Fernández-Santillán (2018), a introdução de esfera pública por Benington traz ao valor público a ideia democrática pela qual são incluídos o Estado, ao proteger as liberdades individuais, e os cidadãos, ao apresentarem suas demandas coletivas. Logo, o valor público não é dado, é construído por um processo de contínuo diálogo, dentro de um espaço social, político, comportamental, econômico e institucional, pelo qual tais valores são mantidos, criados e diminuídos (Bryson et al., 2014).

Em suma, Benington e Moore (2011) enaltecem a inserção do valor público no debate acadêmico interdisciplinar, afastando-se dos campos da administração pública e da gestão estratégica pelos quais o conceito foi originado. De fato, a construção epistemológica e a teórica do tema permitem a construção de uma base sólida para o conhecimento dos paradigmas da nova gestão pública e os desafios que ela apresenta. Assim, torna-se mais que

necessário o conhecimento dos novos propósitos e papéis do governo dentro de um cenário ecológico, político-econômico e econômico, além do novo “contexto social sobre as mudanças nas relações entre Estado, mercado, sociedade civil, ecosfera e, ainda, sobre a natureza do contrato que está sendo renegociado entre cidadãos, comunidades e governos” (Benington & Moore, 2011, p. 20).

2.1.2 Perspectiva do valor público na administração pública

Desde o surgimento da administração pública como um campo de estudo acadêmico, no final da década de 1880, diversas questões a respeito do processo de governança, da separação ou justaposição com a política, além de outros pontos não consensuais, têm sido objeto para estudiosos e profissionais (Demir, 2009). No entanto, as pesquisas mais recentes têm se preocupado em entender de que forma um governo pode se organizar para entregar bens e serviços públicos, por meio de um equilíbrio entre a escolha de uma alocação equitativa e os resultados eficientes (Barclay & Everingham, 2020).

As atribuições de uma nova gestão pública traziam consigo uma perspectiva de boa governança, na qual sua concentração se exauria de níveis burocráticos fortes para uma abordagem voltada ao cliente, ou seja, à sociedade. O governo passava a gerir, por meio de modelos semelhantes ao do mercado, com foco no melhoramento de seu desempenho (Moore, 2014). A adoção da *New Public Management* (NPM) rompeu com o modelo burocrático e inseriu um processo de transformação nos pressupostos já adotados na Administração do Setor Público, com a intenção de atingir uma maior gestão dos recursos, adotando procedimentos alinhados ao melhor desempenho das atividades governamentais com maior eficiência e eficácia (Jorge de Jesus & Eirado, 2012).

Como todo objeto de reforma, a nova visão da administração pública sofria grandes tensões quanto a sua proximidade ao setor privado, pois conforme enfatiza (Kettl, 2000), os setores público e privado possuíam abordagens totalmente diferentes, e a implementação do setor privado ameaçava a responsabilidade democrática. Outro ponto de discussão está no fato de que essas abordagens possuíam bases normativas e não empíricas (Marchand & Brunet, 2019).

Com isso, alternativas foram sendo inseridas no contexto da administração pública e buscavam reforçar o mundo “híbrido” de atuação, tais como as abordagens: Novo Serviço Público (Denhardt & Denhardt, 2000), Gestão de Valor Público (O’Flynn, 2007; Stoker,

2006), Gestão da Publicidade - *publicness* (Bouchard & Charbonneau, 2014; Bozeman & Moulton, 2011), Nova Governança (Osborne, 2006) e estado dos agentes ou serviço público multissetorial (Park & Perry, 2013).

Para Marchand e Brunet (2019), em relação às diferenças significativas dessas abordagens da administração pública, um ponto em comum a ser verificado diz respeito a uma maior preocupação com o que se classifica como valores públicos pautados na busca do interesse público. Corroborando a esse entendimento, Tasan-Kok et al.(2019) enfatizam que os modelos de nova gestão da administração pública permitem a emergência de estruturas conceituais alternativas, reformulando os conceitos de uma política normativa baseada em valores, como interesse ou valor público.

Bryson et al. (2014) salientam que as perspectivas e o pensamento da administração pública sempre correspondem aos desafios e às deficiências que lhes são impostas. Sendo assim, justifica-se a construção de abordagens, tais como a tradicional, a de gestão pública e a abordagem emergente, que representam uma resposta aos desafios atuais, dentre eles a concepção de gestão pública com ênfase na gestão democrática e colaborativa, o que proporciona a distribuição de valor público. Bryson et al. (2014) demonstraram um resumo para as diferenças dessas abordagens, conforme apresentado no Quadro 2.

Quadro 2

Comparando as Perspectivas da Administração Pública

| Dimensão | Abordagem Tradicional | Abordagem da <i>New Public Management</i> | Abordagem Emergente (<i>New Public Service</i>) |
|--|---|--|--|
| Amplio Contexto Ambiental e Intelectual | | | |
| Condições materiais e ideológicas | Industrialização, urbanização, ascensão da corporação moderna, especialização, fé na ciência, crença no progresso, preocupação com grandes falhas de mercado, experiência com a Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial, alta confiança no governo. | Preocupação com as falhas do governo, desconfiança do grande governo, crença na eficácia e eficiência dos mercados e racionalidade, devolução e devolução. | Preocupação com falhas de mercado, do governo, das organizações sem fins lucrativos e cívicas; preocupação com os chamados problemas perversos; aprofundamento da desigualdade; estado oco ou diluído; cidadania “reduzida”; governança em rede e colaborativa; tecnologias avançadas de informação e comunicação. |
| Fundamentos teóricos e epistemológicos primários | Teoria política, administração científica, ciência social ingênua, pragmatismo. | Teoria econômica, ciência social positivista sofisticada. | Teoria democrática, teoria de gestão pública e sem fins lucrativos, além de diversas abordagens do conhecimento. |
| Visão predominante de racionalidade e modelo de comportamento | Racionalidade sinótica, “homem administrativo”. | Racionalidade técnica e econômica, “homem econômico”, tomadores de decisão egoístas. | Racionalidade formal, múltiplos testes de racionalidade (político, administrativo, econômico, legal, ético), crença no espírito |

| | | | |
|---|--|--|---|
| humano | | | público além do interesse próprio estreito, “pessoa razoável” aberta à influência via diálogo e deliberação. |
| Esfera pública e o Domínio | | | |
| Definição de bem comum, valor público, interesse público | Determinado por funcionários eleitos ou especialistas técnicos. | Determinado por funcionários eleitos ou agregando preferências individuais apoiadas por evidências de escolha do consumidor. | O que é público é visto como algo que vai muito além do governo, embora o governo tenha um papel especial como garantidor dos valores públicos. Bem comum determinado por diálogo amplamente inclusivo e deliberação informada por evidências e valores democráticos e constitucionais. |
| Governo e Administração Pública | | | |
| Papel das agências governamentais | Como um remo, concebendo e implementar políticas e programas em resposta a objetivos politicamente definidos. | Como a direção, determinante de objetivos e catalisando a entrega de serviços por meio da escolha de ferramentas e confiança, se possível, em mercados, empresas e organizações sem fins lucrativos. | O governo atua como convocador, catalisador, colaborador; às vezes dirigindo, às vezes, remando, às vezes, em parceria, às vezes, ficando fora do caminho. |
| Objetivos principais | Objetivos politicamente previstos; implementação gerida por servidores públicos; monitoramento feito via supervisão burocrática e de funcionários eleitos. | Objetivos politicamente previstos; gerentes gerenciam entradas e saídas de uma forma que garante economia e capacidade de resposta aos consumidores. | Criar valor público de tal forma que aquilo que mais importa ao público seja abordado de forma eficaz e o que é bom para o público seja implementado. |
| Valores principais | Eficiência | Eficiência e Eficácia | Eficiência, eficácia e toda a gama de valores democráticos e constitucionais. |

Fonte: Adaptado de (Bryson et al., 2014, p.447), *tradução nossa*.

Como verificado no Quadro 2, os valores foram sendo acrescidos à medida que houve uma mudança na abordagem. Nessa perspectiva, os valores públicos estão na linha das escolas de pensamento da administração pública, nas quais a democracia passa a ser redefinida ao invés de rejeitada, como a escola de Novo Serviço Público, espaço em que a eficiência e a democracia andam acompanhadas para a melhora nos processos de decisão do gestor (Brunet & Aubry, 2016; Machado & Quiraque, 2023). A esse respeito, o valor público é o resultado agregado de uma escolha coletiva, direcionada ao interesse público e mediada pelos processos democráticos (Alford & Speed, 2006).

A escola do Novo Serviço Público (NPS) tem uma base epistemológica proposta por Janet e Robert Denhardt, em 1990. O Novo Serviço Público, entendido como uma alternativa a *New Public Management* (NPM), foi analisado de forma a abordar aspectos cruciais

relacionados à natureza do serviço público, ao papel da administração na governança e às tensões de valor envolvendo burocracia, eficiência, equidade, capacidade de resposta e responsabilização (Bryson et al., 2014; Denhardt & Denhardt, 2000; Henderson et al., 2021; Santos & Selig, 2014).

Segundo Denhardt e Denhardt (2015), o propósito não foi criar um conjunto de ideias inovadoras, mas dar voz às perspectivas democráticas tradicionais e relevantes que pareciam estar sendo confundidas pela retórica da NPM, a qual advoga por "corrigir" um governo supostamente falido, tratando-o como um empreendimento comercial. A abordagem centrou-se em sete princípios fundamentais: (i) servir aos cidadãos e não aos clientes; (ii) buscar o interesse público; (iii) valorizar a cidadania e o serviço público acima do empreendedorismo; (iv) pensar estrategicamente, agir democraticamente; (v) reconhecer que a responsabilização não é simples; (vi) servir, em vez de dirigir; e (vii) valorizar as pessoas, não apenas a produtividade (Denhardt & Denhardt, 2000).

Segundo Bryson et al. (2014), os valores públicos na abordagem NPS emergem de um diálogo entre a administração e o cidadão, agentes vistos como capazes de envolvimento na resolução deliberativa de problemas. Dessa maneira, um dos objetivos principais para a administração pública passa a ser a geração de valor público visando abordar, de maneira eficaz, as questões que mais importam à comunidade e implementar ações que beneficiem o público de maneira positiva.

A ideia de uma abordagem emergente do valor público alinhado à abordagem NPS foi introduzida por Stoker (2006). Para o autor, os paradigmas anteriores (tradicional e NPM) não se encaixam com as ideias de uma governança baseada em redes tampouco à natureza dos valores públicos. Sendo assim, Stoker (2006) conduz o valor público a um novo paradigma da administração pública: gestão do valor público. Nesse paradigma, a gestão de valor público é conduzida por uma eficiência que verifique continuamente se a atividade ajusta, ao propósito, uma responsabilidade focada no estabelecimento de metas negociáveis e supervisionadas, visando uma equidade entre os atores envolvidos.

2.1.3 Estudos anteriores sobre valor público

Com base em uma revisão sistemática da literatura, é possível inferir a proliferação dos trabalhos acadêmicos a respeito do assunto, considerando a publicação de Moore em 1995, classificada como um trabalho seminal do tema (Bracci et al., 2019). No entanto, as

pesquisas se intensificaram a partir do ano de 2002, quando Jørgensen e Bozeman (2002) apresentaram o assunto a partir de um estudo de caso realizado nos EUA e na Dinamarca, o qual verificou se houve alguma perda de valor público ao se incluir a terceirização.

No contexto educacional, Benington (2009) apresentou sua pesquisa sobre a criação do valor público e enfatizou que esse valor surge baseado nas interrelações entre os professores, pais e alunos a partir da prestação do serviço na própria sala de aula. Para o autor, o valor público da educação primária pode ser visto a longo prazo e representa grande importância assim como os indicadores de curto prazo dos resultados dos exames e teste anuais. Sano e Sumiya (2021) buscaram identificar quais as estratégias de valor público foram utilizadas em quatro países do Reino Unido para a educação no período da pandemia do COVID-19. Os autores evidenciaram que a manutenção da geração de valor público esteve relacionada às estratégias de atendimento aos estudantes mais vulneráveis, visando a redução de desigualdade escolar.

Ainda no contexto educacional, mais especificamente no ensino superior, Salemans e Budding (2022) consideraram operacionalizar o valor público nas instituições de ensino holandesas revelando que, embora os planos estratégicos visem criação de valor, os relatórios anuais demonstram indicadores de desempenho somente numa perspectiva de eficiência (abordagem NPM). Machado e Quiraque (2023) verificaram relação do nível de governança e a geração do valor público para as universidades brasileiras, mostrando a importância de mecanismos de eficiência para os recursos públicos.

Dentre as pesquisas encontram-se as que relacionam os valores públicos com o comportamento, tais como: ética, liderança ou demais atributos para uma nova visão de administração pública para os valores (Jørgensen & Sørensen, 2012). Ringeling (2015, p. 307) afirma que “os valores são centrais para o que os governos fazem” e que “o Estado é sobre valores, valores públicos para ser mais preciso”. Para Rodenberg (2015), os valores públicos são originados desde a Idade Média e são resultados de comportamentos dos administradores públicos que já se desenvolveram pelas virtudes cristãs presentes na Holanda medieval.

Roman e McWeeney (2017) apresentam, a partir do comportamento administrativo, a capacidade de criação de valor público que vai além de uma dicotomia suscetível ao público *versus* privado, mas na prática adquirida nos novos mecanismos de uma governança pública. Dessa maneira, a liderança é a mais provável de inspirar valores públicos em níveis mais altos. É pela perspectiva de liderança que o administrador público poderá alcançar os padrões morais e de valores, apresentando um comportamento focado ao valor público. Gallop,

(2011); Morse (2010); Sun e Anderson (2012) corroboram a essa ideia, de entendimento da liderança, como importante foco de comportamento para a inserção do valor público.

Quanto a valores públicos relacionados à ética, Fourie (2017) analisou a ética dos militares na construção de valores públicos e até que ponto uma aquisição militar pode ter criação de valor e mesmo assim está alinhada à transparência. Dentro da abordagem ética, encontram-se também os trabalhos de Menzel (2015) e Tijsterman e Overeem, (2008).

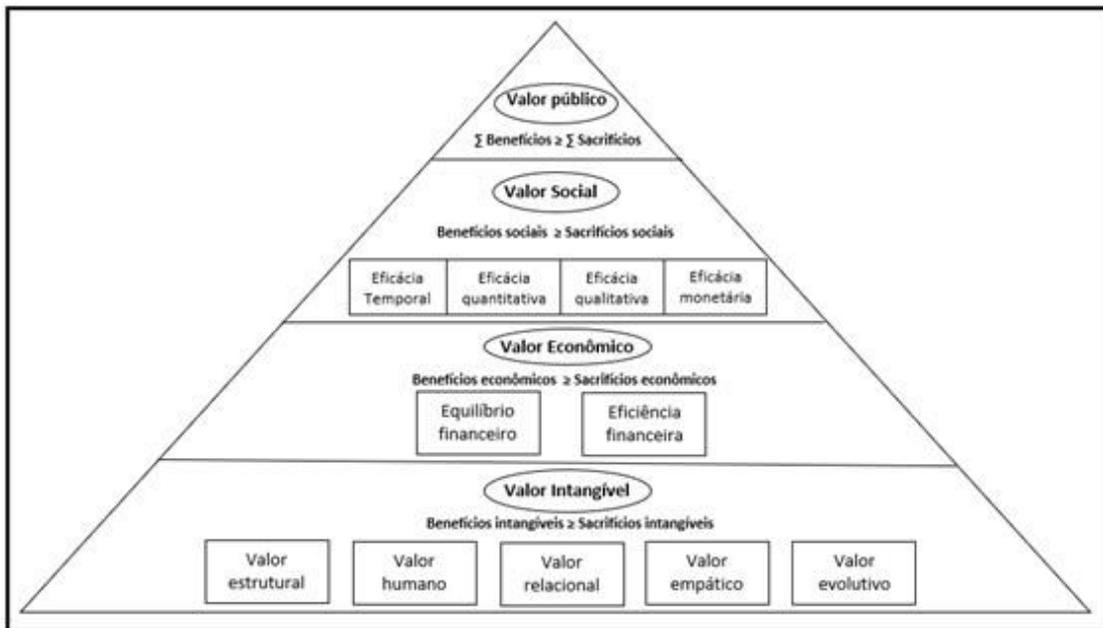
Estudos, como o de Meynhardt e Bartholomes (2011); Moore, 2014; Santos et al. (2022); Zimmermann et al. (2018), dedicaram-se ao entendimento de medidas suficientes para a medição desse atributo da administração pública. A tentativa estava em como mensurar e avaliar atributos que, majoritariamente, podem demonstrar subjetividade ao processo gerencial das organizações públicas. Dessa maneira, identificam-se as diversas pesquisas que, de forma qualitativa, buscam resolver o problema que Bracci et al. (2019) identificaram como uma “estagnação teórica” do tema do valor público.

Spano (2014) traz uma orientação sugerindo que as pesquisas de valor público devem estar atentas, de forma especial, ao objetivo da medição, ou seja, ao entendimento da melhora do desempenho da prestação de serviço. Assim, outros objetivos, como avaliar, controlar, orçamentar e aprender são simplesmente meios para o objetivo final, que é compreender o que tem sido feito de diferente para se obter a melhora.

Papi et al. (2018) justificam essa busca pela medição de desempenho como uma ferramenta metodológica, que permite apresentar o valor público de forma mais visível. Certamente, o que se sabe é que o valor público não é um construto fácil de ser mensurado. Do ponto de vista prático, alguns podem ser considerados a partir de contexto monetário como, por exemplo, a distribuição de renda. No entanto, outros possuem um caráter de longo prazo ou abstrato, o que torna ainda mais difícil sua quantificação (Henderson et al., 2021; Melissanidou & Johnston, 2019; Moore, 2014; Spano, 2014).

Depreende-se, portanto, que o valor público está alinhado à relação da satisfação das necessidades da sociedade com as necessidades da administração, mediado pelas prioridades políticas. Essa relação permite que o valor público se concentre nos principais benefícios e sacrifícios. Mediante isso, a presente pesquisa se baseará inicialmente no modelo de medição do valor público apresentado por Papi et al. (2018). O modelo utilizado busca fornecer a sintetização das principais dimensões envolvidas no valor público. A Figura 3 demonstra a diagramação apresentada pelos autores.

Figura 3
Pirâmide de Valor



Fonte: Adaptado de (Papi et al., 2018).

Partindo da pirâmide de valor, apresentada por Papi et al. (2018), entende-se como a geração de valor público, que traz o somatório dos benefícios das dimensões de valor social, econômico e intangível, é superior aos somatórios dos sacrifícios das mesmas dimensões. Por outro lado, a destruição de valor ocorre no caso contrário, esse de especial relevância para as pesquisas (Esposito & Ricci, 2015; Hartley et al., 2017). Conforme observado, as dimensões de valor social (VS), valor econômico (VE) e valor intangível (VI) foram geradas na mesma proporção matemática do valor público (benefícios maiores ao sacrifício).

Outro tema das pesquisas está relacionado à prestação de serviços públicos. Isso sintetiza a inserção do paradigma do valor público que tem demonstrado uma integração sistemática de valores políticos, econômicos, sociais, culturais e ecológicos na administração pública (Li & Wang, 2020). Essa mudança, no ethos do serviço público, já apresentada por Moore (1994), agora está apresentada nas pesquisas como uma “reconceitualização” do interesse público que funciona em sistemas e processos eficientes e eficazes, especialmente no contexto de valores democráticos (Alford et al., 2017; Donnell et al., 2011; Evans, 2009; Feeney & Bozeman, 2007; Mandeli, 2016; Talbot, 2011).

Dentre a ideia da eficiência e eficácia, advindas da abordagem NPM, encontra-se na literatura a relação da criação e manutenção de valor público com as parcerias público-privadas (PPP). Essas parcerias envolvem atores dos setores público e privado, que

concordam em cooperar e compartilhar variedades de recursos a fim de alcançar uma tarefa pública particular. (Paanakker & Reynaers, 2020). Kearney e Meynhardt (2016) examinaram o contexto do empreendedorismo corporativo na ótica das organizações públicas. Moulton e Feeney (2011) experimentaram o efeito inverso e buscaram analisar de que forma as organizações privadas utilizam os programas governamentais para promover valores públicos. Por outro lado, pesquisas, como a de Ma et al. (2012), Cordella e Willcocks (2010; Stanger (2012), Tholen (2016), apresentam que as PPP podem produzir ameaças aos valores públicos e induzir a “desconstrução” do valor público.

Segundo Bannister e Connolly (2014) e Cordella e Bonina (2012), as abordagens de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) foram habilitadas no setor público para incorporar intrinsecamente as reformas e mudanças das organizações a fim de possibilitar o melhor desempenho do serviço público, mais eficiência e criação de valor público. Sendo assim, a união de prestação de serviços mais adaptáveis às novas mudanças tecnológicas tem introduzido as pesquisas dos governos eletrônicos (Li & Shang, 2020; Meijer et al., 2014; Ohemeng & Ofosu-Adarkwa, 2015; Soe & Drechsler, 2018; Yıldız & Saylam, 2013).

A conceitualização do valor público é um tanto contestada e não facilmente definida na literatura. No entanto, o termo parece ser implantado como uma ferramenta de avaliação para o desempenho dos serviços públicos, pois envolve a cocriação entre várias partes interessadas, como governos, mercado e terceiro setor, e enriquecem os valores democráticos e públicos.

2.2 Teoria do bem-estar social

2.2.1 Abordagens teóricas e estudos anteriores

A teoria do bem-estar social tem se destacado como um campo amplo e multidisciplinar, incorporando *insights* da filosofia, economia, ciência política e outros domínios. Além do mais, essas ciências têm procurado responder a perguntas fundamentais sobre como medir, comparar e promover o bem-estar, seja de cunho individual – satisfação e felicidade (Easterlin, 1974; Scorsolini-Comin et al., 2013) ou na relação com as instituições sociais (Esping-Andersen, 1991; Kim & Kim, 2012).

O bem-estar tende a criar resultados positivos e significativos para as pessoas e para diversos setores (Neugebauer et al., 2014). Em um nível mais subjetivo, o bem-estar social tem sido explorado a partir de abordagens holísticas que mensuram os níveis de felicidade

para um grupo ou nações (Durahim & Coşkun, 2015). De certo, a felicidade, como conceito intangível da posição individual, tem assumido uma abordagem de clareza analítica e mensurável na interdisciplinaridade (Binkley, 2011). Para Exton et al. (2015), as medidas do bem-estar representam a inclusão de avaliações da vida (capturadas a partir de perguntas a respeito da satisfação em geral), ao afeto (relacionado aos sentimentos e emoções) e ao eudaimonismo (busca de uma vida feliz), ou bom funcionamento psicológico (relacionado ao significado e propósito da vida).

No campo da ciência econômica, a partir de 1974, o tema da felicidade foi efetivamente inserido com o estudo do economista Richard Easterlin (reformulado em 1995). Easterlin (1974) apresentou um paradigma revolucionário de estudo da felicidade e a relação com fatores, como: renda, saúde, estado de emprego, confiança no país em que vive e relação matrimonial. Esse estudo originou o conhecido “paradoxo de Easterlin”, no qual a felicidade média da sociedade não é alterada por aumento de renda (Di Tella & MacCulloch, 2008; Easterlin, 1974). Inesperadamente, esse resultado negativo se tornou o alicerce desse paradoxo e ampliou o debate a respeito do tema pautando as pesquisas seguintes (Angeles, 2011).

Ainda na perspectiva econômica, a teoria tradicional buscava apresentar o conceito de bem-estar, especialmente na ótica social, relacionado ao valor total da renda e do consumo. Para Giacomelli (2017), a ciência econômica tem como prioridade a promoção do bem-estar dos indivíduos. Ao longo de sua evolução histórica, diversas abordagens foram empregadas para a avaliação desse bem-estar, distinguindo-se em perspectivas substantivas. Dentre essas abordagens, uma "teoria formal" vincula a sensação de bem-estar à satisfação das preferências individuais.

Nesse pensamento, se popularizaram os conceitos de uma abordagem utilitarista na qual um bem, por exemplo, pode servir para a satisfação de uma necessidade e se tornar uma informação importante para a avaliação desse bem-estar (Giacomelli, 2017). O utilitarismo foi desenvolvido por vários filósofos ao longo do tempo, mas sua formulação mais conhecida é associada a Jeremy Bentham e John Stuart Mill, ambos filósofos britânicos do século XIX (Aguenane, 2019).

Para Aguenane (2019), esse autores conseguiram, com exatidão, introduzir a concepção do utilitarismo e seu enquadramento epistemológico com a eficiência necessária para ser aplicável em diferentes áreas, especialmente nas diversas perspectivas de compreensão do bem-estar. No entanto, a adesão ao utilitarismo foi diminuindo gradualmente,

em especial pela controvérsia da utilidade como única fonte de valor do bem-estar do indivíduo (Giacomelli, 2017) e pelas críticas concentradas pelos filósofos morais e políticos, como o americano John Rawls, com a introdução da teoria da justiça (Esteves, 2002; Rawls, 2016).

Na concepção de justiça, proposta por Rawls (2016), a equidade social se traduz na alocação justa de recursos, permitindo que os indivíduos os usem de acordo com suas próprias visões de uma boa vida. A distribuição justa, segundo Rawls, maximiza a porção de recursos para aqueles em situação desfavorecida, com a avaliação de mercado sendo uma ferramenta apropriada para essa comparação. Ele sugere a ponderação das preferências de um representante do grupo em pior situação para avaliar os bens primários. Entretanto, Rawls destaca a importância de focar nos recursos e oportunidades, na avaliação da distribuição, em vez do que é significativo para as vidas das pessoas (Fernández-Santillán, 2018; Fleurbaey, 2009).

Rawls propõe uma combinação de estratégias individuais e sociais, fundamentando seus dois princípios de justiça: igualdade nas liberdades básicas (liberdade) e organização das desigualdades de maneira vantajosa e acessível a todos (diferenças). Segundo Aguenane (2019, p. 11), a abordagem de Rawls explora uma definição de bem-estar alinhada à sua teoria, pois “quando as circunstâncias são particularmente favoráveis e a execução é especialmente bem-sucedida, a nossa felicidade é completa”.

Dessa forma, os princípios de Rawls tornaram-se destaque na compreensão do bem-estar social a partir da justiça e do bem, esses conhecidos como bens sociais primários. No entanto, a abordagem de Rawls recebia críticas ao discutir o conceito de igualdade e liberdade, o qual significava obter bens sociais primários, porém os indivíduos são pautados com uma liberdade de escolha (Dutta, 2019). Visto isso, Amartya Sen desenvolveu uma abordagem teórica pela qual a individualidade e o poder de escolha de cada indivíduo é um determinante para o bem-estar social (Aguenane, 2019; Giacomelli, 2017; Thornton et al., 2015; Venugopal, 2015).

Além disso, Thornton et al. (2015) enfatizam que a perspectiva de capacidades desenvolvida por Sen exerceu uma influência marcante no âmbito do desenvolvimento global, inspirando a criação de novos projetos de desenvolvimento internacional. Tais projetos deslocaram o foco de uma mera geração de crescimento econômico para abranger diversas esferas da vida social, incluindo política, igualdade social e cultura.

Se por um lado, a introdução da perspectiva da justiça proposta por Rawls incentivou os estudos a analisar objetivamente o crescimento econômico avaliando, por exemplo, se as políticas públicas, bem como os indicadores, se apresentavam alinhados ao contexto de um bem-estar (Fleurbaey, 2009), por outro, a abordagem de Sen destacou a importância de capacidades individuais, indo além do tradicional indicador de renda para avaliar o verdadeiro desenvolvimento humano (Thornton et al., 2015). Posteriormente, com base no trabalho de Sen, as Nações Unidas instituíram, em 1990, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), uma métrica abrangente, frequentemente utilizada na literatura para avaliar o bem-estar social e que avalia o desenvolvimento social considerando aspectos como educação, saúde e desempenho econômico para todos os países globalmente (Anand & Sen, 1994; Dalberto et al., 2015; Faria et al., 2008; Jannuzzi et al., 2013; López-pérez & Spiegelman, 2019; S. Morse, 2023; Poker et al., 2013; Romão, 1993).

Essa mudança de paradigma influenciou a concepção de políticas e programas que visam não apenas o crescimento econômico, mas a promoção de oportunidades e capacidades em diversas dimensões, enriquecendo, assim, a compreensão abrangente do desenvolvimento. Com isso, emergiram outras teorias, como a da escolha social, a teoria da alocação justa e o estudo da felicidade e seus determinantes (Fleurbaey, 2009).

Com efeito, as abordagens teóricas emergentes fornecem um desenvolvimento conceitual de novas alternativas e uma extensão intertemporal da noção de bem-estar entre os membros de uma sociedade. A esse exemplo, os economistas passaram a desenvolver uma abordagem teórica após o estudo de Kahneman et al. (1997), que trouxe a perspectiva da utilidade experimentada do indivíduo, sendo a utilidade para a economia atual e a teoria da decisão, referente ao peso nas decisões e escolhas observadas.

O resultado contraditório dos estudos de Easterlin trouxe uma nova visão no papel dos governos, pois o crescimento econômico deve se apresentar com um objetivo político válido (Angeles, 2011). Em outra perspectiva, a contribuição do governo na felicidade individual está na mensuração das diferenças individuais em termos de emprego, renda, personalidade, educação, gênero, relações sociais e idade (Ott, 2011). Dessa forma, a qualidade do governo e de suas políticas tem impacto substancial na felicidade média de sua população.

Dentre esses aspectos estão: a) a liberdade de expressão e associação, que demonstram a voz e a responsabilidade dos cidadãos; b) estabilidade política e ausência de meios inconstitucionais; c) qualidade de serviços públicos prestados d) capacidade de formulação e implementação de boas práticas, que promovam o desenvolvimento do setor privado; e)

estado de direito consolidado e; f) controle efetivo da corrupção. A esse respeito, Popova (2014) realizou um estudo no qual os resultados apresentaram que a diminuição na satisfação da vida está relacionada com períodos de alta inflação, desigualdade de renda e má qualidade de governança. A felicidade dos indivíduos passa a ser afetada com as reformas econômicas. Conjuntamente, os efeitos de decisões políticas podem acarretar resultados positivos ou negativos na percepção do bem-estar.

Conforme Kim e Kim (2012), os estudos existentes sobre a relação do bem-estar e ações governamentais estão excessivamente pautados na dimensão quantitativa, dependendo de medidas, como o tamanho do governo, usualmente definido pelo PIB. Para os autores, há uma necessidade de combinação das medidas qualitativas e quantitativas para a efetivação dos estudos sobre o tema do bem-estar na população, pois as informações fornecidas podem apresentar condições mais abrangentes da dimensão da pesquisa.

Nas ciências sociais, a mensuração de um nível de bem-estar teve seu auge a partir do término da Segunda Guerra Mundial, concomitantemente à expansão do *welfare State*. Esse período foi marcado por momentos em que a psicologia se debruçou sobre o tema, esforçando-se no fenômeno da reinserção dos veteranos na sociedade. Consequentemente, os estudos destacaram, no final dos anos 90, uma nova abordagem para o campo, modificando, assim, o foco da observação na doença mental e nos distúrbios do desenvolvimento, para experiências positivas, traduzidas por emoções positivas (Scorsolini-Comin et al., 2013).

Ademais, a partir da entrada do novo milênio houve a mudança da percepção do bem-estar humano, especialmente pelos pesquisadores sociais. O foco passou a ser na tentativa de explicar o fenômeno do relacionamento do desenvolvimento econômico com uma nova perspectiva socioambiental (Milner-Gulland et al., 2014). Assim, a percepção do bem-estar deixa de ser um assunto de conceito vago para se tornar medidor de implicações e resultados das políticas públicas aplicadas.

No campo contábil, ainda se encontram incipientes os estudos que se relacionam ao entendimento do bem-estar, eventualmente enfraquecidos pelo *mainstream* contábil (Baker & Bettner, 1997; Chua, 1986), o que Pederiva (2004) classifica como inequívocos efeitos sobre a demanda por pesquisa contábil, deixada, em alguns casos, à ciência econômica. No entanto, a busca por uma visão mais holística das perspectivas e abordagens do campo contábil permitiram o surgimento de pesquisas geradas de temas não ortodoxos. A esse exemplo, Hamilton e Ruta (2009) apresentaram uma pesquisa sobre a relação da contabilidade, recursos naturais esgotáveis e bem-estar social partindo de uma visão do desenvolvimento sustentável.

Por sua vez, Oehr e Zimmermann (2012) utilizam da perspectiva do envolvimento do Estado no bem-estar social para explicar diferenças nas regulamentações contábeis. Desjardins (2007) afirma que há uma contribuição da contabilidade para o bem-estar social, verificada a partir da produção de bens e serviços que significam a satisfação da vida das pessoas, sendo o lucro um meio para este fim.

2.2.2 Modelos políticos

As medidas tomadas pelo Estado, orientadas pelo bem-estar da sua população, são amplamente caracterizadas pelo *welfare state*. O Estado do bem-estar social, também conhecido como estado providência, é um instrumento de política macroeconômica utilizado como mecanismo político para a aplicação das políticas sociais (Medeiros, 2001). Sua expansão teórica foi conduzida por Harold Wilensky e define a essência do estado de bem-estar social na institucionalização dos direitos sociais, no qual o governo assegura, por meio de padrões mínimos, proteção na disposição de renda, alimentação, saúde, moradia e educação, garantidos a todos os cidadãos como um direito político (Eikemo & Bambra, 2008; Faria, 1998).

No *welfare state*, as políticas sociais do Estado e a estratégia de desenvolvimento econômico se traduzem num aumento de gastos públicos para atendimento das necessidades dos cidadãos, que são fundamentados em bases teóricas de escritores sociodemocráticos franceses e ingleses de século XIX (Fernández-Santillán, 2018). Para Eikemo e Bambra (2008), a inconsistência de definição do termo se resume, em seu sentido estrito, pelas várias medidas do papel do Estado para a provisão de bens sociais essenciais, tais como educação, saúde, habitação, assistência aos pobres, seguro social etc.

Segundo Esping-Andersen (1991, p.98), para o *welfare state* “uma definição comum nos manuais é a de que ele envolve responsabilidade estatal no sentido de garantir o bem-estar básico dos cidadãos”. Nesse sentido, a subjetividade do termo “básico” pode gerar as discussões quanto ao tema, pois seria mais apropriado não reduzir a explicação do fenômeno. Dessa maneira, entender o nível da aplicação das despesas sociais pode espelhar adequadamente a existência desse estado de bem-estar social. Porém, não pode ser o foco, porque uma métrica de gastos traz uma visão enganosa e trata de mais variáveis (poder, democracia, despesas) de forma igual e que não são fenômenos relacionais e estruturais.

Esping-Andersen (1991) complementa que essa abordagem para o olhar do *welfare state* em relação aos gastos não se fundamenta a partir de comparações, por exemplo, governos, como o austríaco, utilizam de muitos gastos para privilegiar seus funcionários públicos. Outros, alicerçados com a força de partidos de esquerda, podem excessivamente dispor de seus gastos em programas de assistência aos pobres, e não há validação de que ajuda excessiva aos pobres qualifica um *welfare state*. Em outros, o benefício fiscal a classes médias são o carro-chefe. De fato, há um paradoxo nessa qualificação. Vê-se o fato de que os gastos sociais aumentaram expressivamente no governo Thatcher, considerada difusora nas ideias neoliberais, mas foram justificados pelo aumento na taxa de desemprego.

O Estado de bem-estar social e o neoliberalismo representam dois modelos políticos e econômicos distintos, com abordagens opostas em relação ao papel do Estado na sociedade e na economia. Enquanto o Estado de bem-estar refere-se a um modelo político e econômico em que o Estado assume a responsabilidade pelo bem-estar econômico e social de seus cidadãos, o neoliberalismo busca promover a redução do Estado, gerando a livre iniciativa à coparticipação no desenvolvimento do bem-estar social (Buffon & Josana Costa, 2014).

O neoliberalismo surgiu como uma ideologia e depois assumiu o papel contemporâneo no programa político e econômico. Isso o difere da narrativa econômica do capitalismo, embora acarrete uma identidade entre os dois (Shumway, 2017). Harvey (2005) apresenta que o neoliberalismo, ascendido em 1970, teve seu nascimento em 1947, na Suíça. Em oposição à economia Keynesiana, nas formas de socialismo e planejamento estatal, um grupo de acadêmicos objetivava a liberdade individual, da propriedade privada e da mão invisível do Estado. A partir daí, o movimento ganhou domínio com a eleição de Ronald Reagan e Margaret Thatcher, no final da década de 70 (Dunn, 2017).

Para Venugopal (2015), a multiplicidade dos significados, a ambiguidade conceitual e a contradição do termo têm atribuído problemas e incoerências ao neoliberalismo, portanto, diminuído o seu valor analítico. Ferguson (2010) enfatiza que, no sentido mais estrito, o neoliberalismo deve se referir a uma doutrina macroeconômica, diferentemente da forma superficial que tem sido apresentada nos estudos contemporâneos. Apresenta como elementos-chave: valorização da iniciativa privada e a desconfiança do Estado, o livre mercado, a defesa da eliminação de tarifas e a implementação do Estado administrado como “negócio”.

Segundo Ganti (2014), o neoliberalismo está muito mais relacionado ao ponto de vista que cada um tem de seu significado, já que é uma força estrutural que afeta a vida e a

oportunidade das pessoas. O autor defende um olhar antropológico e divide o neoliberalismo em duas vertentes: a primeira está voltada à preocupação com as políticas e a política derivada de paradigmas dedicados a questões de economia política, como impactos de políticas macroeconômicas e retratação do bem-estar social. A segunda vertente está ligada a uma estrutura foucaultiana para a ideologia e valores, esses alinhados ao individualismo, empreendedorismo e competição do mercado.

Conceitualmente, o neoliberalismo possui definições mais específicas. Steger e Roy (2010) o define como um mecanismo político para uma reforma econômica, baseado na fórmula “DLP” (desregulamentação da economia, liberação do comércio e da indústria e a privatização). Similarmente, Steger e Roy (2010) enfatizam que, nesse modelo de governança, a ideia de competição e interesse próprio, regulada pelo livre mercado, permite um governo eficaz e eficiente. Para Boas e Gans-Morse (2009), o neoliberalismo está definido como um modelo que prescreve a diferença dos papéis políticos de trabalho, capital e Estado a partir das implicações econômicas, sociais e políticas.

De fato, a aplicação da doutrina neoliberal diverge da prática e das políticas implementadas. No contexto histórico dessa implementação, Harvey (2005) expõe que a doutrina se confundiu com o conjunto de políticas públicas voltadas ao enriquecimento dos detentores de capital em detrimento à qualidade de vida dos pobres e das classes trabalhadoras. No entanto, Ferguson (2010) relata um certo paradoxo ao demonstrar que países que adotam políticas macroeconômicas neoliberais também tiveram aumentos substanciais nos gastos sociais, como é o caso do Brasil, Índia e África do Sul. Dunn (2017) corrobora a esse entedimento ao exemplificar que níveis de gastos de bem-estar em alguns Estados tendem a aumentar e também a divergir entre os países.

Historicamente, o neoliberalismo se instalou como um programa à medida que ocorreram mudanças nas condições econômicas globais. Nos Estados Unidos, isso se tornou perceptível com as quedas dos lucros das grandes corporações, ocasionadas pelos efeitos da Segunda Guerra Mundial (Dunn, 2017). Dessa maneira, o programa neoliberal foi introduzido para conter prejuízos econômicos. Além disso, em alguns casos, as políticas neoliberais assumem a ideia de que cortar gastos é um programa eficiente.

As privatizações e a austeridade social dos regimes ditatoriais do Chile e da Argentina, na década de 70, permitiram um reconhecimento internacional de práticas neoliberais. Segundo Boas e Gans-Morse (2009) e Venugopal (2015), o episódio chileno com Pinochet, por exemplo, tornou-se responsável pela mudança da ideia original de neoliberalismo como

regime tecnocrata, política econômica entre Estado e mercado, para uma configuração sociopolítica que agrega poder, atores sociais e interesses pessoais.

Diante disso, o debate das aplicações de políticas públicas e de gastos tem repousado na máxima de que o neoliberalismo se torna uma “agenda de domínio da classe capitalista que repousa em uma suposição crucial de que os capitalistas favorecem os mercados e que os mercados beneficiam os capitalistas” (Venugopal, 2015, p.11). Essa premissa, especialmente a de corte de gastos, tem atribuído ao neoliberalismo a maioria dos problemas de uma nação e, em especial, como fator determinante de impactos negativos ao bem-estar do indivíduo (Dunk, 2002; Chua, 2011; Shumway, 2017).

É válido ressaltar que o orçamento público tem sido relacionado, por diversas vezes, ao viés político-ideológico ao qual ele pertence (Castro & Martins, 2018; Correia et al., 2012; Potrafke, 2011; Savage, 2019). Bourdieu (1998) já apresentava uma analogia a esse fenômeno quando caracteriza as ações do Estado a partir da mão esquerda e a mão direita. A mão esquerda tende a idealizar suas políticas com menor restrição aos gastos de bem-estar e um Estado mais presente nas decisões dos cidadãos. Por outro lado, a mão direita se abstém dessas prerrogativas e tende a optar por minimização do Estado.

De fato, a inserção de um outro modelo político, como o neoliberalismo, tem conduzido um constante debate sobre qual o melhor modelo a ser seguido para a propagação do bem-estar social (Vieira et al., 2018). No entanto, a ideia de uma "terceira via", que busca combinar elementos do Estado de bem-estar social e do neoliberalismo, tem sido discutida na literatura por alguns estudiosos, como Benington (2011); Fernández-Santillán (2018); Giddens (2000); Groppo e Martins (2008); e Jessop (2013).

A abordagem da “terceira via” foi introduzida ao campo pelo sociológico britânico Anthony Giddens, em 2000 (Giddens, 2000). Giddens, um dos principais teóricos sociais contemporâneos, teve contribuições importantes para a produção acadêmica e científica, especialmente pela elaboração da teoria da estruturação, na qual os atores sociais são pautados como reflexivos e podem mudar o comportamento a qualquer momento em relação ao caráter condicionante das estruturas (Giddens, 1989). Alicerçado nas ideias sociológicas e, em especial, na sua teoria, Giddens afirma que a estrutura é quem age e os indivíduos reagem. Para Groppo e Martins (2008, p.221), essa assertiva fundamenta que “não é possível nem desejável recuperar o Estado de bem-estar, e que a globalização e o capitalismo de livre mercado são imponderáveis, aos quais é preciso nos submetemos e adequarmos, ainda que de forma criativa e reflexiva”.

Nessa perspectiva, a "terceira via" é uma proposta que busca encontrar um equilíbrio entre as abordagens tradicionalmente opostas, buscando integrar aspectos positivos de ambas para criar um sistema mais eficiente e equitativo (Peroni & Caetano, 2012). Danner (2012) evidencia que a "terceira via" reconhece, por um lado, a importância do Estado na configuração da esfera macroeconômica e na facilitação dos processos de integração social. Por outro lado, também reconhece a relevância da economia de mercado tanto na produção quanto na distribuição de riquezas, assim como na integração social por meio do trabalho. Dessa maneira, a "terceira via" não representa uma continuação do neoliberalismo, mas sim uma filosofia política alternativa que pressupõe um Estado ativo na vida socioeconômica (Danner, 2012).

Para Vieira (2013), a abordagem da "terceira via" procura conciliar tanto a direita quanto a esquerda por meio de uma política econômica conservadora e de uma política social progressista. Identificada como centrismo radical, essa perspectiva busca um equilíbrio entre a máxima intervenção estatal presente no socialismo e a mínima intervenção governamental do liberalismo. Para o autor, alguns princípios fundamentais dessa abordagem podem ser observados, como a responsabilidade fiscal por parte dos governantes, o combate à miséria, uma carga tributária proporcional à renda, além da responsabilidade estatal em setores cruciais, como segurança, saúde, educação e previdência.

Grosso e Martins (2008) apresentam que a "terceira via" introduz um novo conceito para a sociedade civil, no qual o Estado incentiva a participação cidadã colaborativa. Isso ocorre porque o Estado percebe a insuficiência de solução a problemas sociais e a ineficiência de propostas privadas. Dessa maneira, fomenta a valorização do terceiro setor como uma possível alternativa. Por exemplo, nas questões sociais, para os autores, o Estado não tenta retomar princípios do Estado do bem-estar social tampouco pressupostos ortodoxos do neoliberalismo, mas concebe o próprio Estado como agente colaborativo.

Nesse contexto, a abordagem tem sido introduzida para as diversas políticas públicas do Estado. No caso da educação, os defensores da "terceira via" têm apresentado as relações entre o público e o privado para materializar tal adoção. Para Peroni (2013), o conhecimento e a globalização conduzem o Estado para uma nova demanda de execução de políticas, sendo necessária a criação de uma economia dinâmica, com parcerias entre o governo e sociedade, visando um Estado de bem-estar sustentável. A autora enfatiza que o Brasil já possui um sistema educacional participativo, vide as parcerias para a oferta das creches, na educação

infantil ou os institutos sociais na educação básica. Corroboram a esse entendimento Groppo e Martins (2008).

A abordagem da "terceira via" tem gerado debates e controvérsias, e a sua aplicação prática pode variar amplamente de acordo com a interpretação e implementação pelos formuladores de políticas. Ademais, é importante observar que a viabilidade e coerência dessa abordagem podem depender das especificidades do contexto político, social e econômico de cada país. Alguns críticos (Leggett, 2018; Navarro, 1999) argumentam que a tentativa de combinar o Estado de bem-estar social com elementos do neoliberalismo pode resultar em contradições e desafios práticos, pois essas abordagens muitas vezes têm pressupostos e lógicas fundamentais divergentes.

Para Benington (2011) e Fernández-Santillán (2018) esses desafios podem ser solucionados com a escolha de uma dimensão administrativa de construção de valor público a partir de uma governança em redes. A ideia por trás dessa abordagem é que a colaboração entre diferentes atores, incluindo governo, setor privado e sociedade civil, em uma rede de governança, pode facilitar a busca por soluções que combinem eficiência econômica e justiça social superando as contradições entre o Estado de bem-estar social e o neoliberalismo, culminando em um modelo híbrido de construção de valor público.

2.2.3 Políticas de Austeridade Fiscal e Bem-estar Social

A forma como o Estado intervém na economia e na sociedade pode ter impactos significativos no bem-estar social. Dessa maneira, há uma importância em fomentar agendas políticas e determinantes eficientes no processo de políticas públicas (Fernandez & Pedrosa, 2021). De fato, as políticas públicas são fenômenos complexos, pautados por decisões de indivíduos ou de organizações que visam coordenar a ação governamental em relação aos meios que o Estado dispõe. Tais meios devem refletir a realização dos objetivos politicamente determinados e relevantes da sociedade. É por meio da política pública que o Estado define as prioridades, reserva recursos necessários e define o tempo para seu atingimento (Henrique, 2018).

Para Silva et al. (2020, p. 5), “as políticas públicas são os resultados da atividade política e não estão isentas de autointeresse, tendo em vista as relações que envolvem todas as etapas desde o planejamento até a implementação”. É por meio dessas atividades que o Estado apresenta a efetividade na solução de problemas sociais. As políticas públicas representam o

produto e a expressão do Estado não apenas nas decisões administrativas, mas na codificação da perspectiva de uma estrutura política. As políticas públicas correspondem a produtos das diferentes formas de Estado moderno: O Estado Liberal, o Estado do Bem-Estar e o Estado Neoliberal (Mazetto, 2015).

A efetividade das políticas públicas, como mencionado anteriormente, está intrinsecamente ligada às decisões do Estado em relação à alocação de recursos e à busca de objetivos politicamente determinados. Dentro desse contexto, a austeridade fiscal emerge como um paradigma específico que molda a abordagem do Estado em relação às suas finanças públicas por meio de uma gestão fiscal baseada em regras que determinam orçamentos equilibrados, restrições de empréstimos e limite de gastos (Anderson & Minnerman, 2014). A austeridade fiscal refere-se a um conjunto de medidas adotadas pelo governo com o objetivo de controlar e reduzir o déficit orçamentário, muitas vezes através da diminuição dos gastos públicos e/ou aumento das receitas (Konzelmann, 2012).

É válido ressaltar que a ideia de austeridade não é um conceito econômico novo, mas adaptado da filosofia. Rossi et al. (2019, p.3) definem que austeridade se relaciona ao “comportamento associado ao rigor, à disciplina, aos sacrifícios, à parcimônia, à prudência, à sobriedade e a reprimir comportamentos dispendiosos, insaciáveis, pródigos, perdulários”. Para Schui (2014), a ideia de restrição de consumo já era propagada pelos indivíduos e pela sociedade desde a Grécia Antiga, permanecendo no foco de conceito político e econômico.

Para Okeke et al. (2021), o conceito de austeridade teve sua evolução nos séculos XVIII e XIX baseada em uma visão clássica de assuntos relacionados a déficits orçamentários e dívida pública. No entanto, os autores apresentam que o paradigma teórico da austeridade tem seu fundamento nas três abordagens econômicas dominantes: keynesiana, neo-ricardiana, e neoclássica, além da visão heterodoxa, sendo as duas primeiras consideradas teorias do lado da procura, enquanto as últimas se enquadram na perspectiva do lado da oferta.

A abordagem da austeridade ganhou força quando Keynes, em 1936, introduziu a noção controversa de gastos deficitários como meio de aumentar renda e emprego, uma ideia ainda mais relevante nos dias de hoje (Okeke et al., 2021). A visão keynesiana propõe intervenção ativa do governo, principalmente por meio da política fiscal, para restaurar o pleno emprego em momentos de crise econômica. Nesse caso, a austeridade serviria como uma política contracionista com impacto negativo em relação à procura.

Já a abordagem neoclássica trata da redução de gastos governamentais visando uma alocação eficiente dos recursos por meio da promoção do investimento e consumo privado

(Okeke et al., 2021). Na mesma linha, a abordagem ricardiana apresenta que os agentes tendem a aumentar o consumo privado à medida que o governo amplia as políticas de redução de gastos (Okeke et al., 2021). Ambas as escolas de pensamento assumem a ideia de seus agentes econômicos planejarem o consumo ao longo de suas vidas e, em casos de déficits orçamentários, também aumentam o consumo, transferindo a tributação para as gerações futuras (Konzelmann, 2012).

A lógica contemporânea, após a crise de 2008, deu origem à abordagem heterodoxa, que se baseia na visão Keynesiana incentivando estratégias de crescimento através de políticas fiscais expansionistas durante períodos mais recessivos (Alexiou & Nellis, 2016). Essa escola de pensamento acredita que a austeridade fiscal conduz a perdas na produção e, conseqüentemente, ao desemprego, o que vem a causar um efeito de distorção negativa na economia (Okeke et al., 2021). Para os estudiosos da visão heterodoxa, contrariando as visões neoclássicas, a austeridade ao invés de promover crescimento, é autodestrutiva, pois provoca queda na procura agregada (Okeke et al., 2021).

Decerto, tais escolas de pensamento buscaram defender os efeitos das políticas de austeridade. Nessa perspectiva, as escolas neoclássicas e ricardianas fomentam que a austeridade produz efeitos expansionistas, mesmo a curto prazo, diferentemente dos keynesianos que acreditam que os efeitos são contracionistas (Konzelmann, 2012). Nesse sentido, a política expansionista e a política contracionista são dois tipos distintos de abordagens macroeconômicas utilizadas pelos governos para influenciar a atividade econômica, especialmente em relação ao nível de produção e emprego (Orair & Gobetti, 2017). Nessa perspectiva, a literatura apresenta o principal debate a respeito da adoção de políticas de austeridade fiscal: seu efeito expansionista ou contracionista (Alesina et al., 2018; Brinca et al., 2021; Das & El Hussein, 2019; Jordà & Taylor, 2016; Konzelmann, 2012; Okeke et al., 2021).

A abordagem da austeridade fiscal expansionista tem no trabalho de Giavazzi e Pagano, em 1990, o estudo de maior impacto (Busato & Almeida, 2021). Giavazzi e Pagano (1990) verificaram o ajuste fiscal ocorrido nos anos 1980, nos países da Dinamarca e Irlanda, e constataram que os efeitos produzidos no consumo, em uma política de contração fiscal de aumento de imposto e cortes de gastos, foram de expansionismo e crescimento em curto prazo. Essa investigação trouxe a ideia de “contração fiscal expansionista” (Konzelmann, 2012; Okeke et al., 2021).

Para Barry e Devereux (2003), o trabalho de Giavazzi e Pagano (1990) está embasado na visão alemã de que a adoção de programas permanentes de despesas governamentais ou de reduções fiscais estimulam a procura privada. Dessa forma, a despesa privada pode aumentar o suficiente para compensar as “perdas” de uma contração fiscal, impactando positivamente o déficit. Segundo Busato e Almeida (2021), se atribui a Alberto Alesina e colaboradores, a defesa de contribuição ao caráter expansionista da contração fiscal, pois seus trabalhos trazem argumentos empíricos e teóricos em prol da austeridade fiscal. Corrobora-se a esse entendimento, as pesquisas de Alberto Alesina et al.(2002); Alesina et al. (2015, 2018); Alesina & Ardagna (1998, 2010).

Em outra direção, está a abordagem de austeridade fiscal contracionista que, segundo Barry e Devereux (2003), representa as políticas destinadas à redução dos déficits governamentais: redução de despesas, privatizações ou qualquer iniciativa de recuperação do setor público. Para Alesina et al. (2018), tanto em políticas de corte de gastos ou em aumento de impostos, os ajustes fiscais advindos da austeridade possuem natureza contracionista. Essa abordagem tem se consolidado como a literatura *mainstream*, especialmente após a grande crise de 2008 (Alexiou & Nellis, 2016; Brinca et al., 2021; Busato & Almeida, 2021; Guajardo et al., 2011; Okeke et al., 2021).

A literatura que se apoia em políticas com abordagens contracionistas apresenta críticas ao caráter expansionista, principalmente pela sua fragilidade em dar suporte empírico, por exemplo. Outrossim, Jayadev e Konczal (2010) apresentaram críticas às abordagens expansionistas alegando que os exemplos de sustentação empírica a esse tema, em sua maioria, estão relacionados a momentos de crescimentos econômico e não a períodos de recessão. Para De Paula e Pires (2013), os estudos não apresentam variáveis significativas para expressar o caráter expansionista da austeridade. Ademais, esse debate se amplificou pelo descrédito à hipótese de “contração fiscal expansionista” (Guajardo et al., 2011; Konzelmann, 2012; Okeke et al., 2021). Tal fato ficou evidente quando o Fundo Monetário Internacional (FMI) alegou que a austeridade é contracionista em sua essência e, posteriormente, quando Alesina et al. (2018) revisitaram a sua metodologia e consideraram a austeridade expansionista como possibilidade, já que a austeridade por si só tem caráter contracionista (Carvalho & Rossi, 2020).

Para Bracci et al. (2015), os defensores da austeridade possuem o monopólio dos argumentos econômicos. Dessa maneira, a justificação da austeridade fiscal muitas vezes está associada a princípios econômicos específicos, como a busca pela estabilidade

macroeconômica e o equilíbrio das contas públicas. Além do mais, argumentam que, ao controlar os gastos do governo, é possível criar condições para o crescimento econômico sustentável, evitando crises financeiras e hiperinflação (Alesina et al., 2015; Alesina & Ardagna, 1998). Em vista disso, a principal lógica contemporânea está nas estratégias de consolidação orçamental, visando o restabelecimento do equilíbrio das contas públicas e a recuperação do dinamismo e competitividade econômica (Breunig & Busemeyer, 2012).

Segundo Konzelmann (2012), a economia política da austeridade, que teve seu papel original na facilitação do financiamento em tempos de emergências, como guerras, evoluiu para o objetivo da política, ao invés de uma política de estabilização macroeconômica. Dessa maneira, a crise de 2008, que forçou os governos a equilibrarem seu orçamento e controlar os déficits e a dívida pública visando a sustentabilidade econômica futura, fez com que a austeridade assumisse um papel de destaque na agenda acadêmica e política (Guarini & Pattaro, 2016).

Nessa perspectiva, os economistas Eugene Fama e John Cochrane, da Universidade de Chicago, defenderam a austeridade econômica para impulsionar a recuperação. Ambos enfatizaram a necessidade de austeridade para reduzir a dívida pública, acalmar os mercados financeiros e evitar agravamento da crise. Para os autores, a austeridade é vista como essencial para garantir a eficácia das despesas privadas na recuperação econômica (Konzelmann, 2012).

Desde a referida crise, diversos governos, em especial das economias europeias, conceberam programas para a redução das dívidas públicas por meio de austeridade ou por meio de aumento de impostos. Além dos efeitos na economia, os governos prezavam para manter o atendimento às necessidades sociais e às demais demandas públicas com os orçamentos pautados com essa política de austeridade fiscal (Bentzen et al., 2020).

Para Bracci et al. (2015), embora os que acreditem que a austeridade seja uma alternativa útil para a redução de déficits e das dívidas públicas em restauração ao crescimento econômico, as controvérsias e inconclusivos debates a respeito do tema têm transpassado o efeito econômico e se apegado em questões políticas e de moralidade. Em seu estudo, Posner e Sommerfeld (2012) apresentaram evidências do papel das instituições políticas na adesão e consolidação de políticas de austeridade, fomentando que as variáveis, como momento da consolidação e força relativa do partido no poder, são relevantes no processo. Na contramão da convencionalidade de que os efeitos de austeridade fiscal afetariam o capital político e prejudicariam reeleições, (Alesina et al., 2013; Brender &

Drazen, 2008; Posner & Blöndal, 2012) encontraram resultados favoráveis de reeleição aos governos que adotaram medidas de restrições fiscais.

Ademais, o modelo de Estado para a adoção de políticas também tem conduzido as pesquisas sobre a austeridade. Surge uma corrente crítica de que a austeridade traz consequências sociais e econômicas negativas, pautadas na contradição da natureza ideológica neoliberal (Labonté & Stuckler, 2016; Rossi et al., 2019; Vieira, 2016; Vieira et al., 2018). Para Tavares e Silva (2020, p.12), “o processo de reversão do Estado Social em favor de políticas de austeridade tem início no norte global ainda nos anos de 1970 e, paulatinamente, chega ao sul global”. Konzelmann (2012) apresenta que a constituição do Estado do bem-estar social serviu para “politizar” a evidência da austeridade porque com os gastos para manter a qualidade de vida da sociedade ocorreriam pressões nos casos de crises. Dessa maneira, seria necessário o controle das finanças públicas.

A nível empírico, Stiglitz et al. (2014) reforçaram que as medidas adotadas nos países europeus, durante a crise, exerceram impacto negativo no crescimento econômico, diminuição dos investimentos públicos e revelaram injustiças sociais, tais como: cortes salariais e de aposentadorias sem precedentes, reduções nos gastos sociais que prejudicaram os grupos mais vulneráveis e aumentos desproporcionais na tributação dos trabalhadores, resultando, em última instância, no aumento do desemprego e na desestruturação das principais instituições sociais. Corroboram a esse entendimento, os autores Callan et al. (2011) e Vieira et al. (2018).

Toffolutti e Suhrcke (2019) buscaram apresentar empiricamente os resultados, mesmo que não casuais, da austeridade fiscal com a saúde da população numa amostra de 28 países europeus. Seus achados indicaram que a austeridade tem potencial de produzir três mecanismos: deterioração da saúde mental (aumento de estresse e taxas de suicídio); deterioração do serviço público (aumento de doenças infecciosas e redução do acesso universal à saúde); e aumento de excesso de trabalho (isolamento social). Para o contexto educacional, Amaral e Simões (2019) apresentaram a importância de que gastos com educação não sejam afetados por políticas de austeridade fiscal, já que constituem em investimentos orientados para o futuro. Logo, os autores enfatizam que a redução em despesas com educação pode produzir efeitos negativos na acumulação de capital humano. Na mesma perspectiva, Rossi et al. (2019) e Vieira et al. (2018) apresentaram os cuidados que a adoção de medidas de austeridade pode trazer à educação, no contexto brasileiro.

No Brasil, durante as décadas de 1980 e 1990, a cultura voltada para a implementação de medidas de ajuste e consolidação fiscal do Estado foi, pelo menos em parte, atenuada pelo processo de consolidação de direitos que se desenrolou durante a transição democrática e nos primeiros anos após a promulgação da Constituição de 1988 (Tavares & Silva, 2020). Para Matos (2021), a caminhada para os ajustes fiscais teve maior influência após a mudança da moeda, o plano Real em 1994, e a posterior modernização das instituições, especialmente com a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal, no final da década de 90.

Orair e Gobetti (2017) identificaram que o período de 1999 a 2005 foi marcado por uma consolidação fiscal por meio de regras fiscais e ajustamento fiscal apoiado no aumento de carga tributária que possibilitou um crescimento social no país. Para os autores, o período seguinte (2005 a 2014) foi caracterizado por uma fase de expansionismo fiscal com o crescimento de gastos sociais e políticas tributárias de desoneração, ocasionando espaço fiscal para investimentos públicos. Foi nesse cenário que o país obteve êxito, mesmo com os efeitos da crise internacional em 2008 (Orair & Gobetti, 2017).

A austeridade fiscal começou a ganhar força novamente a partir da preocupação da elevação dos gastos públicos e a desaceleração da economia no ano de 2014 (Nascimento, 2023). Porém, o tema tomou corpo após a Emenda Constitucional nº 95, de 2016. Conhecido como o teto de gastos, o novo regime fiscal trouxe dispositivos para limites com gastos do governo para os próximos 20 anos, no qual o teto fixado em 2017 corresponde ao orçamento disponível para os gastos em 2016 somados à inflação daquele ano. No entanto, para a educação e a saúde os gastos passam a ser considerados para o ano de 2017 com a aplicação em 2018. Nesse dispositivo, somente ocorrerá o aumento de investimentos em uma área caso ocorram cortes em outras. Sendo assim, é um regime que não permite o crescimento das despesas totais e reais do governo (Mariano, 2017; Rossi et al., 2019; Vieira, 2016).

No entanto, a perspectiva de longo prazo para a adoção de medidas de austeridade fiscal brasileira, apresentada pela Emenda Constitucional nº 95, foi interrompida pela crise sanitária do COVID-19, a qual levou os países a revistar suas políticas macroeconômicas (Busato & Almeida, 2021). Ademais, em agosto de 2023 entrou em vigor no Brasil um novo conjunto de diretrizes fiscais, sucedendo o teto anteriormente estabelecido para os gastos públicos. O principal propósito desse novo arcabouço fiscal é promover o equilíbrio nas contas públicas, buscando impulsionar o crescimento econômico sem comprometer a responsabilidade fiscal. Nessa perspectiva, o novo enfoque visa manter as despesas abaixo das

receitas, destinando eventuais excedentes exclusivamente para investimentos, com o objetivo de controlar a dívida pública e mantê-la em uma trajetória sustentável (Brasil, 2023).

A austeridade é um assunto complexo e controverso, cujas intervenções ocorrem de avaliações políticas, econômicas e sociais em uma ampla rede de atores e consequências significativas a longo prazo (Bracci et al., 2015). Desse modo, a adoção de políticas de austeridade, com ou sem a propagação de efeitos expansionistas, tem sido objeto de debates e discussões, pois suas implicações podem ser profundas, afetando não apenas a saúde financeira do Estado, mas também repercutindo nos serviços públicos e no bem-estar da sociedade (Das & El Husseiny, 2019). Contudo, é crucial considerar que a implementação da austeridade fiscal não é isenta de controvérsias. Dessa forma, críticos apontam que essas medidas podem ter impactos desproporcionais sobre os estratos mais vulneráveis da sociedade, reduzindo o acesso a serviços essenciais e aumentando as desigualdades (Brinca et al., 2021).

Além disso, há um questionamento se a austeridade é, de fato, o caminho mais eficaz para alcançar os objetivos propostos, sugerindo que outras abordagens podem ser mais apropriadas em determinados contextos. Para Konzelmann (2012, p. 3), “o debate polarizado sobre a economia da austeridade está claramente longe de ser um conceito simples ou bem compreendido – e não existe um acordo geral sobre o que é a austeridade, quando deve ser aplicada ou no interesse de quem se presume que funciona”. Sendo assim, Das e El Husseiny (2019) enfatizam que a relevância para a economia não reside apenas nas dimensões dos programas de austeridade, referindo-se aos planos de ajuste fiscal, mas também na sua composição, abrangendo a ponderação entre as reduções de despesas e o aumento de tributos, assim como na consistência temporal, distinguindo medidas permanentes e transitórias.

2.3 Desenvolvimento das Hipóteses

O valor público tem sido considerado pela literatura como um construto multidimensional, refletindo as preferências coletivas e políticas dos cidadãos. O seu entendimento vai além de resultados tangíveis, envolvendo a geração de confiança e justiça (O’Flynn, 2007). Nesse contexto, o valor público pode ser resumido em três níveis: i) os serviços, exemplificados pela qualidade e eficiência das políticas públicas; ii) os resultados; iii) a confiança ou legitimidade, traduzida pela relação entre cidadão e governo (Hartley et al., 2017; Williams & Shearer, 2011).

A educação, como um elemento propulsor para o desenvolvimento social, justifica a necessidade de compreender o valor público a partir de múltiplos indicadores. A dificuldade em conceituar e mensurar o valor público na educação acrescenta uma camada de complexidade à pesquisa. A literatura ressalta que o valor público nem sempre é evidente e sua definição é, muitas vezes, difusa e vaga (Cabral et al., 2019). Essa ambiguidade torna desafiador tanto a sua compreensão quanto a sua mensuração.

A variedade de abordagens teóricas e práticas destacadas na literatura (Alford et al., 2017; Hartley et al., 2017) permite a necessidade de ir além das métricas de desempenho acadêmico e considerar diferentes dimensões como resposta à compreensão de que o valor público na educação é multifacetado e vai além de indicadores quantitativos tradicionais (Benington, 2011; Rutgers, 2015). Portanto, a análise das referências acadêmicas sugere que a compreensão do valor público na educação deve abranger diversas dimensões, indo além de indicadores quantitativos tradicionais e considerando aspectos sociais, econômicos e intangíveis para fornecer uma avaliação mais abrangente e significativa. Essa dificuldade em conceituar e mensurar o valor público na educação é uma justificativa significativa para proposição da seguinte hipótese:

H1 – valor público se revela pelos indicadores do valor social, do valor econômico, do valor intangível e do valor político no contexto da educação

A educação, enquanto serviço público, é reconhecida como um investimento social de longo prazo com impactos significativos na qualidade de vida e na participação cívica dos cidadãos. A fundamentação teórica proporcionada pelos autores Corrado et al. (2021), Amaral & Simões (2019), e Rossi et al. (2019) destaca a educação como um serviço público essencial, cujo papel transcende a esfera individual, contribuindo para o desenvolvimento coletivo e a prosperidade social.

De certo que essa função estatal de prover um bem-estar social tem sido cada vez mais desafiada com o surgimento de outras complexidades, como as alterações demográficas, a competição tecnológica, as crises financeiras e os próprios desafios estruturais (Lægreid et al., 2015). Sendo assim, para lidar com esses desafios, a administração pública está impelida em criar uma visão mais holística e eficiente que disponha de políticas assertivas ao bem-estar da sociedade. Com isso, ao fornecer benefícios maiores do que os sacrifícios, os gestores públicos geram valor público (Bracci et al., 2019; Spano, 2014).

No entanto, pouco se tem falado da relação do valor público como resultado de benefícios e construção no bem-estar social, especialmente na educação. As políticas educacionais ocupam um lugar importante na sociedade, pois por meio delas é possível ampliar a geração de trabalho e cidadania, além de redução de pobreza e exclusão social. Logo, a educação é considerada um elemento-chave na construção do bem-estar social (Bueno & Costa, 2016). Além do mais, é possível inferir a premissa de que uma educação centrada em valores públicos não apenas contribui para o desenvolvimento holístico dos indivíduos, mas também age como um catalisador para a coesão social e, por conseguinte, para a prosperidade geral de uma sociedade moldando positivamente ao bem-estar social. Dessa maneira, surge uma nova hipótese da pesquisa, sugerindo que sociedades que valorizam o bem público experimentam níveis mais elevados de bem-estar social

H2 - valor público mantém relação positiva com bem-estar social

Dentre os desafios para os gestores públicos, destacam-se aqueles relacionados à disposição de recursos e às estratégias adotadas para a disponibilização das políticas públicas. É nesses períodos que a governança pública é mais desafiada e são necessários processos bem sistematizados para o cumprimento das necessidades sociais e das demais demandas públicas (Bentzen et al., 2020).

De fato, os governos frequentemente são conduzidos a adotarem políticas de estratégia para controlar déficits orçamentários, reduzir endividamento público e promover a sustentabilidade financeira. No entanto, o debate tem se amplificado quando essas políticas adotadas são de austeridade e podem trazer impactos significativos, especialmente quando envolve cortes em áreas críticas como saúde e educação.

Enquanto alguns argumentam que medidas de austeridade são necessárias para garantir a estabilidade econômica a longo prazo, outros destacam os efeitos negativos, como o impacto na qualidade de vida da população, especialmente dos mais vulneráveis. A discussão sobre a austeridade fiscal no contexto brasileiro também é abordada, destacando a Emenda Constitucional nº 95/2016, conhecida como teto de gastos, que estabeleceu limites para os gastos públicos por 20 anos.

A austeridade fiscal refere-se a políticas que visam controlar os gastos públicos, muitas vezes através da redução de despesas e implementação de medidas fiscais mais rigorosas. Quando aplicada à educação, a austeridade fiscal pode ter implicações significativas no valor público proporcionado pelo sistema educacional. Quando aplicada à

educação, a austeridade fiscal pode ter implicações significativas no valor público proporcionado pelo sistema educacional.

Em um contexto de austeridade fiscal extrema, os cortes de gastos podem afetar negativamente a qualidade da educação, uma vez que recursos insuficientes podem levar à falta de investimento em infraestrutura, materiais educativos, capacitação de professores e outros aspectos essenciais do sistema educacional. Essa falta de investimento pode resultar em salas de aula superlotadas, deterioração das condições escolares e diminuição da qualidade do ensino. Sendo assim, sugere-se a seguinte hipótese.

H3- valor público mantém relação negativa com austeridade:

Há um aumento nos desafios enfrentados pelos gestores públicos ao tentar conciliar austeridade com a construção de valor público, especialmente no setor educacional. O valor público na educação está diretamente relacionado à capacidade do sistema educacional de fornecer oportunidades de aprendizado de qualidade para todos os alunos, independentemente de sua origem socioeconômica. A austeridade fiscal pode comprometer esse valor público ao limitar o acesso a recursos necessários para garantir uma educação eficaz e igualitária.

Dessa maneira, torna-se relevante ressaltar que o equilíbrio entre austeridade fiscal e investimento em setores cruciais, como a educação, é um desafio para os governos. Políticas de austeridade mal gerenciadas podem ter consequências negativas a longo prazo para a sociedade, prejudicando o desenvolvimento educacional e, conseqüentemente, o progresso social e econômico. Sendo assim, compreende-se que a relação entre austeridade fiscal e bem-estar social é complexa e sujeita a interpretações diversas.

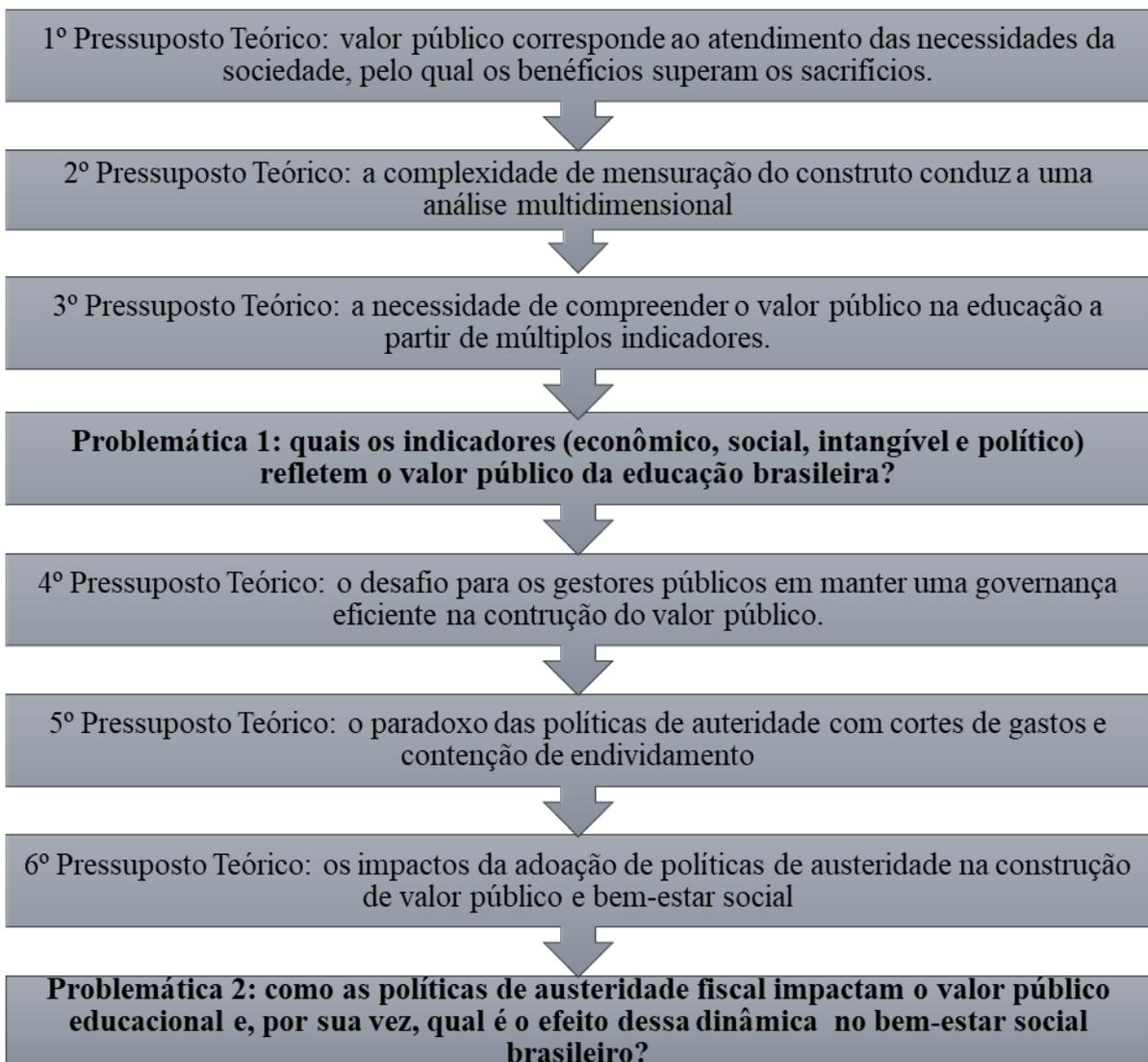
A literatura também ressalta a necessidade de considerar as implicações sociais da austeridade, como seus potenciais efeitos negativos na saúde mental, na qualidade da educação e em outras áreas cruciais para o bem-estar da sociedade. Infere-se assim que a austeridade pode atuar como uma variável mediadora na relação entre valor público e bem-estar social, sugerindo que os efeitos do valor público no bem-estar social são parcialmente explicados pela presença ou ausência de medidas de austeridade. Com isso, propõe-se as duas seguintes hipóteses:

H4 - austeridade mantém relação negativa com bem-estar social

H5 - austeridade medeia a relação entre valor público e bem-estar social:

Em resumo, a austeridade fiscal é um tema complexo e multidimensional, com impactos diretos na vida das pessoas e na sociedade como um todo. O debate em torno dessa política continua sendo relevante e sujeito a análises críticas, levando em consideração seus efeitos sobre o bem-estar social e as diferentes perspectivas econômicas e políticas. A Figura 4 apresenta a construção do pensamento empírico para a pesquisa a partir das hipóteses apresentadas.

Figura 4
Construção do pensamento empírico para a pesquisa



Fonte: Elaboração própria.

3. METODOLOGIA

3.1. Classificação Paradigmática

A pesquisa busca alinhar-se ao paradigma funcionalista, uma vez que o estudo se concentra em representar a realidade, principalmente por meio de variáveis de nível macro para os estados brasileiros, sem incorporar diretamente as percepções ou atitudes dos diversos atores envolvidos no sistema educacional brasileiro: estudantes, professores, gestores e outros. A abordagem funcionalista pode ser mais adequada devido à ênfase em relações causais e estruturais entre as variáveis do estudo (Hopper & Powell, 2005).

A partir de um *continuum* subjetivo-objetivo, Hopper e Powell (2005) delineiam as três categorias adotadas pela pesquisa contábil a partir de uma taxonomia positiva, interpretativa e crítica. Para Lourenço e Sauerbronn (2016), a existência da contabilidade em um universo da ciência social aplicada permite que ela se caracterize por um multiparadigmatismo, além de permitir uma discussão entre as diferentes dimensões ontológicas, epistemológicas, da natureza humana e metodológica. Essa é uma premissa apresentada por Hopper e Powell (2005, p. 430), ao enfatizarem que “em qualquer pesquisa, sugere-se que valores individuais, suposições filosóficas, respaldo teórico e métodos de pesquisa sejam todos relacionados entre si e com os objetivos da pesquisa”.

De fato, o procedimento de criação e desenvolvimento das pesquisas em um campo científico é permeado por diversas facetas e formas que estabelecem a identidade da literatura acadêmica (Nóbrega-Therrien & Therrien, 2004; Morosini, 2015). Isso inclui a inter-relação dos métodos de pesquisa entre si e com os objetivos específicos da pesquisa. Para Kuhn (1997), esse desenvolvimento está inserido em um processo de revoluções, durante o qual ocorre a aceitação de paradigmas, permitindo a utilização de teorias capazes de apresentar um valor significativo na explicação dos fatos. Esses paradigmas são capazes de definir a maneira como o campo contribui social, acadêmica e culturalmente (Morgan, 2005).

Vale ressaltar que, mesmo dentro de uma abordagem funcionalista, é importante reconhecer a complexidade e a multidimensionalidade das questões sociais. Portanto, ao interpretar os resultados, é valioso considerar as implicações sociais, econômicas e políticas mais amplas, mesmo quando a modelagem inicial está mais alinhada com uma perspectiva funcionalista. Dessa forma, a pesquisa ainda apresenta características de uma abordagem crítica nos resultados.

3.2. Método Científico e Teorias de Suporte

A pesquisa se caracteriza como dedutiva, uma vez que busca desenvolver um entendimento a partir das hipóteses específicas das relações entre variáveis macroeconômicas e o valor público educacional. Além disso, assume uma abordagem exploratória, já que busca compreender a relação entre essas variáveis e o valor público educacional, sem ter uma estrutura teórica definitiva previamente estabelecida. Dessa maneira, destaca-se a natureza mais flexível e adaptável da pesquisa diante da complexidade do fenômeno estudado.

Em alinhamento à abordagem funcionalista adotada, a pesquisa se baseia em uma abordagem mista de métodos quali-quantitativos, uma vez que se espera a mensuração dos dados pesquisados e uma inferência dos processos subjetivos do tema. A combinação de métodos quantitativos e qualitativos é a mais apropriada, pois oferece uma visão abrangente e profunda do fenômeno em estudo.

Os elementos qualitativos da pesquisa foram incorporados à revisão sistemática da literatura, proporcionando uma fundamentação mais sólida e holística para a compreensão do valor público educacional. Essa abordagem permitiu capturar nuances e novas perspectivas, visando *insights* essenciais para complementar a análise do estudo. Por outro lado, os elementos quantitativos foram explorados na compreensão das relações causais entre variáveis de nível macro para os estados brasileiros.

As teorias que serviram como base foram a teoria do valor público e teoria do bem-estar social. Em consonância com as argumentações de Benington (2011) e Fernández-Santillán (2018), é imperativo evitar a conclusão de que o embasamento teórico de um modelo para a administração pública esteja balizado pelo dualismo entre o estado do bem-estar ou estado neoliberal, e muito menos de um estado com força assistencial ou focado em livre mercado.

É importante destacar que essas teorias foram adotadas pelos modelos de desenvolvimento e de administração pública, sendo a Administração Pública Tradicional associada ao modelo de bem-estar social, e a Nova Gestão Pública, associada ao modelo neoliberal. Dessa forma, as interpretações não serão resumidas às concepções políticas (esquerda e direita), embora seja possível observar essas perspectivas na modelagem estatística.

Outro fator importante a se destacar é a inserção de uma nova abordagem como alternativa para essa dualidade: a terceira via. Segundo Fernández-Santillán (2018), essa alternativa ainda possui uma base doutrinária que precisa de maior sustentação, mesmo

recebendo contribuições importantes de autores como John Rawls (1971), Jürgen Habermas (2011) e Amartya Sen (1999). Sendo assim, este projeto de tese pode permitir uma contribuição teórica ao campo.

3.3. Delimitação do campo de análise

No que tange ao campo de análise, a pesquisa será concentrada em uma única área social: a educação. Essa escolha se dá em virtude da relevância da educação como um campo crucial de investigação. Serão considerados dados para os 27 entes federativos. Os dados correspondem a indicadores de nível macro coletados no período de 2015 a 2022, para as dimensões socioeconômica, política e outras de acordo com a literatura proposta e que serão mais bem sintetizados na subseção destinadas às variáveis da pesquisa. Delimita-se, ainda, a etapa da Educação Básica para a análise dessa pesquisa.

A pesquisa é válida como um diagnóstico dos governos estaduais, especialmente no Brasil, em virtude da descentralização e da democratização política. As funções básicas do Estado e a grande parte das políticas sociais são formuladas e financiadas por eles, mesmo com um conceito constitucional que justifica a prestação desses serviços (sociais) comuns aos três níveis (Abrucio, 2005; Souza, 2005).

A partir da dinâmica do valor público, os governos estaduais correspondem, em sua maioria, como provedores dos benefícios que serão percebidos pela sociedade. A esse respeito, Williams e Shearer (2011) identificam que os governos locais são os que se relacionam com o processo de governança pública, logo, são os atores legitimados para a construção do valor público. É por meio de suas ações econômicas, sociais e políticas que os resultados são auferidos. Portanto, o valor público emerge da combinação do que o público valoriza com a ação governamental local e o que foi agregado valor para a esfera pública (Benington, 2011).

3.4. Abordagem Metodológica e método da pesquisa

A pesquisa foi realizada em duas etapas: a primeira, caracterizada por uma revisão sistemática da literatura, com o objetivo de fomentar o embasamento teórico, e a segunda, baseada num processo de modelagem de equações estruturais. A revisão sistemática foi conduzida seguindo um processo previamente definido, o que permitiu identificar um conjunto de regras para a condução da pesquisa (Biolchini et al., 2005; Bracci et al., 2019; Kitchenham, 2004). Os resultados dessa primeira etapa do estudo permitiram contextualizar

melhor os resultados quantitativos e explorar os significados subjacentes às relações identificadas na segunda etapa.

Na segunda etapa, foi conduzida uma análise das variáveis captadas no estudo por meio da modelagem de equações estruturais - MEE ou *Structural Equation Models* (SEM, em inglês). A SEM é uma técnica de análise multivariada amplamente utilizada pelas ciências sociais para a resolução de modelos complexos de relacionamento de variáveis derivadas do modelo teórico para estudos, que apresentam os traços latentes - variáveis medidas, mas não diretamente observáveis, como itens de um comportamento (Kline, 2011; Pilati & Laros, 2007). Para Hair et al. (2009), a SEM apresenta as relações entre os construtos (variáveis dependentes e independentes), combinando técnicas de dependência ou independência dessas variáveis, além de ser um modelo capaz de explicar um conjunto inteiro de relações.

Ainda segundo Hair et al. (2009, p.560), “se um pesquisador pode expressar uma teoria em termos de relações entre variáveis medidas e construtos latentes (variáveis estatísticas), então a SEM avaliará quão bem a teoria se ajusta à realidade quando esta é representada por dados”. Sendo assim, o pesquisador deve estar atento ao seu processo de decisão. Sua efetividade pode ser alcançada a partir da execução da pesquisa em seis estágios: i) definição de construtos individuais, ii) desenvolvimento do modelo de mensuração geral, iii) planejamento de um estudo que produza resultados empíricos, iv) avaliação da validade do modelo de mensuração, v) especificação do modelo estrutural, vi) avaliação da validade do modelo estrutural.

A SEM é considerada como a segunda geração das técnicas multivariadas e representa a fusão de duas abordagens: a análise fatorial, comumente utilizada para o modelo de medição, e análise de caminho, tradicionalmente utilizada para o modelo estrutural (Lee et al., 2011). Os Modelos SEM habitualmente incorporam uma teoria de mensuração e uma teoria estrutural. Uma teoria de mensuração delinea a forma como as variáveis medidas articulam, de maneira lógica e sistemática, os construtos (variáveis latentes) presentes em um modelo teórico. Em termos simples, essa teoria estabelece uma série de relações que indicam como as variáveis medidas (*proxies*) refletem um construto latente que não é diretamente observável (Hair et al., 2009).

A análise de mensuração da SEM busca verificar os construtos latentes a partir de itens observados por meio de uma análise fatorial confirmatória. Para Neves (2018, p. 49), “a análise fatorial é utilizada para confirmar uma expectativa de que duas ou mais variáveis

observadas irão convergir para formar um mesmo construto latente e que tal construto é consistente e confiável”.

A especificação de como tais variáveis latentes (construtos) são mensurados parte de um dos dois tipos de escala de mensuração em SEM: modelos de mensuração reflexivos ou formativos. Os modelos reflexivos são aqueles pelos quais a variável latente conduz a “causalidade” e a relação em direção aos indicadores observados, e o erro é a incapacidade de explicar tais medidas, ou seja, o construto latente causa as variáveis observadas. Os indicadores reflexivos são mais comumente utilizados pelas ciências sociais (Hair et al., 2009). Nascimento e Macedo (2016) exemplificam tais modelos no contexto contábil como indicadores reflexivos, por exemplo, aqueles capazes de captar percepções, aprendizado e julgamentos, considerados construtos latentes, geralmente associados a antecedentes do comportamento observado ou dos escores de desempenho medidos.

Já nos modelos formativos, a variável latente é formada a partir das medidas observadas, sendo que a direção da “causalidade” dos itens observáveis para o construto e os erros representam a incapacidade de explicar o construto. Além do mais, os construtos formativos não são tratados como latentes; em vez disso, são concebidos como índices, nos quais cada indicador atua como uma causa do construto (Hair et al., 2009). Um exemplo é o construto liquidez, que pode ser observado por indicadores de liquidez corrente (ILC), entre outros (Nascimento & Macedo, 2016).

Segundo Mikulić & Ryan (2018), há uma terminologia alternativa que identifica esses modelos, sendo o modelo reflexivo classificado como baseado no efeito e o modelo formativo como causal. Embora as definições sejam bastante específicas, alguns estudos têm se dedicado a apresentar soluções para problemas de escolha e definição do modelo (Chang et al., 2016; Mikulić & Ryan, 2018). Para Hair et al. (2009), a escolha deve ser sustentada na verdadeira natureza do construto, considerando questões como a natureza da covariância entre os itens, a duplicidade elevada no conteúdo desses itens ou como os indicadores se relacionam com outras variáveis, o que pode auxiliar o pesquisador nessa tomada de decisão.

A SEM pode ser analisada de duas formas: a) baseada em covariância (CB -SEM); b) mínimos quadrados parciais – PLS-SEM (Beuren et al., 2017; Nascimento & Macedo, 2016). No método CB-SEM, os construtos são considerados fatores comuns que podem explicar a covariância dos indicadores. Embora o método CB-SEM tenha sido mais divulgado, especialmente devido à popularização de *softwares*, como LISREL, EQS, AMOS entre outros, o método PLS tem se destacado como uma alternativa para os pesquisadores (Mikulić

& Ryan, 2018). Segundo Hair et al. (2009), as vantagens desse método incluem a solução de problemas de medição com alternativas robustas.

Bido e Da Silva (2019) enfatizam que tal robustez se deve ao fato de o PLS-SEM ser confiável na ausência de normalidade multivariada, ser aplicável em amostras pequenas, ter um melhor ajuste com a complexidade do modelo, lidar com problemas de endogeneidade e multicolinearidade entre os indicadores, e ser utilizado de construtos com variáveis formativas. Essa flexibilidade torna-o altamente alinhado com as pesquisas em campos de conhecimento que envolvem relações sociais humanas, sendo particularmente adequado para situações em que a teoria subjacente às relações causais ainda não está completamente estabelecida e pode ser exploratória. Isso é especialmente relevante para o contexto desta pesquisa. Portanto, a técnica estatística PLS-SEM se destaca como uma ferramenta valiosa nessas circunstâncias (Bido & Da Silva, 2019).

A escolha entre o método PLS-SEM ou CB-SEM deve ser baseada principalmente pelo objetivo da análise. No entanto, o PLS-SEM, além de ser um modelo de predição e testar teorias, como o CB-SEM, permite a construção teórica em um sentido mais exploratório. Isso ocorre porque os indicadores de ajuste da adequação do modelo são vistos de forma fragmentada, não como um todo, como destacado por Bido et al. (2010). Segundo Lee et al. (2011), o contraste com a CB-SEM é que o algoritmo PLS busca evidenciar as melhores estimativas para cada componente dos indicadores de cada construto, ou seja, realiza uma análise em bloco. Em síntese, a PLS-SEM examina a variância explicada nos dados.

Salienta-se, ainda, que o PLS-SEM também possui uma característica singular quando analisado o modelo de caminho. Na SEM, de um modo geral, os modelos são apresentados por meio de diagramas para a exibição visual das hipóteses e relações teóricas entre as variáveis (Neves, 2018). Comumente as variáveis latentes são apresentadas por círculos ou elipses, e os indicadores por retângulos (Hair et al., 2009; Pilati & Laros, 2007). Já as flechas indicam as relações entre as variáveis latentes observadas e os erros, sendo conceituadas como modelos recursivos - todos os caminhos procedem do construto preditor - e não-recursivos - quando o construto é visto como preditor e resposta de outro (Hair et al., 2009). Nos modelos PLS, as relações ocorrem em um único sentido, expressando a relação preditiva (Nascimento & Macedo, 2016).

A PLS-SEM tem sido amplamente utilizada em diversas áreas de pesquisa, como: estudos psicométricos (Rigel & Zonta, 2022; Riou et al., 2015), nas ciências da saúde (Berglund et al., 2013; Daniswara et al., 2022), nas ciências sociais aplicadas e outras (Beuren

et al., 2017; Huit et al., 2018; Sousa e Silva et al., 2017). A aplicação da PLS-SEM também já abrangeu o valor público. Santos et al. (2022) utilizaram o método PLS para desenvolver uma pesquisa exploratória na criação de um indicador de valor público, incorporando diversos construtos, como educação, saúde, trabalho e outros. Ademais, a pesquisa visou analisar a relação com a *accountability*, buscando a perspectiva da geração de valor pela entrega de bens e serviços pelos gestores públicos.

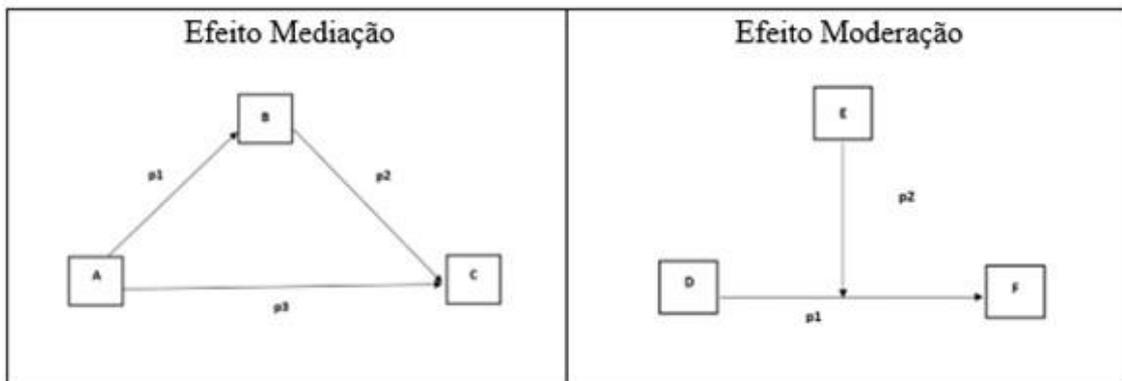
Por outro lado, Li e Shang (2020) buscaram verificar, por meio da PLS-SEM, os componentes da qualidade do serviço do governo eletrônico chinês a partir do valor percebido pelos usuários. Para os autores, a análise dos mecanismos de criação do valor público centrou-se em três determinantes: eficiência, democracia e inclusão. Além disso, os resultados mostram que a percepção do valor pelo usuário é um mediador poderoso para a qualidade do serviço. Em um contexto semelhante, Chohan e Hu (2020) utilizaram da PLS-SEM para validar o modelo de relação da criação de valor público com a disponibilização dos serviços da internet das coisas e a confiança pública.

3.4.1 Dos tipos de efeito na SEM

Adicionalmente, é válido mencionar que na modelagem de equação estrutural é possível descrever e analisar as relações entre variáveis diferentemente de outras técnicas, seja de forma de associação simples ou uma relação causal, como na regressão, por exemplo (Hair et al., 2009). Os dois tipos comumente são encontrados na literatura são a mediação e moderação (Valentini et al., 2018). O efeito mediador ocorre quando uma terceira variável latente intervém na relação de outros dois, requerendo que os construtos sejam significativamente correlacionados. Já na moderação, essa terceira variável é responsável por mudar a relação entre os outros dois construtos, especialmente quando o moderador não apresenta relação linear significativa com a variável preditora ou com o construto resultante. A Figura 5 representa o diagrama de ilustração para os efeitos em uma relação.

Figura 5

Ilustração dos efeitos mediadores e moderados



Fonte: Elaboração própria.

Pelo diagrama, é possível verificar que o construto B media a relação entre A, variável independente, e C, variável dependente. Após verificar a correlação significativa entre as relações, a mediação pode ocorrer de forma parcial ou total. Além disso, em um modelo estrutural, é possível verificar se os efeitos são diretos, construtos ligados por uma seta única, ou efeitos indiretos, que envolvem uma sequência de relações. Para Hair et al. (2009), a mediação é consistente com o efeito indireto, pois, como verificado na Figura 5, a mediação consiste na sequência de dois ou mais efeitos diretos ($A \rightarrow B \rightarrow C$).

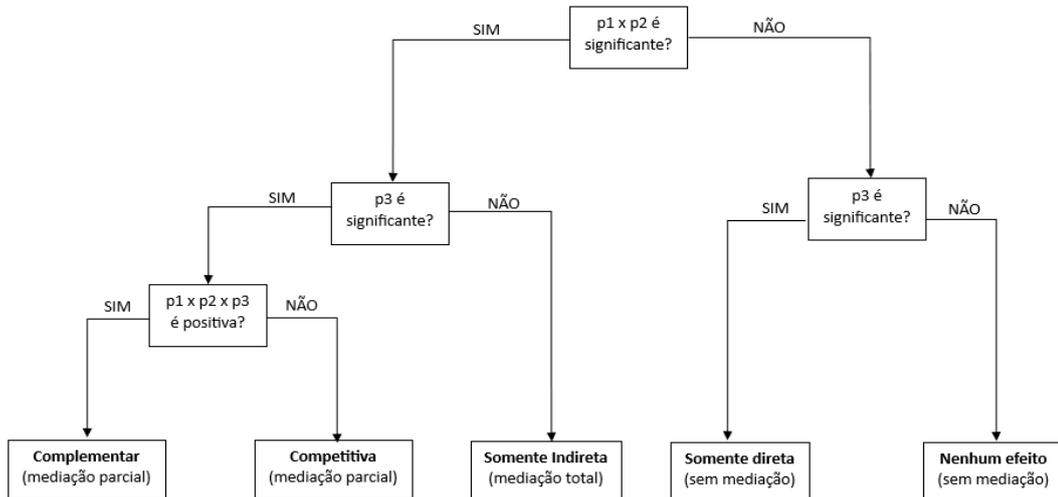
Já no caso da moderação, o construto E age como um efeito moderador na relação entre D e F, ou seja, a inserção da variável, desde que avaliada pela teoria, é capaz de mudar a relação entre os dois outros construtos. Por exemplo, em sua pesquisa, Lacruz et al. (2023) buscavam verificar se os ambientes legal e regulatório têm influência na relação entre a governança e as doações, uma vez que as organizações governamentais com certificações públicas tendem a receber mais doações. No entanto, os autores evidenciaram que tais certificações públicas não agem como moderadoras para essa relação.

Nessa pesquisa, verifica-se uma relação mediadora entre os construtos, já que a austeridade fiscal pode interferir na relação estabelecida entre as variáveis valor público e bem-estar social. Nessa perspectiva, utilizou-se da análise do modelo proposto por Zhao et al. (2010), no qual se verificam os coeficientes de caminho (p_1 , p_2 e p_3 , conforme Figura 6) para classificar os diferentes tipos de mediação, a saber: i) mediação complementar, quando é possível verificar a existência do efeito mediado ($A \rightarrow B$) e do efeito direto ($A \rightarrow C$) que apontam para a mesma direção; ii) mediação competitiva, quando o efeito mediado ($A \rightarrow B$) e o efeito direto ($A \rightarrow C$) existem, mas estão em direções contrárias; iii) mediação apenas indireta, quando não há existência de efeito direto ($A \rightarrow C$), mesmo ocorrendo o efeito mediado ($A \rightarrow B$); iv) mediação apenas direta, quando só existe o efeito direto ($A \rightarrow C$).

existe; v) mediação sem efeito, inexistência de qualquer efeito direto e moderado. A Figura 6 apresenta a árvore de decisão para a conceituação do tipo de mediação.

Figura 6

Árvore de decisão dos tipos de mediação



Fonte: Adaptado de (Mangini et al., 2020).

Para Zhao et al. (2010), as implicações para a teoria são sustentadas nos tipos “complementar”, “competitivo” e “somente indireta”, pois apoiam a hipótese da mediação ($A \rightarrow B \rightarrow C$). Além disso, no caso do tipo “somente indireta” essa hipótese é totalmente satisfeita. No entanto, nos tipos “complementar” e “competitivo”, é possível que o quadro teórico se apresente incompleto. Mesmo com a existência de um efeito direto significativo ($A \rightarrow C$), o pesquisador deve considerar a probabilidade da existência de outro mediador, que poderá ser investigado em pesquisas futuras. Nos outros tipos, considera-se que não há indícios do efeito a ser mediado. Entretanto, no tipo “somente direta”, o pesquisador deve aprimorar a análise, pois a significância de um efeito direto ($A \rightarrow C$) pode apontar para mediadores ainda não descobertos na pesquisa.

3.4.2 Do Construto Valor Público

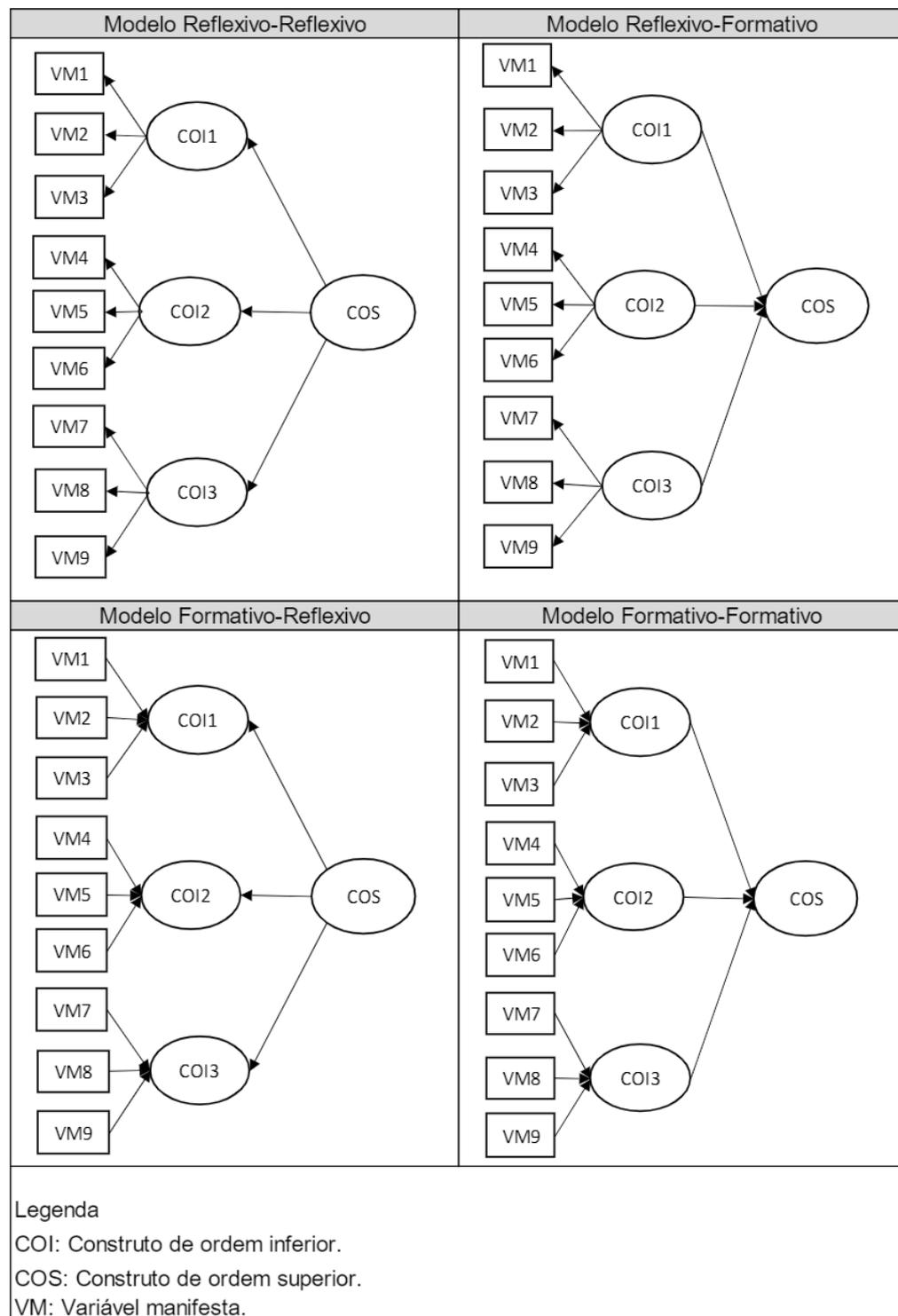
O construto do valor público tem sido guiado por pressupostos multifacetados e com uma ampla operacionalização (Faulkner & Kaufman, 2018; Wang & Christensen, 2017). Além disso, o valor público tem se firmado na literatura como um construto multidimensional que reflete as preferências coletivas e políticas dos cidadãos, não alicerçado somente nos resultados, mas na geração de confiança e justiça (Bozeman, 2007; O’Flynn, 2007).

Dessa maneira, pode-se inferir que a composição do valor público parte do princípio da existência de um construto de ordem superior, que envolve subdimensões de ordem inferior. Para LaCruz et al. (2023), os modelos hierárquicos representam a modelagem de uma construção mais abstrata a partir de suas subdimensões mais concretas. Para definir e operacionalizar o construto multidimensional, é necessário que ele seja derivado da teoria e indique a relação do construto com ordem superior (Becker et al., 2012).

Por se tratar de um modelo com componente de construto multidimensional, percebe-se o mais alto nível de abstração em relação a construtos em níveis semelhantes de abstração. Assim, o modelo de componentes hierárquicos tem sido utilizado, pois permite mais parcimônia teórica e busca reduzir a complexidade do modelo (Becker et al., 2012). A natureza do construto latente é expressa pela relação entre o componente de ordem superior e o de ordem inferior. Essa relação pode ocorrer de forma reflexiva ou formativa. Em relação ao método PLS-SEM, LaCruz et al. (2023) apresentam quatro tipos dessas relações, que comumente se encontram na literatura. A Figura 7 apresenta os tipos de construto de segunda ordem.

Figura 7

Tipos de construtos de segunda ordem



Fonte: (LaCruz et al., 2023).

Os modelos reflexivo-reflexivos são conhecidos como modelo hierárquico de fator comum, pois o construto de ordem inferior representa o fator comum dos outros fatores específicos. Além disso, os construtos de ordem inferior são medidos reflexivamente e estão correlacionados. Diferentemente dos modelos reflexivo-formativo, nos quais os construtos de

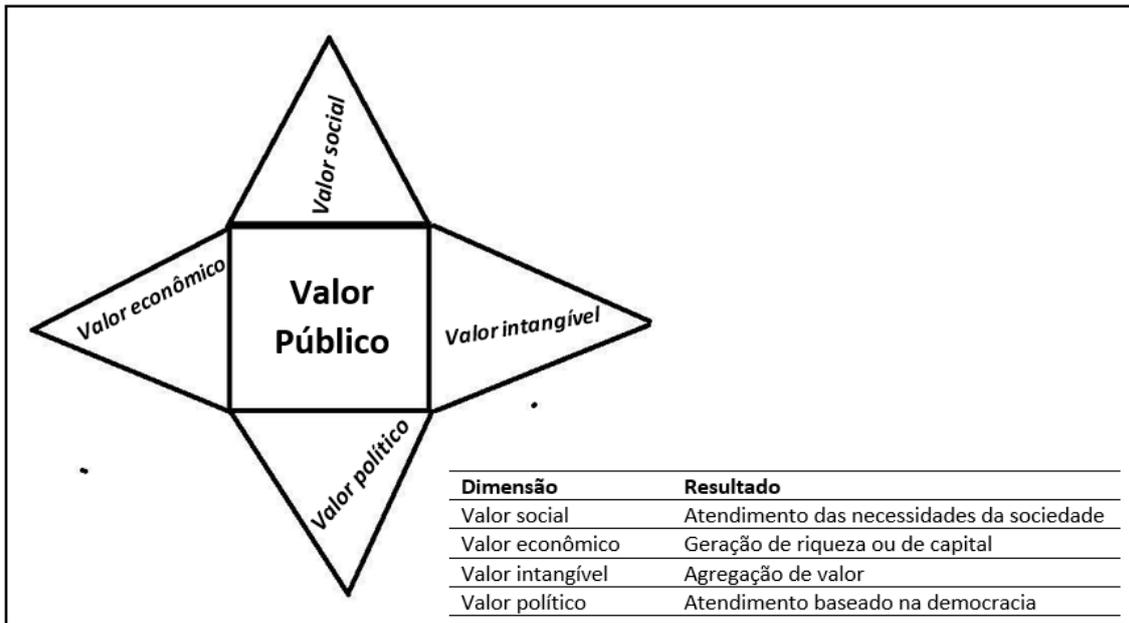
ordem inferior são medidos de forma reflexiva, mas não possuem um fator comum, pois formam um conceito geral que normalmente exerce uma mediação de influência na variável endógena. Já nos modelos formativo-reflexivo, o construto de ordem superior é o conceito comum dos outros construtos formativos de ordem inferior. Nos modelos formativo-formativos, o construto de ordem superior é um conceito geral mais abstrato formado por construtos inferiores medidos (Becker et al., 2012).

Nessa pesquisa, optou-se por elaborar a modelagem de equação estrutural do valor público utilizando um modelo hierárquico reflexivo-reflexivo, no qual as variáveis de ordem inferior refletem o fator comum do valor público. Ademais, partiu-se do pressuposto de que os indicadores e os construtos apresentam alto grau de correlação, sendo possível inferir a duplicidade de conteúdo, ou seja, os indicadores compartilham uma base conceitual comum. Vale ressaltar que, devido ao contexto educacional, os indicadores possuem elevada covariância, e qualquer alteração em um deles afetaria os demais (Hair et al., 2009).

Outrossim, as dimensões social, econômico e intangível atribuídas ao construto do valor público foram fundamentadas no trabalho de Papi et al. (2018), enquanto a dimensão valor político foi embasada na pesquisa de Li e Shang (2020). A pirâmide de valor apresentada por Papi et al. (2018) (ver Figura 3) esclarece a geração de valor público, demonstrando que o somatório dos benefícios nas dimensões social, econômico e intangível é superior ao somatório dos sacrifícios nessas mesmas dimensões. Em contrapartida, a destruição de valor ocorre no caso inverso, sendo este aspecto particularmente relevante para pesquisas futuras (Esposito & Ricci, 2015; Hartley et al., 2017).

Porém, de forma exploratória, a pesquisa busca compreender efetivamente essa relação, considerando que o valor público possui uma construção multidimensional. Nesse contexto, propõe-se a seguinte representação, conforme a Figura 8, baseada nos trabalhos de (Benington, 2011; Benington & Moore, 2011; Bozeman & Moulton, 2011; Meynhardt & Bartholomes, 2011; Papi et al., 2018; Spano, 2009).

Figura 8
Planificação holística do valor público



Fonte: Elaboração própria.

3.4.3 Das variáveis latentes bem-estar social e austeridade fiscal

Desde o início do novo milênio, houve uma transformação na percepção do bem-estar humano, especialmente entre os pesquisadores sociais. O foco passou a se concentrar na tentativa de compreender a relação entre o desenvolvimento econômico e outras perspectivas, como a ambiental e social, por exemplo (Fleurbaey, 2009; Milner-Gulland et al., 2014). Assim, a noção de bem-estar deixou de ser um conceito vago para tornar-se um indicador das implicações e resultados das políticas públicas implementadas, especialmente em relação ao desenvolvimento humano. Nesse ínterim, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), variável escolhida nesta pesquisa, tem se destacado como fonte de informação para a avaliação e definição das políticas públicas, principalmente por sua capacidade de mensuração de qualidade de vida e das condições sociais de uma nação (Anand & Sen, 1994; Cooke, 2004; Dalberto et al., 2015; Jannuzzi et al., 2013; Morse, 2023; Romão, 1993).

Na perspectiva econômica, a tradicional teoria buscava definir o bem-estar, sobretudo na ótica social, relacionando-o ao valor total da renda e do consumo. Logo, verificou-se a relação da variável renda per capita em relação ao bem-estar (Baldwin et al., 2020; Brenner, 1987; Hassan, 2021; Pinilla Pallejá & Goerlich Gisbert, 2004; Syrén et al., 2020). Além disso, a contribuição do governo para a felicidade individual foi relacionada à mensuração de diferenças em emprego, renda, personalidade, educação, gênero, relações sociais e idade (Ott,

2011). A variável taxa de desemprego foi incluída na pesquisa (Ding, 2012; Gorjón et al., 2020; Wadsworth et al., 1999).

O papel dos governos, no que tange ao crescimento econômico, passou a ser considerado um objetivo político legítimo (Angeles, 2011). A qualidade do governo e de suas políticas demonstra ter um impacto substancial na felicidade média da população ao abranger aspectos, como liberdade de expressão, estabilidade política, qualidade dos serviços públicos, capacidade de formulação e implementação de boas práticas, estado de direito consolidado e controle efetivo da corrupção. Popova (2014) complementa esse entendimento, indicando que a satisfação de vida pode diminuir em períodos de alta inflação, desigualdade de renda e má governança, destacando como as reformas econômicas podem impactar o bem-estar dos indivíduos. Nesse contexto, escolheu-se como variável para mensurar a desigualdade de renda, o coeficiente de GINI (Dollar et al., 2015; Marinho et al., 2004; Messias, 2003; Penna et al., 2013; Schmidt & Wichardt, 2019). Esse indicador foi desenvolvido pelo matemático italiano Conrado Gini e serve como um instrumento para avaliar o grau de concentração de renda em um determinado grupo.

O Quadro 3 apresenta as informações das variáveis consideradas neste estudo para o construto bem-estar, incluindo a fundamentação teórica e a fonte de dados utilizada.

Quadro 3

Variáveis de composição do bem-estar social

| Variáveis | Identificação | Proxy | Fundamentação Teórica | Fonte de dados |
|--------------------------------------|---------------|--|--|----------------|
| Desigualdade social – Índice de GINI | GINI | Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. | (Dollar et al., 2015; Marinho et al., 2004; Messias, 2003; Penna et al., 2013; Schmidt & Wichardt, 2019). | Ipeadata |
| Taxa de Desemprego | Tx_Desempr | Taxa de desocupação, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade. | (Cruz, Cláudia Ferreira; Ferreira, Aracéli Cristina de Sousa; Silva; Lino Martins; Macedo, 2012; Ding, 2012; Gorjón et al., 2020; Wadsworth et al., 1999). | Ipeadata |
| Renda per capita | Rendpercap | Log da renda média mensal das pessoas residentes em domicílios particulares permanentes a preços de 2010. | (Baldwin et al., 2020; Brenner, 1987; Hassan, 2021; Pinillaallejá & Goerlich Gisbert, 2004; Syrén et al., 2020). | Ipeadata |
| Desenvolvimento Humano | IDHM | Representa o índice de desenvolvimento humano estadual a partir dos três subíndices. | (Anand & Sen, 1994; Cooke, 2004; Dalberto et al., 2015; Jannuzzi et al., 2013; S. Morse, 2023; Romão, 1993). | Ipeadata |

Atualmente, os governos prezam para manter o atendimento às necessidades sociais e demais demandas públicas com orçamentos pautados em uma austeridade fiscal (Bentzen et al., 2020). É por meio da austeridade que a máquina pública estabelece os parâmetros a serem seguidos para o gasto público, considerando restrições orçamentárias e visando a preservação fiscal, por exemplo. Para Matos (2021), a austeridade fiscal tem se destacado como um dos possíveis determinantes do bem-estar social nos entes federados brasileiros.

Ademais, essa premissa de corte de gastos tem impulsionado o debate, pois há uma corrente literária que acredita que a austeridade está relacionada à maioria dos problemas de uma nação e, em especial, é fator determinante de impactos negativos no bem-estar do indivíduo (Dunk, 2002; Chua, 2011; Shumway, 2017). Essa medida é exercida por meio de uma gestão fiscal baseada em regras que determinam orçamentos equilibrados, restrições de empréstimos e limite de gastos (Anderson & Minnerman, 2014). Dessa maneira, busca-se captar a austeridade fiscal com a variável despesas primárias, seja na função corrente e capital (Breunig & Busemeyer, 2012; Duran et al., 2021; Matos, 2021; Toubeau & Vampa, 2021).

Embora as despesas governamentais sejam frequentemente o foco dessas medidas, as receitas públicas também desempenham um papel importante no contexto da austeridade fiscal. Quando se trata das receitas públicas, os governos podem implementar medidas como aumentar impostos, melhorar a eficiência na arrecadação fiscal, reduzir evasão fiscal e implementar reformas tributárias para gerar mais recursos para os cofres públicos. Dessa maneira, optou-se por verificar também a receita primária corrente e de capital para esta pesquisa (Alesina et al., 2015; Breunig & Busemeyer, 2012; Glomm et al., 2018; Guarini & Pattaro, 2016; Matos, 2021; Toubeau & Vampa, 2021).

Outro objetivo pelo qual os governos têm adotado medidas de austeridade fiscal é a redução do endividamento público. Quando um governo enfrenta altos déficits orçamentários e acumula dívida ao longo do tempo, pode optar por políticas de austeridade fiscal para conter esse endividamento e garantir a sustentabilidade das finanças públicas. A ideia subjacente é equilibrar o orçamento, de modo que as receitas se igualem ou superem as despesas, permitindo que o governo pare de contrair dívidas ou comece a pagar parte da dívida existente. Embora, no Brasil, as metas para redução do endividamento líquido tenham sido atendidas nos últimos anos, Matos (2021) enfatiza que isso tem ocorrido mais pelo potencial fiscal do que pela redução da dívida pública em si. Como *proxy* para a variável endividamento, considera-se a dívida pública consolidada e as receitas correntes líquidas

(Alesina et al., 2015; Breunig & Busemeyer, 2012; Glomm et al., 2018; Guarini & Pattaro, 2016; Matos, 2021; Rossi et al., 2019; Vieira et al., 2018).

Portanto, a austeridade fiscal pode envolver diversas medidas para garantir a sustentabilidade das finanças públicas. No entanto, é importante notar que as políticas de austeridade fiscal podem ser controversas e têm implicações significativas para a economia e o bem-estar social, razão pela qual sua implementação geralmente é objeto de debate e consideração cuidadosa. O Quadro 4 apresenta as informações das variáveis consideradas nesse estudo para o construto austeridade, a fundamentação teórica e a fonte de dados que foram utilizados.

Quadro 4

Variáveis de composição da austeridade fiscal

| Variáveis | Identificação | Proxy | Fundamentação Teórica | Fonte de dados |
|-----------------------------|---------------|---|---|----------------------|
| Receita Primária Corrente | RecCor_capta | Valor per capita das receitas primárias correntes e de capital. | (Alesina et al., 2015; Breunig & Busemeyer, 2012; Glomm et al., 2018; Guarini & Pattaro, 2016; Matos, 2021; Toubeau & Vampa, 2021). | Tesouro Transparente |
| Receita Primária de Capital | RecCap_capta | | | |
| Despesa Primária Corrente | DespCor_capta | Valor per capita das despesas primárias correntes e de capital. | (Breunig & Busemeyer, 2012; Duran et al., 2021; Matos, 2021; Toubeau & Vampa, 2021). | Tesouro Transparente |
| Despesa Primária de Capital | DespCap_capta | | | |
| Dívida Consolidada | Divid_cap | Valor da dívida consolidada per capita. | (Alesina et al., 2015; Breunig & Busemeyer, 2012; Glomm et al., 2018; Guarini & Pattaro, 2016; Matos, 2021; Rossi et al., 2019; F. S. Vieira et al., 2018). | Tesouro Transparente |
| Receita corrente líquida | RCL_capta | Receita corrente líquida per capita. | (Alesina et al., 2015; Breunig & Busemeyer, 2012; Glomm et al., 2018; Guarini & Pattaro, 2016; Matos, 2021; Rossi et al., 2019; F. S. Vieira et al., 2018). | SICONFI |

3.4.4 Das variáveis das dimensões do Valor Público

Em uma abordagem exploratória, a análise dos vínculos entre as variáveis da pesquisa possibilita a compreensão dos fenômenos estudados, assim como a identificação de padrões de associação entre elas. De acordo com Figueiredo Filho et al. (2013), as variáveis referem-se a características observáveis direta ou indiretamente, sujeitas a variações quantitativas ou qualitativas. Stevenson (2001) as conceitua como uma função de valores numéricos

determinados pelos fatores que influenciam a possibilidade de sua ocorrência, como no caso do número de acidentes de carro.

Entretanto, Figueiredo Filho et al (2013) ressaltam a necessidade de distinguir o conceito de variável do conceito de efeito, sendo este último uma medida do impacto de uma variável em relação a outra. É por meio do efeito de uma variável que os modernos pressupostos de causalidade são compreendidos, incluindo a associação entre variáveis, a precedência temporal e a não-espúria relação entre elas. Em pesquisas aplicadas nas ciências sociais, é comum não identificar uma relação causal direta devido à complexidade dos fenômenos estudados. Assim, a observação e a análise das variáveis nesta pesquisa permitem inferir sobre o fenômeno objeto de estudo.

As variáveis aqui introduzidas têm como objetivo demonstrar que a dimensão contribuiu no impacto de uma ou mais necessidades básicas de um indivíduo, a partir de fatores objetivos e subjetivos dentro de uma estrutura coerente, especialmente no que tange às políticas educacionais aplicadas. Portanto, culminando na geração de valor público. Para Meynhardt (2009, p. 209), “a variável dependente na criação de valor público é um microfundamento de valores no nível individual”. De fato, o construto de valor se apresenta multifacetado e complexo, pois a perspectiva de valor pode variar em diferentes situações ao longo do tempo ou variar pela percepção de um grupo. A visão do valor existente pode variar entre grupos e ser totalmente diferente para cada um, como, por exemplo, no caso da reabilitação de prisioneiros (Hartley et al., 2017).

Sob a ótica das dimensões do construto do valor público já definidas na seção anterior, ao se analisar o valor social, o pesquisador deve estar atento a quem cria ou se beneficia do valor, considerando os diferentes valores sociais envolvidos. Nessa perspectiva, cabe analisar a participação da política educacional na construção de valor para a sociedade em geral, já que ela possui um valor social significativo na formação de um cidadão (Dewey, 2013; DO, 2022).

Para Lange e Topel (2006), a educação possui, em seu valor social, benefícios externos não perceptíveis à investigação empírica. Tais benefícios são oriundos do resultado de políticas educacionais efetivas, como, por exemplo, a redução do comportamento criminoso dos indivíduos de uma sociedade. A esse respeito, Lochner (2011); Lochner e Moretti (2004) buscam evidenciar a relação da escolaridade com o crime (externalidade negativa social) no possível retorno social. Seus achados permitem inferir que a escolaridade

reduz significativamente a atividade criminal. Barros et al. (2019); Becker e Kassouf (2017) apresentaram a mesma relação para o contexto brasileiro.

Outra perspectiva do benefício externo que a educação pode trazer ao indivíduo está no fato de uma melhora na saúde mental. Ledden et al. (2007) evidenciam que o valor social no contexto educacional está relacionado às interações dos alunos e à construção de amizades. Logo, estudantes que apresentam níveis elevados de qualidade positiva da amizade tendem a possuir melhor satisfação com a vida e menores sintomas depressivos (Diaconu-Gherasim et al., 2023). Nesse contexto, Isumi et al. (2020) e Jones et al. (2022) verificaram a influência da ausência escolar forçada, no caso da Pandemia do Covid-19, nas taxas de suicídio. Por certo, a relação entre a saúde mental e a escolaridade tem sido objeto de pesquisa na literatura, como exemplificado pelas pesquisas de Jiang et al. (2020) e Wang (2022), que verificaram tal relação no contexto chinês após a promulgação da lei de escolaridade obrigatória, encontrando resultados significativos para a relação.

Outro benefício social decorrente de políticas educacionais é a sua relação com a redução da pobreza (Brown & James, 2020; Cremin & Nakabugo, 2012; Sarwar, 2011). Na verdade, a educação tem sido utilizada por instituições internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), e pela Organização das Nações Unidas (ONU), por exemplo, como uma estratégia lógica para se alcançar um desenvolvimento humano com menos pobreza, exclusão de direitos, discriminação e opressão. No Brasil, a redução da pobreza e o papel social da escola têm sido discutidos pela condicionalidade da frequência escolar pelos programas de transferências sociais (Medeiros et al., 2020; Paiva et al., 2016; Sordi & Gonçalves Neto, 2021).

Ademais, dados empíricos indicam que as habilidades cognitivas desenvolvidas durante a educação primária, por exemplo, exercem influência significativa tanto nos ganhos individuais quanto no crescimento econômico de um país, impulsionando a mudança social (Diebolt et al., 2022; McLean, 2022; Song, 2012; Sousa et al., 2021; Thornton et al., 2015). Por outro lado, quando tais habilidades não são desenvolvidas, gera-se um dos grandes problemas para a sociedade: o analfabetismo. Sabe-se que há um progresso considerável na redução das taxas de analfabetismo, mas sua erradicação ainda é falha. Para Alves et al. (2019), isso é um problema, pois o analfabetismo traz consigo efeitos negativos para o bem-estar social e a economia. Corroboram essa ideia, os autores Kemiskinan et al., (2023); Lal (2015); Thengal (2013) e Zhang (2021).

Sob outra perspectiva, um dos outros determinantes que tem conferido à educação um papel de construção social está relacionado à integração dos alunos com deficiência em salas regulares. Kart e Kart (2021) apresentaram uma revisão da literatura sobre os efeitos da educação inclusiva para os alunos com deficiências, assim como para os demais alunos, enfatizando os efeitos sociais dessa inclusão. A literatura tem destacado tanto as vantagens quanto os desafios associados ao eficiente acolhimento da educação inclusiva (Cenci et al., 2020; Dupuis et al., 2006; Koh & Shin, 2017; Konza, 2008; Stiefel et al., 2018).

Outra política educacional que tem ganhado força no debate político e social é a ampliação da jornada de ensino para a educação em tempo integral, especialmente no Brasil. De acordo com Ramos (2023), a escola em tempo integral não está relacionada apenas à ampliação da jornada escolar, mas também a uma ressignificação dos espaços escolares visando promover a compacidade reflexiva e crítica do aluno no processo social. Sabe-se que os horários contrários ao período escolar representam riscos e oportunidades para aqueles que não estão supervisionados. Dessa forma, a política de ampliação do tempo escolar busca garantir atividades extracurriculares que possam impactar positivamente o desempenho acadêmico e a aprendizagem (Furrer et al., 2012; Patall et al., 2010). Nessa perspectiva, os pesquisadores buscam verificar quais os efeitos da implementação de tal política (Agüero et al., 2021; Araujo et al., 2021; Cavaliere, 2014; Galvão, 2023; Holland et al., 2015).

O Quadro 5 apresenta as informações das variáveis dimensão social, a fundamentação teórica e a fonte de dados que foram utilizados.

Quadro 5

Variáveis de composição do valor social na política educacional

| Variáveis | Identificação | Proxy | Fundamentação Teórica | Fonte de dados |
|--|---------------|---|--|---|
| Criminalidade entre os jovens | Tx_Homic | Proporção de mortes de homicídio dos jovens de 15 a 29 anos (%). | (Barros et al., 2019; K. L. Becker & Kassouf, 2017; Lochner, 2011; Lochner & Moretti, 2004). | Ipeadata Anuário Brasileiro de Segurança Pública |
| | Var_Socioeduc | Nº de adolescentes em unidades de medida socioeducativa de meio fechado. | | |
| Saúde mental | Tx_Suicid | Taxa de suicídios de jovens de 15 a 29 anos a cada 100.000 habitantes. | (Isumi et al., 2020; Jiang et al., 2020; Jones et al., 2022; T. Wang, 2022). | Ipeadata |
| Matrículas de alunos em classe especiais | Tx_Inclusão | Proporção de matrículas de alunos com algum tipo de deficiência matriculados em classes comuns dividido pelo total de matrículas do mesmo ano da rede estadual. | (Cenci et al., 2020; Dupuis et al., 2006; Kart & Kart, 2021; Koh & Shin, 2017; Konza, 2008; Stiefel et al., 2018). | Censo escolar |

| | | | | |
|------------------------------|--------------|--|---|-------------------------|
| Matrículas em tempo integral | Temp_Integ | Proporção de matrículas de alunos em tempo integral para o tempo na modalidade ensino fundamental e ensino médio pelo total de matrículas do mesmo ano da rede estadual. | (Agüero et al., 2021; Araujo et al., 2021; Cavaliere, 2014; Furrer et al., 2012; Galvão, 2023; Holland et al., 2015; Patall et al., 2010; Ramos, 2023). | Censo escolar |
| PIB real per capita | LogPIB_capta | Log do PIB per capita resulta da divisão do PIB a preço de mercado pelo tamanho da população. | (Diebolt et al., 2022; McLean, 2022; Sousa et al., 2021). | Ipeadata |
| Famílias na pobreza | Pobr_est | Proporção da população abaixo da linha de pobreza nacional no estado. | (Brown & James, 2020; Cremin & Nakabugo, 2012; Sarwar, 2011). | Ipeadata |
| Frequência escolar | Tx_Frequen | Percentual da população de 6 a 17 anos de idade frequentando o ensino básico regular seriado. | (Medeiros et al., 2020; Paiva et al., 2016; Sordi & Gonçalves Neto, 2021). | Ipeadata |
| Taxa de analfabetismo | Tx_analfab | Percentual das pessoas de 15 anos ou mais de idade que não sabem ler nem escrever um bilhete simples. | (Kemiskinan et al., 2023; Lal, 2015; Thengal, 2013; Zhang, 2021). | Ipeadata e SIDRA (IBGE) |

Além dos benefícios sociais advindos da educação, ela proporciona resultados econômicos tanto para os indivíduos quanto para a sociedade (Khan, 2015). Vale ressaltar que o valor econômico não se resume ao seu sentido amplo utilizado nas ciências econômicas, que se refere à transformação de um valor (relativo) de algo em um valor mais alto, no famoso processo de “enriquecimento”, nem mesmo na forma neoclássica, na qual o valor econômico é definido pelo mercado. Sendo assim, vai além do resultado monetário, refletindo fluxos de caixa, como impostos ou economias orçamentárias, e sendo traduzido pelas preferências adotadas, como no caso de programas políticos. Logo, demonstra o resultado financeiro do desempenho que foi necessário e apreciado pelo público (Meynhardt, 2009).

Com efeito, a relação entre desempenho e educação tem sido um dos determinantes mais discutidos na literatura quando se aborda o resultado econômico. Os pesquisadores têm analisado como o financiamento público é gasto, isto é, se reflete a eficiência dos gastos (De Witte & López-Torres, 2017; Faria et al., 2008; Rosano-Peña et al., 2012).

Sob esse ponto de vista, a literatura tem se debruçado sobre os insumos educativos e os efeitos nos resultados de desempenho educacional. Dessa maneira, as despesas e/ou investimentos governamentais representam a variável com maior incidência nas pesquisas (Beghini & Tosta, 2017; Cruz & Silva, 2020; Heras & Olaberría, 2018; Johnson & Ruggiero, 2014; López-pérez & Spiegelman, 2019; Poker Jr et al., 2013; Psacharopoulos & Patrinos,

2004; Sahnoun & Abdennadher, 2022; Salazar Cuéllar, 2014). Optou-se, assim, pela variável gasto com educação como *proxy* do investimento público.

Além disso, a literatura tem destacado a importância dos investimentos do programa de alimentação escolar como determinante para benefícios econômicos (Aurino et al., 2023; Bundy et al., 2011; Galloway et al., 2009; Gelli & Daryanani, 2013; Gelli & Suwa, 2014). Para Berggren et al. (2021), a oferta da merenda escolar transcende o ato da alimentação em si, configurando-se como um espaço social e pedagógico. Ainda na perspectiva do gasto, torna-se relevante a análise dos efeitos da remuneração dos docentes na construção do valor econômico da educação (Akiba et al., 2012; Hanushek, 2016; Imazeki, 2005; Johnson & Ruggiero, 2014; Nunes & Nunes, 2023; Yontz & Wilson, 2021).

Sob a ótica do capital humano, compreende-se que a qualidade da educação produz resultados ao crescimento econômico. Nessa perspectiva, a literatura voltou-se para a análise de determinantes em nível do aluno e da instituição, empregando medidas, como os anos de estudo (Diaz-Serrano & Pérez-Reynosa, 2018; Evans & Yuan, 2019; Filmer et al., 2020; Hanushek & Woessmann, 2020; Stephens & Yang, 2014), média de alunos por turma (Kounetas et al., 2023; Mucharreira et al., 2019; Riani & Rios-Neto, 2008; Shin & Raudenbush, 2011; Whitehurst & Chingos, 2011), percentual de concluintes (Boissiere, 2004; Earle et al., 2018; Lucas & Mbiti, 2012; Matijascic & Rolon, 2021; Singh & Mukherjee, 2015) e taxas de matrículas (Connelly & Zheng, 2003; Crespo-Cebada et al., 2014; Gumus & Kayhan, 2012; Lima, 2011; Petrosino et al., 2012).

O Quadro 6 apresenta as informações das variáveis da dimensão econômica, a fundamentação teórica e a fonte de dados que foram utilizados.

Quadro 6

Variáveis de composição do valor econômico na política educacional

| Variáveis | Identificação | Proxy | Fundamentação Teórica | Fonte de dados |
|----------------------|---------------|---|---|----------------|
| Desempenho econômico | Gast_educap | Despesas liquidadas da função educação per capita excluídas as subfunções ensino infantil, educação superior e EJA. | (Begnini & Tosta, 2017; Cruz & Silva, 2020; Heras & Olaberría, 2018; Johnson & Ruggiero, 2014; López-pérez & Spiegelman, 2019; Poker Jr et al., 2013; Psacharopoulos & Patrinos, 2004; Sahnoun & Abdennadher, 2022; Salazar Cuéllar, 2014). | SICONFI |

| | | | | |
|--|--------------|---|---|---------------|
| Merenda escolar | Alim_cap | Valor investido em alimentação escolar/número de alunos em idade escolar de 06 a 17 anos. | (Aurino et al., 2023; Berggren et al., 2021; Bundy et al., 2011; Galloway et al., 2009; Gelli & Daryanani, 2013; Gelli & Suwa, 2014). | INEP |
| Remuneração Docente | Remun_docent | Remuneração bruta média padronizada para 40h semanais em R\$ pela rede estadual em exercício na Educação Básica. | (Akiba et al., 2012; Hanushek, 2016; Imazeki, 2005; Johnson & Ruggiero, 2014; Nunes & Nunes, 2023; Yontz & Wilson, 2021). | INEP |
| Média de anos de Estudos | Anos_Estudos | Média de anos de estudo concluídos com aprovação das pessoas com 25 anos ou mais de idade de cada estado. | (Diaz-Serrano & Pérez-Reynosa, 2018; D. K. Evans & Yuan, 2019; Filmer et al., 2020; Hanushek & Woessmann, 2020; Stephens & Yang, 2014). | Ipeadata |
| Média de alunos por turma ensino fundamental | MedAl_EF | Média de Alunos por Turma da Educação Básica de acordo com o segmento ensino fundamental. | (Kounetas et al., 2023; Mucharreira et al., 2019; Riani & Rios-Neto, 2008; Shin & Raudenbush, 2011; Whitehurst & Chingos, 2011). | Censo escolar |
| Média de alunos por turma ensino médio | MedAl_EM | Média de Alunos por Turma da Educação Básica de acordo com o segmento ensino médio. | | Censo escolar |
| Taxa de conclusão Escolar | Perc_Conclu | Percentual das pessoas de 25 anos ou mais de idade - Médio completo ou equivalente e superior incompleto. | (Boissiere, 2004; Earle et al., 2018; Lucas & Mbiti, 2012; Matijascic & Rolon, 2021; Singh & Mukherjee, 2015). | Ipeadata |
| Taxa de matrícula | Mat_EduBasi | Proporção de matrículas do censo escolar e corresponde ao total de matrícula do ensino fundamental e ensino médio por dependência da rede estadual em relação a população de 6 a 17 anos. | (Connelly & Zheng, 2003; Crespo-Cebada et al., 2014; Gumus & Kayhan, 2012; Lima, 2011; Petrosino et al., 2012). | Censo escolar |

Outra dimensão pela qual o valor público da educação pode ser refletido está na sua intangibilidade. Segundo Rowe (2019, p.3), “a educação é mobilizada como uma parte fundamental da economia intangível, como capital baseado no conhecimento”. Certamente, o valor intangível é um dos maiores desafios para se alinhar na construção de valor público, em razão de sua subjetividade e dimensão abstrata. No entanto, a ciência já evoluiu na detecção de proxies equivalentes de mensuração. Melissanidou e Johnston (2019) apresentaram uma pesquisa a respeito do processo de construção de valor na Grécia durante o período de medidas de austeridade fiscal e identificaram que variáveis relacionadas aos recursos humanos e mudanças de mentalidade e cultura são aspectos relevantes.

Nesse contexto, Stokes et al. (2016) exploraram o capital organizacional como um intangível verificável no setor educacional. Os autores caracterizam dados da força de trabalho das escolas, como, por exemplo, a qualificação dos professores. De certo, Corrado et al. (2015) evidenciam que o investimento em melhores professores qualificados é considerado um investimento intangível que aumenta a eficácia na prestação de serviços educacionais. Já Coenen et al. (2018) enfatizam que não é uma tarefa fácil investigar como a própria educação do professor é capaz de afetar positivamente no processo educacional, pois outras proxies podem estar envolvidas.

Ademais, Ledden et al. (2007) apresentam que o valor analisado a partir do contexto educacional enfatiza a natureza dos serviços prestados pela educação, como as ações intangíveis direcionadas ao intelecto das pessoas. É nesse contexto que se verificam os resultados dessas ações na construção do capital humano. Para Corrado et al. (2021), a educação é vista como um investimento intangível que reflete a produção do capital humano, e os anos de estudos dentro do sistema escolar proporcionam um retorno futuro. Dessa maneira, verifica-se a qualidade de ensino a partir do desempenho (taxa de aprovação e reprovação) como variável que demonstra a evolução da produção de conhecimento. Baldacci et al. (2008) também verificaram a qualidade da educação (taxa de repetência) como indicador de capital humano.

Outro fator importante a ser analisado diz respeito à defasagem nos anos de estudo de uma nação, que é uma questão crítica que impacta diretamente o capital humano e, por conseguinte, o desenvolvimento socioeconômico do país. Essa defasagem pode ocorrer devido a uma série de fatores, incluindo problemas estruturais no sistema educacional, falta de investimento, desigualdades regionais e sociais, entre outros. Além disso, a defasagem de anos de estudo pode afetar variáveis intangíveis, como motivação e autoestima dos estudantes, cultura educacional, percepção de oportunidades e outras que desempenham papéis fundamentais na formação do capital humano de uma nação (Lacruz et al., 2019; Lindert, 2010; Psacharopoulos & Patrinos, 2004). A variável *Atraso_aprend* identificará a proxy para a distorção nos anos de estudo.

Ainda no contexto do capital humano como resultado intangível da educação, o ensino superior desempenha um papel relevante no desenvolvimento desse capital em uma nação. A literatura tem destacado a significativa relação entre políticas educacionais que garantem acesso ao ensino superior e o impulso ao crescimento econômico (Fincher, 2007; Paulsen, 2001; Wang & Liu, 2016). Sabe-se que o acesso à universidade gera bens intangíveis, muitas

vezes associados a um bem social mais amplo. Portanto, ao considerar o valor abstrato que o acesso à universidade representa em termos de desenvolvimento educacional e social, é apropriado caracterizá-lo como um bem intangível da educação (Corrado et al., 2021).

Quanto à qualidade do ensino e à intangibilidade da satisfação do estudante, um fator a ser analisado é o abandono ou evasão escolar. Virtanen et al. (2022) verificaram que o abandono escolar possui uma relação significativa com a evasão, pois o aluno que costuma faltar às aulas sem justificativa tem 34,7% maior de probabilidade de abandonar o ensino. Nesse contexto, a literatura tem buscado apresentar quais são os determinantes para o absentismo escolar (Ingul et al., 2012; Liu & Loeb, 2021; McConnell & Kubina, 2014; Rosa et al., 2023).

O Quadro 7 apresenta as informações das variáveis dimensão intangível, a fundamentação teórica e a fonte de dados que foram utilizados.

Quadro 7

Variáveis de composição do valor intangível na política educacional

| Variáveis | Identificação | Proxy | Fundamentação Teórica | Fonte de dados |
|--------------------------------------|------------------|---|--|----------------|
| Formação Docente | DSU_FUN | Percentual da função docente com ensino superior na modalidade de Ensino Fundamental. | (Coenen et al., 2018; C. A. Corrado et al., 2015; Stokes et al., 2016) | INEP |
| | DSU_MED | Percentual da função docente com ensino superior na modalidade de Ensino Médio. | | INEP |
| Taxa de distorção/série | Atraso_aprend | Percentual de pessoas de 6 a 17 anos que frequentam o ensino básico regular seriado (fundamental + médio) com 2 anos ou mais de atraso idade-série. | (Lacruz et al., 2019; Lindert, 2010; Psacharopoulos & Patrinos, 2004) | Ipeadata |
| Taxa de aprovação ensino fundamental | Tx_Aprova_F | Representa a taxa de rendimento com o desempenho dos alunos para o ensino fundamental. | (Baldacci et al., 2008; C. Corrado et al., 2021; Ledden et al., 2007). | INEP |
| Taxa de aprovação ensino médio | Tx_Aprova_M | Representa a taxa de rendimento com o desempenho dos alunos para o ensino médio. | | INEP |
| Taxa de Reprovação | Tx_Reprov | Representa a variável de desempenho que podem medir a qualidade do ensino e apresentar a intangibilidade do desempenho dos estudantes. | | INEP |
| Absenteísmo escolar | Taxa de Abandono | Representa a variável de desempenho que podem medir a qualidade do | (Ingul et al., 2012; Liu & Loeb, 2021; McConnell & Kubina, | INEP |

| | | | |
|--------------------------|-------------|--|---|
| | | ensino e apresentar a intangibilidade do desempenho dos estudantes. | 2014; Rosa et al., 2023; Virtanen et al., 2022). |
| Acesso a ensino superior | Aces_Univer | Número de Alunos matriculados procedentes de Escola Pública em relação Total de Alunos Vinculados aos Cursos de Graduação Presenciais e a Distância naquele ano. | (Corrado et al., 2021; Fincher, 2007; Paulsen, 2001; Wang & Liu, 2016). CENSO ESCOLAR DO ENSINO SUPERIOR |

O valor político não é menos importante na determinação do valor público, especialmente pelo fato de que o valor público é gerado a partir dos benefícios coletivos propostos nas políticas públicas. (O'Flynn, 2007). Moore (2014) enfatiza que a visão dos processos políticos democráticos pode aumentar a capacidade de resposta e fomenta a legitimidade das ações governamentais. Além do mais, sobrepuja a ideia do bem-estar do indivíduo para a valorização do bem-estar de todos e as condições gerais de uma sociedade.

Além disso, a educação e a democracia são construtos amplamente pesquisados na literatura. Segundo Dahlum e Knutsen (2017), há uma relação positiva e proporcional entre os anos de escolaridade e uma democracia mais robusta. Sanborn e Thyne (2013) enfatizam que os governos que oferecem a educação primária, por exemplo, contribuem para a formação de cidadãos eficazes capazes de promover a democracia. Baseando-se nos conceitos de John Dewey, a respeito do empreendimento educacional em vista de uma sociedade democrática (Dewey, 1930), os autores argumentam que os estudantes que frequentam as escolas têm maior probabilidade de vivenciar a democratização por meio do contato com indivíduos de diferentes grupos, praticando a tolerância e resolvendo conflitos de maneira pacífica. Ademais, a literatura tem apresentado a educação como um dos possíveis determinantes da participação nas eleições, seja com um efeito direto ou um efeito parcial causal (Cinnirella & Schueler, 2018; Green & Sondheimer, 2010; Harka & Rocco, 2022; Larreguy & Marshall, 2013; Milligan et al., 2004; Smets & van Ham, 2013).

Para Ma (2017), os cidadãos mais impactados por políticas educacionais efetivas tendem a acreditar mais nos valores democráticos e a se envolver mais no *engajamento cívico*. Segundo Lin (2015), embora o envolvimento dos jovens em *voluntariado* ou participações políticas se traduza na idade adulta, há uma relação com o desenvolvimento dessas atitudes ainda no contexto escolar, desde o nível primário, como no caso da educação para cidadania fomentada nas escolas americanas. Esses achados são corroborados pela pesquisa de Trelles (2015).

O Quadro 8 apresenta as informações das variáveis dimensão política, a fundamentação teórica e a fonte de dados que foram utilizados.

Quadro 8

Variáveis de composição do valor político na política educacional

| Variáveis | Identificação | Proxy | Fundamentação Teórica | Fonte de dados |
|------------------------|---------------|--|--|----------------|
| Engajamento cívico | Vota_Volunta | Quantidade de votantes de 16 e 17 anos não obrigatório. | (Green & Sondheimer, 2010; Harka & Rocco, 2022; Larreguy & Marshall, 2013; Lin, 2015; Milligan et al., 2004; Smets & van Ham, 2013). | TSE |
| | Comp_Elei | Corresponde ao percentual de comparecimento. | | TSE |
| Engajamento voluntário | Mesar_Volunt | O percentual de mesários até 20 anos que trabalharam na eleição no 1º turno. | (Lin, 2015; Ma, 2017; Trelles, 2015). | TSE |
| Escolarização | Escolar | Taxa de escolarização (%) da população total. | (Dahlum & Knutsen, 2017). | Ipeadata |

Em síntese, extrai-se da literatura a construção de um modelo que efetivamente apresenta a relação entre as dimensões por meio de variáveis observadas. Desta forma, infere-se que os dados de cada dimensão poderão fornecer indicadores autônomos que, em combinação, demonstrarão a mensuração sintética para o valor público.

3.5 Da especificação e estimação do modelo

A modelagem CB-SEM, especialmente para modelos unidimensionais, recomenda que o pesquisador realize a análise fatorial confirmatória em uma primeira etapa. Essa técnica verifica as variáveis latentes correlacionadas entre si para avaliar o modelo de mensuração e, posteriormente, realiza a análise das relações estruturais (Hair et al., 2009). No entanto, em caso de modelos multidimensionais ou hierárquicos para modelo PLS-SEM, nos quais se torna necessário a estimação da variável latente de ordem superior, a literatura apresenta duas abordagens: i) abordagem de indicadores repetidos; ii) abordagem em dois estágios (Ringle et al., 2012; Wetzels et al., 2009).

Na abordagem de medidas repetidas, a variável latente de ordem superior é formada a partir das variáveis observadas da ordem inferior, ou seja, os itens são usados duas vezes em modelos de segunda ordem. Seu objetivo é reduzir o viés no modelo de mensuração, pois possui a capacidade de estimar todos os construtos simultaneamente. Porém, recomenda-se

que seu uso seja feito quando os construtos de ordem inferior possuem o mesmo número de indicadores iguais, a fim de evitar cargas tendenciosas no construto de ordem superior (Becker et al., 2012; LaCruz et al., 2023).

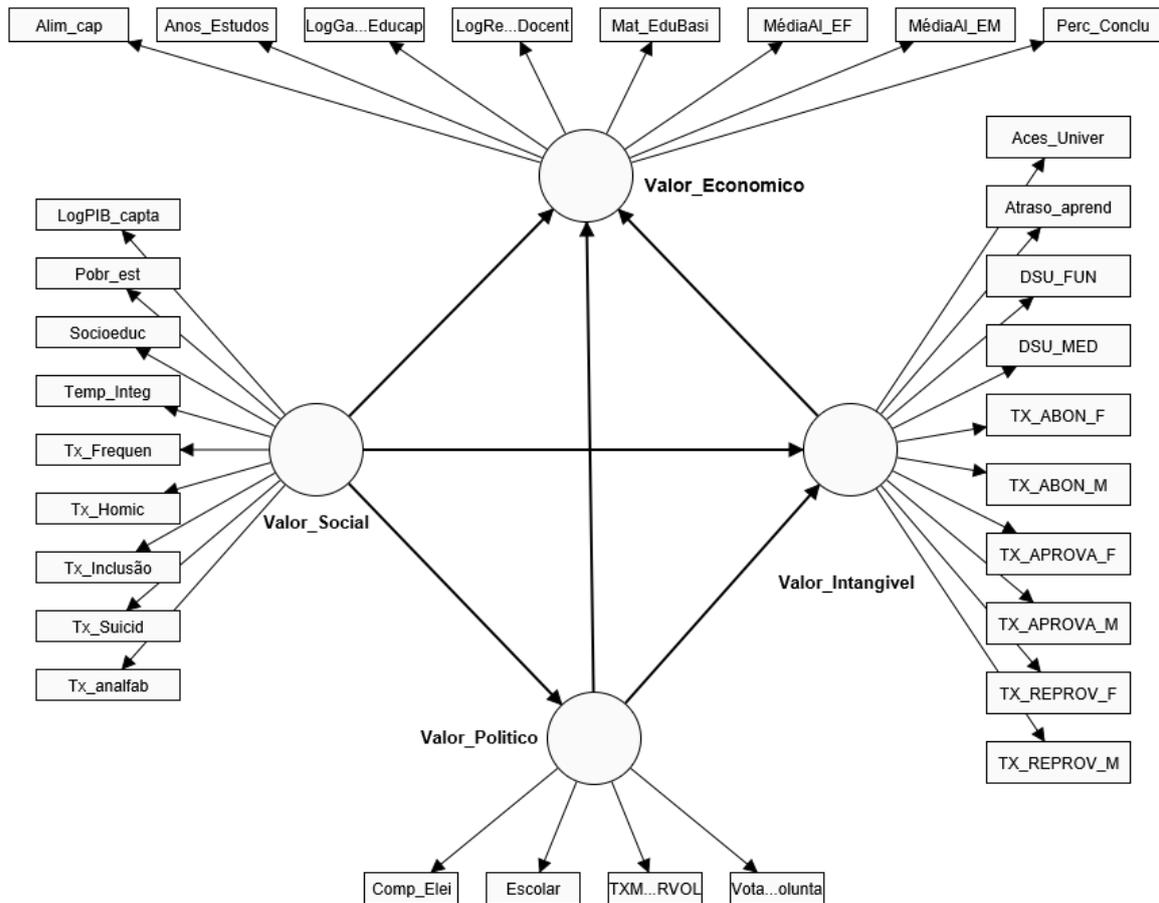
Por outro lado, a abordagem em dois estágios se caracteriza pelo fato de que a pontuação/carga da variável latente é estimada pelos escores das saídas das variáveis observadas de ordem inferior. O pesquisador pode adotar entre duas versões de procedimentos para a abordagem em dois estágios, sendo a primeira a integrada, na qual a estimação da pontuação do componente de ordem superior ocorre com sua presença no primeiro estágio, e a desarticulada, na qual após geradas as pontuações do construto no primeiro estágio, o construto de ordem superior só é envolvido no segundo estágio para uma análise separada (LaCruz et al., 2023).

Sendo assim, ao se analisar os indicadores desta pesquisa, optou-se pela abordagem em dois estágios desarticulada, já que o número de indicadores observados em cada dimensão da pesquisa (variáveis de ordem inferior – econômico, social, intangível e político) não é semelhante. Bido e Da Silva (2019) e Becker et al. (2012) apresentaram essa abordagem em sua pesquisa.

Dessa maneira, foi realizada uma Análise de Componentes Confirmatória (ACC) ou *Confirmatory Composite Analysis* (em inglês) para validação dos construtos (Rigel & Zonta, 2022; Santos & Stefanelli, 2022). Essa análise realiza apenas a avaliação do modelo de mensuração e inclui as relações estruturais, como correlações entre as variáveis latentes. Para Hair et al. (2020), a ACC permite a confirmação da teoria de mensuração de um construto, o que levará à modelagem estrutural. Bido e Da Silva (2019) enfatizam que o modelo ACC é útil quando o pesquisador tem como objetivo avaliar o modelo de mensuração e obter escores fatoriais para uso posterior, como é o caso da variável valor público nesta pesquisa. A Figura 9 apresenta a formação inicial do modelo de mensuração para a Análise de Componentes confirmatória (ACC).

Figura 9

Modelo de mensuração das variáveis latentes de 1ª ordem e seus indicadores



Fonte: Elaboração própria.

A análise estatística foi realizada por meio de dois *softwares*. O primeiro, o SPSS 25.0, auxiliou no tratamento das variáveis da pesquisa para de obter melhor normalidade e variância dos dados. Em seguida, o *software* SmartPLS 4.0 foi utilizado para a análise da ACC e para estimação da modelagem de equações estruturais pelo método de mínimos quadrados parciais (PLS-SEM). Quanto à ACC, o SmartPLS apresenta a vantagem ao pesquisador, pois inclui em seu *outputs* os escores de pontuação das variáveis de primeira ordem que podem ser utilizados no segundo estágio e na metodologia de agregação do modelo hierárquico.

Para validação da ACC e do modelo de mensuração na PLS-SEM, é necessário verificar a validade convergente, a validade discriminante e a confiabilidade composta. A validade convergente representa o nível de correlação entre duas medidas do mesmo conceito, sugerindo que a escala está adequadamente capturando o conceito desejado (Hair et al., 2009). A literatura tem apresentado dois indicadores para verificar a qualidade do modelo

estrutural, a partir da validade convergente, a variância média extraída (AVE) e a confiabilidade composta, conforme no artigo original de Fornell e Larcker (1981).

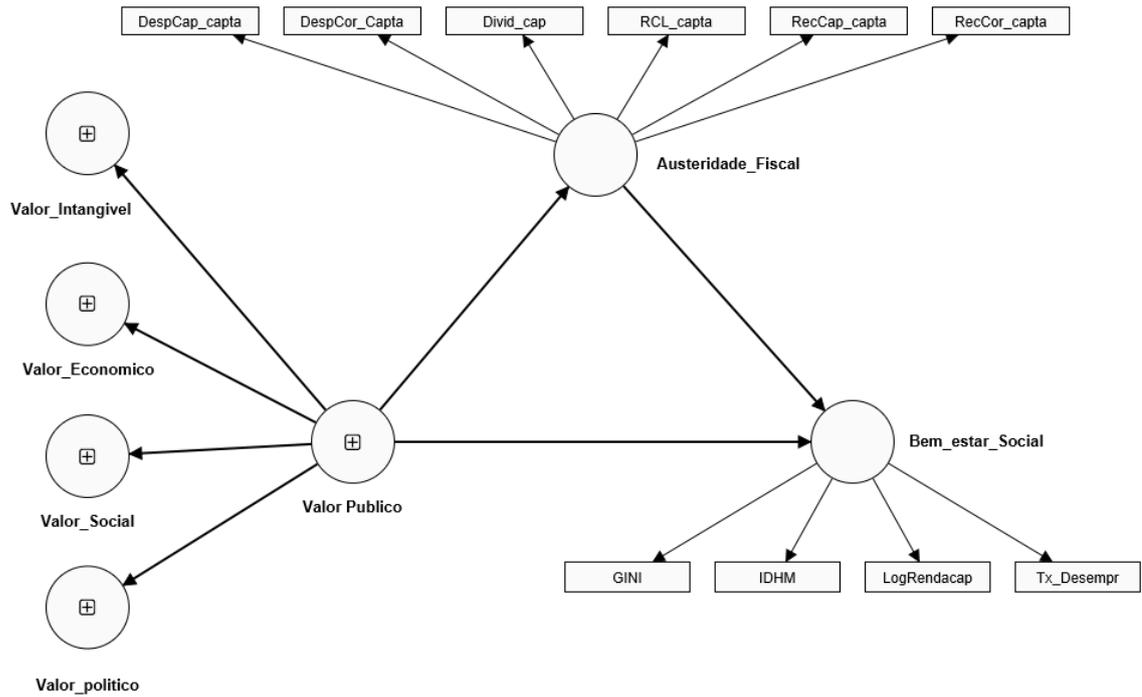
A confiabilidade composta (CC) expressa os coeficientes de regressão entre a variável latente e o item, além da variância residual, pressupondo a independência dos erros. Acrescenta-se, ainda, a variância média extraída (AVE), que representa a soma das cargas fatoriais elevadas ao quadrado, visando elucidar a proporcão média da variância dos itens que podem ser explicados pela variável latente, ou seja, o traço ou fator comum entre os itens (Valentini & Damásio, 2016). Fornell e Larcker (1981) apresentaram como ponte de corte aceitável para AVE valores iguais ou superiores a 0,50 ($AVE \geq 0,5$) e média das cargas fatoriais de 0,7. Já para a CC, os autores não apresentaram um ponto de corte para a interpretação, no entanto, a literatura tem recomendado valores maiores de 0,70 como mais conservador ou 0,60 como aceitável ($CC \geq 0,60$) (Hair et al., 2012).

A validade discriminante representa o grau para que dois conceitos similares sejam diferentes, garantindo que a escala seja suficientemente distinta de outros conceitos semelhantes (Hair et al., 2009). Para Nascimento e Macedo (2016), a validade discriminante permite inferir que o construto pesquisado é único e tem capacidade de captar os fenômenos não compreendidos pelos outros construtos do modelo. Verifica-se a validade discriminante quando as correlações entre as variáveis latentes (VL) (r_{VL}) são inferiores à raiz quadrada da variância média (AVE) (\sqrt{AVE}), evidenciando que tais indicadores apresentam relações mais fortes com a sua VL do que com as demais (Hair et al., 2009 Nascimento & Macedo, 2016).

A Figura 10 apresenta o modelo estrutural completo para a análise dessa pesquisa.

Figura 10

Modelo de equação estrutural de 2ª ordem



Fonte: Elaboração própria.

3.6 Matriz de Amarração da pesquisa

Para o melhor entendimento do projeto, o Quadro 9 apresenta a matriz de amarração metodológica. Essa ferramenta tem sido utilizada pela administração e destaca-se como a sintetização da pesquisa além de permitir um auxílio na exposição das decisões tomadas para sustentar os objetivos, os métodos, as fontes de dados e a forma de apresentação (Takahashi & Fischer, 2009; Telles, 2001).

Quadro 9 –
Matriz de Amarração Metodológica

| Pressupostos para a abordagem do Fenômeno | Modelo e Delineamento da Pesquisa | Objetivos da Pesquisa | Fonte da Pesquisa | Levantamento e Análise de Dados | Validade da Pesquisa e Acurácia dos dados | Apresentação do Resultados |
|---|---|--|---|---|---|---|
| <p>Epistemológicos: funcionalista</p> <p>Ontológicos: realidade subjacente com uma visão de sociedade como sistema estável e ordenado</p> | <ul style="list-style-type: none"> • De natureza dedutiva - exploratória- • Com abordagem quali-quantitativa • Método investigativo: SEM-PLS • Perspectiva temporal: longitudinal • Unidade de observação: dados macros dos 27 estados brasileiros | <p>Estabelecer os elementos que refletem o valor público no contexto educacional.</p> | <ol style="list-style-type: none"> 1. Base e fontes de dados acadêmicos 2. Base de dados socioeconômicos das instituições | <ol style="list-style-type: none"> 1. Pesquisa Quantitativa (dados macros da educação nos estados brasileiros) 2. Análise de componente Confirmatória (ACC) | <p>Testes e indicadores de validade</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Estatísticas descritivas; tabelas e gráficos • Identificação de similaridades e peculiaridades |
| | | <p>Investigar a relação entre o valor público e as políticas de austeridade, identificando os fatores específicos que contribuem para a tendência da sociedade brasileira.</p> | <ol style="list-style-type: none"> 1. Base e fontes de dados acadêmicos 2. Base de dados socioeconômicos das instituições | <ol style="list-style-type: none"> 1. Pesquisa quantitativa (dados da função educação) 2. SEM-PLS | <p>Testes e indicadores de validade</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Estatísticas descritivas; tabelas e gráficos • Apresentação de opiniões. |
| | | <p>Analisar como o valor público educacional, como componente integral do valor público, contribui para níveis mais elevados de bem-estar social.</p> | <p>Dados da pesquisa</p> | <ol style="list-style-type: none"> 1. (dados da função educação) 2. Análise documental e análise de conteúdo | <p>Triangulação dos dados</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Estatísticas descritivas; tabelas e gráficos • Apresentação de opiniões. |

| | | Objetivos da Pesquisa | Fonte da Pesquisa | 1. Levantamento e Análise de Dados | Validade da Pesquisa e Acurácia dos dados | • Apresentação do Resultados |
|--|--|---|--------------------------|---|--|---|
| | | Explorar a relação entre a implementação de políticas de austeridade e o bem-estar social. | Dados da pesquisa | 2. Modelo de referência para a relação entre os fatores | Testes estatísticos | <ul style="list-style-type: none"> • Modelagem de Equações Estruturais • Apresentação de opiniões |
| | | Investigar como a austeridade atua como variável mediadora na relação entre valor público educacional e bem-estar social. | Dados da Pesquisa | 1. Modelo de referência para a relação entre os fatores | Testes estatísticos | <ul style="list-style-type: none"> • Modelagem de Equações Estruturais • Apresentação de opiniões |
| | | Explorar os mecanismos pelos quais a austeridade influencia a relação entre valor público educacional e bem-estar social. | Dados da Pesquisa | 1. Modelo de referência para a relação entre os fatores | Testes estatísticos | <ul style="list-style-type: none"> • Modelagem de Equações Estruturais • Apresentação de opiniões |

Fonte: Elaboração Própria.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta seção está dividida na análise do tratamento exploratória das variáveis dos estudos e a análise estatística dos resultados da ACC e modelagem de equação estrutural.

4.1 Tratamento Exploratório das Variáveis

Antes de proceder à análise estatística, foi essencial realizar uma investigação preliminar dos dados coletados, alinhada aos objetivos e às hipóteses da pesquisa. Esse processo teve, como propósito inicial, verificar a conformidade do banco de dados com os princípios estatísticos fundamentais necessários para a aplicação de técnicas estatísticas. Dessa forma, foi conduzida uma análise exploratória dos dados utilizando o *software* SPSS 25.0, com o intuito de avaliar a integridade do conjunto de dados, identificar informações ausentes (*missing*) e detectar possíveis casos atípicos (*outliers*).

A presença de dados omissos pode gerar problemas na pesquisa e afetar diretamente a propriedade da variável, interferindo principalmente na normalidade e na homocedasticidade (Hair et al., 2009; Tabachnick & Fidell, 2007). Enders (2010) também se dedicou em apresentar os padrões das configurações dos valores observados e faltantes, especialmente para variáveis latentes. O trabalho seminal de Rubin (1976) apresentou os mecanismos de dados faltantes. Esses mecanismos podem surgir de três formas: (i) *Missing Completely at Random* - valores que estão ausentes de forma completamente aleatória (MCAR); (ii) *Missing at Random* - valores ausentes de maneira aleatória (MAR); (iii) *Missing not at Random* - valores ausentes que não seguem um padrão aleatório (MNAR) (Muthén et al., 1987; Penn, 2007).

Adicionalmente, a fim de conduzir uma análise rigorosa dos dados faltantes, foi empregado o módulo MVA – *Missing Value Analysis* do *software* SPSS. A Tabela 1 oferece as estatísticas univariadas das variáveis iniciais do estudo, destacando o número de casos válidos, média, desvio-padrão, contagem e percentual de casos ausentes, bem como o número de casos extremos, tanto superiores quanto inferiores, considerando a escala.

Tabela 1
Estatísticas univariadas para as variáveis preliminares da pesquisa

| | N | Média | Desvio-padrão | Ausentes | | N ° de extremos | |
|-----------|-----|-------|---------------|----------|----|-----------------|------|
| | | | | Contagem | % | Baixo | Alto |
| Tx_Homic | 216 | 38,94 | 13,06 | 27 | 13 | 0 | 0 |
| Socioeduc | 216 | 2,60 | 0,46 | 0 | 0 | 0 | 5 |

| | | | | | | | |
|----------------|-----|-------|-------|-----|-----|----|----|
| Tx_Suicid | 216 | 5,57 | 2,80 | 27 | 13 | 0 | 0 |
| Tx_Inclusão | 216 | 2,35 | 0,75 | 0 | 0 | 0 | 4 |
| Temp_Integ | 216 | 9,25 | 7,37 | 0 | 0 | 0 | 17 |
| PIB_capta | 216 | 16,71 | 8,45 | 54 | 25 | 0 | 0 |
| Pobr_est | 216 | 39,09 | 15,02 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Tx_Frequen | 216 | 94,92 | 1,67 | 27 | 13 | 3 | 0 |
| Tx_analfab | 216 | 7,86 | 4,64 | 27 | 13 | 0 | 0 |
| LogGastoEducap | 216 | 2,73 | 0,22 | 0 | 0 | 0 | 3 |
| Alim_cap | 216 | 36,26 | 15,72 | 6 | 3 | 0 | 1 |
| LogRem_Docent | 216 | 3,64 | 0,16 | 54 | 25 | 0 | 9 |
| Anos_Estudos | 216 | 9,15 | 1,04 | 27 | 13 | 0 | 2 |
| MédiaAl_EF | 216 | 26,06 | 3,11 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| MédiaAl_EM | 216 | 29,94 | 3,74 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Perc_Conclu | 216 | 30,89 | 4,31 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| Mat_EduBasi | 216 | 46,00 | 16,32 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| DSU_FUN | 216 | 91,26 | 8,95 | 0 | 0 | 16 | 0 |
| DSU_MED | 216 | 94,94 | 5,28 | 0 | 0 | 10 | 0 |
| Atraso_aprend | 216 | 13,84 | 4,81 | 27 | 13 | 0 | 0 |
| TX_APROVA_F | 216 | 89,03 | 7,21 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| TX_APROVA_M | 216 | 83,07 | 8,13 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| TX_REPROV_F | 216 | 8,26 | 5,86 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| TX_REPROV_M | 216 | 9,83 | 5,46 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| TX_ABON_F | 216 | 2,51 | 1,88 | 0 | 0 | 0 | 6 |
| TX_ABON_M | 216 | 7,09 | 3,97 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Aces_Univer | 216 | 52,51 | 10,56 | 54 | 25 | 0 | 10 |
| Vota_Volunta | 216 | 1,52 | 0,79 | 110 | 51 | 0 | 2 |
| Comp_Elei | 216 | 83,08 | 4,17 | 110 | 51 | 0 | 0 |
| TXMESARVOL | 216 | 5,75 | 2,58 | 110 | 51 | 0 | 5 |
| Escolar | 216 | 29,66 | 2,95 | 81 | 38 | 0 | 2 |
| GINI | 216 | 51,38 | 4,12 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| IDH | 216 | 74,44 | 4,39 | 27 | 13 | 0 | 0 |
| Tx_Desempr | 216 | 11,16 | 3,63 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| LogRendacap | 216 | 2,80 | 0,14 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| RecCor_capta | 216 | 3,64 | 0,16 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| RecCap_capta | 216 | 1,47 | 0,52 | 1 | 0,5 | 2 | 2 |
| DespCor_Capta | 216 | 3,59 | 0,15 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| DespCap_capta | 216 | 2,38 | 0,26 | 0 | 0 | 4 | 4 |
| Divid_cap | 216 | 3,40 | 0,29 | 0 | 0 | 8 | 2 |
| RCL_capta | 216 | 3,56 | 0,17 | 0 | 0 | 0 | 0 |

Assim, as taxas de criminalidade revelam uma média de 38,94 para homicídios e 5,57 para suicídios, ambas com desvios-padrão significativos. Ocorrências de dados ausentes são observadas em 12,5% dos casos para essas variáveis. Os indicadores socioeducacionais indicam um índice médio de 2,60, com cinco casos destacando-se como extremos altos. No

contexto econômico, o PIB *per capita* médio é 16,71, com 25% dos dados ausentes. Na esfera educacional, a taxa de frequência escolar atinge uma média de 94,92, enquanto a taxa de analfabetismo registra média de 7,86. No tocante aos gastos educacionais, o logaritmo do gasto *per capita* apresenta média de 2,73, com três casos de extremos altos. Indicadores socioeconômicos e de desenvolvimento, como o IDH médio de 74,44 e a taxa de desemprego média de 11,16, completam a análise.

A literatura tem apresentado algumas formas de resolver os problemas com os dados faltantes (Carter, 2006; Gorard, 2020; Little & Rubin, 1989; Rubin, 1976), tais como: análise completa de casos, análise completa de variáveis, imputação única e imputação múltipla, estimativa de máxima verossimilhança, valores de substituição padrão, ponderação e análises de sensibilidade (Enders, 2001; Little & Rubin, 1989; Penn, 2007). Em busca de melhor robustez, a utilização de métodos de imputação (substituição) tem se tornado mais frequente, visando proporcionar aos pesquisadores um conjunto de dados mais abrangentes, sem a necessidade de descarte (Hughes et al., 2019).

A imputação pela média aritmética é uma das mais antigas técnicas, na qual o pesquisador opta pela substituição do dado pela medida de tendência central (média ou mediana), conforme a característica da observação (Vinha & Laros, 2018). No entanto, a escolha dessa técnica apresenta uma desvantagem, uma vez que pode resultar em distorção nos parâmetros, ocasionando uma redução da variabilidade e subestimação da variância e o desvio-padrão (Vinha & Laros, 2018). No caso da variável “remuneração docente” na dimensão valor econômico (*Remun_Docent*), já apresentada pela média dos rendimentos, optou-se pela imputação aos anos de 2021 e 2022, utilizando a média dos últimos 5 anos.

Outra abordagem única de imputação é aquela que substitui os valores ausentes pela predição de outros valores por meio de uma regressão (Buck, 1960; Enders, 2010). Esse método pressupõe que as variáveis completas estão correlacionadas e podem preencher os dados ausentes das demais. Nesse contexto, escolheu-se realizar a imputação dos dados de 2021 e 2022 para a variável “acesso à universidade da dimensão” do valor intangível (*Acess_Univ*) e para a variável “PIB *capita*”, da dimensão social. Utilizou-se o padrão de regressão do *software* SPSS, que se baseia nos resíduos das variáveis, a fim de atenuar possíveis problemas de subestimação da variância e proporcionar resultados mais precisos (Vinha & Laros, 2018).

Empregadas em dados longitudinais, como é o caso da amostra desta pesquisa, as técnicas de imputação pela última observação subsequente ou sua extensão, conhecida como imputação pela observação reportada para trás, assumem a premissa de que as substituições

não mudam ao longo do tempo (Enders, 2010; Kenward & Molenberghs, 2009). Essa técnica atribui o valor imediatamente precedente ou antecessor ao dado ausente. Embora haja a introdução de um viés, a técnica gera estimativas mais conservadoras (Mallinckrodt et al., 2003). Portanto, as variáveis *Tx_Homic*, *tx_Suicid*, *Tx_Frequen*, *Tx_analfab*, *Anos_Estudos*, *Atraso_aprend*, *Escolar* e *RecCap_capta*, juntamente com a dimensão política (*Vota_Volunta*, *Comp_Elei* e *Mesar_Volunt*), se apresentam de forma bienal ou quadrienal (no caso do DF).

Por outro lado, foram examinados os dados discrepantes da pesquisa. Conforme destacada por Tsay et al. (2000), a presença de valores extremos (*outliers*) pode causar efeitos imprevisíveis na análise estatística de uma amostra, especialmente em séries temporais, pois podem especificar o modelo ou resultar em estimativas inadequadas de parâmetros. Assim, uma distinção crucial para a detecção do *outliers* é a diferença entre univariados e multivariados. De acordo com Leys et al. (2019), os *outliers* multivariados são observações que se distinguem consideravelmente das demais no espaço de múltiplas dimensões definido por todas as variáveis. Além disso, sua identificação deve ser uma prioridade para os pesquisadores, especialmente no contexto de modelagem de equações estruturais (Leys et al., 2019).

É importante observar que um *outlier* multivariado não necessariamente precisa apresentar valores incomuns ou anômalos em cada variável individualmente. Conforme destacado por Tabachinick e Fidell (2007), é crucial investigar se os *outliers* multivariados representam uma subamostra distinta. Portanto, é essencial recorrer a técnicas específicas que possibilitem essa identificação. Uma das técnicas frequentemente utilizadas é a distância de Mahalanobis, a qual se baseia na detecção de valores muito distantes de um centroide formado pela maioria dos pontos (Leys et al., 2018).

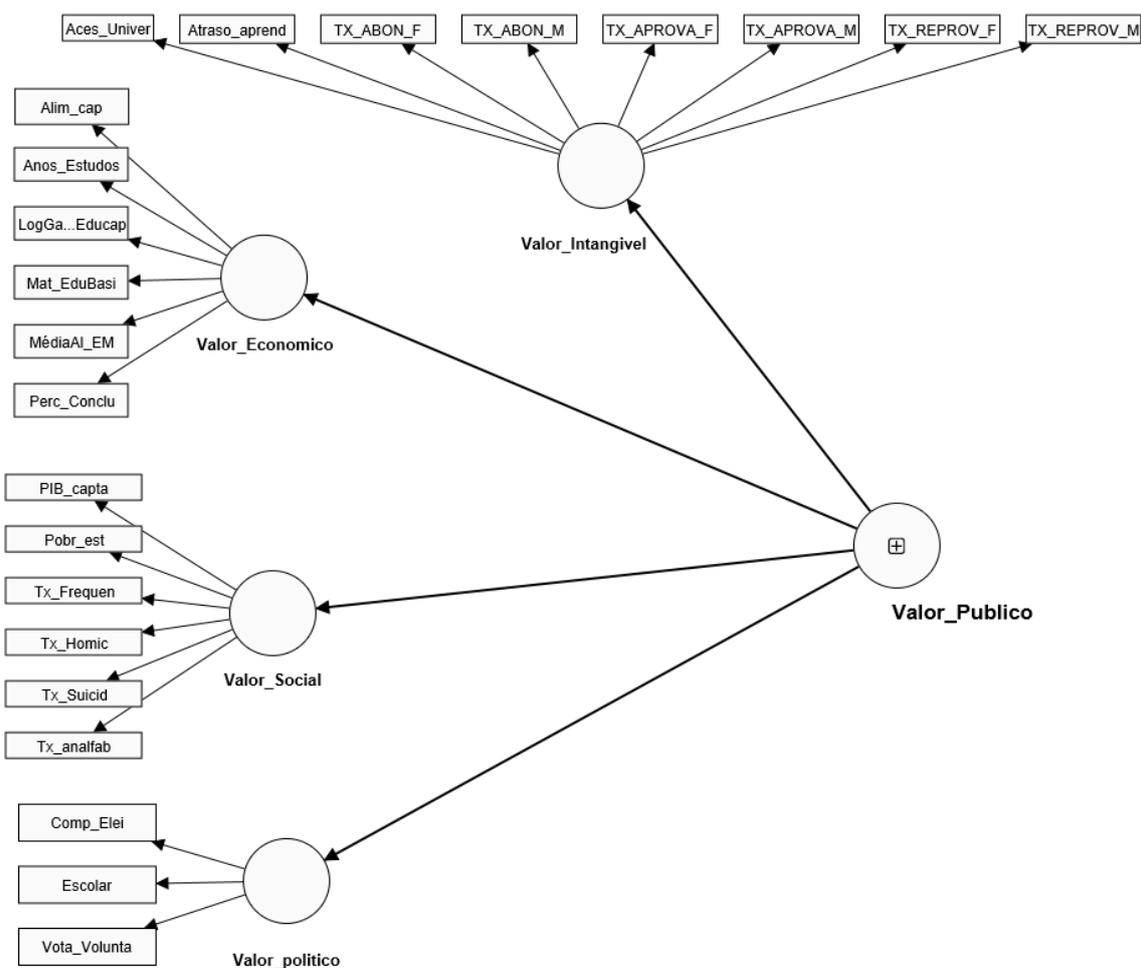
Dessa forma, os *outliers* multivariados foram examinados por meio da distância de Mahalanobis, que foi calculada utilizando o *software* SPSS (Dashdondov & Kim, 2023). Essa métrica foi obtida por meio de uma simulação de regressão linear fictícia, na qual a variável dependente (VD) foi a identificação do sujeito e as variáveis do conjunto de dados foram utilizadas como variáveis independentes. Ao calcular a distância de Mahalanobis, identificaram-se 8 casos com *outliers* multivariados, os quais foram removidos da amostra.

4.2 Análise de Componentes Confirmatória (ACC)

Essa etapa da pesquisa apresenta os resultados alinhados ao objetivo específico estabelecido, que consiste em identificar os elementos que refletem o valor público no contexto educacional.

O resultado da Análise de Componentes Principais (ACC) apresenta somente o modelo de mensuração (ver Figura 11). Diferentemente do modelo CB-SEM, baseado em covariância, no modelo de equação estrutural de mínimos quadrados parciais - *Partial Least Squares* (PLS) é preciso incluir as relações de mensuração, no entanto, na ACC, os resultados das setas não foram utilizados para esta análise. Assim como em Bido e Da Silva (2019); Rigel e Zonta (2022), a ACC foi conduzida com o auxílio do SmartPLS através de múltiplas interações, buscando validar o modelo em todos os níveis de agregação (VL de primeira ordem e de segunda ordem).

Figura 11
Modelos de mensuração de 1ª ordem



Para a avaliação do modelo foi necessário verificar, tanto no nível da variável latente (VL) como no dos indicadores, os seguintes pressupostos: i) Validade Convergente: critério que evidencia o nível de correlação entre duas medidas do mesmo conceito, atestando que a escala está capturando o conceito desejado (Variância Média Extraída – AVE $\geq 0,5$); ii) Validade Discriminante: critério que indica o grau em que dois conceitos semelhantes são significativamente distintos de conceitos similares (raiz quadrada da AVE $-\sqrt{AVE} >$ correlações entre as VL $-r_{VL}$); iii) Confiabilidade: critério que representa os coeficientes de regressão entre a variável latente e o item, além da variância residual, pressupondo a independência dos erros (Confiabilidade Composta – CC $\geq 0,60$) (Bido & Da Silva, 2019; Hair et al., 2009; Mangini et al., 2020; Nascimento & Macedo, 2016). A Tabela 2 apresenta a matriz de correlações entre as variáveis latentes e as cargas fatoriais antes da exclusão de indicadores, permitindo a interpretação da análise no nível das variáveis latentes.

Tabela 2

Matriz inicial de correlações entre as variáveis latentes (n=208)

| Variáveis Latentes | Valor_Economico | Valor_Intangivel | Valor_Social | Valor_politico |
|---------------------------------|-----------------|------------------|--------------|----------------|
| Valor_Economico | 0.645 | | | |
| Valor_Intangivel | -0.401 | 0.693 | | |
| Valor_Social | -0.729 | 0.598 | 0.625 | |
| Valor_politico | -0.334 | 0.655 | 0.700 | 0.716 |
| Confiabilidade Composta (rho_c) | 0.688 | 0.849 | 0.591 | 0.800 |
| Variância média extraída (AVE) | 0.416 | 0.480 | 0.391 | 0.513 |

Nota 1: Todas as correlações são significantes a 1%.

Nota 2: Os valores na diagonal representam a raiz quadrada da AVE ($\sqrt{AVE} > r_{VL}$).

Alguns resultados na Tabela 2 não foram satisfatórios. Observa-se que a validade convergente não foi alcançada, visto que apenas a variável “Valor_politico” apresentou AVE $> 0,5$. Além disso, ao analisar a validade discriminante, a VL “valor social” possui indicadores com carga fatorial superiores em relação às VLS político e econômico. Quanto à confiabilidade, a VL “social” apresentou valores inferiores a 0,6. No critério da validade discriminante ao nível da VL, observa-se que a carga do valor social apresenta valores maiores que a \sqrt{AVE} , ferindo o pressuposto.

Antes de qualquer decisão para o ajuste do modelo, é necessário analisar também a validade quanto ao nível dos indicadores. A Tabela 3 apresenta a matriz inicial das cargas fatoriais dos indicadores analisados em relação às VLS antes da exclusão. Observa-se que alguns itens possuem carga fatorial muito baixa. Quanto à validade para cargas fatoriais cruzadas, representadas fora da diagonal, verifica-se cargas acima de 0,6, o que é coerente

com as altas correlações entre as VLs. Diante disso, a validade discriminante do modelo de mensuração pode estar comprometida. Sendo assim, foi analisado o critério da matriz HTMT (*heterotrait-monotrait ratio*), que deve ser abaixo de 0,85 (Bido & Da Silva, 2019). Este pressuposto não foi alcançado, pois a relação da variável “social” com a “econômica” e a “política” apresentou valor de 0,870 e 0,923, respectivamente.

Tabela 3

Matriz inicial das cargas fatoriais (n=208)

| Itens | Valor_Economico | Valor_Intangivel | Valor_Social | Valor_politico |
|----------------|-----------------|------------------|--------------|----------------|
| Anos_Estudos | 0.874 | -0.503 | -0.811* | -0.558 |
| Alim_cap | 0.581 | -0.365 | -0.380 | -0.162 |
| LogGastoEducap | 0.806 | -0.189 | -0.407 | 0.009 |
| LogRem_Docent | 0.272 | -0.053 | -0.204 | -0.102 |
| Mat_EduBasi | 0.795 | -0.211 | -0.504 | -0.074 |
| MédiaAl_EF | -0.323 | -0.061 | 0.202 | -0.073 |
| MédiaAl_EM | -0.507 | -0.002 | 0.364 | 0.025 |
| Perc_Conclu | 0.712 | -0.232 | -0.429 | -0.244 |
| Aces_Univer | 0.260 | -0.634 | -0.298 | -0.291 |
| Atraso_aprend | -0.404 | 0.728 | 0.666* | 0.529 |
| DSU_FUN | -0.021 | 0.360 | 0.339 | 0.536 |
| DSU_MED | 0.003 | 0.353 | 0.177 | 0.403 |
| TX_ABON_F | -0.442 | 0.844 | 0.589 | 0.598 |
| TX_ABON_M | -0.280 | 0.791 | 0.368 | 0.473 |
| TX_APROVA_F | -0.418 | 0.890 | 0.464 | 0.455 |
| TX_APROVA_M | -0.105 | 0.730 | 0.166 | 0.292 |
| TX_REPROV_F | -0.266 | 0.818 | 0.322 | 0.403 |
| TX_REPROV_M | 0.081 | 0.531 | -0.048 | 0.106 |
| PIB_capta | -0.574 | 0.374 | 0.777 | 0.570 |
| Pobr_est | -0.519 | 0.479 | 0.873 | 0.682* |
| Socioeduc | -0.087 | 0.119 | 0.248 | 0.176 |
| Temp_Integ | 0.326 | 0.087 | -0.224 | 0.049 |
| Tx_Frequen | -0.333 | 0.521 | 0.566 | 0.510 |
| Tx_Homic | -0.324 | 0.379 | 0.639 | 0.397 |
| Tx_Inclusão | 0.244 | -0.335 | -0.284 | -0.260 |
| Tx_Suicid | 0.611* | -0.383 | -0.664 | -0.264 |
| Tx_analfab | -0.780* | 0.484 | 0.887 | 0.615* |
| Vota_Volunta | -0.314 | 0.598 | 0.659* | 0.918 |
| Escolar | 0.024 | 0.353 | 0.461 | 0.689 |
| Comp_Elei | -0.350 | 0.586 | 0.491 | 0.726 |
| TXMESARVOL | -0.240 | 0.216 | 0.339 | 0.455 |

Nota 1: Todas as correlações são significantes a 1%

Nota 2: * cargas fatoriais altas em outras VL

Dessa maneira, visando a validação discriminante, optou-se pela exclusão dos itens que apresentaram carga fatorial abaixo de 0,5. Essa recomendação é realizada na literatura e tem a função de proporcionar um ajuste mais adequado do modelo (Hair et al., 2009; Sousa e Silva et al., 2017). Conforme Bido e Da Silva (2019); Dal Vesco e Pasquali (2020), a escolha da eliminação de indicadores deve ser feita com parcimônia, visando viabilizar o AVE e CC. Sendo assim, cargas fatoriais entre 0,5 e 0,7 são consideradas aceitáveis para estudos exploratórios, uma vez que a complexidade das escalas faz parte do estudo empírico (Mangini et al., 2020; Nascimento & Macedo, 2016).

Sendo assim, foram excluídos os indicadores *LogRem_Docent* (0.272) e *MédiaAl_EF* (-0.3230) do construto valor econômico; *DSU_FUND* (0.360) e *DSU_MED* (0.353) do construto valor intangível, *Socioeduc* (0.248), *Temp_Integ* (-0.224) e *Tx_Inclusão* (-0.284) do construto valor social; e *TXMESARVOL* (0.455) do construto valor político. Após essas exclusões, procedeu-se à segunda rodada nos indicadores que apresentaram resultados satisfatórios para o modelo de mensuração. A Tabela 4 apresenta o resultado da matriz de correlação entre as variáveis latentes após a exclusão dos itens com carga inferiores.

Tabela 4

Matriz de correlações entre as variáveis latentes do modelo de mensuração (n=208)

| Variáveis Latentes | Valor_Economico | Valor_Intangivel | Valor_Social | Valor_politico |
|---------------------------------|-----------------|------------------|--------------|----------------|
| Valor_Economico | 0.727 | | | |
| Valor_Intangivel | -0.435 | 0.777 | | |
| Valor_Social | -0.718 | 0.550 | 0.752 | |
| Valor_politico | -0.314 | 0.583 | 0.670 | 0.803 |
| Confiabilidade Composta (rho_c) | 0.793 | 0.881 | 0.793 | 0.843 |
| Variância média extraída (AVE) | 0.528 | 0.604 | 0.565 | 0.644 |

Nota 1: Todas as correlações são significantes a 1%.

Nota 2: Os valores na diagonal representam a raiz quadrada da AVE ($\sqrt{AVE} > r_{VL}$).

Os resultados da Tabela 4 evidenciam que a exclusão dos itens possibilitou a melhoria do ajuste do modelo. Em relação ao nível da VL, é possível verificar que todos os construtos apresentaram $AVE > 0,5$. Quanto à validade discriminante, é possível verificar que a \sqrt{AVE} é maior do que cargas fatoriais, conforme o critério de Fornell e Larcker (1981). Além disso, todos os valores de CC se apresentaram superiores a 0,7, corroborando com o critério da confiabilidade do modelo. Quanto à validação em relação aos indicadores, a Tabela 5 apresenta a matriz de cargas fatoriais após a exclusão de indicadores.

Tabela 5*Matriz das cargas fatoriais dos indicadores do modelo (n=208)*

| Itens | Valor_Economico | Valor_Intangivel | Valor_Social | Valor_politico |
|----------------|-----------------|------------------|--------------|----------------|
| Alim_cap | 0.598 | -0.409 | -0.356 | -0.153 |
| Anos_Estudos | 0.874 | -0.483 | -0.819 | -0.527 |
| LogGastoEducap | 0.802 | -0.234 | -0.382 | 0.039 |
| Mat_EduBasi | 0.802 | -0.234 | -0.498 | -0.051 |
| MédiaAl_EM | -0.497 | 0.066 | 0.329 | 0.054 |
| Perc_Conclu | 0.717 | -0.246 | -0.447 | -0.233 |
| Aces_Univer | 0.251 | -0.661 | -0.263 | -0.309 |
| Atraso_aprend | -0.416 | 0.753 | 0.664 | 0.520 |
| TX_ABON_F | -0.448 | 0.832 | 0.585 | 0.599 |
| TX_ABON_M | -0.289 | 0.813 | 0.356 | 0.480 |
| TX_APROVA_F | -0.427 | 0.921 | 0.437 | 0.461 |
| TX_APROVA_M | -0.114 | 0.771 | 0.143 | 0.304 |
| TX_REPROV_F | -0.274 | 0.842 | 0.288 | 0.409 |
| TX_REPROV_M | 0.074 | 0.571 | -0.073 | 0.121 |
| PIB_capta | -0.584 | 0.315 | 0.807 | 0.550 |
| Pobr_est | -0.526 | 0.445 | 0.890 | 0.678 |
| Tx_Frequen | -0.323 | 0.489 | 0.540 | 0.468 |
| Tx_Homic | -0.329 | 0.394 | 0.658 | 0.390 |
| Tx_Suicid | 0.595 | -0.403 | -0.638 | -0.233 |
| Tx_analfab | -0.780 | 0.456 | 0.903 | 0.611 |
| Vota_Volunta | -0.319 | 0.518 | 0.659 | 0.932 |
| Comp_Elei | -0.349 | 0.552 | 0.464 | 0.751 |
| Escolar | 0.001 | 0.279 | 0.473 | 0.707 |

Nota 1: Todas as correlações são significantes a 1%.

Embora o item *MédiaAl_EM* tenha apresentado carga fatorial inferior a 0,5, sua exclusão não afetou significativamente o modelo, optando-se, dessa forma, pela sua permanência para viabilidade do construto. Ademais, alguns valores de cargas fatoriais (*Tx_analfab* e *Anos_Estudos*) ainda se apresentaram elevados em relação às variáveis das quais fazem parte. Contudo, ao analisar o critério da matriz HTMT (*heterotrait-monotrait ratio*) para avaliar a validade discriminante, todos os valores se mostraram satisfatórios ($HTMT < 0,85$), indicando que os construtos semelhantes se diferenciam entre si. Após concluída essa etapa de ACC para o modelo de mensuração, com o auxílio do *software* SMARTPLS, foi possível coletar os *scores* das variáveis latentes, que serão considerados como indicadores para o constructo do valor público no modelo de equação estrutural. A Tabela 6 apresenta o resumo da validação dos modelos de medição reflexivos.

Tabela 6
Validação dos modelos de medição do Valor Público

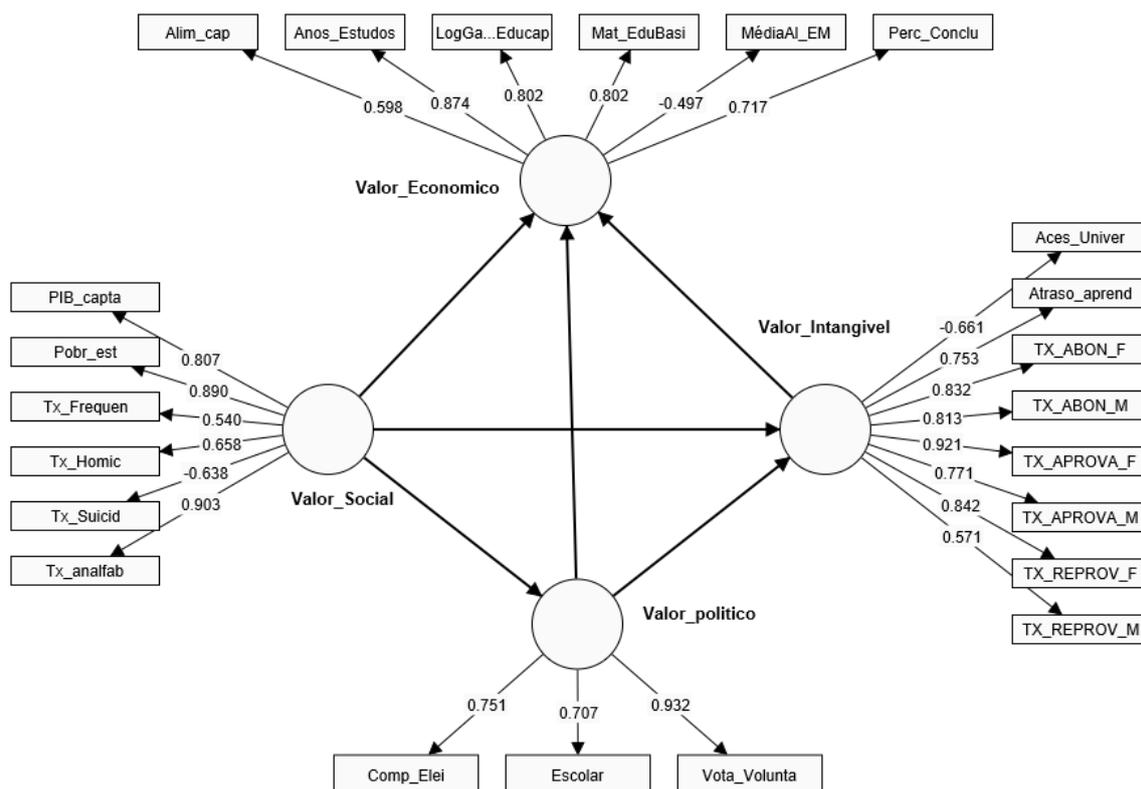
| Índice | Critério | Resultados | Discussão, Avaliação e Ajustes |
|---|--|---|--|
| Confiabilidade da consistência interna (<i>Composite Reliability</i> – CR) | Mínimo 0,70 (ou 0,60 em pesquisa exploratória). | CR = 0,793 para VE CR = 0,881 para VI CR = 0,793 para VS CR = 0,843 para VP AVE = 0,528 para VE AVE = 0,604 para VI AVE = 0,565 para VS AVE = 0,644 para VP | Ajuste adequado |
| Validade convergente | AVE \geq 0,50 | | Ajuste adequado |
| Validade discriminante (<i>Cross Loadings</i>) | Cargas fatoriais de indicadores de um constructo são maiores que suas cargas em outros construtos do modelo. | Todos os indicadores se apresentaram satisfatórios. | Ajuste adequado |
| Validade discriminante (HTMT) | Para construtos conceitualmente semelhantes: HTMT $<$ 0,90. Para constructos conceitualmente diferentes: HTMT $<$ 0,85. | Todos os indicadores se apresentaram menores que 0,85. | Ajuste adequado |
| Cargas, significância e erros dos indicadores reflexivos (<i>Indicator Reliability</i> – IR) | \geq 0,708 válido por <i>Consistent Bootstrapping</i> (significância) 0,4 a 0,7 para manter a validade do conteúdo. | IR $>$ 0,7 <ul style="list-style-type: none"> • para 4 em 6 indicadores de VE (p-value $<$ 0,05) • para 6 em 8 de indicadores de VI (p-value $<$ 0,05) • para 4 em 6 indicadores de VS (p-value $<$ 0,05) • para 3 em 3 indicadores de VP (p-value $<$ 0,05) | Ajuste adequado para VP VE, VI e VS indicadores entre 0,4 e 0,7 para manutenção de conteúdo |

A análise dos resultados dos testes de confiabilidade e validade do modelo apresenta um desempenho adequado. O índice de confiabilidade da consistência interna (CR) atingiu valores satisfatórios para todas as variáveis estudadas, destacando-se com CR = 0,881 para VI (Variável Independente). Quanto à validade convergente, os resultados do *Average Variance Extracted* (AVE) foram adequados, com todos os valores superando o limite recomendado de 0,50. A validade discriminante, avaliada por meio das cargas fatoriais e do *Heterotrait-Monotrait Ratio* (HTMT), demonstrou-se apropriada, evidenciando que os indicadores de cada construto eram mais fortemente relacionados ao seu próprio construto do que aos outros no modelo. Além disso, as cargas, significância e erros dos indicadores reflexivos (IR) mantiveram-se em níveis aceitáveis, garantindo a validade do conteúdo. Destaca-se que os indicadores de Valor Público (Variável Dependente) apresentaram um ajuste particularmente satisfatório, com IR superior a 0,7 para a maioria dos indicadores. No geral, esses resultados sugerem que o modelo proposto demonstra confiabilidade e validade, embasando a robustez da estrutura conceitual adotada na pesquisa.

A Figura 12 ilustra o modelo final de mensuração dos construtos analisados após a ACC. Foi possível confirmar a hipótese 1 (H1), na qual o valor público se manifesta pelos indicadores do valor social, do valor econômico, do valor intangível e do valor político no contexto da educação.

Figura 12

Modelo de mensuração após a análise de componentes confirmatória



Fonte: Elaboração própria.

Para o valor social, os indicadores de nível macro foram PIB *per capita*, taxa de pobreza, taxa de frequência, taxa de homicídio e suicídio e taxa de analfabetismo. No valor econômico, foram consideradas as despesas com alimentação escolar, os anos de estudo, os gastos com educação, a quantidade de matrícula para a educação básica, a média de alunos matriculados no Ensino Fundamental e o percentual de concluintes, considerando o Ensino Fundamental. Para o valor intangível, os indicadores significativos foram o acesso à universidade, o atraso de aprendizagem e as taxas de rendimento escolar, como taxa de aprovação, abandono e reprovação. Por fim, o valor político incluiu os indicadores: comparecimento à eleição, escolaridade e votação voluntária como significativos.

Os resultados da Análise Composta Confirmatória (ACC) sustentam a hipótese 1 (H1) demonstrando que o valor público na educação é percebido através de indicadores que

refletem dimensões sociais, econômicas, intangíveis e políticas. Essa conclusão encontra robusto respaldo na literatura acadêmica, principalmente na abordagem do Novo Serviço Público (NPS) em estudos anteriores, que destacam a importância das interações sociais na educação, e nas discussões sobre os desafios na mensuração do valor público.

4.3 Do modelo de equação estrutural

Após a estimação dos escores da variável latente “valor público” como de segunda ordem, deu-se início ao processo de avaliação do modelo estrutural. Vale salientar que a modelagem PLS-SEM realiza, em partes, a análise do modelo de mensuração e do modelo estrutural. No modelo de mensuração, são analisados os testes que garantem a validade e melhor ajuste do modelo para a posterior avaliação do modelo estrutural, verificando a relação entre os construtos da amostra (Hair et al., 2009). O Quadro 10 retoma o resumo das hipóteses testadas no modelo estrutural. É importante ressaltar que as variáveis “valor econômico” “valor intangível”, “valor social” e “valor político” estão como indicadores e já foram analisadas na seção anterior.

Quadro 10

Resumo das hipóteses de relações entre os construtos

| Hipótese | Relação esperada |
|----------|--|
| H2 | valor público mantém relação positiva com o bem-estar social |
| H3 | valor público mantém relação negativa com a austeridade |
| H4 | austeridade mantém relação negativa com o bem-estar social |
| H5 | austeridade media a relação entre o valor público e o bem-estar social |

Assim como na seção anterior, torna-se necessário verificar a consistência interna dos dados, a validade discriminante e a validade convergente (Beuren et al., 2017; Dal Vesco & Pasquali, 2020; Hair et al., 2009; Nascimento & Macedo, 2016; Santos et al., 2022; Santos & Stefanelli, 2022; Valentini et al., 2018). Na Tabela 7 são apresentados os resultados obtidos com a avaliação inicial.

Tabela 7

Matriz inicial de correlações entre as variáveis latentes (n=208)

| Variáveis Latentes | Austeridade_ fiscal | Bem- Estar_Social | Valor_Público | HTMT |
|--------------------|------------------------|----------------------|---------------|------|
| Austeridade_fiscal | | | | |
| Bem-Estar_Social | 0.562 | | | |

| | | | | |
|---------------------------------|-------|-------|-------|-------|
| Valor_Publico | 0.797 | 0.957 | 0.797 | 0.957 |
| Confiabilidade Composta (rho_c) | 0.878 | 0.335 | 0.651 | |
| Variância média extraída (AVE) | 0.581 | 0.546 | 0.656 | |

Nota 1: Todas as correlações são significantes a 1%.

Os resultados da Tabela 7 indicam que é possível inferir a relação dos itens com o construto com elevada magnitude, uma vez que a validade convergente foi adequada para todas as variáveis, com AVE acima de 0,5 (Fornell & Larcker, 1981). No que diz respeito à consistência interna do modelo, medida pela confiabilidade composta, o construto “bem-estar social” não alcançou o valor de referência de 0,7 ou 0,6 em casos de estudos exploratórios (Hair et al., 2012). Quanto ao critério da validade discriminante ao nível da VL, observa-se que carga do “valor público” apresenta valores maiores que a \sqrt{AVE} austeridade, ferindo o pressuposto. Além disso, o critério da matriz HTMT (*heterotrait-monotrait ratio*) não foi adequado, pois a variável latente “valor público” apresentou o valor de 0,957 (Bido & Da Silva, 2019). Verificou-se ainda a matriz de cargas fatoriais do modelo de mensuração para verificar a validade entre os itens, conforme a Tabela 8.

Tabela 8
Matriz das cargas fatoriais do modelo de mensuração

| Itens | Austeridade_fiscal | Bem-Estar_Social | Valor_Publico |
|------------------|--------------------|------------------|---------------|
| DespCap_capta | 0.452 | -0.014 | -0.204 |
| DespCor_Capta | 0.968 | -0.430 | -0.733* |
| Divid_cap | 0.654 | -0.489 | -0.607 |
| RCL_capta | 0.947 | -0.281 | -0.631 |
| RecCap_capta | 0.267 | -0.098 | -0.174 |
| RecCor_capta | 0.973 | -0.378 | -0.718* |
| GINI | -0.207 | 0.292 | 0.233 |
| IDHM | -0.348 | 0.948 | 0.771* |
| LogRendacap | 0.459 | -0.903 | -0.757* |
| Tx_Desempr | -0.233 | 0.618 | 0.372 |
| Valor_Economico | 0.887* | -0.544 | -0.812 |
| Valor_Intangivel | -0.439 | 0.425 | 0.732 |
| Valor_Social | -0.652 | 0.897* | 0.934 |
| Valor_politico | -0.331 | 0.632 | 0.747 |

Nota 1: Todas as correlações são significantes a 1%.

Destaca-se que todas as correlações são significantes a 1%, indicando uma associação robusta entre os itens e os construtos correspondentes. Nota-se que os itens relacionados ao

construto "Austeridade Fiscal" apresentam cargas positivas e mais expressivas com *DespCor_Capta* (0.968) e *RCL_capta* (0.947). Para o construto "Bem-Estar Social", os itens estão mais fortemente relacionados com *IDHM* (0.948) e *LogRendacap* (-0.903). As correlações negativas entre alguns itens sugerem relações inversas, indicando que, por exemplo, um aumento em "*DespCap_capta*" está associado a uma diminuição em "Bem-Estar Social" e "Valor Público". Esses resultados contribuem para a validação do modelo de mensuração, sugerindo que os itens estão apropriadamente associados aos construtos propostos e fornecendo *insights* sobre as inter-relações complexas entre as variáveis analisadas.

Após a avaliação das cargas fatoriais (ver Tabela 8), foi necessário retirar os itens que se apresentaram com valores abaixo de 0,5 (*DespCap_capta*, *RecCap_capta* e *GINI*). Optou-se por manter as variáveis *Tx_Desempr* (0,618) e *Divid_cap* (0.672) para assegurar a validade dos construtos (Mangini et al., 2020). Quanto à validade para cargas fatoriais cruzadas, que representam as “fora da diagonal”, verifica-se cargas acima de 0,7, especialmente no item “valor público”. Diante disso, a validade discriminante do modelo de mensuração pode estar comprometida. Assim, foi realizada nova análise.

Em nova roda de análise, a variável latente “bem-estar” continuou apresentando uma confiabilidade composta abaixo de 0,6 (valor mínimo aceitável). No entanto, todos os itens se apresentam cargas fatoriais acima de 0,7. Optou-se pela exclusão do item *LogRendacap*, o que melhorou significativamente o modelo. Na Tabela 9, é possível verificar os resultados dos testes para a validade do modelo.

Tabela 9

Resultados Consistência de Dados, Validade Convergente e Discriminante para modelo estrutural

| Variável Latente | Itens | Validade Convergente | | Confiabilidade de consistência interna Confiabilidade Composta | Validade Discriminante | |
|--------------------|------------------|---|------------------|---|----------------------------|---|
| | | Cargas > 0,70 (0,60 aceitável) | AVE > 0,50 | | Raiz quadrada da AVE | HTMT O intervalo de confiança não inclui 1 |
| Valor_Público | Valor_Economico | -0.809 | | 0,653 | 0,810 | Sim |
| | Valor_Intangivel | 0.734 | 0,657 | | | |
| | Valor_Social | 0.934 | | | | |
| | Valor_politico | 0.750 | | | | |
| Bem-estar_Social | IDHM | 0.957 | 0,755 | 0,859 | 0,869 | Sim |
| | Tx_Desempr | 0.771 | | | | |
| Austeridade_Fiscal | DespCor_Capta | 0.967 | | 0,943 | 0,899 | Sim |
| | Divid_cap | 0.674 | 0,808 | | | |
| | RCL_capta | 0.948 | | | | |
| | RecCor_capta | 0.971 | | | | |

Constata-se na Tabela 9 que todos os itens associados a cada variável latente demonstram cargas fatoriais superiores a 0,70, indicando uma robusta relação entre os itens e as variáveis latentes, o que é consistente com os padrões de aceitação estabelecidos. A validade convergente é confirmada pelas pontuações da variância média extraída (AVE), que superam o limiar recomendado de 0,50 para todas as variáveis latentes (0,657 para Valor Público, 0,755 para *Bem-Estar_Social* e 0,808 para *Austeridade_Fiscal*). A confiabilidade de consistência interna, avaliada pela confiabilidade composta, também é satisfatória, superando o critério mínimo de 0,70 (0,653 para *Valor_Público*, 0,859 para *Bem-Estar_Social* e 0,943 para *Austeridade_Fiscal*). Além disso, a validade discriminante é confirmada, já que a raiz quadrada da AVE de cada variável latente é maior que as correlações interconstrutos (HTMT) para todas as combinações. Isso sugere que as variáveis latentes são distintas e diferenciam-se de forma efetiva umas das outras. Constata-se ainda que o intervalo de confiança para o HTMT não inclui 1, fortalecendo a evidência de validade discriminante. Em resumo, os resultados indicam que o modelo estrutural possui consistência interna adequada, validade convergente e discriminante. Essas descobertas fundamentam a robustez do modelo proposto, proporcionando confiança na interpretação e generalização dos resultados.

Ademais, com os valores de AVE superiores a 0,5, é possível afirmar que há convergência nos itens, o que implica que a relação entre as medidas do mesmo construto é substancialmente elevada, apresentando magnitude aproximada (Fornell & Larcker, 1981). Isso mostra que os indicadores do construto compartilham uma parte da variância comum (Hair et al., 2009). Além disso, sugere a representação de um conjunto de indicadores em um construto subjacente, evidenciando sua natureza unidimensional.

Quanto ao coeficiente de R^2 e R^2 ajustado (0,604 e 0,600 para a variável bem-estar social) e (0,569 e 0,567 para variável latente austeridade), respectivamente, é possível verificar um grande efeito nessas variáveis latentes. Isso indica que as regressões estão adequadamente ajustadas, demonstrando um bom poder preditivo ao explicarem a porção da variação no construto endógeno que é explicada por todos os construtos exógenos associados a elas (Mangini et al., 2020). Ao se analisar os valores do VIF (*Variance Inflation Factor*), verifica-se que variam de 1,0 a 2,3, apresentando ausência de multicolinearidade entre as variáveis latentes, visto que se recomenda valores próximos a 3,0 (Hair et al., 2019). A Tabela 10 apresenta o resumo do modelo estrutural de hipóteses em consideração aos valores VIF, f^2 , R^2 e R^2 ajustado.

Tabela 10*Valores VIF, f^2 , R^2 e R^2 ajustado para modelo estrutural*

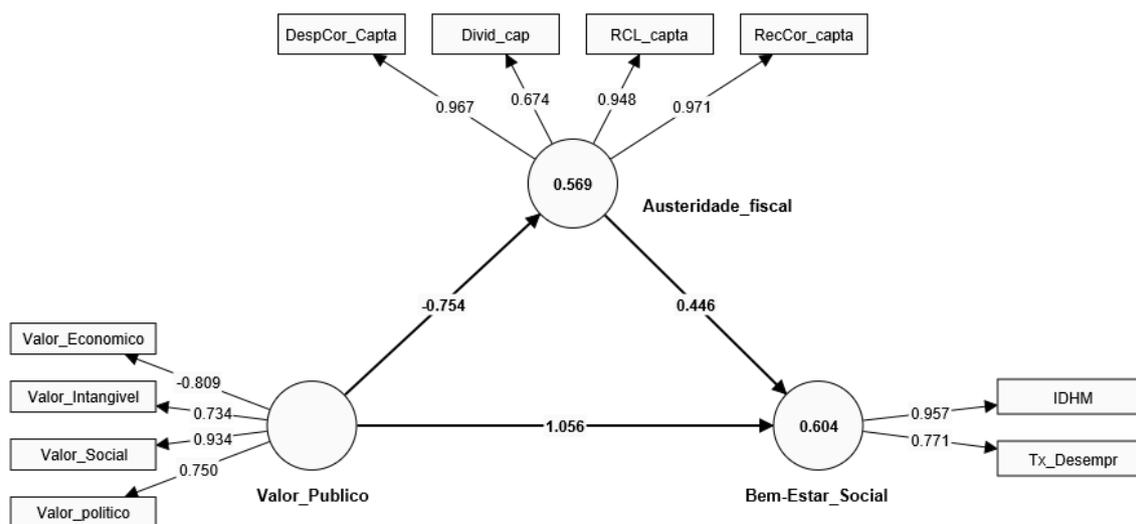
| Modelo Estrutural de hipótese | VIF | f^2 | R^2 | R^2 ajustado | Valor p |
|--|-------|-------|-------|----------------|---------|
| H2 Valor_Publico → Bem-Estar_Social | 2.321 | 1.213 | 0,604 | 0,600 | 0.000 |
| H3 Valor_Publico → Austeridade_fiscal | 1.000 | 1.321 | 0,569 | 0,567 | 0.000 |
| H4 Austeridade_fiscal → Bem-Estar_Social | 2.321 | 0.216 | | | 0.000 |

Os Valores de Inflação da Variância (VIF) indicam que a multicolinearidade é aceitável, com valores abaixo do limiar crítico de 5. O VIF de 2.321 para as hipóteses H2 e H4 sugere uma moderada correlação entre as variáveis independentes, enquanto o VIF de 1.000 para H3 indica baixa multicolinearidade. O coeficiente f^2 , que mede a força da relação entre variáveis independentes e dependentes, destaca-se para H2 e H3, os valores de f^2 (1.213 e 1.321, respectivamente) indicam um impacto substancial de *Valor_Público* sobre *Bem-Estar_Social* e *Austeridade_Fiscal*. Os coeficientes de determinação (R^2) indicam a variabilidade explicada nos modelos. Para H2 e H3, R^2 atinge 0,604 e 0,569, respectivamente, sugerindo que 60,4% e 56,9% da variabilidade em *Bem-Estar_Social* e *Austeridade_Fiscal* são explicadas por *Valor_Público*. No entanto, a ausência de um valor R^2 para H4 indica que o modelo não explica significativamente a variabilidade em *Bem-Estar_Social* com base em *Austeridade_Fiscal*, ocorrida pela mediação que esse construto infere sobre o outro. O R^2 ajustado, considerando o número de preditores e observações, confirma a robustez dos modelos, com valores de 0,600 e 0,567 para H2 e H3, respectivamente. Esses resultados sugerem uma adequada capacidade preditiva dos modelos estruturais propostos. O *valor p* igual a 0,000 indica a significância estatística das relações propostas nas hipóteses H2 e H3. Em síntese, os resultados indicam que o modelo estrutural é estatisticamente robusto, fornecendo evidências de significância, boa capacidade preditiva e explicativa para as relações propostas nas hipóteses H2 e H3.

Um outro indicador relevante para a análise da Tabela 10 é o de Cohen (1988), que indica o tamanho do efeito a partir da variância explicada e inexplorada. São considerados valores de referência, como 0,02 (influência fraca), 0,15 (influência moderada) ou 0,35 (influência substancial) (Hair et al., 2009). Dessa maneira, é possível verificar a utilidade de cada construto em relação ao ajuste do modelo. Os resultados apresentam uma relação elevada entre as variáveis latentes “valor público” e “bem-estar social” ($f^2 = 1,321$) e “valor público” e “austeridade fiscal” ($f^2 = 1,321$). Já a relação entre “austeridade fiscal” e “bem-estar social” é considerada moderada ($f^2 = 0,216$). Logo, infere-se que a validade preditiva nas hipóteses H2 e H3 são substanciais.

A Figura 13 apresenta o modelo estrutural ajustado. Notam-se os valores das cargas fatoriais externas. Quanto ao coeficiente de caminho (beta), é possível verificar uma relação negativa de “valor público” para “austeridade fiscal” (-0,754) e positiva “valor público” para “bem-estar social” (1,056). Já a carga de “austeridade_fiscal” em relação a “bem-estar social” é positiva (0,446). Além disso, verifica-se o valor R^2 que está evidenciado nas variáveis latentes.

Figura 13
Modelo estrutural ajustado



Nota 1: Valor Público é uma variável latente de segunda ordem.

Nota 2: As variáveis valor econômico, valor intangível, valor social e valor político estão como indicadores salvos na primeira etapa da análise confirmatória.

A partir do modelo de mensuração ajustado, faz-se necessário avaliar o modelo estrutural e a relação entre os construtos. Para avaliar a medida dessa relação, foi realizado o teste de *Student*, o qual apresenta os valores dos coeficientes a partir de um nível de significância (Bido & Da Silva, 2019; Mangini et al., 2020). O *basic bootstrapping*, no *software* SMARTPLS, realiza um sorteio aleatório de diversas subamostras para a estimação do modelo. Considerando um número de 10.000 subamostras, utilizado nesta pesquisa, é possível verificar os valores de t estimado, além dos coeficientes estruturais (β), o erro padrão e o valor p . A Tabela 11 apresenta tais valores.

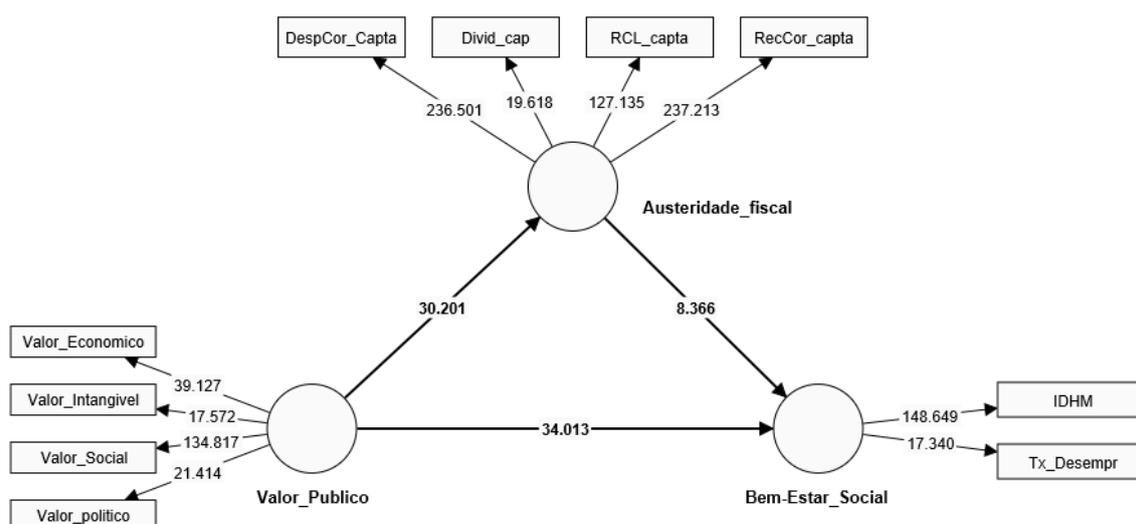
Tabela 11
Teste e valores do modelo estrutural de hipótese

| Modelo Estrutural de hipótese | | | Coefficiente estrutural (β) | Erro padrão | Valor t | Valor p | Teste de hipótese |
|-------------------------------|--------------------|----------------------|-------------------------------------|-------------|-----------|-----------|-------------------|
| H2 | Valor_Publico | → Bem-Estar_Social | 1.056 | 0.025 | 34.013 | 0.000 | Suportada |
| H3 | Valor_Publico | → Austeridade_fiscal | -0.754 | 0.053 | 30.201 | 0.000 | Suportada |
| H4 | Austeridade_fiscal | → Bem-Estar_Social | 0.446 | 0.031 | 8.366 | 0.000 | Não suportada |

Nota: Valores Críticos para t (208) = * $p < 0,1\% = 3,29$; ** $p < 1\% = 2,57$; *** $p < 5\% = 1,96$

Os resultados da Tabela 11 apresentam os valores que possibilitam suportar as hipóteses H2 e H3, conforme teorizado anteriormente. A H2 apresenta coeficiente estrutural positivo ($\beta = 1,056$) e teste t igual a 34,013, o que permite identificar que a relação entre “valor público” e “bem-estar social” é positiva e significativa, com teste t acima de 3,29. Ademais, a H3 apresenta coeficiente estrutural negativo ($\beta = -0,754$) e teste t igual a 30,201, identificando que a relação entre “valor público” e “austeridade fiscal” é negativa e significativa, pois o teste t apresenta valor crítico acima de 3,29 ($p = 0,1\%$). Por sua vez, a H4 apresentou coeficiente estrutural positivo ($\beta = 0,446$) e teste t igual 8,366, indicando que a relação entre “austeridade fiscal” e “bem-estar social” é negativa. Embora apresente um grau de significância a 0,1%, é possível inferir que a H4 não foi suportada. A Figura 14 apresenta o modelo estrutural a partir da relação entre os construtos e os valores t .

Figura 14
Modelo estrutural com valores t



Fonte: Elaboração própria.

4.4 Análise do efeito de mediação

A fim de se verificar a H5 e analisar a mediação da variável austeridade fiscal na relação entre o valor público e o bem-estar social, torna-se necessário avaliar os efeitos diretos, indiretos e totais (Bido & Da Silva, 2019; Mangini et al., 2020). O efeito total é compilado pelos efeitos diretos e indiretos. Os resultados desses valores também são extraídos do *bootstrapping* e são apresentados na Tabela 12.

Tabela 12

Efeito Total, Direto e Indireto na relação valor público e bem-estar social

| Efeito Total | | | Efeito direto | | | Efeito Indireto | | |
|-------------------------------------|-------------|---------|-------------------------------------|-------------|---------|-------------------------------------|-------------|---------|
| Coefficiente estrutural (β) | Erro padrão | Teste t | Coefficiente estrutural (β) | Erro padrão | Teste t | Coefficiente estrutural (β) | Erro padrão | Teste t |
| 0.721 | 0.021 | 33.791 | 1.061 | 0.031 | 34.013 | -0.339 | 0.042 | 8.089 |

Nota: valores significativos com valor p a 0,1%.

A Tabela 12 apresenta os efeitos total, direto e indireto na relação entre Valor Público e Bem-Estar Social. O coeficiente estrutural (β) de 0,721 para o efeito total destaca a significativa influência positiva de Valor Público sobre Bem-Estar Social. O erro padrão de 0,021 e o teste t de 33,791 confirmam a robustez estatística dessa relação, com um valor p significativo a 0,1%. O efeito direto, representado pelo coeficiente estrutural (β) de 1,061, confirma uma influência positiva e substancial de Valor Público sobre Bem-Estar Social, com um teste t de 34,013 e um valor p significativo a 0,1%. O efeito indireto, representado pelo coeficiente estrutural (β) de -0,339, sugere uma influência negativa, mas significativa, com um teste t de 8,089 e um valor p significativo a 0,1%. Este efeito indireto pode indicar uma complexa interação entre variáveis intermediárias não explicitadas na análise direta. Em resumo, os resultados apontam que Valor Público exerce um efeito total e direto positivo sobre Bem-Estar Social, evidenciando uma contribuição significativa. O efeito indireto negativo sugere que existem fatores intermediários que moderam essa relação de maneira complexa, indicando a necessidade de uma investigação mais detalhada desses mecanismos intermediários para compreender completamente a dinâmica subjacente.

Avaliando os coeficientes de caminho (apresentado Figura 13 e Tabela 12, respectivamente) com o nível de significância de 0,1%, é possível confirmar que a variável “austeridade fiscal” desempenha o papel de mediadora na relação entre o “valor público” e “bem-estar social”, corroborando com a hipótese 5 – H5 (Bido & Da Silva, 2019). Além

disso, verifica-se uma mediação parcial competitiva, pois o produto do coeficiente do caminho é negativo com cada caminho significativo a 0,1% (Meynhardt et al., 2020; Sugahara & Cilloni, 2021; Zhao et al., 2010). A Tabela 13 apresenta os resultados que confirmam a mediação e a hipótese.

Tabela 13

Mediação da relação valor público e bem-estar social

| Hipótese | Mediação | Relação | Tipo de Mediação | Teste de Hipótese |
|----------|--------------------|---------------------------------------|--------------------------------|-------------------|
| H5 | Austeridade_fiscal | Valor_Publico → Austeridade_fiscal | Mediação Parcial (competitiva) | Suportado |
| | | Austeridade_fiscal → Bem-Estar_Social | | |
| | | Valor_Publico → Bem-Estar_Social | | |
| | | Bem-Estar_Social | | |

A hipótese H5 sugere que Austeridade Fiscal desempenha um papel mediador na relação entre Valor Público e Bem-Estar Social. Os testes de hipótese revelam que a relação entre Valor Público e Austeridade Fiscal é significativa ($p < 0,01$), indicando uma mediação parcial e competitiva. Isso significa que parte da influência de Valor Público sobre Bem-Estar Social é mediada por Austeridade Fiscal, mas há também uma influência direta significativa de Valor Público sobre Bem-Estar Social. A significância estatística dessas relações suporta a mediação parcial. Em resumo, os resultados sugerem que Austeridade Fiscal desempenha um papel mediador na relação entre Valor Público e Bem-Estar Social, contribuindo para a compreensão mais completa dos mecanismos subjacentes a essa dinâmica. A abordagem competitiva indica que, além da mediação, há uma influência direta de Valor Público sobre Bem-Estar Social, enfatizando a complexidade dessa relação.

5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

5.1 Da mensuração multidimensional do valor público

O construto do valor público tem se emergido na literatura, integrando diferentes perspectivas teóricas (Benington, 2011; Bozeman, 2007; Meynhardt, 2009; Moore, 1995). A tentativa de apresentar abordagens empíricas nessa pesquisa, de modo a não esgotar o campo, permitiu conferir uma visão abrangente e crítica sobre o conceito de valor público, destacando a complexidade e a evolução do entendimento desse conceito crucial para a gestão pública.

A Administração Pública e os seus gestores devem estar atentos às constantes mudanças a que uma sociedade está sujeita. Por isso, torna-se necessário compreender de que forma os novos propósitos e papéis do governo estão considerando as mudanças nas relações entre Estado, mercado, sociedade civil e meio ambiente. Logo, ressalta-se que, para uma construção efetiva do valor público, é importante um processo contínuo de diálogo, incluindo o Estado e seus cidadãos, dentro de um espaço social, político, comportamental, econômico e institucional (Bryson et al., 2014).

Dessa maneira, ratifica-se a importância de inserir o valor público no debate acadêmico interdisciplinar, alinhando-se às novas perspectivas do setor para a maximização do processo de governança pública. Com isso, abordagens como a do Novo Serviço Público (NPS) (Brunet & Aubry, 2016; Denhardt & Denhardt, 2000) ou gestão do valor público (Stoker, 2006) devem conduzir a atuação da administração na criação de valor público em diferentes contextos. A abordagem NPS, por exemplo, emerge como uma influência significativa na promoção de valores democráticos, com uma ênfase renovada na participação cidadã e na resolução colaborativa de problemas, princípios estes também presentes na gestão do valor público (Alford & Speed, 2006).

Por certo, isso não é uma tarefa fácil. Além disso, a literatura, como mencionado por Papi et al. (2018) e Spano (2014), destaca os desafios na mensuração do valor público ao se considerar a complexidade e a multidimensionalidade de seu conceito. Dessa maneira, com base nos trabalhos de Wang (2020); Papi et al. (2018), os resultados, ao incorporar indicadores de diferentes dimensões, reconhecem a complexidade do valor público na educação e a necessidade de abordagens multifacetadas em sua avaliação. Sendo assim, a síntese das principais dimensões que possam revelar o valor público educacional, especialmente no contexto da Educação Básica, contribui com a ideia de equilibrar benefícios e sacrifícios visando a melhor prestação dos serviços públicos.

Após a realização da Análise Composta Confirmatória (ACC), que corroborou a hipótese 1 (H1) do estudo, revelando que o valor público se manifesta por meio dos indicadores do valor social, valor econômico, valor intangível e valor político no contexto da educação, é possível inferir que os resultados encontrados apresentam um modelo final de mensuração a partir de indicadores a nível macro para os estados brasileiros.

Primeiramente, os resultados revelaram que a interconexão entre as dimensões do valor público na educação é evidente para a análise. O desenvolvimento econômico, social e político parece ser intrinsecamente relacionado ao valor público na Educação Básica. Sendo assim, a criação de políticas e práticas educacionais que abordem simultaneamente essas dimensões pode resultar em um sistema educacional mais eficiente, equitativo e impactante.

Em segundo lugar, ao se verificar cada dimensão estudada, é possível inferir a dimensionalidade de cada indicador no processo de construção do valor público educacional, enfatizando a importância de considerar fatores objetivos e subjetivos para a análise (Moore, 2014; Santos et al., 2022; Zimmermann et al., 2018), além de fortalecer a abordagem contemporânea, que vai além de indicadores econômicos na compreensão do valor público (Dewey, 2013; DO, 2022).

Numa visão do âmbito do valor social, a partir da literatura NPS, a qual destaca a importância de servir os cidadãos, buscar o interesse público e valorizar a cidadania (Brunet & Aubry, 2016; Denhardt & Denhardt, 2000; Henderson et al., 2021; Santos & Selig, 2014), é possível inferir que os indicadores de valor social, como o PIB *per capita*, taxa de pobreza, taxa de frequência, taxa de homicídio e suicídio e taxa de analfabetismo, refletem a responsabilidade da administração pública em atender às necessidades sociais. Esta perspectiva alinha-se com a visão de Meynhardt (2009) sobre o valor público como um microfundamento de valores no nível individual, reconhecendo que a percepção de valor pode variar entre grupos e ao longo do tempo.

Os resultados também permitem explorar os benefícios externos da educação, indo além das métricas tradicionais para verificar a efetividade das políticas educacionais, como é o caso da relação entre escolaridade e redução do comportamento criminoso, conforme discutido por Barros et al. (2019) e Lochner e Moretti (2004). Além disso, é possível inferir a conexão entre educação e saúde mental, especialmente na formação de amizades, destacando os impactos positivos da educação para o bem-estar psicológico, conforme evidenciado por Jones et al. (2022) e Ledden et al. (2007). Sendo assim, é possível deduzir, a partir dos resultados, que a abordagem abrangente e contemporânea adotada na análise da dimensão

social do valor público na educação converge para uma compreensão mais completa e interligada do impacto social da educação.

Embora a compreensão contemporânea do valor público enfatize que tal valor é um resultado que vai além de indicadores econômicos com medidas monetárias tradicionais (Meynhardt, 2009), a análise buscou destacar indicadores relacionados ao valor econômico essenciais na avaliação do valor público na educação. A partir da correlação encontrada nesses indicadores e o valor público, sugere-se uma abordagem econômica eficiente, alinhada à gestão do valor público, proposta por Stoker (2006). Além disso, os investimentos e recursos econômicos significativos são cruciais para a promoção da Educação Básica de qualidade.

Vale ressaltar que nos resultados da ACC, o sinal não se apresentou como o esperado (valor negativo encontrado). Goczek et al. (2021) identificam que problemas de casualidade inversa nos desempenhos econômico e educacional podem estar relacionados à defasagem dos indicadores informados. Como o objetivo da pesquisa não foi o de verificar a relação casual, a inversão do sinal no indicador não afetará as análises.

Essa abordagem ampliada do valor é crucial para considerar os diferentes aspectos que compõem o impacto econômico da educação, isto é, a *proxy* do gasto com a educação e os investimentos em alimentação escolar servem aos pesquisadores como indicadores-chave para avaliar o comprometimento do governo com a qualidade da educação (Aurino et al., 2023; Cruz & Silva, 2020). Outro construto importante derivado da análise dessas variáveis diz respeito à eficiência dos gastos, respaldada comumente na literatura por diversos estudos (De Witte & López-Torres, 2017; Faria et al., 2008; Rosano-Peña et al., 2012). Isso fortalece a hipótese de que investimentos adequados em educação impactam positivamente o valor econômico gerado.

A análise crítica da dimensão econômica do valor público, à luz das variáveis apresentadas e sustentadas pela hipótese, reforça a abordagem holística adotada. Ao considerar o valor econômico além de métricas tradicionais, como investimentos em educação, programas de alimentação escolar e indicadores de capital humano, a pesquisa amplia a compreensão do impacto econômico da educação. A visão multifacetada do construto de valor público é aplicada efetivamente ao contexto educacional, revelando a interconexão entre investimentos adequados, desempenho educacional e crescimento econômico. Essa abordagem sustenta a hipótese de que a dimensão econômica da educação contribui para a geração de valor público.

Fomenta-se que a análise da dimensão do valor intangível é crucial para entender a qualidade e eficácia da educação. Indicadores, como acesso à universidade, atraso de aprendizagem e taxas de rendimento escolar (aprovação, abandono e reprovação), podem oferecer *insights* sobre a qualidade e eficiência do sistema educacional. A significância desses indicadores ressalta a importância de avaliar não apenas os resultados quantitativos, mas também a experiência e o impacto intangível da educação na vida dos estudantes (Rowe, 2019).

Os resultados apresentados pelos indicadores de Valor Intangível conectam-se aos princípios da NPS, enfatizando a valorização das pessoas e a ênfase na qualidade da experiência educacional. Essa abordagem está em consonância com estudos anteriores, incluindo o trabalho de Benington (2009), que destaca a criação de valor nas interações dentro da sala de aula. De certo, o valor intangível na educação incorpora elementos subjetivos e culturais, ampliando a compreensão do impacto da educação na sociedade (Melissanidou & Johnston, 2019).

A diversidade de variáveis, como investimento em recursos humanos, defasagem nos anos de estudo e a satisfação do estudante, destaca a riqueza e a complexidade do valor intangível gerado pela educação. A perspectiva contemporânea compreende que o conhecimento e os ativos intangíveis são fundamentais na geração de valor na sociedade. Logo, a abordagem mais holística do valor público apresentada nos resultados corrobora com o entendimento de Corrado et al. (2021), que veem a educação como um investimento intangível refletindo elementos subjetivos na produção do capital humano.

A partir da dimensão do valor político, os indicadores apresentados permitiram inferir que a participação política e a educação parecem estar interligadas, sugerindo que o envolvimento cívico e o capital político são elementos-chave na construção e sustentação do valor público na educação. Sendo assim, o valor público educacional é capaz de determinar a participação nas eleições, além de aumentar a confiança nas ações democráticas (Ma, 2017).

A visão apresentada por O'Flynn (2007) ressalta a ligação intrínseca entre a esfera política e a geração de valor público. Adicionalmente, Moore (2014) destacou a importância dos processos políticos democráticos como impulsionadores da capacidade de resposta e legitimidade das ações governamentais. Isso sublima a interconexão entre a política e a formação do valor público no contexto educacional.

Dessa forma, os resultados que apresentam a relação desses indicadores com o valor público enfatizam a importância das políticas educacionais na formulação da participação democrática. Além disso, observa-se na literatura uma correlação positiva entre os anos de

escolaridade e uma democracia mais robusta, conforme Dahlum e Knutsen (2017), ressaltando a significativa contribuição da educação para os fundamentos da democracia. A priorização da educação primária como meio de formar cidadãos eficazes destaca, portanto, a dimensão política da educação na promoção da democracia (Sanborn & Thyne, 2013).

Ao considerar esses pontos, nota-se uma consistência na relação entre a dimensão política do valor público na educação e a promoção da democracia, participação cívica e formação de cidadãos conscientes. Essa coerência fortalece a compreensão da importância da educação no contexto político e seu papel na construção de uma sociedade mais justa e democrática. Cidadãos impactados por políticas educacionais efetivas tendem a acreditar mais nos valores democráticos, contribuindo para uma sociedade mais democrática.

Em suma, à luz da literatura acadêmica, os resultados sugerem que a criação e manutenção do valor público na educação exigem uma abordagem holística, considerando dimensões sociais, econômicas, intangíveis e políticas. Os princípios da NPS e outras abordagens críticas fornecem uma base teórica robusta para interpretar os resultados, ressaltando a importância de uma administração pública comprometida com a eficiência, a equidade, a participação cidadã e os valores democráticos na promoção da Educação Básica.

5.2 A relação entre os construtos da pesquisa

Como já verificado na seção anterior, os resultados da modelagem de equação estrutural foram consistentes com a teoria subjacente. Dessa maneira, é possível inferir que o valor público, conforme a hipótese dois (H2) está correlacionado positivamente com o bem-estar social. Isso está alinhado com a premissa de que a entrega eficaz de serviços públicos e a promoção de valores que beneficiam a sociedade levam a um maior bem-estar (Bryson et al., 2014). Diante disso, é importante conectar esses achados à teoria subjacente e explorar as implicações para a administração pública.

Com a fundamentação das abordagens emergentes da administração pública, administrativas, como a Nova Gestão Pública, que enfatiza a importância de fornecer serviços eficientes e eficazes para alcançar resultados significativos, é possível argumentar que o valor público é fundamental na administração pública e pode demonstrar os impactos que as ações governamentais (políticas públicas) têm sobre os cidadãos e a sociedade em geral (Henrique, 2018).

Dessa forma, o bem-estar social é uma medida abrangente que reflete o estado geral de satisfação, a qualidade de vida e prosperidade na sociedade. Como a hipótese (H2) foi

corroborada, é possível inferir que os resultados indicam uma relação positiva entre o valor público educacional e o bem-estar social. Isso implica que as ações governamentais voltadas para a criação de valor estão contribuindo para um ambiente social mais saudável e próspero. Por exemplo, a presença dos indicadores educacionais já mencionados no construto do valor público fomenta a educação como componente-chave do valor público, refletindo o impacto direto na qualidade de vida e no desenvolvimento (Fleurbaey, 2009; Milner-Gulland et al., 2014).

A inclusão dos indicadores IDHM e a taxa de desemprego revelam significativamente o bem-estar social da população (Gorjón et al., 2020; S. Morse, 2023). Pelos resultados, infere-se que há uma coerência empírica em atestar o IDH e a taxa de desemprego com a criação e destruição de valor público, uma vez que a sociedade com sistema educacional robusto e acessível tende a apresentar benefícios não só ao indivíduo, mas a contribuir para o desenvolvimento econômico e social local (Anand & Sen, 1994; Jannuzzi et al., 2013).

Ao reunir esses elementos, um gestor público pode se valer de uma avaliação multifacetada que o auxilie na discussão em torno da escolha de um forte investimento sólido em políticas educacionais, abrangendo diferentes dimensões para que afete positivamente o bem-estar social e gere valor público. Essa análise pode contribuir para a compreensão do papel crucial que políticas públicas, especialmente aquelas relacionadas à educação e ao desenvolvimento humano, desempenham na promoção do bem-estar social nas comunidades.

Embora a criação de valor público seja um desafio complexo, especialmente para as organizações públicas, destaca-se que o valor público é multifacetado, flexível e evolutivo, influenciado por processos endógenos (Bozeman, 2007; Moore, 1995). Nessa pesquisa, o valor público na educação pode ser entendido como a capacidade do sistema educacional em satisfazer as necessidades dos indivíduos, promover o bem-estar e contribuir para a formação de uma sociedade mais justa e informada.

É importante ressaltar que a análise da relação entre o valor público e o bem-estar social fundamenta-se também nas mudanças das abordagens das teorias da administração pública, que veem o valor público como uma peça importante na relação institucional. Nessa perspectiva, a abordagem do Novo Serviço Público (NPS) destaca a importância de servir aos cidadãos, buscar o interesse público e valorizar a cidadania acima de qualquer empreendedorismo, visando o “serviço” ao invés da “direção (Denhardt & Denhardt, 2000).

Na mesma direção, Stoker (2006) destaca a importância da eficiência na gestão na valorização das pessoas. Sendo assim, compreender que tais abordagens valorizam a

eficiência e a entrega eficaz de serviços pode sustentar a ideia de um sistema educacional eficiente e bem construído, refletido no valor público, o que contribui para o bem-estar social.

Ressalta-se a importância prática da relação entre valor público na educação e bem-estar social encontrada nesta pesquisa. Se as políticas e práticas que promovem o valor público estão associadas a níveis mais elevados de bem-estar social, isso sugere que ao investir em ações eficazes, o gestor público pode obter resultados tangíveis benéficos para a sociedade como um todo (Benington, 2011; Papi et al., 2018; Spano, 2014; Williams & Shearer, 2011). No entanto, é essencial que o gestor esteja atento para reconhecer as limitações. Fica clara, portanto, que questões, como a eficácia das políticas educacionais, as variações regionais e os fatores externos não abordados diretamente nos indicadores, podem influenciar os resultados.

Ademais, a relação positiva entre o valor público educacional e o bem-estar social depende da forma como é analisada pela ótica das abordagens da teoria do bem-estar social, o que poderá gerar visões éticas e filosóficas diferentes (Aguenane, 2019; Giacomelli, 2017). A educação não apenas pode aumentar a utilidade geral, mas também pode ser um veículo para a justiça social ao proporcionar oportunidades equitativas e promover a liberdade e a capacidade individual. Integrar essas perspectivas teóricas pode enriquecer a compreensão da importância da educação na promoção do bem-estar social em sociedades diversas.

Outro construto abordado na pesquisa é a austeridade fiscal. Os resultados significativos para os indicadores utilizados corroboram a prerrogativa de que tanto o resultado primário (expressado pelas variáveis de receitas e despesas) quanto o nível de endividamento (dívida consolidada e receita corrente líquida) podem ser indicadores úteis para avaliar a postura fiscal de um governo e determinar se ele está adotando uma abordagem mais austera ou expansionista em relação às finanças públicas (Breunig & Busemeyer, 2012; Duran et al., 2021; Matos, 2021; Rossi et al., 2019).

De fato, a adoção dessas políticas sustenta o debate sobre a “(des)importância” da austeridade fiscal no país. Por exemplo, partindo do pressuposto de que a austeridade é, por si só, contracionista (Alesina et al., 2018; Jayadev & Konczal, 2010; Okeke et al., 2021), o gestor público, ao almejar o aumento de investimentos e gastos públicos na área de educação, não terá respaldo para sua política pública em tempos de austeridade, visto que isso significa que, na verdade, sua ação estaria baseada na contenção de gastos e redução do aumento planejado. Dessa maneira, as medidas tomadas seriam de mudança da estrutura do financiamento com revisão das políticas educacionais, corte de programas específicos e redução de despesas operacionais, como livros didáticos e transporte escolar.

É importante observar que essas medidas podem ter implicações negativas na qualidade da educação e no desenvolvimento a longo prazo da força de trabalho (Carvalho & Rossi, 2020; Rossi et al., 2019; Vieira et al., 2018). Logo, decidir por políticas de austeridade no setor educacional geralmente é um desafio, pois pode comprometer o acesso a uma educação de qualidade e impactar negativamente a capacidade do país de competir globalmente em termos de capital humano e inovação. Essas decisões devem ser tomadas com cautela e consideração dos impactos a longo prazo no desenvolvimento social e econômico.

As hipóteses da relação da austeridade fiscal com o construto valor público e bem-estar social foi suportada e não suportada, respectivamente (H3 e H4). Certamente, a modelagem aqui apresentada tende a indicar inferências para a pesquisa, pois é possível verificar que tal relação é refletida por diferentes perspectivas. Referindo-se primeiramente à relação da austeridade com o valor público infere-se, a partir dos resultados, que a adoção excessiva de políticas de austeridade pode destruir o valor público. Portanto, é necessário que o gestor público priorize a eficácia e a eficiência da política de austeridade, evitando cortes indiscriminados e investindo estrategicamente em áreas que realmente impulsionam o desenvolvimento econômico sustentável, como a educação (López-pérez & Spiegelman, 2019; Poker Jr et al., 2013; Sahnoun & Abdennadher, 2022). Isso, por sua vez, poderia contribuir para a construção de valor público, focando em serviços e programas que tragam benefícios tangíveis à sociedade.

Curiosamente, a sustentação da hipótese (H4) de que as políticas de austeridade fiscal tendem a relacionar-se negativamente com o bem-estar da população não foi corroborada nesta pesquisa. No entanto, trabalhos, como o de Amaral e Simões (2019) e Toffolutti e Suhrcke (2019), destacam os efeitos negativos da adoção dessas políticas no desenvolvimento humano e bem-estar. É importante destacar, ainda, que as políticas de austeridade fiscal estão sendo frequentemente justificadas com argumentos de estabilidade macroeconômica, equilíbrio das contas públicas e estímulo ao crescimento econômico sustentável. No entanto, a significância dos resultados aqui apresentados demonstra que as controvérsias e os debates em torno dessas políticas devem ir além dos efeitos econômicos, envolvendo questões políticas, ideológicas e morais.

Além disso, a complexidade das escolhas políticas e prioridades específicas dos governos, influenciadas por ideologias econômicas predominantes (estado de bem-estar social e o neoliberalismo), faz com que o debate sobre as políticas de austeridade fiscal seja bem mais robusto, visto que tais escolhas impactam diretamente o bem-estar da população. Dessa maneira, a concepção do valor público na abordagem da terceira via (interconexão das

decisões políticas a partir de ideias dos dois modelos políticos econômicos), defendida por (Benington, 2011; Fernández-Santillán, 2018; Groppo & Martins, 2008; Peroni; & Caetano, 2012; Peroni, 2013), ganha muito mais robustez. Assim, o valor público educacional no contexto da terceira via pode ser visto por meio de iniciativas, como:

- i) aumento nas parcerias entre governos, empresas, organizações não governamentais (ONGs) e comunidades locais para promover iniciativas educacionais inovadoras e abordagens mais holísticas;
- ii) incentivo na participação ativa dos cidadãos e das comunidades no desenvolvimento, por meio dos conselhos escolares ou outras formas, garantindo que as políticas educacionais estejam alinhadas com as necessidades reais das comunidades;
- iii) promoção de modelos educacionais mais flexíveis e personalizados, que levem em consideração as diferentes necessidades e habilidades dos estudantes, como no caso das escolas de campo;
- iv) investimento no capital social de forma que não somente a infraestrutura seja o foco, mas as relações e redes sociais, além dos programas que abrem as escolas aos finais de semana para a utilização desportiva da comunidade.

Por fim, os resultados suportaram a hipótese (H5) de ocorrência da mediação, na qual a relação entre a variável independente (valor público educacional) e uma variável dependente (bem-estar social) é explicada, pelo menos em parte, pela variável (austeridade fiscal). Além disso, verificou-se que essa medição é parcial e competitiva (Zhao et al., 2010). Isso implica que a austeridade fiscal desempenha um papel importante na explicação dessa relação, mas não explica totalmente, indicando que há outros fatores ou caminhos que também influenciam a relação entre o valor público educacional e o bem-estar social, além da austeridade fiscal. Isso pode indicar ainda a complexidade na relação entre essas variáveis.

No entanto, esses resultados fornecem observações valiosas para entender como as políticas de austeridade fiscal podem afetar a relação entre o valor público na educação e o bem-estar social. Isso também destaca a importância de considerar outros fatores contextuais e variáveis que podem influenciar essa dinâmica complexa, como a gestão pública, a participação ativa da sociedade, o desenvolvimento sustentável e o acesso à informação.

De fato, é possível inferir, a partir dos resultados gerais da pesquisa, que a construção do valor público depende da competência da gestão pública, uma vez que a falta de transparência, a corrupção ou a má administração pode levar a uma implementação desigual das medidas, prejudicando a entrega eficaz de serviços educacionais e minando o valor

público, afetando assim o bem-estar social. Por outro lado, a participação cidadã, pautada pelas informações sobre as políticas públicas disponíveis, é fundamental e crucial para legitimar tais políticas.

Em suma, a compreensão da relação entre o valor público educacional, a austeridade fiscal e o bem-estar social indica ao gestor público que decidir por políticas de austeridade fiscal geralmente é um desafio e exige uma abordagem cuidadosa. Essas decisões devem ser tomadas com cautela, considerando os impactos a longo prazo no desenvolvimento social e econômico. É fundamental enfatizar a equidade, a participação genuína e o compromisso com o desenvolvimento sustentável para garantir que o valor público na educação contribua positivamente para o bem-estar social.

6. CONSIDERAÇÕES

As constantes mudanças no serviço público têm como um dos objetivos melhorar seu gerenciamento, solucionar diversos problemas dos impactos das pressões fiscais e/ou econômicas e melhorar a qualidade dos serviços prestados, procurando, por meio das reformas, uma apresentação eficiente e eficaz, seja no sistema político ou no administrativo. Dentre essas reformas, a nova gestão pública apresentou diversos mecanismos que podem auxiliar a gestão financeira, a implementação de técnicas contábeis e a gestão de caixa, ou seja, uma nova estrutura gerencial para o setor. Tais reformas recebem forte influência econômica, principalmente quando a administração pública verifica os problemas financeiros do governo e constata a necessidade de redução dos gastos públicos para minimizar a desconfiança dos cidadãos.

Quando analisado num contexto global, o movimento da nova gestão pública não pode ser confundido apenas com técnicas contábeis aparentemente voltadas a uma gestão financeira, pois vários são os problemas quando analisada sua terminologia, que se resume em *jargões*, como orçamentos, indicadores de desempenho e outros que relatam significativa diferença entre o real conceito e sua operacionalização. Daí, surge a iniciativa de fornecer à sociedade um gerenciamento dos serviços públicos pautado no “fazer sentido”.

Destaca-se que o construto do valor público é complexo e multifacetado, enfatizando a importância de considerar fatores objetivos e subjetivos em sua análise. Essa perspectiva é sustentada pelas pesquisas que buscam embasar a conceituação e a medição do valor público (Benington, 2011; Benington & Moore, 2011; Bozeman, 2007; Jørgensen & Bozeman, 2007;

S. Li & Wang, 2020; Meynhardt, 2009; Moore, 1994; Papi et al., 2018; Spano, 2009, 2014). Ademais, falar de valor público não é uma tarefa fácil e requer muita cautela. Por exemplo, quando o administrador público se preocupa com o atingimento das metas, ao invés da necessidade do cidadão, pode gerar medições incorretas e produzir consequências e, potencialmente, destruir o valor público. É nessa perspectiva que Moore (2021) enfatiza a necessidade do gestor público voltar-se a soluções criativas e eficientes para a criação do valor público.

A pesquisa proposta emergiu da complexa interseção entre a teoria do valor público, a gestão educacional e o contexto de políticas de austeridade fiscal no Brasil. Ao abordar a construção do valor público na educação brasileira, a pesquisa buscou lançar luz sobre as diversas dimensões que compõem esse construto multifacetado.

Nesse sentido, buscou-se responder a duas perguntas fundamentais que delinearão a investigação. A primeira questão destacou a necessidade de identificar e compreender os indicadores que refletem o valor público da educação brasileira. Reconhecendo a multidimensionalidade do valor público, a pesquisa propôs uma análise abrangente que incorporou dimensões econômicas, sociais, intangíveis e políticas. Isso permitiu fornecer uma visão holística do impacto e eficácia dos serviços educacionais, indo além das métricas tradicionais de desempenho acadêmico.

A segunda questão se aprofundou na dinâmica desafiadora entre as políticas de austeridade fiscal, o valor público educacional e seus efeitos no bem-estar social brasileiro. Considerando as pressões orçamentárias e as expectativas da sociedade, a pesquisa contribuiu para explorar como as políticas de austeridade fiscal podem influenciar o valor público entregue pela educação e, conseqüentemente a qualidade desse serviço público. Além disso, a pesquisa buscou compreender empiricamente os impactos dessas interações na qualidade de vida da sociedade como um todo.

Ao abordar essas questões, a pesquisa não apenas contribui para a compreensão teórica do valor público na educação, mas também oferece *insights* práticos e empiricamente embasados para os gestores públicos. A convergência entre as teorias do valor público e do bem-estar social proporciona um arcabouço conceitual robusto para analisar as implicações das políticas educacionais e de austeridade fiscal no contexto brasileiro. Dessa forma, a pesquisa propôs uma abordagem abrangente e interdisciplinar que visa contribuir significativamente para o avanço do conhecimento no campo da gestão pública e educação, fornecendo subsídios valiosos para a formulação de políticas mais eficazes e socialmente responsáveis.

Mesmo em um contexto de indicadores quantitativos, a inclusão de variáveis de nível macro representaram a relação da educação com a política de austeridade e bem-estar social, o que permitiu a interpretação dos resultados, de forma a incluir na discussão o entendimento de como as variáveis quantitativas podem refletir nas percepções subjetivas dos envolvidos. Após a análise dos dados utilizando PLS-SEM, foi possível realizar uma análise crítica dos resultados, incluindo a consideração de implicações sociais, econômicas e políticas das relações identificadas no modelo, alinhando-se com uma perspectiva mais crítica para a efetiva ação governamental.

A análise dos resultados, respaldada pela ACC, sugere que a compreensão abrangente do valor público na educação requer uma abordagem multidimensional. A interconexão entre dimensões sociais, econômicas, intangíveis e políticas destaca a complexidade do fenômeno. Ao considerar essas dimensões de maneira integrada, os formuladores de políticas podem promover efetivamente o valor público na educação, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e equitativo da sociedade.

A análise crítica das dimensões do valor público, a partir das variáveis introduzidas, revelam uma abordagem abrangente e contemporânea que vai além dos indicadores tradicionais. Por exemplo, na dimensão social, ao se considerar o papel da política educacional em várias facetas, desde a formação de cidadãos até a redução da pobreza e a promoção da saúde mental, a pesquisa contribui para uma compreensão mais holística do valor público. A visão multifacetada do construto de valor público permite aplicar-se efetivamente ao contexto educacional, revelando a interconexão entre educação, bem-estar social e desenvolvimento humano.

Adicionalmente, a dimensão política do valor público na educação é fundamental para o fortalecimento da democracia e a promoção do bem-estar coletivo. Destaca-se a interconexão entre a política e a educação, mostrando como as políticas educacionais podem moldar atitudes democráticas, influenciar a participação cívica e contribuir para a formação de cidadãos eficazes. Essa perspectiva ampliada enriquece a compreensão do valor público na educação, destacando seu papel não apenas no desenvolvimento individual, mas também na construção de sociedades democráticas e participativas.

Por fim, os resultados da ACC e a construção do modelo final de mensuração têm implicações significativas para a formulação de políticas públicas na área da educação. Destaca-se a importância de abordagens integradas que considerem não apenas os aspectos quantitativos, mas também os impactos sociais, econômicos e políticos da Educação Básica.

É importante ressaltar que a compreensão e as informações relevantes do valor público, especialmente no atendimento das políticas públicas e cumprimento de seus programas, agem como uma ferramenta de ponderação narrativa. Nesse caso, cita-se as divergências e os debates entre as políticas adotadas pela administração pública. De um lado, os defensores de um Estado voltado ao bem-estar social e pautado na ampliação de gastos públicos e, do outro, os que sustentam a redução do Estado na busca de um atendimento eficiente.

Ora, esse debate corresponde a duas perspectivas do espectro ideológico, mesmo que essas políticas estejam alinhadas ao programa econômico. De forma análoga, Bourdieu (1998) apresenta uma realidade das duas mãos do Estado: a mão esquerda e a mão direita. Porém, nesse caso, as mãos representam sentidos opostos, como a de um guarda de trânsito. Para essa pesquisa, a analogia é no seu contexto orgânico. A funcionalidade do corpo humano, em condições normais, presume que ambos os lados trabalhem de forma conjunta fazendo parte do mesmo corpo.

Nessa mesma perspectiva, pretende-se, com os resultados dessa tese, corroborar com o entendimento de Benington (2011) e Fernández-Santillán (2018) ao apresentarem a abordagem da terceira via, na qual o estado do bem-estar social é alcançado à medida que o governo age por ações governamentais (políticas públicas) com eficiência. Dessa maneira, o valor público representa o atendimento das necessidades da sociedade pautando-se nos benefícios a ele imposto.

Reconhece-se as limitações do estudo, como a natureza correlacional dos dados e a possibilidade de variáveis não contempladas na análise. Pesquisas futuras podem explorar a dinâmica temporal dessas relações, considerar outros indicadores relevantes e aprofundar a compreensão das interações entre os construtos analisados. Dentre esses indicadores, pesquisas futuras podem buscar compreender o construto governança como moderador para a relação do valor público e bem-estar social, já que se infere que a austeridade fiscal realiza a medição parcial entre as variáveis. Isso demonstra a possibilidade de outro construto importante agindo nessa relação.

Em suma, os resultados da presente pesquisa contribuem com a literatura ao apresentar observações importantes à discussão de implicações para as políticas públicas, como o caso da relação positiva entre o valor público e o bem-estar social. Como os resultados dessa relação se demonstraram significativos e robustos, isso poderia influenciar a formulação de políticas, destacando a importância de estratégias que visem otimizar o valor público entregue aos cidadãos.

REFERÊNCIAS

- Abrucio, F. L. (2005). Reforma do Estado no federalismo brasileiro: a situação das administrações públicas estaduais. *Revista de Administração Pública*, 39(Ix), 401–419.
- Aguenane, N. E. (2019). Assessing well-being: welfare economics, social choice theory, and theory of justice. *International Review of Economics, Management and Law Research*, 1(1), 1–18.
- Agüero, J., Favara, M., Porter, C., & Sánchez, A. (2021). Do More School Resources Increase Learning Outcomes? Evidence from an Extended School-Day Reform. *SSRN Electronic Journal*, 14240. <https://doi.org/10.2139/ssrn.3818651>
- Akiba, M., Chiu, Y. L., Shimizu, K., & Liang, G. (2012). Teacher salary and national achievement: A cross-national analysis of 30 countries. *International Journal of Educational Research*, 53, 171–181. <https://doi.org/10.1016/j.ijer.2012.03.007>
- Alberto Alesina, B., Ardagna, S., Perotti, R., Schiantarelli, F., Blanchard, O., Hansen, B., Hubbard, G., Ireland, P., Lynch, L., Ng, S., Olivei, G., & Pagano, M. (2002). Fiscal Policy, Profits, and Investment. *THE AMERICAN ECONOMIC REVIEW*, 92(3), 571–589.
- Alesina, A., & Ardagna, S. (1998). Tales of fiscal adjustment Alberto. *Economic Policy*, 13(27), 488–545. <https://doi.org/https://doi.org/10.1111/1468-0327.00039>
- Alesina, A., & Ardagna, S. (2010). Large Changes in fiscal policy: Taxes versus spending. *Tax Policy and the Economy*, 24, 35–68. <https://doi.org/10.1086/649828>
- Alesina, A., Barbiero, O., Favero, C., Giavazzi, F., & Paradisi, M. (2015). Austerity in 2009–13. *Economic Policy*, 338–437.
- Alesina, A., Carloni, D., & Lecce, G. (2013). The Electoral Consequences of large fiscal adjustments. In A. Alesina & F. Giavazzi (Eds.), *Fiscal Policy after the Financial Crisis* (pp. 531–570). University of Chicago Press. <http://www.nber.org/chapters/c12654>
- Alesina, A., Favero, C. A., & Giavazzi, F. (2018). What Do We Know About the Effects of Austerity? *AEA Papers and Proceedings 2018*, 108, 524–530. <https://doi.org/10.1111/ecca.12229>
- Alexiou, C., & Nellis, J. G. (2016). A post-mortem of austerity: the Greek experience. *Economic Issues*. <https://doi.org/10.2307/4344111>
- Alford, J., Douglas, S., Geuijen, K., & ‘t Hart, P. (2017). Ventures in public value management: introduction to the symposium. *Public Management Review*, 19(5), 589–604. <https://doi.org/10.1080/14719037.2016.1192160>
- Alford, J., & Speed, R. (2006). Client focus in regulatory agencies: Oxymoron or opportunity? *Public Management Review*, 8(2), 313–331. <https://doi.org/10.1080/14719030600587703>
- Alves, L. G. A., Andrade, J. S., Hanley, Q. S., & Ribeiro, H. V. (2019). The hidden traits of endemic illiteracy in cities. *Physica A: Statistical Mechanics and Its Applications*, 515, 566–574. <https://doi.org/10.1016/j.physa.2018.09.153>
- Amaral, S., & Simões, M. (2019). Education expenditures and human capital: Can austerity

- compromise growth in Portugal? *International Journal of Business and Globalisation*, 22(4), 696–715. <https://doi.org/10.1504/IJBG.2019.100248>
- Amossy, R. (2005). Da noção retórica de ethos à análise do discurso. In *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo. *Contexto*. 9-28.
- Anand, S., & Sen, A. (1994). Human Development Index: Methodology and Measurement. In *Human Development Report Office* (pp. 1–32). https://www.clingendael.org/sites/default/files/pdfs/20090400_cscp_gendarmerie_weger.pdf <http://dx.doi.org/10.1080/14678802.2016.1136137>
- Anderson, B., & Minnerman, E. (2014). The abuse and misuse of the term ‘Austerity’ implications for OECD countries. *OECD Journal on Budgeting*, 14(1), 109–122.
- Angeles, L. (2011). A closer look at the Easterlin Paradox. *Journal of Socio-Economics*, 40(1), 67–73. <https://doi.org/10.1016/j.socec.2010.06.017>
- Araujo, D., Bayma, G., Melo, C., Mendonça, M., & Sampaio, L. (2021). Do extended school day programs affect performance in college admission tests? *Brazilian Review of Econometrics*, 40(2), 232–266. <https://doi.org/10.12660/bre.v40n22020.81749>
- Aurino, E., Gelli, A., Adamba, C., Osei-Akoto, I., & Alderman, H. (2023). Food for Thought? Experimental Evidence on the Learning Impacts of a Large-Scale School Feeding Program. *Journal of Human Resources*, 58(1), 74–111. <https://doi.org/10.3368/jhr.58.3.1019-10515R1>
- Baker, C. R., & Bettner, M. S. (1997). Interpretive and Critical research in accounting: a commentary on its absence from mainstream accounting research. *Critical Perspectives on Accounting*, 8, 293–310.
- Baldacci, E., Clements, B., Gupta, S., & Cui, Q. (2008). Social Spending, Human Capital, and Growth in Developing Countries. *World Development*, 36(8), 1317–1341. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2007.08.003>
- Baldwin, C., Vincent, P., Anderson, J., & Rawstorne, P. (2020). Measuring Well-Being: Trial of the Neighbourhood Thriving Scale for Social Well-Being Among Pro-Social Individuals. *International Journal of Community Well-Being*, 3(3), 361–390. <https://doi.org/10.1007/s42413-020-00067-6>
- Bannister, F., & Connolly, R. (2014). ICT, public values and transformative government: A framework and programme for research. *Government Information Quarterly*, 31(1), 119–128. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2013.06.002>
- Barclay, M. A., & Everingham, J.-A. (2020). The governance of mining regions in Australia (2000–2012). *Journal of Rural Studies*, 75(January), 196–205. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2020.02.001>
- Barros, P. H. B. de, Baggio, I. S., Stege, A. L., & Hilgemberg, C. M. de A. T. (2019). Economic development and crime in Brazil: a multivariate and spatial analysis. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos (RBERU)*, 13(1), 1–22. <https://revistaaber.emnuvens.com.br/rberu/article/view/380>
- Barry, F., & Devereux, M. B. (2003). Expansionary fiscal contraction: A theoretical exploration. *Journal of Macroeconomics*, 25(1), 1–23. [https://doi.org/10.1016/S0164-0704\(03\)00004-1](https://doi.org/10.1016/S0164-0704(03)00004-1)

- Becker, J. M., Klein, K., & Wetzels, M. (2012). Hierarchical Latent Variable Models in PLS-SEM: Guidelines for Using Reflective-Formative Type Models. *Long Range Planning*, 45(5–6), 359–394. <https://doi.org/10.1016/j.lrp.2012.10.001>
- Becker, K. L., & Kassouf, A. L. (2017). Uma análise do efeito dos gastos públicos em educação sobre a criminalidade no Brasil. *Economia e Sociedade*, 26(1), 215–242. <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2017v26n1art8>
- Begnini, S., & Tosta, H. T. (2017). A eficiência dos gastos publicos com a educação fundamental no Brasil: uma aplicação da análise envoltória de dados (DEA). *E&G Economia e Gestão*, 17(48), 43–61. <https://doi.org/10.5752/P.1984-6606.2017v17n46p43>
- Benington, J. (2009). Creating the public in order to create public value? *International Journal of Public Administration*, 32(3–4), 232–249. <https://doi.org/10.1080/01900690902749578>
- Benington, J. (2011). From private choice to public value? In Benington J and Moore M (editors) (Ed.), *Public value: Theory and practice* (Palgrave, pp. 1–36). https://www.researchgate.net/profile/John_Benington/publication/252055942_From_Private_Choice_to_Public_Value/links/0046352c1963754faf000000/From-Private-Choice-to-Public-Value.pdf
- Benington, J., & Moore, M. H. (2011). Public Value in Complex and Changing Times. In *Public Value: teorie and practice* (pp. 1–30). Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1007/978-0-230-36431-8_1
- Bentzen, T. Ø., Sørensen, E., & Torfing, J. (2020). Strengthening public service production, administrative problem solving, and political leadership through co-creation of innovative public value outcomes? *Innovation Journal*, 25(1).
- Berggren, L., Olsson, C., Rönnlund, M., & Waling, M. (2021). Between good intentions and practical constraints: Swedish teachers' perceptions of school lunch. *Cambridge Journal of Education*, 51(2), 247–261. <https://doi.org/10.1080/0305764X.2020.1826406>
- Berglund, E., Lytsy, P., & Westerling, R. (2013). Adherence to and beliefs in lipid-lowering medical treatments: A structural equation modeling approach including the necessity-concern framework. *Patient Education and Counseling*, 91(1), 105–112. <https://doi.org/10.1016/j.pec.2012.11.001>
- Beuren, I. M., Roth, T. C., & Anzilago, M. (2017). Effects of Application of the Principle of Controllability in the Managerial Performance Mediated By the Conflict and Ambiguity of Roles. *Revista Universo Contábil*, 13(3), 6–28. <https://doi.org/10.4270/ruc.2017316>
- Bido, D. de S., & Da Silva, D. (2019). SmartPLS 3: especificação, estimação, avaliação e relato. *Administração: Ensino e Pesquisa*, 20(2), 488–536. <https://doi.org/10.13058/raep.2019.v20n2.1545>
- Bido, D. de S., Silva, D. da, Souza, C. A. de, & Godoy, A. S. (2010). Mensuração Com Indicadores Formativos Nas Pesquisas Em Administração De Empresas: Como Lidar Com a Multicolinearidade Entre Eles? *Administração: Ensino e Pesquisa*, 11(2), 245. <https://doi.org/10.13058/raep.2010.v11n2.145>
- Binkley, S. (2011). Happiness, positive psychology and the program of neoliberal governmentality. *Subjectivity*, 4(4), 371–394. <https://doi.org/10.1057/sub.2011.16>

- Biolchini, J., Mian, P. G., Natali, A. C. C., & Travassos, G. H. (2005). Systematic Review in Software Engineering. *International Sugar Journal*, 107(1273 SPEC. ISS.), 32–37.
- Boas, T. C., & Gans-Morse, J. (2009). Neoliberalism: From new liberal philosophy to anti-liberal slogan. *Studies in Comparative International Development*, 44(2), 137–161. <https://doi.org/10.1007/s12116-009-9040-5>
- Boissiere, M. (2004). *Determinants of Primary Education Outcomes in Developing Countries Background* (Issue June, pp. 1–36).
- Bouchard, N., & Charbonneau, É. (2014). Liberty, Equality, Fraternity: A Harmonic Three-Movement Minuet for Publicness Theory. *Administrative Theory & Praxis*, 36(4), 532–538. <https://doi.org/10.1080/10841806.2014.11029969>
- Bourdieu, P. (1998). *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal* (lucy (trad) Magalhães (ed.)). Jorge Zahar.
- Bozeman, B. (2007). *Public values and public interest: Counterbalancing economic individualism*. Georgetown University Press.
- Bozeman, B., & Moulton, S. (2011). Integrative publicness: A framework for public management strategy and performance. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 21(SUPPL. 3), 363–380. <https://doi.org/10.1093/jopart/mur031>
- Bracci, E., Humphrey, C., Moll, J., & Steccolini, I. (2015). Public sector accounting, accountability and austerity: More than balancing the books? *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 28(6), 878–908. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-06-2015-2090>
- Bracci, E., Papi, L., Bigoni, M., Deidda Gagliardo, E., & Bruns, H.-J. (2019). Public value and public sector accounting research_ a structured literature review. *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*, 31(1), 103–136. <https://doi.org/10.1108/JPBAFM-07-2018-0077>
- Brasil (2017). Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9203.htm
- Brasil (2020). Instrução Normativa TCU nº 84_2020. Estabelece normas para a tomada e prestação de contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal, para fins de julgamento pelo Tribunal de Contas da União. <https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A81881F7197623C0171F4AB55A44585&inline=1>
- Brasil (2023). Lei complementar nº 200 de 30 de agosto de 2023. institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp200.htm
- Brender, A., & Drazen, A. (2008). How do budget deficits and economic growth affect reelection prospects? Evidence from a large panel of countries. *American Economic Review*, 98(5), 2203–2220. <https://doi.org/10.1257/aer.98.5.2203>
- Brenner, M. H. (1987). Relation of economic change to Swedish health and social well-being,

- 1950-1980. *Social Science and Medicine*, 25(2), 183–195. [https://doi.org/10.1016/0277-9536\(87\)90387-X](https://doi.org/10.1016/0277-9536(87)90387-X)
- Breunig, C., & Busemeyer, M. R. (2012). Fiscal austerity and the trade-off between public investment and social spending. *Journal of European Public Policy*, 19(6), 921–938. <https://doi.org/10.1080/13501763.2011.614158>
- Brinca, P., Ferreira, M. H., Franco, F., Holter, H. A., & Malafry, L. (2021). Fiscal Consolidation Programs and Income Inequality. *International Economic Review*, 62(1), 405–460. <https://doi.org/10.1111/iere.12482>
- Brown, P., & James, D. (2020). Educational expansion, poverty reduction and social mobility: Reframing the debate. *International Journal of Educational Research*, 100(November 2019), 101537. <https://doi.org/10.1016/j.ijer.2020.101537>
- Brunet, M., & Aubry, M. (2016). The three dimensions of a governance framework for major public projects. *International Journal of Project Management*, 34(8), 1596–1607. <https://doi.org/10.1016/j.ijproman.2016.09.004>
- Bryson, J. M., Crosby, B. C., & Bloomberg, L. (2014). Public value governance: Moving beyond traditional public administration and the new public management. *Public Administration Review*, 74(4), 445–456. <https://doi.org/10.1111/puar.12238>
- Bryson, J., Sancino, A., Benington, J., & Sørensen, E. (2017). Towards a multi-actor theory of public value co-creation. *Public Management Review*, 19(5), 640–654. <https://doi.org/10.1080/14719037.2016.1192164>
- Buck, S. F. (1960). A Method of Estimation of Missing Values in Multivariate Data Suitable for Use with an Electronic Computer. *Journal of the Royal Statistical Society: Series B (Methodological)*, 22(2), 302–306. <https://doi.org/10.1111/j.2517-6161.1960.tb00375.x>
- Bueno, J. A. R., & Costa, L. C. da. (2016). Pensando o desenvolvimento: o Estado e a política pública de educação no contexto do Estado de bem-estar social. *CAMINE: Cam. Educ. = CAMINE: Ways Educ*, 8(2), 135–153.
- Buffon, M., & Josana Costa, B. (2014). Do Estado de Bem-estar Social para o Neoliberalismo. *Rev. Estudos Legislativos, Porto Alegre*, 8(8), 103–127. https://www.academia.edu/download/60058413/DO_ESTADO_DE_BEM-ESTAR_SOCIAL_PARA_O_NEOLIBERALISMO20190719-17602-1dgv3sl.pdf
- Bundy, D., Burbano, C., Gelli, A., Risley, C., & Neeser, K. (2011). On the transition to sustainability: An analysis of the costs of school feeding compared with the costs of primary education. *Food and Nutrition Bulletin*, 32(3), 201–205. <https://doi.org/10.1177/156482651103200303>
- Busato, M. I., & Almeida, J. L. (2021). *Intolerância à dívida e austeridade expansionista : Uma revisão crítica à luz do debate recente Intolerância à dívida e austeridade expansionista : Uma revisão crítica à luz do debate recente.* <https://www.ie.ufrj.br/publicacoes-j/textos-para-discussao.html>
- Cabral, S., Mahoney, J. T., McGahan, A. M., & Potoski, M. (2019). Value creation and value appropriation in public and nonprofit organizations. *Strategic Management Journal*, 40(4), 465–475. <https://doi.org/10.1002/smj.3008>
- Callan, T., Leventi, C., Levy, H., Matsaganis, M., Paulus, A., & Sutlerland, H. (2011). *The distributional effects of austerity measures: A comparison of six EU countries* (EM6/11).

- Carter, R. L. (2006). Solutions for missing data in structural equation modeling. *Research {&} Practice in Assessment, 1*(1), 1–6.
[http://www.kokdemir.info/courses/psi748/docs/\[p\]%5CnSolutions%5Cnfor%5CnMissin g%5CnData%5Cnin%5CnSEM.pdf](http://www.kokdemir.info/courses/psi748/docs/[p]%5CnSolutions%5Cnfor%5CnMissin g%5CnData%5Cnin%5CnSEM.pdf)
- Carvalho, L., & Rossi, P. (2020). Mitos fiscais, dívida pública e tamanho do estado. In E. Dweck, P. Rossi, & A. L. M. Oliveira (Eds.), *Economia pós-pandemia: desmontando os mitos da austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico no Brasil* (pp. 39–49). Autonomia Literária.
- Castro, V., & Martins, R. (2018). Politically driven cycles in fiscal policy: In depth analysis of the functional components of government expenditures. *European Journal of Political Economy, 55*(November 2017), 44–64. <https://doi.org/10.1016/j.ejpoleco.2017.11.003>
- Cavaliere, A. M. (2014). Escola Pública de Tempo Integral no Brasil: filantropia ou política de estado? *Educação & Sociedade, 35*(129), 1205–1222. <https://doi.org/10.1590/es0101-73302014142967>
- Cenci, A., Lemos, M. F., Vilas Bôas, D. F., Damiani, M. F., & Engeström, Y. (2020). The contradictions within inclusion in Brazil. *Learning, Culture and Social Interaction, 24*(September 2019), 100375. <https://doi.org/10.1016/j.lcsi.2019.100375>
- Chang, W., Franke, G. R., & Lee, N. (2016). Comparing reflective and formative measures: New insights from relevant simulations. *Journal of Business Research, 69*(8), 3177–3185. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2015.12.006>
- Chatfield, A. T., & Reddick, C. G. (2019). A framework for Internet of Things-enabled smart government: A case of IoT cybersecurity policies and use cases in U.S. federal government. *Government Information Quarterly, 36*(2), 346–357. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2018.09.007>
- Chohan, S. R., & Hu, G. (2020). Success Factors Influencing Citizens' Adoption of IoT Service Orchestration for Public Value Creation in Smart Government. *IEEE Access, 8*, 208427–208448. <https://doi.org/10.1109/ACCESS.2020.3036054>
- Chua, J. L. (2011). Making Time For The Children: Self-Temporalization and the Cultivation of the Antisuicidal Subject in South India. *Cultural Anthropology, 26*(1), 112–137. <https://doi.org/10.1111/j.1548-1360.2010.01082.x>
- Chua, W. F. (1986). Radical developments in accounting thought. *Accounting Review, 60*–632. <https://www.jstor.org/stable/247360>
- Cinnirella, F., & Schueler, R. (2018). Nation building: The role of central spending in education. *Explorations in Economic History, 67*(August 2017), 18–39. <https://doi.org/10.1016/j.eeh.2017.08.002>
- Coenen, J., Cornelisz, I., Groot, W., Maassen van den Brink, H., & Van Klaveren, C. (2018). Teacher Characteristics and Their Effects on Student Test Scores: a Systematic Review. *Journal of Economic Surveys, 32*(3), 848–877. <https://doi.org/10.1111/joes.12210>
- Cohen, J. (1988). *Statistical Power Analysis for the Behavioral Sciences* (2. ed.). Psychology Press.
- Connelly, R., & Zheng, Z. (2003). Determinants of school enrollment and completion of 10 to 18 year olds in China. *Economics of Education Review, 22*(4), 379–388. [https://doi.org/10.1016/S0272-7757\(02\)00058-4](https://doi.org/10.1016/S0272-7757(02)00058-4)

- Cooke, M. (2004). *Aboriginal People : An Application*. 1981–2001.
- Cordella, A., & Bonina, C. M. (2012). A public value perspective for ICT enabled public sector reforms: A theoretical reflection. *Government Information Quarterly*, 29(4), 512–520. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2012.03.004>
- Cordella, A., & Willcocks, L. (2010). Outsourcing, bureaucracy and public value: Reappraising the notion of the “contract state.” *Government Information Quarterly*, 27(1), 82–88. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2009.08.004>
- Corrado, C. A., O’Mahony, M., & Samek, L. (2015). *Measuring Education Services as Intangible Social Infrastructure*. 0–17.
- Corrado, C., Mahony, M. O., & Samek, L. (2021). How Does Education Contribute to Productivity ? An Intangible Infrastructure Approach Applied to the UK and the US . How does education contribute to productivity ? An intangible infrastructure approach applied to the UK and the. *36th IARIW Virtual General Conference*, 0–18.
- Correia, F. M., & Neduziak, L. C. R. (2017). Crescimento econômico e ciclo político orçamentário: uma análise para os estados brasileiros. *RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico*, 1(36). <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/4671>
- Cremin, P., & Nakabugo, M. G. (2012). Education, development and poverty reduction: A literature critique. *International Journal of Educational Development*, 32(4), 499–506. <https://doi.org/10.1016/j.ijedudev.2012.02.015>
- Crespo-Cebada, E., Pedraja-Chaparro, F., & Santín, D. (2014). Does school ownership matter? An unbiased efficiency comparison for regions of Spain. *Journal of Productivity Analysis*, 41(1), 153–172. <https://doi.org/10.1007/s11123-013-0338-y>
- Cruz, Cláudia Ferreira; Ferreira, Aracéli Cristina de Sousa; Silva; Lino Martins; Macedo, M. Á. da S. (2012). Transparência da gestão pública municipal : um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. *Revista de Administração Pública*, 46(1), 153–176. <http://www.scielo.br/pdf/rap/v46n1/v46n1a08>
- Cruz, T., & Silva, T. (2020). Minimum Spending in Education and the Flypaper Effect. *Economics of Education Review*, 77(May), 102012. <https://doi.org/10.1016/j.econedurev.2020.102012>
- Dahlum, S., & Knutsen, C. H. (2017). Do Democracies Provide Better Education? Revisiting the Democracy–Human Capital Link. *World Development*, 94, 186–199. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2017.01.001>
- Dal Vesco, D. G., & Pasquali, K. da S. (2020). A controlabilidade (SCG) como propulsora do alinhamento entre o comportamento planejado e cenário ético-organizacionais. *Revista Competitividade e Sustentabilidade-ComSus*, 7(3), 722–744. <https://web-s-ebsohost-com.cidreb.uned.ac.cr/ehost/pdfviewer/pdfviewer?vid=12&sid=c35a8630-84c7-4baa-a230-1b126ee1ea2c%40redis>
- Dalberto, R. C., Ervilha, G. T., Bohn, L., & Gomes, A. P. (2015). Índice De Desenvolvimento Humano Eficiente: Uma Mensuração Alternativa Do Bem-Estar Das Nações. *Pesquisa e Planejamento Econômico - PPE*, 45(n.2), 337–363. https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6009/1/PPE_v45_n02_Índice_de_Desenvolvimento_Humano.pdf
- Daniswara, N. J., Santoso, S. B., & Pribadi, P. (2022). Antecedents of willingness to provide

- pharmaceutical services for mental illness individuals. *International Journal of Public Health Science*, 11(1), 274–280. <https://doi.org/10.11591/ijphs.v11i1.20931>
- Danner, F. L. (2012). Habermas e Giddens sobre a crise da esquerda ocidental: considerações em torno à crise do Estado de bem-estar social 1. *Revista Estudos Filosóficos*, 9, 98–119. <http://www.ufsj.edu.br/revistaestudosfilosoficos>
- Das, S., & El Hussein, I. A. (2019). Paradox of Austerity: Multi-Country Evidence. *Emerging Markets Finance and Trade*, 55(8), 1681–1693. <https://doi.org/10.1080/1540496X.2018.1530652>
- Dashdondov, K., & Kim, M. H. (2023). Mahalanobis Distance Based Multivariate Outlier Detection to Improve Performance of Hypertension Prediction. *Neural Processing Letters*, 55(1), 265–277. <https://doi.org/10.1007/s11063-021-10663-y>
- De Paula, L. F., & Pires, M. C. D. C. (2013). The effects of fiscal policy after the global recession: Assessing the evidences. *Revista de Economia Política*, 33(2), 315–321. <https://doi.org/10.1590/S0101-31572013000200007>
- De Witte, K., & López-Torres, L. (2017). Efficiency in education: A review of literature and a way forward. *Journal of the Operational Research Society*, 68(4), 339–363. <https://doi.org/10.1057/jors.2015.92>
- Demir, T. (2009). Politics and administration. *Administrative Theory & Praxis*, 31(4), 503–532. <https://doi.org/10.2753/atp1084-1806310403>
- Denhardt, R. B., & Denhardt, J. V. (2000). The new public service: Serving rather than steering. *Public Administration Review*, 60(6), 549–559. <https://doi.org/10.1111/0033-3352.00117>
- Denhardt, J. V., & Denhardt, R. B. (2015). The New Public Service Revisited. *Public Administration Review*, 75(5), 664–672. <https://doi.org/10.1111/puar.12347>
- DesJardins, J. R. (2007). *Business, ethics, and the environment: Imagining a sustainable future*. Pearson/Prentice Hall.
- Dewey, J. (1930). *Democracy and Education: An Introduction to the Philosophy of Education*. Macmillan.
- Dewey, J. (2013). Education and Social Change. *Bulletin of the American Association of University Professors*, 23(6), 472–474. <http://www.jstor.org/stable/40219908?origin=JSTOR-pdf>
- Di Tella, R., & MacCulloch, R. (2008). Gross national happiness as an answer to the Easterlin Paradox? *Journal of Development Economics*, 86(1), 22–42. <https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2007.06.008>
- Diaconu-Gherasim, L. R., Nicuță, E. G., Crumpei-Tanasă, I., & Opariuc-Dan, C. (2023). Perception of Friendship Quality and Mental Health: School Goal Structures as Moderators. *School Mental Health*, 15(3), 1003–1016. <https://doi.org/10.1007/s12310-023-09601-1>
- Diaz-Serrano, L., & Pérez-Reynosa, J. (2018). *Impact of Duration of Primary Education on Enrollment in Secondary Education: Panel Data Evidence from Developing Countries* (No. 27).
- Diebolt, C., Jaoul-Grammare, M., & Perrin, F. (2022). *A Cliometric Reading of the*

- Development of Primary Education in France in the Nineteenth Century Documents De Travail* (No. 02). <https://beta.u-strasbg.fr/WP/2022/2022-02.pdf>
- Ding, H. (2012). Unemployment and Welfare State: What Do the Data Tell Us? *SSRN Electronic Journal*, 1–50. <https://doi.org/10.2139/ssrn.2161044>
- DO, T. (2022). Progressive Education: Views from John Dewey's Education Philosophy. *Wisdom*, 4(3), 22–31. <https://doi.org/10.24234/wisdom.v4i3.907>
- Dollar, D., Kleineberg, T., & Kraay, A. (2015). Growth, inequality and social welfare: cross-country evidence. *Economic Policy*, 335–377.
- Donnell, M. O., O'Brien, J., & Junor, A. (2011). New public management and employment relations in the public services of Australia and New Zealand. *International Journal of Human Resource Management*, 22(11), 2367–2383. <https://doi.org/10.1080/09585192.2011.584400>
- Draibe, S. m. (1995). As políticas sociais e o neoliberalismo. *Revista USP*, 25, 87–101.
- Dunk, T. (2002). Remaking The Working Class: Experience, Class Consciousness, and the Industrial Adjustment Process. *American Ethnologist*, 29(4), 878–900. <https://doi.org/10.1525/ae.2002.29.4.878>
- Dunn, B. (2017). Against neoliberalism as a concept. *Capital and Class*, 41(3), 435–454. <https://doi.org/10.1177/0309816816678583>
- Dupuis, B., Barclay, J. W., Holmes, S. D., Platt, M., & Shaha, S. H. (2006). Does Inclusion Help Students: Perspectives from Regular Education and Students with Disabilities. *Journal of the American Academy of Special Education Professionals*, 801, 74–91.
- Durahim, A. O., & Coşkun, M. (2015). #iamhappybecause: Gross National Happiness through Twitter analysis and big data. *Technological Forecasting and Social Change*, 99, 92–105. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2015.06.035>
- Duran, C. V., Ratton, M., & Badin, S. (2021). *Assunto Especial Tristes Tropicalizações : Austeridade Fiscal e Sua Constitucionalização no Brasil*. 18(2017), 430–458.
- Dutta, S. M. (2019). Amartya Sen's Perspective On Capability Approach & Well-Being. *Ijrtbt*, 3(4), 26–31. <https://ejournal.lucp.net/index.php/ijrtbt/article/view/875>
- Earle, A., Milovantseva, N., & Heymann, J. (2018). Is free pre-primary education associated with increased primary school completion? A global study. *International Journal of Child Care and Education Policy*, 12(1), 1–19. <https://doi.org/10.1186/s40723-018-0054-1>
- Easterlin, R. A. (1974). Does economic growth improve the human lot? Some empirical evidence. In *Nations and households in economic growth* (pp. 89–125). Academic Press.
- Eikemo, T. A., & Bambra, C. (2008). The welfare state: A glossary for public health. *Journal of Epidemiology and Community Health*, 62(1), 3–6. <https://doi.org/10.1136/jech.2007.066787>
- Enders, C. K. (2001). The performance of the full information maximum likelihood estimator in multiple regression models with missing data. *Educational and Psychological Measurement*, 61(5), 713–740. <https://doi.org/10.1177/00131640121971482>
- Enders, C. K. (2010). *Applied missing data analysis*. Guilford Press.

- Esping-Andersen, G. (1991). As três economias políticas do welfare state. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 24, 85–116. <https://doi.org/10.1590/s0102-64451991000200006>
- Espósito, P., & Ricci, P. (2015). How to turn public (dis)value into new public value? Evidence from Italy. *Public Money and Management*, 35(3), 227–231. <https://doi.org/10.1080/09540962.2015.1027499>
- Esteves, J. (2002). As críticas ao utilitarismo por Rawls. *Ethic@*, 1(1), 81–96. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ethic/article/download/14536/13310>
- Evans, D. K., & Yuan, F. (2019). Equivalent Years of Schooling: A Metric to Communicate Learning Gains in Concrete Terms. *Equivalent Years of Schooling: A Metric to Communicate Learning Gains in Concrete Terms, February*. <https://doi.org/10.1596/1813-9450-8752>
- Evans, M. (2009). Gordon Brown and public management reform - A project in search of a “big idea”? *Policy Studies*, 30(1), 33–51. <https://doi.org/10.1080/01442870802576181>
- Exton, C., Smith, C., & Vandendriessche, D. (2015). *Comparing Happiness across the World* (No. 04). <https://www.oecd-ilibrary.org/content/paper/5jrppzd9bs2-en>
- Faria, C. A. P. de. (1998). Uma genealogia das teorias e modelos do estado de bem-estar social. *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais*, 46, 39–71. <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/204>
- Faria, F. P., Jannuzzi, P. de M., & da Silva, S. J. (2008). Efficiency of municipal expenditure in health and education: An investigation using data envelopment analysis in the state of Rio de Janeiro, Brazil. *Revista de Administracao Publica*, 42(1), 155–177. <https://doi.org/10.1590/s0034-76122008000100008>
- Faulkner, N., & Kaufman, S. (2018). Avoiding Theoretical Stagnation: A Systematic Review and Framework for Measuring Public Value. *Australian Journal of Public Administration*, 77(1), 69–86. <https://doi.org/10.1111/1467-8500.12251>
- Feeney, M. K., & Bozeman, B. (2007). Public Values and Public Failure: Implications of the 2004-2005 Flu Vaccine Case. *Public Integrity*, 9(2), 175–190. <https://doi.org/10.2753/PIN1099-9922090204>
- Ferguson, J. (2010). The Uses of Neoliberalism. *Antipode*, 41, 166–184. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8330.2009.00721.x>
- Fernández-Santillán, J. (2018). Public value, governance and third way. *Convergencia*, 25(78), 175–193. <https://doi.org/10.29101/crcs.v25i78.10373>
- Fernandez, M., & Pedrosa, M. (2021). A adoção do Programa Mais Médicos em Pernambuco: Uma análise sobre a decisão local por implementar uma política federal. *Política & Sociedade (Florianópolis, Santa Catarina, Brazil)*, 20(48). DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2021.70963>
- Figueiredo Filho, D. B.; Rocha, E. C. R.; Silva Junior, J. A.; Paranhos, R. (2013). Causalidade e Mecanismo em Ciência Política. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, 18(2), 10–27. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2013v18n2p10>
- Filmer, D., Rogers, H., Angrist, N., & Sabarwal, S. (2020). Learning-adjusted years of schooling (LAYS): Defining a new macro measure of education. *Economics of*

- Education Review*, 77(January 2019), 101971.
<https://doi.org/10.1016/j.econedurev.2020.101971>
- Fincher, M. (2007). Governments as human capital providers: A rationale for strong government support of broad higher education access. *Competitiveness Review*, 17(1–2), 67–76. <https://doi.org/10.1108/10595420710816623>
- Fleurbaey, M. (2009). Beyond GDP: The quest for a measure of social welfare. Part I. *Journal of Economic Literature*, 47(4), 1029–1075. <https://doi.org/10.32609/0042-8736-2012-2-67-93>
- Fornell, C., & Larcker, D. (1981). CLAES FORNELL AND DAVID F. LARCKER* Evaluating Structural Equation Models with Unobservable Variables and Measurement Error. *Journal of Marketing Research*, 18(February), 39–50.
- Fourie, D. (2017). Ethics and Integrity in the Procurement of Goods and Services for the Military. *Public Integrity*, 19(5), 469–482.
<https://doi.org/10.1080/10999922.2016.1276790>
- Furrer, C. J., Magnuson, L., & Suggs, J. W. (2012). Getting Them There, Keeping Them There: Benefits of an Extended School Day Program for High School Students. *Journal of Education for Students Placed at Risk*, 17(3), 149–164.
<https://doi.org/10.1080/10824669.2012.695920>
- Gallop, G. (2011). New development: Public leadership, public value and the public interest. *Public Money and Management*, 31(5), 371–376.
<https://doi.org/10.1080/09540962.2011.598354>
- Galloway, R., Kristjansson, E., Gelli, A., Meir, U., Espejo, F., & Bundy, D. (2009). School feeding: outcomes and costs. *Food and Nutrition Bulletin*, 30(2), 171–182.
<https://doi.org/10.1177/156482650903000209>
- Galvão, F. V. (2023). Efeitos do Programa Ensino Integral sobre o desempenho dos alunos no Saeb. *Estudos Em Avaliação Educacional*, 34(2023), e09346.
<https://doi.org/10.18222/eae.v34.9346>
- Ganti, T. (2014). Neoliberalism. *Annual Review of Anthropology*, 43, 89–104.
<https://doi.org/10.1146/annurev-anthro-092412-155528>
- Gelli, A., & Daryanani, R. (2013). Are school feeding programs in low-income settings sustainable? Insights on the costs of school feeding compared with investments in primary education. *Food and Nutrition Bulletin*, 34(3), 310–317.
<https://doi.org/10.1177/156482651303400303>
- Gelli, A., & Suwa, Y. (2014). Investing in innovation: Trade-offs in the costs and cost-efficiency of school feeding using communitybased kitchens in Bangladesh. *Food and Nutrition Bulletin*, 35(3), 327–337. <https://doi.org/10.1177/156482651403500305>
- Giacomelli, G. S. (2017). a Teoria Tradicional Do Bem-Estar: Da Origem Às Críticas. *RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico*, 1(39), 6.
<https://doi.org/10.21452/rde.v3i38.5045>
- Giavazzi, F., & Pagano, M. (1990). CAN SEVERE FISCAL CONTRACTIONS BE EXPANSIONARY? TALES OF TWO SMALL EUROPEAN COUNTRIES. In *National Bureau of Economic Research: Vol. MA 02138* (Issue 3372).

- Giddens, A. (1989). *A constituição da sociedade*. Martins Fontes.
- Giddens, A. (2000). *A Terceira Via: Reflexões sobre o impasse da social-democracia* (T. M. L. de A. Borge (ed.)). Record.
- Glomm, G., Jung, J., & Tran, C. (2018). Fiscal Austerity Measures: Spending Cuts Vs. Tax Increases. *Macroeconomic Dynamics*, 22(2), 501–540.
<https://doi.org/10.1017/S1365100516000298>
- Goczek, Ł., Witkowska, E., & Witkowski, B. (2021). How does education quality affect economic growth? *Sustainability (Switzerland)*, 13(11), 1–22.
<https://doi.org/10.3390/su13116437>
- Gomes, M., Hirata, G., & Oliveira, J. B. A. e. (2020). Student composition in the PISA assessments: Evidence from Brazil. *International Journal of Educational Development*, 79(November). <https://doi.org/10.1016/j.ijedudev.2020.102299>
- Gorard, S. (2020). Handling missing data in numeric analyses. *International Journal of Social Research Methodology*, 23(6), 651–660.
<https://doi.org/10.1080/13645579.2020.1729974>
- Gorjón, L., de la Rica, S., & Villar, A. (2020). The Cost of Unemployment from a Social Welfare Approach: The Case of Spain and Its Regions. *Social Indicators Research*, 150(3), 955–976. <https://doi.org/10.1007/s11205-020-02360-5>
- Green, D. P., & Sondheimer, R. M. (2010). Using Experiments to Estimate the Effects of Education on Voter Turnout. *American Journal of Political Science*, 54(1), 174–189.
<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1540-5907.2009.00425.x/references>
- Grosso, L. A., & Martins, M. F. (2008). Terceira Via e políticas educacionais: um novo mantra para a educação. *Revista Brasileira de Política e Administração Da Educação - Periódico Científico Editado Pela ANPAE*, 24(2), 215–233.
- Guajardo, J., Leigh, D., & Pescatori, A. (2011). *Expansionary Austerity*.
- Guarini, E., & Pattaro, A. F. (2016). Deficit control and fiscal austerity in the EU: Time to consider the local impact. *International Journal of Public Sector Performance Management*, 2(4), 348–369. <https://doi.org/10.1504/IJPSPM.2016.079717>
- Gumus, S., & Kayhan, S. (2012). The Relationship between Economic Growth and School Enrollment Rates: Time Series Evidence from Turkey. *Educational Policy Analysis and Strategic Research*, 7(1), 24–37.
- Hair, J. F., Howard, M. C., & Nitzl, C. (2020). Assessing measurement model quality in PLS-SEM using confirmatory composite analysis. *Journal of Business Research*, 109(November 2019), 101–110. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2019.11.069>
- Hair, J. F. J., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E., & Tathan, R. L. (2009). *Análise Multivariada de Dados* (B. C. Editora (ed.); 6ª Edição, Vol. 232). tradução Adonai Schlup Sant'Anna.
- Hair, J. F. J., Risher, J. J., Sarstedt, M., & Ringle, C. M. (2019). When to use and how to report the results of PLS-SEM. *European Business Review*, 31(1), 2–24.
<https://doi.org/10.1108/EBR-11-2018-0203>
- Hair, J. F. J., Sarstedt, M., Ringle, C. M., & Mena, J. A. (2012). An assessment of the use of partial least squares structural equation modeling in marketing research. *Journal of the*

- Academy of Marketing Science*, 40(3), 414–433. <https://doi.org/10.1007/s11747-011-0261-6>
- Hamilton, K., & Ruta, G. (2009). Wealth accounting, exhaustible resources and social welfare. *Environmental and Resource Economics*, 42(1), 53–64. <https://doi.org/10.1007/s10640-008-9235-7>
- Hanushek, E. A. (2016). School human capital and teacher salary policies. *Journal of Professional Capital and Community*, 1(1), 23–40. <https://doi.org/10.1108/JPC-07-2015-0002>
- Hanushek, E. A., & Woessmann, L. (2020). Education, knowledge capital, and economic growth. In *The Economics of Education: A Comprehensive Overview* (pp. 171–182). Elsevier Ltd. <https://doi.org/10.1016/B978-0-12-815391-8.00014-8>
- Harka, E., & Rocco, L. (2022). Studying more to vote less. Education and voter turnout in Italy. *European Journal of Political Economy*, 72(January 2021), 102115. <https://doi.org/10.1016/j.ejpoleco.2021.102115>
- Hartley, J., Alford, J., Knies, E., & Douglas, S. (2017). Towards an empirical research agenda for public value theory. *Public Management Review*, 19(5), 670–685. <https://doi.org/10.1080/14719037.2016.1192166>
- Harvey, D. (2005). *A Brief History of Neoliberalism*. Oxford University Press.
- Hassan, M. (2021). Inequality Adjusted Per Capita Income of Indian States in 2004-05 and 2011-12. *The Journal of Development Practices*, 7, 29–34.
- Henderson, J., Escobar, O., & Revell, P. (2021). Public value governance meets social commons: community anchor organisations as catalysts for public service reform and social change? *Local Government Studies*, 47(6), 887–909. <https://doi.org/10.1080/03003930.2020.1787164>
- Henrique, A. C. (2018). Montagem da Agenda e Formulação da Política Pública: Austeridade Fiscal no Brasil. *Revista de Direito Setorial e Regulatório*, 4(1), 111–130. <https://periodicos.unb.br/index.php/rdsr/article/view/19141>
- Heras, L., & Olaberria, E. (2018). Public spending in education and student's performance in Colombia. *OECD Economics Department Working Papers, No. 1460*, 7(1460), 36.
- Hofmann, S., Sæbø, Ø., Braccini, A. M., & Za, S. (2019). The public sector's roles in the sharing economy and the implications for public values. *Government Information Quarterly*, 36(4), 101399. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2019.101399>
- Holland, P., Alfaro, P., & Evans, D. (2015). Extending the school day in Latin America and the Caribbean. *World Bank Research Observer*, June, 1–32.
- Hopper, T., & Powell, A. (2005). Making Sense of Research Into The Organizational and Social Aspects of Management Accounting. *Accounting, the Social and the Political*, 1985(September), 41–53. <https://doi.org/10.1016/b978-008044725-4/50008-4>
- Hughes, R. A., Heron, J., Sterne, J. A. C., & Tilling, K. (2019). Accounting for missing data in statistical analyses: Multiple imputation is not always the answer. *International Journal of Epidemiology*, 48(4), 1294–1304. <https://doi.org/10.1093/ije/dyz032>
- Huit, G. T. M., Hair, J. F., Proksch, D., Sarstedt, M., Pinkwart, A., & Ringle, C. M. (2018). Addressing endogeneity in international marketing applications of partial least squares

- structural equation modeling. *Journal of International Marketing*, 26(3), 1–21. <https://doi.org/10.1509/jim.17.0151>
- Imazeki, J. (2005). Teacher salaries and teacher attrition. *Economics of Education Review*, 24(4), 431–449. <https://doi.org/10.1016/j.econedurev.2004.07.014>
- Ingul, J. M., Klöckner, C. A., Silverman, W. K., & Nordahl, H. M. (2012). Adolescent school absenteeism: Modelling social and individual risk factors. *Child and Adolescent Mental Health*, 17(2), 93–100. <https://doi.org/10.1111/j.1475-3588.2011.00615.x>
- Isumi, A., Doi, S., Yamaoka, Y., Takahashi, K., & Fujiwara, T. (2020). Do suicide rates in children and adolescents change during school closure in Japan? The acute effect of the first wave of COVID-19 pandemic on child and adolescent mental health. *Child Abuse and Neglect*, 110(P2), 104680. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2020.104680>
- Jacobs, L. R. (2014). The contested politics of public value. *Public Administration Review*, 74(4), 480–494. <https://doi.org/10.1111/puar.12170>
- Jannuzzi, P. de M., Barreto, R. S., & Sousa, M. F. de. (2013). Monitoramento e Avaliação do Desenvolvimento Humano: a insensibilidade do Índice de Desenvolvimento Humano às políticas de desenvolvimento social. *Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação*, 5, 60–79. <https://doi.org/10.4322/rbma201305005>
- Jayadev, A., & Konczal, M. (2010). When Is Austerity Right?: In Boom, Not Bust. *Challenge*, 53(6), 37–53. <https://doi.org/10.2753/0577-5132530602>
- Jessop, B. (2013). Política Social, Estado e “Sociedade.” *SER Social*, 15(33), 261–384.
- Jiang, W., Lu, Y., & Xie, H. (2020). Education and mental health: Evidence and mechanisms. *Journal of Economic Behavior and Organization*, 180, 407–437. <https://doi.org/10.1016/j.jebo.2020.09.032>
- Johnson, A. L., & Ruggiero, J. (2014). Nonparametric measurement of productivity and efficiency in education. *Annals of Operations Research*, 221(1), 197–210. <https://doi.org/10.1007/s10479-011-0880-9>
- Jones, S. E., Ethier, K. A., Hertz, M., DeGue, S., Le, V. D., Thornton, J., Lim, C., Dittus, P. J., & Geda, S. (2022). Mental Health, Suicidality, and Connectedness Among High School Students During the COVID-19 Pandemic - Adolescent Behaviors and Experiences Survey, United States, January-June 2021. *MMWR Supplements*, 71(3), 16–21. <https://doi.org/10.15585/mmwr.su7103a3>
- Jordà, Ò., & Taylor, A. M. (2016). The Time for Austerity: Estimating the Average Treatment Effect of Fiscal Policy. *Economic Journal*, 126(590), 219–255. <https://doi.org/10.1111/eoj.12332>
- Jorge de Jesus, M. A., & Eirado, J. S. B. (2012). Relevance of accounting information to public sector accountability: A study of Brazilian federal public universities. *Tékhné*, 10(2), 87–98. <https://doi.org/10.1016/j.tekhne.2012.10.001>
- Jørgensen, T. B., & Bozeman, B. (2002). Public values lost?: Comparing cases on contracting out from Denmark and the United States. *Public Management Review*, 4(1), 63–81. <https://doi.org/10.1080/14616670110101681>
- Jørgensen, T. B., & Bozeman, B. (2007). Public Values: an inventory. *Administration & Society*, 39(3), 354–381. <https://doi.org/10.1177/0095399707300703>

- Jørgensen, T. B., & Sørensen, D. L. (2012). Codes of Good Governance: National or Global Public Values? *Public Integrity*, 15(1), 71–96. <https://doi.org/10.2753/PIN1099-9922150104>
- Jørgensen, T. B., & Vrangbaek, K. (2011). Value dynamics: Towards a framework for analyzing public value changes. *International Journal of Public Administration*, 34(8), 486–496. <https://doi.org/10.1080/01900692.2011.583776>
- Kahneman, D., Wakker, P. P., & Sarin, R. (1997). Back to Bentham? Explorations of experienced utility. *Quarterly Journal of Economics*, 112(2), 375–405. <https://doi.org/10.1162/003355397555235>
- Kart, A., & Kart, M. (2021). Academic and social effects of inclusion on students without disabilities: A review of the literature. *Education Sciences*, 11(1), 1–13. <https://doi.org/10.3390/educsci11010016>
- Kearney, C., & Meynhardt, T. (2016). Directing Corporate Entrepreneurship Strategy in the Public Sector to Public Value: Antecedents, Components, and Outcomes. *International Public Management Journal*, 19(4), 543–572. <https://doi.org/10.1080/10967494.2016.1160013>
- Kemiskinan, A. P., Huruf, B., Gde, I. M., Darmawan, Y., Afifi, M., & Suriadi, I. (2023). *Socio-Economic and Humanistic Aspects for Analysis of the Effect of Poverty , Illiteracy , Unemployment , Years of Schooling , and Life Expectancy on Indonesia ' s Economic Growth*. 310–319.
- Kenward, M. G., & Molenberghs, G. (2009). Last observation carried forward: A crystal ball? *Journal of Biopharmaceutical Statistics*, 19(5), 872–888. <https://doi.org/10.1080/10543400903105406>
- Kettl, D. F. (2000). Public Administration at the Millennium: The State of the Field. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 10(1), 7–34. <https://doi.org/10.1093/oxfordjournals.jpart.a024267>
- Khan, M. I. (2015). A critique of socio-economic value of education: case for development of subaltern paradigm of schooling. *International Journal of Multidisciplinary Research and Development*, 2(1), 56–61. www.allsubjectjournal.com
- Kim, S., & Kim, D. (2012). Does Government Make People Happy?: Exploring New Research Directions for Government's Roles in Happiness. *Journal of Happiness Studies*, 13(5), 875–899. <https://doi.org/10.1007/s10902-011-9296-0>
- Kitchenham, B. (2004). Procedures for Performing Systematic Reviews. *Keele, UK, Keele University*, 33, 1–23.
- Kline, R. B. (2011). *Principles and Practice of Structural Equation Modeling*. The Guilford Press. <https://doi.org/10.1080/10705511.2017.1401932>
- Koh, M., & Shin, S. (2017). Education of Students with Disabilities in the USA: Is Inclusion the Answer? *International Journal of Learning, Teaching and Educational Research*, 16(10), 1–17.
- Konza, D. (2008). Inclusion of students with disabilities in new times: Responding to the challenge. *Learning and the Learner: Exploring Learning for New Times*, 39–64.
- Konzelmann, S. (2012). *The Economics of austerity* (Issue 434).

https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2127567

- Kounetas, K., Androulakis, G., Kaisari, M., & Manousakis, G. (2023). Educational reforms and secondary school's efficiency performance in Greece: a bootstrap DEA and multilevel approach. *Operational Research*, 23(1), 1–29. <https://doi.org/10.1007/s12351-023-00764-y>
- Labonté, R., & Stuckler, D. (2016). The rise of neoliberalism: How bad economics imperils health and what to do about it. *Journal of Epidemiology and Community Health*, 70(3), 312–318. <https://doi.org/10.1136/jech-2015-206295>
- Lacruz, A. J., Américo, B. L., & Carniel, F. (2019). Indicadores de qualidade na educação: análise discriminante dos desempenhos na Prova Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, 24, 1–26. <https://doi.org/10.1590/s1413-24782019240002>
- LaCruz, A. J., Assis, W. M. de, & Guedes, T. D. A. (2023). Construtos de segunda ordem em modelagem de equações estruturais com mínimos quadrados parciais : como especificar , estimar e avaliar. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 17.
- Lacruz, A. J., Rosa, A. R., & de Oliveira, M. P. V. (2023). The Effect of Governance on Donations: Evidence from Brazilian Environmental Nonprofit Organizations. *Brazilian Business Review*, 20(1), 56–75. <https://doi.org/10.15728/BBR.2023.20.1.3.PT>
- Læg Reid, P., Sarapuu, K., Rykkja, L. H., & Randma-Liiv, T. (2015). New Coordination Challenges in the Welfare State. *Public Management Review*, 17(7), 927–939. <https://doi.org/10.1080/14719037.2015.1029344>
- Lal, B. S. (2015). The Economic and Social Cost of Illiteracy: An Overview. *Revista Internacional de Pesquisa Avançada e Ideias Inovadoras Em Educação*, 1(5), 663–670.
- Lange, F., & Topel, R. (2006). Chapter 8 The Social Value of Education and Human Capital. *Handbook of the Economics of Education*, 1(06), 459–509. [https://doi.org/10.1016/S1574-0692\(06\)01008-7](https://doi.org/10.1016/S1574-0692(06)01008-7)
- Larreguy, H. A., & Marshall, J. (2013). The effect of education on political engagement in weakly institutionalized countries: evidence from Nigeria. *Journal of Sustainable Development in Africa*, 15(4), 1–9. https://scholar.harvard.edu/files/jmarshall/files/current_version.pdf
- Ledden, L., Kalafatis, S. P., & Samouel, P. (2007). The relationship between personal values and perceived value of education. *Journal of Business Research*, 60(9), 965–974. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2007.01.021>
- Lee, L., Petter, S., Fayard, D., & Robinson, S. (2011). On the use of partial least squares path modeling in accounting research. *International Journal of Accounting Information Systems*, 12(4), 305–328. <https://doi.org/10.1016/j.accinf.2011.05.002>
- Leggett, W. (2018). Criticism and the future of the Third Way. *The Third Way and Beyond*. <https://doi.org/10.7765/9781526137883.00018>
- Leys, C., Delacre, M., Mora, Y. L., Lakens, D., & Ley, C. (2019). How to classify, detect, and manage univariate and multivariate outliers, with emphasis on pre-registration. *International Review of Social Psychology*, 32(1), 1–10. <https://doi.org/10.5334/irsp.289>
- Leys, C., Klein, O., Dominicy, Y., & Ley, C. (2018). Detecting multivariate outliers: Use a robust variant of the Mahalanobis distance. *Journal of Experimental Social Psychology*,

- 74(September 2017), 150–156. <https://doi.org/10.1016/j.jesp.2017.09.011>
- Li, S., & Wang, B. (2020). Is social justice the superior economic growth model? Comparative analysis on G20 countries. *Cogent Social Sciences*, 6(1). <https://doi.org/10.1080/23311886.2020.1760413>
- Li, Y., & Shang, H. (2020). Service quality, perceived value, and citizens' continuous-use intention regarding e-government: Empirical evidence from China. *Information and Management*, 57(3), 103197. <https://doi.org/10.1016/j.im.2019.103197>
- Lima, L. C. A. (2011). Da universalização do ensino fundamental ao desafio de democratizar o ensino médio em 2016: o que evidenciam as estatísticas? *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 92, 268–284. <http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/>
- Lin, A. (2015). Citizenship education in American schools and its role in developing civic engagement: a review of the research. *Educational Review*, 67(1), 35–63. <https://doi.org/10.1080/00131911.2013.813440>
- Lindert, P. H. (2010). The unequal lag in Latin American schooling since 1900: Follow the money. In *Revista de Historia Económica - Journal of Iberian and Latin American Economic History* (Vol. 28, Issue 2). <https://doi.org/10.1017/S0212610910000066>
- Little, R. J. A., & Rubin, D. B. (1989). The Analysis of Social Science Data with Missing Values. *Sociological Methods & Research*, 18(2–3), 292–326. <https://doi.org/10.1177/0049124189018002004>
- Liu, J., & Loeb, S. (2021). Engaging Teachers Measuring the Impact of Teachers on Student Attendance in Secondary School. *Journal of Human Resources*, 56(2), 343–379. <https://doi.org/10.3368/jhr.56.2.1216-8430R3>
- Lochner, L. (2011). Education Policy and Crime. In and J. M. Philip J. Cook, Jens Ludwig (Ed.), *Controlling Crime: Strategies and Tradeoffs Volume: Vol. University* (pp. 465–515).
- Lochner, L., & Moretti, E. (2004). The effect of education on crime: Evidence from prison inmates, arrests, and self-reports. *American Economic Review*, 94(1), 155–189. <https://doi.org/10.1257/000282804322970751>
- López-pérez, R., & Spiegelman, E. (2019). Eficiência dos gastos públicos em educação básica nos municípios brasileiros. *Economic Analysis of Law Review*, 10(1), 193–219. <https://doi.org/10.31501/ealr.v10i1.9142>
- Lourenço, R. L., & Sauerbronn, F. F. (2016). Revistando possibilidades epistemológicas em contabilidade gerencial: em busca de contribuições de abordagens interpretativas e críticas no Brasil. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 13(28), 99. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2016v13n28p99>
- Lucas, A. M., & Mbiti, I. M. (2012). Does free primary education narrow gender differences in schooling? Evidence from Kenya. *Journal of African Economies*, 21(5), 691–722. <https://doi.org/10.1093/jae/ejs021>
- Ma, Y. (2017). Civic returns to education: Voter turnout in Ireland. *Economic and Social Review*, 48(2), 145–149.
- Ma, Y., De Jong, M., Koppenjan, J., Xi, B., & Mu, R. (2012). Explaining the organizational and contractual context of subway construction disasters in China: The case of

- Hangzhou. *Policy and Society*, 31(1), 87–103.
<https://doi.org/10.1016/j.polsoc.2012.01.001>
- Machado, D. P., & Quiraque, E. H. (2023). Maturidade de governança e criação de valor público em instituições públicas de ensino superior: o caso das universidades brasileiras. *Avaliação: Revista Da Avaliação Da Educação Superior (Campinas)*, 28.
<https://doi.org/10.1590/s1414-40772023000100002>
- Mallinckrodt, C. ., Sanger, T. M., Dubé, S., DeBrotta, D. J., Molenberghs, G., Carrol, R., Potter, W. Z., & Tollefons, G. D. (2003). Assessing and Interpreting Treatment Effects in Longitudinal Clinical Trials with Missing Data. *Journal of Invasive Cardiology*, 16(7), 360–362. [https://doi.org/10.1016/S0006-3223\(03\)01867-X](https://doi.org/10.1016/S0006-3223(03)01867-X)
- Mandeli, K. N. (2016). New public governance in Saudi cities: An empirical assessment of the quality of the municipal system in Jeddah. *Habitat International*, 51, 114–123.
<https://doi.org/10.1016/j.habitatint.2015.10.020>
- Mangini, E. R., Amaral, L. M., Conejero, M. A., & Pires, C. S. (2020). Greenwashing Study and Consumers' Behavioral Intentions. *CBR - Consumer Behavior Review*, 4(3), 229.
<https://doi.org/10.51359/2526-7884.2020.244488>
- Marchand, J. S., & Brunet, M. (2019). The emergence of post-NPM initiatives: Integrated Impact Assessment as a hybrid decision-making tool. *International Review of Administrative Sciences*, 85(2), 319–336. <https://doi.org/10.1177/0020852317694947>
- Mariano, C. M. (2017). Emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre. *Revista de Investigações Constitucionais*, 4(1), 259–281. <https://doi.org/10.5380/rinc.v4i1.50289>
- Marinho, E., Soares, F., & Benegas, M. (2004). Desigualdade de renda e eficiência técnica na geração de bem-estar entre os estados brasileiros. *Revista Brasileira de Economia*, 58(4), 583–608. <https://doi.org/10.1590/s0034-71402004000400006>
- Matijascic, M., & Rolon, C. E. K. (2021). Objetivos de desenvolvimento sustentável e desafios decorrentes das oportunidades escolares no ensino fundamental brasileiro. In *Texto para Discussão*. <https://doi.org/10.38116/td2679>
- Matos, P. R. F. M. (2021). *A relevância do uso de Indicadores de austeridade fiscal e de eficiência da alocação de recursos dos entes federativos subnacionais no processo decisório, na formulação e na implementação de políticas públicas sistêmicas*. <https://repositorio.ena.gov.br/handle/1/6229>
- Mazetto, F. E. (2015). Estado, Políticas Públicas e Neoliberalismo: um Estudo. *Cadernos de Estudos Interdisciplinares*, 01(21), 1–21.
- McConnell, B. M., & Kubina, R. M. (2014). Connecting with families to improve students' school attendance: A review of the literature. *Preventing School Failure*, 58(4), 249–256. <https://doi.org/10.1080/1045988X.2013.821649>
- McLean, S. (2022). Understanding the evolving context for lifelong education: global trends, 1950 – 2020. *International Journal of Lifelong Education*, 41(1), 5–26.
- Medeiros, M. (2001). *A trajetória do welfare state no brasil*. IPEA.
<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2058>
- Medeiros, M., Barbosa, R. J., & Carvalhaes, F. (2020). Educational expansion, inequality and

- poverty reduction in Brazil: A simulation study. *Research in Social Stratification and Mobility*, 66(November 2019), 100458. <https://doi.org/10.1016/j.rssm.2019.100458>
- Meijer, R., Conradie, P., & Choenni, S. (2014). Reconciling contradictions of open data regarding transparency, privacy, security and trust. *Journal of Theoretical and Applied Electronic Commerce Research*, 9(3), 32–44. <https://doi.org/10.4067/S0718-18762014000300004>
- Melissanidou, E., & Johnston, L. (2019). Contextualising public entrepreneurship in Greek local government austerity. *International Journal of Entrepreneurial Behaviour and Research*, 25(7), 1563–1579. <https://doi.org/10.1108/IJEER-11-2018-0749>
- Menzel, D. C. (2015). Research on Ethics and Integrity in Public Administration: Moving Forward, Looking Back. *Public Integrity*, 17(4), 343–370. <https://doi.org/10.1080/10999922.2015.1060824>
- Messias, E. (2003). Income Inequality, Illiteracy Rate, and Life Expectancy in Brazil. *American Journal of Public Health*, 93(8), 1294–1296. <https://doi.org/10.2105/AJPH.93.8.1294>
- Meynhardt, T. (2009). Public value inside: What is public value creation? *International Journal of Public Administration*, 32(3–4), 192–219. <https://doi.org/10.1080/01900690902732632>
- Meynhardt, T., & Bartholomes, S. (2011). (De)Composing Public value: In search of basic dimensions and common ground. *International Public Management Journal*, 14(3), 284–308. <https://doi.org/10.1080/10967494.2011.618389>
- Meynhardt, T., Brieger, S. A., & Hermann, C. (2020). Organizational public value and employee life satisfaction: the mediating roles of work engagement and organizational citizenship behavior. *International Journal of Human Resource Management*, 31(12), 1560–1593. <https://doi.org/10.1080/09585192.2017.1416653>
- Mikulić, J., & Ryan, C. (2018). Reflective versus formative confusion in SEM based tourism research: A critical comment. *Tourism Management*, 68(March), 465–469. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2018.05.002>
- Milligan, K., Moretti, E., & Oreopoulos, P. (2004). Does education improve citizenship? Evidence from the United States and the United Kingdom. *Journal of Public Economics*, 88(9–10), 1667–1695. <https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2003.10.005>
- Milner-Gulland, E. J., Mcgregor, J. A., Agarwala, M., Atkinson, G., Bevan, P., Clements, T., Daw, T., Homewood, K., Kumpel, N., Lewis, J., Mourato, S., Palmer Fry, B., Redshaw, M., Rowcliffe, J. M., Suon, S., Wallace, G., Washington, H., & Wilkie, D. (2014). Accounting for the impact of conservation on human well-being. *Conservation Biology*, 28(5), 1160–1166. <https://doi.org/10.1111/cobi.12277>
- Moore, M. H. (1994). Public Value as the focus of strategy. *Australian Journal of Public Administration*, 53(3), 296–303.
- Moore, M. H. (1995). *Creating public value: Strategic management in government*. Harvard university press.
- Moore, M. H. (2014). Public value accounting: Establishing the philosophical basis. *Public Administration Review*, 74(4), 465–477. <https://doi.org/10.1111/puar.12198>

- Moore, M. H. (2021). Creating public value: The core idea of strategic management in government. *International Journal of Professional Business Review*, 6(1), 1–2. <https://doi.org/10.26668/businessreview/2021.v6i1.219>
- Morgan, Gareth. (2005). Paradigmas, metáforas e resolução de quebra-cabeças na teoria das organizações. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, v. 45, n. 1, p. 58-7
- Morosini, M. C. (2015). Estado de conhecimento e questões do campo científico. *Educação (UFES)*, 40(1), 101-116
- Morse, R. S. (2010). Integrative public leadership: Catalyzing collaboration to create public value. *Leadership Quarterly*, 21(2), 231–245. <https://doi.org/10.1016/j.leaqua.2010.01.004>
- Morse, S. (2023). Quality of Life, Well-Being and the Human Development Index: A Media Narrative for the Developed World? *Social Indicators Research*, 170(3), 1035–1058. <https://doi.org/10.1007/s11205-023-03230-6>
- Moulton, S., & Feeney, M. K. (2011). Public service in the private sector: Private loan originator participation in a public mortgage program. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 21(3), 547–572. <https://doi.org/10.1093/jopart/muq001>
- Mucharreira, P. R., Cabrito, B. G., & Capucha, L. (2019). Os Impactos Financeiros decorrentes da Redução do Número de Alunos por Turma: o caso português. *Educação (UFES)*, 44, 1–20. <https://doi.org/10.5902/1984644432179>
- Muthén, B., Kaplan, D., & Hollis, M. (1987). On structural equation modeling with data that are not missing completely at random. *Psychometrika*, 52(3), 431–462. <https://doi.org/10.1007/BF02294365>
- Nascimento, J. C. H. B. do, & Macedo, M. A. da S. (2016). Modelagem de Equações Estruturais com Mínimos Quadrados Parciais: um Exemplo da Aplicação do SmartPLS® em Pesquisas em Contabilidade. *Revista de Educação e Pesquisa Em Contabilidade (REPeC)*, 10(3). <https://doi.org/10.17524/repec.v10i3.1376>
- Nascimento, P. H. (2023). Expansionist fiscal adjustment: theoretical reflections on the brazilian experience. *Concilium*, 23(10), 213–228. <https://doi.org/10.53660/clm-1408-23f21>
- Navarro, V. (1999). Existe uma terceira via? uma resposta à “terceira via” de Giddens. In *Lua Nova: Revista de Cultura e Política* (Issue 48, pp. 175–186). <https://doi.org/10.1590/s0102-64451999000300010>
- Neugebauer, S., Traverso, M., Scheumann, R., Chang, Y. J., Wolf, K., & Finkbeiner, M. (2014). Impact pathways to address social well-being and social justice in SLCA-Fair wage and level of education. *Sustainability (Switzerland)*, 6(8), 4839–4857. <https://doi.org/10.3390/su6084839>
- Neumann, O., Matt, C., Hitz-Gamper, B. S., Schmidhuber, L., & Stürmer, M. (2019). Joining forces for public value creation? Exploring collaborative innovation in smart city initiatives. *Government Information Quarterly*, 36(4), 101411. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2019.101411>
- Neves, J. A. B. (2018). *Modelo de equações estruturais: uma introdução aplicada*. [http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3334/1/Livro_Modelo de equações estruturais.pdf](http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3334/1/Livro_Modelo%20de%20equa%C3%A7%C3%B5es%20estruturais.pdf)

- Nóbrega-Therrien, S. M., & Therrien, J. (2004). Trabalhos científicos e o estado da questão. *Estudos em avaliação educacional*, 15(30), 5-16.
- Nunes, R., & Nunes, A. (2023). Analysis of the causes for the growing expenditure on elementary education in Brazil from 2009 to 2017. *Cadernos de Finanças Públicas*, 01(23), 1–20.
- O’Flynn, J. (2007). From new public management to public value: Paradigmatic change and managerial implications. *Australian Journal of Public Administration*, 66(3), 353–366. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8500.2007.00545.x>
- Oehr, T. F., & Zimmermann, J. (2012). Accounting and the welfare state: The missing link. *Critical Perspectives on Accounting*, 23(2), 134–152. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2011.11.010>
- Ohemeng, F. L. K., & Ofosu-Adarkwa, K. (2015). One way traffic: The open data initiative project and the need for an effective demand side initiative in Ghana. *Government Information Quarterly*, 32(4), 419–428. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2015.07.005>
- Okeke, A., Alexiou, C., & Nellis, J. (2021). Austerity Effects on National Output and Income Inequality: A Systematic Literature Review. *Review of Economics*, 72(2), 97–148. <https://doi.org/10.1515/roe-2021-0012>
- Orair, R. O., & Gobetti, S. W. (2017). Do expansionismo à austeridade: política fiscal em período recente. *Boletim de Análise Político-Insitucional*, 12, 51–60.
- Osborne, S. P. (2006). The new public governance? *Public Management Review*, 8(3), 377–387. <https://doi.org/10.1080/14719030600853022>
- Ostrom, V. (2008). *The intellectual crisis in American public administration*. University of Alabama Press.
- Ott, J. C. (2011). Government and Happiness in 130 Nations: Good Governance Fosters Higher Level and More Equality of Happiness. *Social Indicators Research*, 102(1), 3–22. <https://doi.org/10.1007/s11205-010-9719-z>
- Paanakker, H., & Reynaers, A. M. (2020). Value Contextuality in Public Service Delivery. An Analysis of Street-Level Craftsmanship and Public–Private Partnerships. *Public Integrity*, 22(3), 245–255. <https://doi.org/10.1080/10999922.2020.1715128>
- Paiva, L. H., Soares, F. V., Viana, I. A. V., Cireno, F., & Duran, A. C. (2016). The Effects of Conditionality Monitoring on Educational Outcomes: Evidence from Brazil’s Bolsa Família Programme. In *Institute for Applied Economic Research* (Vol. 15, Issue 1, pp. 1–45). <https://doi.org/10.1590/1981-3821202100010001>
- Papi, L., Bigoni, M., Bracci, E., & Deidda Gagliardo, E. (2018). Measuring public value: a conceptual and applied contribution to the debate. *Public Money and Management*, 38(7), 503–510. <https://doi.org/10.1080/09540962.2018.1439154>
- Park, H. M., & Perry, J. L. (2013). The Transformation of Governance: Who Are the New Public Servants and What Difference Does It Make for Democratic Governance? *American Review of Public Administration*, 43(1), 26–49. <https://doi.org/10.1177/0275074011433814>
- Patall, E. A., Cooper, H., & Allen, A. B. (2010). Extending the school day or school year: A systematic review of research (1985-2009). *Review of Educational Research*, 80(3),

401–436. <https://doi.org/10.3102/0034654310377086>

- Paulsen, M. B. (2001). The economics of human capital and investment in higher education. In *The finance of higher education: Theory, research, policy, and practice* (pp. 55–94).
- Pederiva, J. H. (2004). *Entidade Contábil Governamental: comparação entre os referenciais e os padrões australianos, norte-americanos, espanhóis, brasileiros e internacionais*. Universidade de Brasília.
- Penn, D. A. (2007). Estimating missing values from the general social survey: An application of multiple imputation. *Social Science Quarterly*, 88(2), 573–584. <https://doi.org/10.1111/j.1540-6237.2007.00472.x>
- Penna, C., Linhares, F., Carvalho, E., & Trompieri Neto, N. (2013). Análise das disparidades de bem-estar entre os estados do Brasil. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, 43(1), 51–78. <https://doi.org/10.1590/s0101-41612013000100003>
- Peroni, V. M. V., & Caetano, M. R. (2012). Redefinições no papel do Estado: Terceira via, novo desenvolvimentismo e as parcerias público-privadas na educação. *Revista Da FAEEBA*, 21(38), 57–67.
- Peroni, V. M. V. (2013). As relações entre o público e o privado nas políticas educacionais no contexto da terceira via. *Curriculo Sem Fronteiras*, 13(2), 234–255.
- Petrosino, A., Morgan, C., Fronius, T. A., Tanner-Smith, E. E., & Boruch, R. F. (2012). Interventions in Developing Nations for Improving Primary and Secondary School Enrollment of Children: A Systematic Review. *Campbell Systematic Reviews*, 8(1). <https://doi.org/10.4073/csr.2012.19>
- Pilati, R., & Laros, J. A. (2007). Modelos de equações estruturais em psicologia: conceitos e aplicações. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23(2), 205–216. <https://doi.org/10.1590/s0102-37722007000200011>
- Pinilla Pallejá, R., & Goerlich Gisbert, F. J. (2004). Renta per capita y potencial de calidad de vida (QLP) en España (1981-1999). *Investigaciones Regionales*, 4, 53–74.
- Poker, J. H., Nunes, R. da C., & Nunes, S. P. P. (2013). Uma avaliação de efetividade e eficiência do gasto em educação em municípios brasileiros. *Cadernos de Finanças Públicas*, 13, 263–287.
- Popova, O. (2014). Can religion insure against aggregate shocks to happiness? The case of transition countries. *Journal of Comparative Economics*, 42(3), 804–818. <https://doi.org/10.1016/j.jce.2014.05.003>
- Portulhak, H., & Pacheco, V. (2020). Valor público gerado por uma denominação religiosa: uma análise a partir de seus outputs e outcomes. *XIV Congresso ANPCONT*. https://anpcont.org.br/pdf/2020_CSP194.pdf
- Posner, P., & Blöndal, J. (2012). Democracies and deficits: Prospects for fiscal responsibility in democratic nations. *Governance*, 25(1), 11–34. <https://doi.org/10.1111/j.1468-0491.2011.01554.x>
- Posner, P., & Sommerfeld, M. (2012). The Politics of Fiscal Austerity: Implications for the United States. *Public Budgeting and Finance*, 32(3), 32–52. <https://doi.org/10.1111/j.1540-5850.2012.01020.x>
- Potrafke, N. (2011). Does government ideology influence budget composition? Empirical

- evidence from OECD countries. *Economics of Governance*, 12(2), 101–134.
<https://doi.org/10.1007/s10101-010-0092-9>
- Psacharopoulos, G., & Patrinos, H. A. (2004). Returns to investment in education: A further update. *Education Economics*, 12(2), 111–134.
<https://doi.org/10.1080/0964529042000239140>
- Ramos, D. S. (2023). Full-time education : curricular flexibilization and youth protagonism. *Gênero e Interdisciplinaridade*, 04(05), 368–386.
<https://doi.org/10.51249/gei.v4i05.1618>
- Ranchordás, S., & Goanta, C. (2020). The New City Regulators: Platform and Public Values in Smart and Sharing Cities. *Computer Law and Security Review*, 36.
<https://doi.org/10.1016/j.clsr.2019.105375>
- Rawls, J. (2016). *A Theory of Justice* (Routledge (ed.); 6th Edition.
- Riani, J. de L. R., & Rios-Neto, E. L. G. (2008). Background familiar versus perfil escolar do município: Qual possui maior impacto no resultado educacional dos alunos brasileiros? *Revista Brasileira de Estudos de População*, 25(2), 251–269.
<https://doi.org/10.1590/s0102-30982008000200004>
- Rigel, A., & Zonta, G. (2022). O Papel Mediador Da Esperança Nas Relações De Ansiedade E Depressão E a Satisfação Do Trabalho Em Tempos Da Pandemia Do Covid 19. *Revista de Ciências Contábeis - RCic-UFMT*, 13(25), 77–92.
- Ringeling, A. (2015). How public is public administration? A constitutional approach of publicness. *Teaching Public Administration*, 33(3), 292–312.
<https://doi.org/10.1177/0144739415573268>
- Ringle, C. M., Sarstedt, M., & Straub, D. W. (2012). A critical look at the use of PLS-SEM in MIS quarterly. *MIS Quarterly: Management Information Systems*, 36(1).
- Riou, J., Guyon, H., & Falissard, B. (2015). An introduction to the partial least squares approach to structural equation modelling: a method for exploratory psychiatric research. *International Journal of Methods in Psychiatric Research*, S78–S82.
<https://doi.org/10.1002/mpr>
- Rodenberg, J. (2015). Medieval Virtues as Public Values? The Burgeoning Public Sector and the Articulation of Public Values in Late Medieval Holland. *Administrative Theory & Praxis*, 37(4), 268–283. <https://doi.org/10.1080/10841806.2015.1083828>
- Roman, A. V., & McWeeney, T. (2017). Assessing the capacity for public value creation within leadership theories: Raising the argument. *International Journal of Organization Theory and Behavior*, 20(4), 479–518. <https://doi.org/10.1108/ijotb-20-04-2017-b003>
- Romão, M. C. (1993). Uma proposta de extensão do “Índice de Desenvolvimento Humano” das Nações Unidas. *Brazilian Journal of Political Economy*, 13(4), 597–612.
<https://doi.org/10.1590/0101-31571993-0668>
- Rosa, M., Fernandes, F. A., & Fernandes, T. J. (2023). Fatores que influenciam o abandono escolar nas regiões sudeste e nordeste do Brasil. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, 17(4), 61–79. <http://www.nber.org/papers/w16019>
- Rosano-Peña, C., Albuquerque, P. H. M., & Marcio, C. J. (2012). A eficiência dos gastos públicos em educação: Evidências georreferenciadas nos municípios goianos. *Economia*

- Aplicada*, 16(3), 421–443. <https://doi.org/10.1590/S1413-80502012000300004>
- Rossi, P., De Oliveira, A. L. M., Arantes, F., & Dweck, E. (2019). Fiscal austerity and the financing of education in Brazil. *Educacao e Sociedade*, 40, 1–20. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302019223456>
- Rowe, E. (2019). Capitalism without capital: the intangible economy of education reform. *Discourse*, 40(2), 271–279. <https://doi.org/10.1080/01596306.2019.1569883>
- Rubin, D. . (1976). Inference and missing data. *Biometrika*, 581–592.
- Rutgers, M. R. (2015). As Good as It Gets? On the Meaning of Public Value in the Study of Policy and Management. *American Review of Public Administration*, 45(1), 29–45. <https://doi.org/10.1177/0275074014525833>
- Sahnoun, M., & Abdennadher, C. (2022). Returns to Investment in Education in the OECD Countries: Does Governance Quality Matter? *Journal of the Knowledge Economy*, 13(3), 1819–1842. <https://doi.org/10.1007/s13132-021-00783-0>
- Salazar Cuéllar, A. F. (2014). La eficiencia del gasto público educativo en Latinoamérica y lecciones para Colombia. *Desarrollo y Sociedad*, 74, 19–67. <https://doi.org/10.13043/DYS.74.1>
- Salemans, L., & Budding, T. (2022). Operationalizing public value in higher education: the use of narratives as an alternative for performance indicators. *Journal of Management and Governance*, 26(2), 337–363. <https://doi.org/10.1007/s10997-021-09596-4>
- Sanborn, H., & Thyne, C. L. (2013). Learning democracy: Education and the fall of authoritarian regimes. *British Journal of Political Science*, 44(4), 773–797. <https://doi.org/10.1017/S0007123413000082>
- Sano, H., & Sumiya, L. A. (2021). Variety of Strategies in Primary Education: The Responses of the Four UK Nations to the COVID-19 Crisis. *European Journal of Educational Management*, 4(2), 127–139. <https://eric.ed.gov/?id=EJ1327744>
- Santos, D. O., Fernandes, H., Silva, C., Alex, W., Alex, W., & Silva, C. (2022). Indicador de Valor Público e Accountability. *Administração Pública e Gestão Social*, 14(1).
- Santos, G. D. dos, & Stefanelli, N. O. (2022). Fintechs: Uma análise dos fatores que antecedem as intenções do uso. *Revista de Tecnologia Aplicada*, 11(2), 25–39. <https://doi.org/10.48005/2237-3713rta2022v11n2p2539>
- Santos, P. M., & Selig, P. M. (2014). Indicadores para o novo serviço público: uma análise bibliométrica e sistêmica. *Perspectivas Em Ciência Da Informação*, 19(3), 82–97. <https://doi.org/10.1590/1981-5344/1818>
- Sarwar, M. (2011). Munich Personal RePEc Archive Impact of education on poverty reduction. *Munich Personal RePEc Archive*, 31826.
- Savage, L. (2019). The politics of social spending after the Great Recession: The return of partisan policy making. *Governance*, 32(1), 123–141. <https://doi.org/10.1111/gove.12354>
- Schmidt, U., & Wichardt, P. C. (2019). Inequity aversion, welfare measurement and the Gini index. *Social Choice and Welfare*, 52(3), 585–588. <https://doi.org/10.1007/s00355-018-1149-x>

- Schui, F. (2014). *Austerity: The Great Failure*. Yale University Press.
- Scorsolini-Comin, F., Fontaine, A. M. G. V., Koller, S. H., & dos Santos, M. A. (2013). From authentic happiness to well-being: The flourishing of positive psychology. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 26(4), 663–670. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722013000400006>
- Shin, Y., & Raudenbush, S. W. (2011). The causal effect of class size on academic achievement: Multivariate instrumental variable estimators with data missing at random. *Journal of Educational and Behavioral Statistics*, 36(2), 154–185. <https://doi.org/10.3102/1076998610388632>
- Shumway, D. (2017). The University, Neoliberalism, and the Humanities: A History. *Humanities*, 6(4), 83. <https://doi.org/10.3390/h6040083>
- Silva, N. O., Freire, F. de S., & Santos, S. de S. (2020). Políticas Públicas de Mobilidade Urbana : a percepção do usuário do transporte público no Distrito Federal. *RP3 - Revista De Pesquisa Em Políticas Públicas*, 2. <https://doi.org/10.18829/1904>
- Singh, R., & Mukherjee, P. (2015). *Determinants of Successful Completion of Secondary Education Evidence from Young Lives, Andhra Pradesh* (Issue November). www.younglives.org.uk
- Smets, K., & van Ham, C. (2013). The embarrassment of riches? A meta-analysis of individual-level research on voter turnout. *Electoral Studies*, 32(2), 344–359. <https://doi.org/10.1016/j.electstud.2012.12.006>
- Soe, R. M., & Drechsler, W. (2018). Agile local governments: Experimentation before implementation. *Government Information Quarterly*, 35(2), 323–335. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2017.11.010>
- Song, Y. (2012). Poverty Reduction in China: The Contribution of Popularizing Primary Education. *China and World Economy*, 20(1), 105–122. <https://doi.org/10.1111/j.1749-124X.2012.01275.x>
- Sordi, D. De, & Gonçalves Neto, W. (2021). A Educação nos Programas Sociais Brasileiros: pobreza e trabalho. *Educação & Realidade*, 46(3), 1–22. <https://doi.org/10.1590/2175-6236106751>
- Sousa, M. G. de, Santos, C. M. V. dos, Alves, A. T., & Carmo Filho, M. M. do. (2021). An analysis of the efficiency of public expenditure on education in the Municipalities of the State of Amazonas from 2013 to 2017. *REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL*, 13(1). <https://doi.org/10.21680/2176-9036.2021v13n1id23629>
- Sousa e Silva, C. M., Moriguchi, S. N., & Lopes, J. E. F. (2017). Proposição de Modelo para Mensuração do Valor Percebido no Ambiente Logístico B2B. *Gestão.Org*, 14(2), 327–342. <https://doi.org/10.21714/1679-18272016v14n2.p327-342>
- Souza, C. (2005). Federalismo, desenho contitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988. *Revista de Sociologia e Política*, 24, 105–121. <https://doi.org/10.1590/s0104-44782005000100008>
- Spano, A. (2009). Public value creation and management control systems. *International Journal of Public Administration*, 32(3–4), 328–348. <https://doi.org/10.1080/01900690902732848>
- Spano, A. (2014). How Do We Measure Public Value? From Theory to Practice. *Public Value*

- Management, Measurement and Reporting Studies in Public and Non-Profit Governance*, 3, 353–373. <https://doi.org/10.1108/s2051-663020140000003023>
- Stanger, A. (2012). Transparency as a core public value and mechanism of compliance. *Criminal Justice Ethics*, 31(3), 287–301. <https://doi.org/10.1080/0731129X.2012.737171>
- Steger, M. B., & Roy, R. K. (2010). *Neoliberalism: A very short introduction*. Oxford University Press.
- Stephens, M., & Yang, D. Y. (2014). Compulsory education and the benefits of schooling. *American Economic Review*, 104(6), 1777–1792. <https://doi.org/10.1257/aer.104.6.1777>
- Stevenson, W. J. (2001). Estatística aplicada à administração. In *Estatística aplicada a administração* (pp. 494–494).
- Stiefel, L., Shiferaw, M., Schwartz, A. E., & Gottfried, M. (2018). Who Feels Included in School? Examining Feelings of Inclusion Among Students With Disabilities. *Educational Researcher*, 47(2), 105–120. <https://doi.org/10.3102/0013189X17738761>
- Stiglitz, J. E., Fitoussi, J.-P., Bofinger, P., Esping-Andersen, G., Galbraith, J. K., & Gabel, I. (2014). A Call for Policy Change in Europe. *Challenge*, 57(4), 5–17. <https://doi.org/10.2753/0577-5132570401>
- Stoker, G. (2006). Public value management: a new narrative for networked governance? *American Review of Public Administration*, 36(1), 41–57. <https://doi.org/10.1177/0275074005282583>
- Stokes, L., Wilkinson, D., & Bryson, A. (2016). *The Role of Intangibles in School Performance: A Case Study for England* (Issue 2). <http://dx.medra.org/10.12842/SPINTAN-WP-20>
- Street, J., Stafinski, T., Lopes, E., & Menon, D. (2020). Defining the role of the public in Health Technology Assessment (HTA) and HTA-informed decision-making processes. *International Journal of Technology Assessment in Health Care*, 36(2), 87–95. <https://doi.org/10.1017/S0266462320000094>
- Sugahara, S., & Cilloni, A. (2021). Mediation effect of students' perception of accounting on the relationship between game-based learning and learning approaches. *Journal of Accounting Education*, 56, 100730. <https://doi.org/10.1016/j.jaccedu.2021.100730>
- Sun, P. Y. T., & Anderson, M. H. (2012). Civic capacity: Building on transformational leadership to explain successful integrative public leadership. *Leadership Quarterly*, 23(3), 309–323. <https://doi.org/10.1016/j.leaqua.2011.05.018>
- Süssekind, M. L. (2019). A BNCC e o “novo” Ensino Médio: reformas arrogantes, indolentes e malévolas. *Retratos Da Escola*, 13(25), 91. <https://doi.org/10.22420/rde.v13i25.980>
- Syrén, S. M., Kokko, K., Pulkkinen, L., & Pehkonen, J. (2020). Income and Mental Well-Being: Personality Traits as Moderators. *Journal of Happiness Studies*, 21(2), 547–571. <https://doi.org/10.1007/s10902-019-00076-z>
- Tabachnick, B. ., & Fidell, L. . (2007). *Using multivariate statistics*. Person.
- Takahashi, A. R. W., & Fischer, A. L. (2009). Aprendizagem e competências organizacionais em instituições de educação tecnológica: estudos de casos. *Revista de Administração - RAUSP*, 44(4), 327–341.

- Talbot, C. (2011). Paradoxes and prospects of “public value.” *Public Money and Management*, 31(1), 27–34. <https://doi.org/10.1080/09540962.2011.545544>
- Tasan-Kok, T., van den Hurk, M., Özogul, S., & Bittencourt, S. (2019). Changing public accountability mechanisms in the governance of Dutch urban regeneration*. *European Planning Studies*, 27(6), 1107–1128. <https://doi.org/10.1080/09654313.2019.1598017>
- Tavares, F., & Silva, G. (2020). Brazilian political science in the new fiscal regime: Towards a research agenda on democracy and austerity. In *Dados* (Vol. 63, Issue 2). <https://doi.org/10.1590/001152582020207>
- Telles, R. (2001). O Conceito de Matriz De Amarração”. *Revista de Administração*, 36(4), 64–72.
- Thengal, N. (2013). Social and Economic Consequences of Illiteracy. *International Journal of Behavioral Social and Movement Sciences*, 02(April), 2.
- Tholen, B. (2016). Drawing the Line: On the Public/Private Distinction in Debates on New Modes of Governance. *Public Integrity*, 18(3), 237–253. <https://doi.org/10.1080/10999922.2016.1139531>
- Thornton, A., Dorius, S. F., & Swindle, J. (2015). Developmental Idealism. *Sociology of Development*, 1(2), 69–112. <https://doi.org/10.1525/sod.2015.1.2.69>
- Tijsterman, S. P., & Overeem, P. (2008). Escaping the Iron Cage: Weber and Hegel on Bureaucracy and Freedom. *Administrative Theory & Praxis*, 30(1), 71–91. <https://doi.org/10.1080/10841806.2008.11029624>
- Toffolutti, V., & Suhrcke, M. (2019). Does austerity really kill? *Economics and Human Biology*, 33, 211–223. <https://doi.org/10.1016/j.ehb.2019.03.002>
- Toubeau, S., & Vampa, D. (2021). Adjusting to austerity: The public spending responses of regional governments to the budget constraint in Spain and Italy. *Journal of Public Policy*, 41(3), 462–488. <https://doi.org/10.1017/S0143814X20000094>
- Trelles, S. C. (2015). *The Great American Experiment : Developing Citizen Participation through Youth Civic Engagement and Education*. 10(1), 8–15.
- Tsay, R. S., Peña, D., & Pankratz, A. E. (2000). Outliers in multivariate time series. *Biometrika*, 87(4), 789–804. <https://doi.org/10.1093/biomet/87.4.789>
- Valentini, F., & Damásio, B. F. (2016). Average Variance Extracted and Composite Reliability: Reliability Coefficients. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32(2), 1–7. <https://doi.org/10.1590/0102-3772e322225>
- Valentini, F., Mourão, L., & Franco, V. R. (2018). Modelos latentes e slopes randômicos para análise de moderação e mediação. *Revista Avaliação Psicológica*, 17(4), 439–450. <https://doi.org/10.15689/ap.2018.1704.4.04>
- van der Graaf, S. (2018). In waze we trust: Algorithmic governance of the public sphere. *Media and Communication*, 6(4Theoretical Reflections and Case Studies), 153–162. <https://doi.org/10.17645/mac.v6i4.1710>
- Venugopal, R. (2015). Neoliberalism as concept. *Economy and Society*, 44(2), 165–187. <https://doi.org/10.1080/03085147.2015.1013356>
- Vieira, E. (2013). A social-democracia, longo caminho até a terceira via. *Curriculo Sem*

Fronteiras, 13(2), 182–203.

- Vieira, F. S. (2016). Crise econômica, austeridade fiscal e saúde: que lições podem ser aprendidas? *Nota Técnica Nº 26 Do IPEA*, 34.
http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160822_nt_26_disoc.pdf
- Vieira, F. S., Santos, I. S., Ocké-Reis, C., & Rodrigues, P. H. de A. (2018). *Políticas sociais e austeridade fiscal*. CEBES.
<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/26808/Austeridade.pdf?sequence=2&isAllowed=y>
- Vinha, L. G. do A., & Laros, J. A. (2018). Dados ausentes em avaliações educacionais : comparação de métodos de tratamento. *Est. Aval. Educ*, 29(70), 156–187.
<https://doi.org/http://dx.doi.org/10.18222/eae.v0ix.3916>
- Virtanen, T., Vasalampi, K., Lerkkanen, M. K., Pelkonen, J., & Poikkeus, A. M. (2022). Stability of social support during school transitions: Associations with truancy and not completing upper secondary education in normative time. *Learning and Instruction*, 82(May), 101663. <https://doi.org/10.1016/j.learninstruc.2022.101663>
- Wadsworth, M. E. J., Montgomery, S. M., & Bartley, M. J. (1999). The persisting effect of unemployment on health and social well-being in men early in working life. *Social Science and Medicine*, 48(10), 1491–1499. [https://doi.org/10.1016/S0277-9536\(99\)00052-0](https://doi.org/10.1016/S0277-9536(99)00052-0)
- Wang, B., & Christensen, T. (2017). The Open Public Value Account and Comprehensive Social Development: An Assessment of China and the United States. *Administration and Society*, 49(6), 852–881. <https://doi.org/10.1177/0095399715587522>
- Wang, T. (2022). The impact of education on mental health: evidence from compulsory education law in China. *Applied Economics Letters*, 29(16), 1515–1521.
<https://doi.org/10.1080/13504851.2021.1946002>
- Wang, Y., & Liu, S. (2016). Education, Human Capital and Economic Growth: Empirical Research on 55 Countries and Regions (1960-2009). *Theoretical Economics Letters*, 06(02), 347–355. <https://doi.org/10.4236/tel.2016.62039>
- Wetzels, M., Odekerken-Schröder, G., & Oppen, C. Van. (2009). Assessing Using PLS Path Modeling Hierarchical and Empirical Construct Models : Guidelines. *MIS Quarterly*, 33(1), 177–195. <https://doi.org/10.2307/20650284>
- Whitehurst, G., & Chingos, M. (2011). Class Size: What Research Says and What It Means for State Policy. *Brookings Institution*, 1–14.
<http://www.brookings.edu/research/papers/2011/05/11-class-size-whitehurst-chingos>
- Williams, I., & Shearer, H. (2011). Appraising public value: Past, present and futures. *Public Administration*, 89(4), 1367–1384. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9299.2011.01942.x>
- Yıldız, M., & Saylam, A. (2013). E-government discourses An inductive analysis. *Government Information Quarterly*, 30, 141–153.
<https://doi.org/10.1016/j.giq.2012.10.007>
- Yontz, B. D., & Wilson, R. E. (2021). Teacher Salary Differentials and Student Performance: Are They Connected? *Journal of Educational Issues*, 7(1), 168.
<https://doi.org/10.5296/jei.v7i1.18400>

Zhang, Q. (2021). The cost of illiteracy: A causal inference study on how illiteracy affects physical and mental health. *Health Education Journal*, 80(1), 54–66.
<https://doi.org/10.1177/0017896920949894>

Zhao, X., Lynch, J. G., & Chen, Q. (2010). Reconsidering Baron and Kenny: Myths and truths about mediation analysis. *Journal of Consumer Research*, 37(2), 197–206.
<https://doi.org/10.1086/651257>

Zimmermann, V., Felscher-Suhr, U., & Vogt, J. (2018). Public perceptions of Frankfurt Airport's value - A survey approach. *Journal of Air Transport Management*, 67(January 2017), 46–54. <https://doi.org/10.1016/j.jairtraman.2017.11.005>